

Volume 2

Valéria Lima Guimarães
Luiz Alexandre Mees

História e Turismo





Fundação

CECIERJ

Consórcio **cederj**

Centro de Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro

Volume 2

Valéria Lima Guimarães
Luiz Alexandre Mees

História e Turismo



**SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA**



**Ministério
da Educação**



Apoio:



Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Rua Visconde de Niterói, 1364 – Mangueira – Rio de Janeiro, RJ – CEP 20943-001

Tel.: (21) 2334-1569 Fax: (21) 2568-0725

Presidente

Masako Oya Masuda

Vice-presidente

Mirian Crapez

Coordenação do Curso de Turismo

UFRRJ - William Domingues

Material Didático

ELABORAÇÃO DE CONTEÚDO

Valéria Lima Guimarães

Luiz Alexandre Mees

COORDENAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristine Costa Barreto

SUPERVISÃO DE DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL

Cristiane Brasileiro

DESENVOLVIMENTO INSTRUCIONAL E REVISÃO

Alexandre Belmonte

Gustavo de Figueiredo Tarcsay

José Meyohas

Marcelo Bastos Matos

Departamento de Produção

EDITORA

Tereza Queiroz

REVISÃO TIPOGRÁFICA

Cristina Freixinho

Daniela de Souza

Elaine Bayma

Patrícia Paula

COORDENAÇÃO DE PRODUÇÃO

Katy Araújo

PROGRAMAÇÃO VISUAL

Alexandre d'Oliveira

Celeste Matos

ILUSTRAÇÃO

Sami Souza

CAPA

Sami Souza

PRODUÇÃO GRÁFICA

Oséias Ferraz

Verônica Paranhos

Copyright © 2009, Fundação Cecierj / Consórcio Cederj

Nenhuma parte deste material poderá ser reproduzida, transmitida e gravada, por qualquer meio eletrônico, mecânico, por fotocópia e outros, sem a prévia autorização, por escrito, da Fundação.

G963h

Guimarães, Valéria Lima.

História e turismo. v. 2 / Luiz Alexandre Mees.

– Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

346p.; 19 x 26,5 cm.

ISBN: 978-85-7648-598-8

1. Turismo. 2. História I. Mees, Luiz Alexandre. II. Título.

CDD: 338.4791

2010/1

Referências Bibliográficas e catalogação na fonte, de acordo com as normas da ABNT e AACR2

Governo do Estado do Rio de Janeiro

Governador
Sérgio Cabral Filho

Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia
Alexandre Cardoso

Universidades Consorciadas

**UENF - UNIVERSIDADE ESTADUAL DO
NORTE FLUMINENSE DARCY RIBEIRO**
Reitor: Almy Junior Cordeiro de Carvalho

**UERJ - UNIVERSIDADE DO ESTADO DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Vieiralves

UFF - UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
Reitor: Roberto de Souza Salles

**UFRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL DO
RIO DE JANEIRO**
Reitor: Aloísio Teixeira

**UFRRJ - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL
DO RIO DE JANEIRO**
Reitor: Ricardo Motta Miranda

**UNIRIO - UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO
DO RIO DE JANEIRO**
Reitora: Malvina Tania Tuttman

SUMÁRIO

Aula 11 – Viagens à “terra dos papagaios”: a chegada dos portugueses ao Brasil	7
---	----------

Valéria Lima Guimarães

Luiz Alexandre Mees

Aula 12 – A organização política, administrativa e econômica da colônia	25
--	-----------

Valéria Lima Guimarães

Luiz Alexandre Mees

Aula 13 – A formação das cidades brasileiras	45
---	-----------

Valéria Lima Guimarães

Luiz Alexandre Mees

Aula 14 – A ocupação européia no Brasil colonial e seu legado para o turismo	67
---	-----------

Valéria Lima Guimarães

Luiz Alexandre Mees

Aula 15 – A ocupação do interior no período colonial: uma viagem pelos caminhos históricos brasileiros	89
---	-----------

Valéria Lima Guimarães

Luiz Alexandre Mees

Aula 16 – A transferência da Corte portuguesa para o Brasil e o seu legado cultural	117
--	------------

Valéria Lima Guimarães

Luiz Alexandre Mees

Aula 17 – Sociedade e cultura no Brasil independente: o Primeiro Reinado e o seu legado para o turismo	143
---	------------

Valéria Lima Guimarães

Luiz Alexandre Mees

Aula 18 – O Brasil de D. Pedro II e seu legado como recurso para o turismo	169
---	------------

Valéria Lima Guimarães

Luiz Alexandre Mees

Aula 19 – Por entre fazendas e quilombos: um passeio pela história imperial	191
--	------------

Valéria Lima Guimarães

Luiz Alexandre Mees

Aula 20 – Da proclamação da República aos “Anos Loucos” _____ 211

Valéria Lima Guimarães

Luiz Alexandre Mees

Aula 21 – Cultura e sociedade na Era Vargas (1930-1945) _____ 241

Valéria Lima Guimarães

Luiz Alexandre Mees

**Aula 22 – As transformações após a II Guerra e seus impactos
no turismo brasileiro _____ 271**

Valéria Lima Guimarães

Luiz Alexandre Mees

Aula 23 – A sociedade pós-moderna e o turismo _____ 299

Valéria Lima Guimarães

Luiz Alexandre Mees

Referências _____ 335

11

Viagens à “terra dos papagaios”: a chegada dos portugueses ao Brasil

Meta da aula

Determinar a relação entre as visões dos estrangeiros sobre o Brasil, à época do Descobrimento, e a construção da imagem turística do país.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- 1** identificar as principais características do período do Descobrimento, relacionando-o ao contexto europeu da época moderna;
- 2** reconhecer alguns dos destinos turísticos mais importantes relativos ao período da chegada dos portugueses ao Brasil;
- 3** avaliar a influência do pensamento europeu do século XVI na formação da imagem da nação e sua utilização pelo turismo.

“Quando as treze embarcações nas Américas surgiram,
outras civilizações a essas terras já tinham chegado...”

(GRES Unidos de Vila Isabel, carnaval de 1992.)

Introdução

O que é o Brasil? Ou, como diria o importante antropólogo Da Matta (2001), “o que faz o Brasil, Brasil?” Você, certamente, já ouviu dizer que o Brasil é uma terra de contrastes, que “em se plantando tudo dá”, que aqui “não temos furacões nem terremotos!” e que “não existe pecado abaixo do Equador”; que o Brasil é uma terra de gente bonita e hospitaleira, de boa índole, sofredora, mas que vive alegre... Pois bem, essa imagem do Brasil, que é reproduzida no país e no exterior e é freqüentemente utilizada pelo turismo, foi sendo construída historicamente, desde os tempos do Descobrimento, e não é um “dado natural”, como se pode pensar. Tal imagem do país, como apontam os intelectuais, baseia-se num mito de origem ou mito fundador, sendo a carta de Caminha, considerada a certidão de nascimento do Brasil, uma das mais importantes referências no processo de construção dessa imagem da nação.

Analisaremos aqui o episódio do Descobrimento, procurando identificar nesse importante fato histórico e em seus desdobramentos a construção de um discurso sobre o Brasil a partir do olhar estrangeiro, durante a Idade Moderna. Tal discurso, no decorrer do processo histórico, somado a outros fatores, foi-se transformando numa espécie de verdade oficial sobre o que é o Brasil, assimilada tanto pelos brasileiros quanto pelos estrangeiros e que ainda hoje é um forte argumento utilizado, inclusive, pelo marketing turístico sobre o país.

Apresentaremos também nesta aula alguns dos principais destinos turísticos brasileiros que são um legado do período em questão, com destaque para a Costa do Descobrimento, onde discutiremos ainda alguns aspectos de gestão do turismo. O nosso passeio pelo Brasil está apenas começando...

Um paraíso tropical

A filósofa Marilena Chauí, uma das mais importantes pensadoras brasileiras, em sua obra *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*, publicada por ocasião dos 500 anos do Brasil, nos propõe algumas reflexões muito interessantes, que servem de provocações para esta aula. Segundo a autora, as variadas representações feitas sobre o Brasil, ou seja, as imagens que construimos sobre o nosso país, nos levam a uma visão acrítica da nossa própria história e de nós mesmos. Assim, reproduzimos, desde o Descobrimento, de formas variadas, sem pararmos para refletir, certas crenças generalizadas que vão se atualizando ao longo do tempo. Eis alguns exemplos citados por Chauí (2000):



Há, assim, a crença generalizada de que o Brasil: 1) é 'um dom de Deus e da Natureza'; 2) tem um povo pacífico, ordeiro, generoso, alegre e sensual, mesmo quando sofredor; 3) é um país sem preconceitos (é raro o emprego da expressão mais sofisticada 'democracia racial'), desconhecendo discriminação de raça e de credo, e praticando a mestiçagem como padrão fortificador da raça; 4) é um país acolhedor para todos os que nele desejam trabalhar e, aqui, só não melhora e só não progride quem não trabalha, não havendo por isso discriminação de classe e sim repúdio da vagabundagem, que, como se sabe, é a mãe da delinquência e da violência; 5) é um "país dos contrastes" regionais, destinado por isso à pluralidade econômica e cultural. Essa crença se completa com a suposição de que o que ainda falta ao país é a modernização – isto é, uma economia avançada, com tecnologia de ponta e moeda forte, com a qual sentar-se-á à mesa dos donos do mundo.

A força persuasiva dessa representação transparece quando a vemos em ação, isto é, quando resolve imaginariamente uma tensão real e produz uma contradição que passa despercebida. É assim, por exemplo, que alguém pode afirmar que os índios são ignorantes, os negros são indolentes [preguiçosos],

■ **Mito fundador**

Para a Filosofia, é uma verdade inicial, que se desenvolve e assume formas variadas ao longo do tempo, influenciando a cultura, a ciência, o pensamento, as artes, os valores, a legislação etc.

os nordestinos são atrasados, os portugueses são burros, as mulheres são naturalmente inferiores, mas, simultaneamente, declarar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo sem preconceitos e uma nação nascida da mistura de raças. Alguém pode dizer-se indignado com a existência de crianças de rua, com as chacinas dessas crianças ou com o desperdício de terras não cultivadas e os massacres dos sem-terra, mas, ao mesmo tempo, afirmar que se orgulha de ser brasileiro porque somos um povo pacífico, ordeiro e inimigo da violência. (...)

Se indagarmos de onde proveio essa representação e de onde ela tira sua força sempre renovada, seremos levados em direção ao **mito fundador** do Brasil, cujas raízes foram fincadas em 1500 (CHAUÍ, 2000).



Cinemanía



“O brasileiro são os outros”

Os outros. Direção: Fernando Mozart. Intérpretes: Duda Mamberti; Caio Blat; Dora Vergueiro; Gabriela Alves; Cândido Damm. Roteiro: Fernando Mozart. Rio de Janeiro, 2000. 1 fita de vídeo. (15 min), VHS, son., color., 35mm.



Fonte: <http://www.curtagora.com/filme.asp?Codigo=3021&Ficha=Completa>

Inspirado no fato verídico de que uma sonda da Nasa em Marte era despertada todos os dias com a música “Coisinha do Pai”, composta pelo brasileiro Jorge Aragão, o diretor Fernando Mozart criou este bem-humorado curta-metragem de ficção. O filme, premiado em diversos festivais, conta a história de um marciano, que, curioso em descobrir o que é a tal “Coisinha do Pai”, cantada por Beth Carvalho, vem ao Brasil e produz um relatório sobre a cultura e os problemas sociais do país. Destaques para a paixão do brasileiro pelo samba, pelo futebol e pelo culto ao corpo como formas de sublimar as suas profundas contradições do cotidiano, entre elas, a má distribuição de renda, a violência, a corrupção e a impunidade. Esta última causa maior estranheza ao “turista interplanetário”, que antes de partir de volta para a sua casa levando como *souvenir* as famosas fitinhas de “Lembrança do Senhor do Bonfim”, devidamente amarradas em seu pulso, registra perplexo a capacidade do brasileiro de responsabilizar os outros pelos problemas provocados por eles próprios, estabelecendo a cultura da impunidade generalizada no país.

Os outros resume magistralmente as importantes contribuições das ciências humanas e sociais sobre a formação e o caráter do povo brasileiro. Para compreender as principais questões sobre a condição brasileira, o espectador é estimulado a refletir historicamente e chegar até os mitos de origem, que nos remetem ao descobrimento e à colonização, especialmente às idéias de “paraíso terrestre” e de que “não existe pecado abaixo do Equador”, elementos fundamentais do imaginário europeu que ajudaram a construir as representações sobre o que é o Brasil.

Tanto a obra de Chauí (2001) quanto o documentário *Os outros* (2000) nos dão algumas pistas a respeito da origem desse mito fundador que compõe o imaginário do brasileiro sobre o que é o Brasil e são bastante críticos em relação à passividade e ao conformismo gerados por essas crenças. Os dois trabalhos identificam uma dessas matrizes no Descobrimento, cujo documento oficial é a carta de Caminha, considerada a certidão de nascimento do Brasil, escrita em 1500.

O escrivão oficial que acompanhou Pedro Álvares Cabral, a serviço do rei D. Manuel I de Portugal, tinha como missão relatar os acontecimentos que resultaram no Descobrimento. Caminha diz narrar o que viu de forma imparcial, “sem aformosear nem afeiar” nada, conforme registra no célebre documento enviado ao rei. Entretanto, como um homem do seu tempo, deixa várias marcas que revelam as crenças dos europeus de sua época acerca do Novo Mundo. Uma das mais expressivas marcas é a forma de ver o mundo de maneira dual, característica do pensamento da Igreja, que opunha paraíso e inferno; bem e mal, expressos, por exemplo, na descrição da paisagem e na aparência do gentio (os nativos da terra). O Novo Mundo (a América) representava o Éden, o paraíso mundano, com exuberantes paisagens e riquezas abundantes. Uma terra exótica, com um povo alegre, belo e cordial. Você já leu algo parecido em algum panfleto turístico que “venda” o Brasil para brasileiros e estrangeiros? Ou, inversamente, você já ouviu dizer que o Brasil é a terra da transgressão, que “não existe pecado abaixo do Equador?” Pois é, vem de longe essa representação do nosso país e, ao longo do tempo, ao paraíso repleto de palmeiras, bananas, animais exóticos e com uma gente bonita, sensual e colaboradora, foram acrescentados novos elementos, como o futebol, a mulata, o carnaval e as praias, que resultaram na imagem do Brasil tal como a conhecemos.

Vejamos alguns trechos da carta de Caminha:

Sobre a gente da terra:

Parece-me **gente de tal inocência** que, se nós entendêssemos a sua fala e eles a nossa, seriam logo cristãos, visto que não têm nem entendem crença alguma, segundo as aparências. E, portanto, se os degredados que aqui hão de ficar aprenderem bem a sua fala e os entenderem, não duvido que eles, segundo a santa atenção de Vossa Alteza, se farão cristãos e hão de crer na nossa santa fé, à qual praza a Nosso Senhor que os traga, porque certamente **esta gente é boa e de bela simplicidade**. E imprimir-se-á facilmente neles qualquer cunho que lhe quiserem dar, uma vez que Nosso Senhor lhes deu **bons corpos e bons rostos, como a homens bons**. (grifos nossos)

(...)

A feição deles é serem pardos, um tanto avermelhados, de bons rostos e bons narizes, bem feitos. Andam nus, sem cobertura alguma. Nem fazem mais caso de encobrir ou deixar de encobrir suas vergonhas do que de mostrar a cara. Acerca disso são de grande inocência.

(...)

E uma daquelas moças era toda tingida de baixo a cima, daquela tintura e certo era tão bem feita e tão redonda, e sua vergonha tão graciosa que a muitas mulheres de nossa terra, vendo-lhe tais feições envergonhara, por não terem as suas como ela. Nenhum deles era fanado, mas todos assim como nós.

Sobre a geografia do lugar:

Traz ao longo do mar em algumas partes, grandes barreiras, umas vermelhas, e outras brancas; e a terra de cima toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é toda praia... muito chã e muito formosa. Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande; porque a estender os olhos, não podíamos ver senão terra e arvoredos -- terra que nos parecia muito extensa.



Atividade

Atende aos Objetivos 1 e 3

Leia o texto *O homem da Ilha de Vera Cruz*, na carta de Caminha, de Aluísio Alves Filho, disponível em http://www.achegas.net/numero/um/aluizio_alves.htm e desenvolva as questões 1.a e 1.b:

“...porém o melhor fruto, que nela se pode fazer será salvar esta gente e esta deve ser a principal semente que Vossa Alteza nela deve lançar” (Pero Vaz de Caminha).

1.a. Interprete o trecho da carta do escrivão Pero Vaz de Caminha ao rei de Portugal, considerando: 1. de que forma os portugueses viam os índios brasileiros; 2. os propósitos iniciais da viagem e os bens valiosos que se esperava encontrar; 3. o significado da expressão “salvar esta gente.”

1.b. De que forma a carta de Caminha, escrita no século XVI, influenciou importantes trabalhos de pensadores como Thomas Morus (1478-1535), em *Utopia*, e o iluminista Jean-Jacques Rousseau (1712-1778), em *O contrato social*?

1.c. A imagem do Brasil deriva da forma como brasileiros e estrangeiros vêem o país. Localize nos fragmentos extraídos da carta de Caminha e citados nesta aula duas características do Brasil, descritas sob o ponto de vista do escrivão português, que foram assimiladas no decorrer do processo histórico e compõem a atual imagem turística do Brasil.

This image shows a single sheet of white paper with horizontal blue ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.

Comentários

1.a. Nesta parte da questão, você deve analisar o texto de Aloísio Alves Filho, destacando as características do povo indígena sob a ótica do “outro,” ou seja, dos portugueses do século XVI, especialmente a indolência (preguiça), a ingenuidade e o que os europeus chamavam de criaturas “bestiais.”

Quanto aos propósitos iniciais da viagem, você pode se valer tanto do texto quanto de livros didáticos de apoio ou mesmo, num exercício de memória, lembrar-se das aulas dos tempos de escola, quando seus professores enfatizavam o contexto europeu do século XVI, das grandes navegações, da busca de especiarias para serem revendidas na Europa e a procura de metais preciosos, condizente com a política econômica da época, o mercantilismo. Também é válido considerar o interesse expansionista da nobreza e da Igreja e o surgimento e o crescimento da burguesia comercial.

Procure relacionar a expressão “salvar esta gente” com os interesses políticos da Igreja Católica e com o fato de que Caminha está em missão oficial, devendo prestar contas ao rei e aos interessados na viagem. Lembre-se de que as viagens marítimas portuguesas conciliavam, sob o comando do Estado, os interesses econômicos da burguesia mercantil (explorando novas rotas para aumentar os seus lucros através do comércio ultramarino), os interesses da nobreza (a busca de mais prestígio e privilégios através de novas terras, glórias e títulos) e os interesses religiosos (expansão do poder da Igreja por novas terras, salvando o mundo dos “infiéis” por meio das cruzadas, no caso dos árabes muçulmanos, ou convertendo os nativos do Novo Mundo, vistos como ingênuos e bestiais).

1.b. Esta questão é extremamente importante para você avaliar a grande repercussão e influência da carta de Caminha na formação do imaginário europeu e também brasileiro sobre o Brasil. Intelectuais que viveram na Idade Moderna e tiveram grande influência no pensamento ocidental viam o Brasil como um exótico paraíso, onde funcionava a harmonia e a cooperação entre os nativos, servindo de modelo para as demais sociedades.

1.c. Neste item da questão 1, você será desafiado a analisar um dos documentos históricos mais importantes a respeito do Brasil, procurando reconhecer algumas impressões que os estrangeiros (no caso, os portugueses) tiveram no século XVI a respeito dessa nova terra por eles desconhecida e que fazem parte do que Marilena Chauí chamou “mito fundador do Brasil”, sendo repetido e assimilado por brasileiros e estrangeiros. Você pode destacar, por exemplo, a ênfase dada pelos portugueses sobre o gentio da terra, especialmente as mulheres, e o encantamento dos descobridores com a paisagem natural do litoral brasileiro, visto como exótico e paradisíaco.

O Descobrimento

Na Europa, o comércio de produtos vindos do Oriente (especiarias, seda, porcelana etc.) foi uma das maiores fontes de riqueza dos países europeus no século XV. Os portugueses lançaram-se à procura de novos caminhos marítimos para as Índias, driblando o monopólio italiano no Mediterrâneo, que reduzia consideravelmente os seus lucros no comércio dos produtos orientais.

As razões para o pioneirismo português nas viagens ultramarinas são várias e complementares. Merecem destaque:

1. a centralização do Estado português, consolidando o seu Es-

tado nacional e colocando no poder a burguesia mercantil, com a Revolução de Avis (1383-1385); 2. a sua privilegiada localização geográfica, posicionado para o Oceano Atlântico, favorecendo enormemente a navegação no ultramar; 3. o desenvolvimento técnico e científico, com a utilização de modernos instrumentos de navegação e principalmente através da experiência de navegação da Escola de Sagres.

O marco inicial da expansão marítima lusitana foi a tomada de Ceuta, em 1415, um importante entreposto comercial árabe no norte da África. No continente negro existiam alguns produtos de interesse, como o marfim, ouro, pimenta e os próprios negros, vistos como mercadorias e escravizados (utilizados para as plantações nas ilhas atlânticas ou para serviços domésticos em Lisboa). Em 1488, os portugueses dobraram o Cabo das Tormentas (mais tarde chamado de Cabo da Boa Esperança), e o sul do continente africano passou a ser parte do horizonte comercial lusitano. Finalmente, em 1498, Vasco da Gama alcançou as Índias. Voltou de lá com as naus abarrotadas de mercadorias a serem vendidas a peso de ouro. Seu lucro foi de 6.000 por cento. Procurando garantir o monopólio português no comércio com as Índias através do Atlântico, o rei português enviou uma nova expedição, que teve como comandante o fidalgo Pedro Álvares Cabral e, navegando pelo Mar Oceano, como costumavam chamar o Oceano Atlântico, rumaram mais para o Oeste, resultando no Descobrimento do Brasil.

As razões do Descobrimento do Brasil ainda são motivos de controvérsia entre os historiadores. Teria sido obra do acaso? Correntes marítimas e tempestades desviariam a rota e um acidente de percurso tornou-se um dos maiores feitos da Era Moderna? A versão mais provável do Descobrimento é a de que os lusitanos já sabiam da existência dessas terras, a eles concedida poucos anos antes pelo Tratado de Tordesilhas. De acordo com o Tratado, firmado em 1594, entre Portugal e Espanha (os dois pioneiros nas navegações ultramarinas européias), as terras descobertas à esquerda de uma linha imaginária (a 370 léguas a oeste do Cabo Verde) pertenceriam à Espanha e as da direita

seriam possessões portuguesas. Os portugueses tinham muita experiência de navegação e é difícil acreditar que tenham se perdido no mar quando estavam a caminho das Índias. A versão mais aceita pelos historiadores na atualidade é a da intencionalidade do Descobrimento, e não a do acaso.

A expedição de Cabral foi até então a maior e mais onerosa de todas. Estima-se que cerca de 1.500 pessoas, entre homens de guarnição, missionários e degredados participaram desse empreendimento, numa viagem que teve 44 dias de duração, sob difíceis condições, e contou com 13 embarcações, representando gastos substanciais em suprimentos e equipamentos. Entretanto, o interesse maior de Cabral e da Coroa portuguesa não era o Brasil, mas sim as Índias, fornecedora dos produtos mais lucrativos no comércio com a Europa. Também era fundamental ao Estado português garantir o monopólio da nova rota comercial para as Índias, utilizando o Atlântico como corredor principal.

Durante os trinta primeiros anos decorrentes do Descobrimento, conhecidos como “período pré-colonial”, o Brasil praticamente esteve abandonado. Daí a expressão “desinteresse lusitano”, pois Portugal não procurou colonizá-lo. Todo o esforço do reino português estava concentrado nas Índias, de onde vinham os grandes lucros, e no aumento do rebanho da Igreja Católica na África e na Ásia.

Os portugueses não eram os únicos a freqüentarem o Brasil. Corsários (que são piratas apoiados pelo rei e comerciantes) da França, Inglaterra e Holanda vinham ao Brasil “roubar” (supondo-se que essa terra fosse mesmo de Portugal) pau-brasil, nativos escravizados, aves, animais exóticos etc. Por falar nisso, você já parou para refletir sobre o significado do termo “invasões estrangeiras”, tão comumente associado à presença de outros países europeus no Brasil durante o período colonial? Perceba que a expressão sugere que Portugal fosse o dono, por direito, do Brasil, e estrangeiros e invasores fossem os demais europeus...

Amparado pelo Tratado de Tordesilhas, Portugal protestou junto ao Papa e decidiu enviar várias expedições para o Brasil

durante os anos que antecederam a colonização, com duas finalidades básicas: 1. defender o território através do combate militar aos corsários; 2. tomar posse do território, buscando conhecer o litoral brasileiro, seu traçado geográfico e encontrar suas riquezas naturais, sempre almejando o ouro em primeiro lugar. Já em 1501, o Rei D. Manuel enviava a primeira expedição de reconhecimento do território, comandada por Gaspar de Lemos.

No período pré-colonial não houve povoamento nem produção econômica. A exceção é a extração do pau-brasil. Algumas feitorias de pau-brasil foram montadas, funcionando como uma espécie de depósito, não dando origem, entretanto, a nenhum tipo de povoado. Dessa árvore era extraída uma cera de coloração vermelha que servia como corante para diversos tipos de tinta. A cobiçada árvore era utilizada também para a fabricação de navios, violinos e na construção civil, o que levou essa até então abundante espécie do litoral brasileiro à quase extinção.

O pau-brasil pertencia à Coroa portuguesa. Ela arrendava, isto é, permitia sob contrato, que alguns empresários viessem aqui apanhá-lo, contanto que o Estado português ficasse com parte dos lucros. Quem cortava a madeira e transportava para os navios eram os índios. Eles faziam de “boa vontade”, segundo os documentos portugueses e, em troca, recebiam produtos que apreciavam (pentes, apitos, espelhos, chocalhos, vinho etc.) É o chamado escambo. A documentação do período dá conta de que os primeiros contatos entre portugueses e indígenas foram amistosos, bem diferente da experiência que anos mais tarde, já no período colonial, outros viajantes iriam relatar.

A expedição organizada por Martim Afonso de Souza, em 1530, representou o início da colonização portuguesa. Os motivos e detalhes da colonização, bem como o aproveitamento turístico desse legado, você também estudará na próxima aula.

Costa do Descobrimento: onde tudo começou

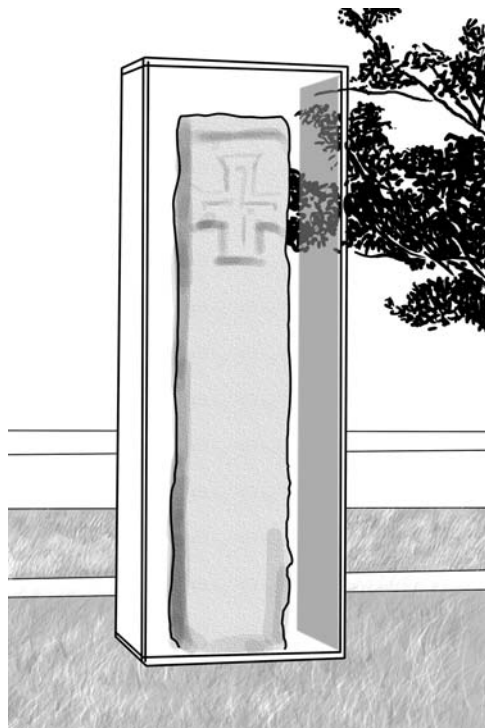


Figura 11.1: Marco do Descobrimento. Porto Seguro — Bahia.

A Costa do Descobrimento é a denominação da zona turística localizada ao sul do estado da Bahia e é formada por três municípios: Belmonte, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro. Junto com a Costa das Baleias (composta pelas cidades de Prado, Alcobaça, Caravelas, Nova Viçosa e Mucuri), integra o chamado Pólo do Descobrimento. Esses agrupamentos de municípios em zonas turísticas e num pólo turístico mais abrangente, o Pólo do Descobrimento, são estratégias da moderna gestão do turismo para desenvolver de forma conjunta os municípios em questão, organizados sob a temática do Descobrimento.

A região foi palco de um dos mais célebres fatos históricos brasileiros, marcando o início da presença portuguesa no Brasil. Foi na Costa do Descobrimento que se deu a chegada de Pedro Álvares Cabral e sua comitiva, incluindo o escrivão Pero Vaz de Caminha, e foi realizada a primeira missa no Brasil. Os próprios nomes dos municípios que integram a Costa do Descobrimento

fazem alusão à chegada dos portugueses e à presença e apoio da Igreja Católica à empreitada. As comemorações dos 500 anos do Descobrimento deram grande projeção nacional e internacional à região, atraindo um grande número de turistas.

Além da importância histórica, o litoral sul da Bahia reúne belezas paradisíacas, descritas na carta de Caminha, que hoje fazem parte de um badalado circuito turístico, com destaque para as localidades de Arraial d’Ajuda e Trancoso.

O marketing turístico da região, para valorizar o produto turístico, invariavelmente explora o discurso da descoberta do paraíso e convida os turistas a redescobrirem o que tanto encantou os portugueses no século XVI. Nunca é demais lembrar que a idéia do paraíso terrestre, o Éden, repleto de felicidade e riquezas, faz parte do imaginário do homem europeu do século XVI e é uma das características mais fortes da carta de Caminha, repetidas pela indústria do turismo.

A pesquisadora Isabel Maria de Jesus Pacheco, mestre em Cultura e Turismo, em seu artigo intitulado “O imaginário da carta de Caminha nas propagandas turísticas da Costa do Descobrimento”, publicado na revista *Espaço Acadêmico*, n. 37, jun. 2004, faz uma brilhante análise sobre as semelhanças entre o marketing turístico contemporâneo e a visão européia sobre o “Brasil” à época do Descobrimento.

A autora nos faz refletir sobre a relação entre o consagrado *slogan* “Bahia, terra da felicidade” e a visão do paraíso, descrita na carta de Caminha. Reproduzimos, a seguir, dois fragmentos do discurso da Embratur (atual Instituto Brasileiro de Turismo), de 1997, utilizados pela autora em sua análise:

A Costa do Descobrimento está localizada ao longo das margens do Rio Caí, no Prado, passando pelo Parque Nacional Monte Pascoal, Caraíva, Trancoso, Arraial d’Ajuda, Porto Seguro até Coroa Vermelha e margens do Rio João de Tiba, em Santa Cruz de Cabralia, *reservando surpresas prazerosas, causando emoções* ao visitante e aumentando o desejo de *redescobrir o Brasil* (EMBRATUR, 1997 apud PACHECO, 2004). (grifo nosso) (...)

A atmosfera mágica que envolve turistas hoje é a mesma que encantou os visitantes portugueses em 1500, no primeiro contato com a terra e seus habitantes, índios Tupi da tribo Pataxó. Isso pode ser destacado pelas praias, cavernas, baías, penhascos e os muitos rios e riachos circundados por coqueirais, manguezais e pela Mata Atlântica (EMBRATUR, 1997 apud PACHECO, 2004). (grifo nosso)

Entretanto, como analisa a autora e é conhecido no meio acadêmico como um dos casos clássicos de um turismo não-sustentável, a Costa do Descobrimento, em especial Porto Seguro, longe de ser o paraíso terrestre, apresenta diversos problemas sociais que afetam diretamente a atividade turística. Tais problemas estão relacionados ao passado histórico, especialmente à exploração e à exclusão social do homem indígena desde a época da colonização. Conflitos pela posse das terras outrora pertencentes aos índios, cenas de mendicância dos indígenas, prostituição, entre outros problemas, são comuns na região. A exploração turística na região, por sua vez, tem sido bastante criticada pelos especialistas por não gerar formas de desenvolvimento sustentável, isto é, não valorizar as culturas e identidades locais e não promover melhoria da qualidade de vida dos habitantes da região, questões primordiais do turismo na atualidade. Ao contrário, ao apostar no turismo de massas, de forma desregrada, a degradação ambiental e a exploração dos habitantes locais se intensificam.

O marketing turístico sobre a Costa do Descobrimento, portanto, é um claro exemplo de como a imagem turística do Brasil está relacionada ao nosso passado histórico, sendo fortemente influenciada pelo imaginário e pelos valores do homem europeu desde a época moderna.



Atividade

Atende aos Objetivos 1 e 3

2. O documentário *Quem são eles?*, disponível no site http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&coobra=22224 é uma excelente fonte de reflexão sobre o desconhecimento do povo brasileiro em relação aos nossos indígenas, resultando num grande preconceito contra esses grupos étnicos. Assista ao documentário e destaque:

- a. Dois comentários pejorativos sobre os índios brasileiros, repetidos pela maior parte dos entrevistados.
- b. Dois argumentos em defesa das diferentes culturas indígenas.
- c. Por que a maioria dos entrevistados não se reconhece como descendente de índios.

Respostas Comentadas

Nesse excelente documentário da série Índios no Brasil, produzida pelo Ministério da Educação, você perceberá que os índios que vivem no Brasil atual enfrentam grande preconceito da maior parte da população brasileira, de norte a sul, independentemente de classe social ou região geográfica. Verá, também, que a raiz desse preconceito está centrada no desconhecimento sobre a história e a pluralidade cultural brasileira e na repetição contínua de estereótipos construídos ao longo dos tempos sobre os povos indígenas.

- a. São algumas das impressões mais recorrentes na fala dos entrevistados: generalizações grosseiras e comentários pejorativos sobre o caráter dos índios; a falta de disposição para o trabalho – indolência (conforme estudamos no início desta aula, na obra de Chauí); o estranhamento quanto aos hábitos diferenciados; e até comentários sobre serem como os animais, serem incapazes de exercerem a cidadania*

brasileira ou não “terem cultura”, vista pela maioria como a cultura letrada, baseada no legado europeu.

b. O apresentador e a socióloga, ambos de origem indígena, dentre outros que aparecem no documentário, são dois importantes elementos que ressaltam as características diferenciadas das culturas indígenas e, ao mesmo tempo, a necessidade de garantia a esses povos dos direitos básicos dos brasileiros, principalmente o de preservação da identidade indígena. Polêmicas quanto à perda da identidade indígena ao se falar português ou cursar uma universidade sem deixar de ser índio são um dos pontos altos do documentário.

c. Resposta pessoal. Leve em consideração o passado histórico dos índios no Brasil e a forte valorização da cultura européia, católica e branca no país, em detrimento das demais culturas.



Atividade Final

Atende aos Objetivos 1 e 2

Pesquise sobre a história de Cabo Frio, no estado do Rio de Janeiro, localizada na região turística denominada “Costa do Sol”, conhecida popularmente como um destino turístico do tipo “sol e praia”. Destaque a importância do lugar nos primeiros anos após o Descobrimento e os atrativos de interesse histórico e cultural ali existentes.

Comentário

Leve em consideração que Cabo Frio é um importante sítio arqueológico indígena e apresenta diversos testemunhos de culturas ancestrais; que foi a primeira feitoria portuguesa no Brasil, em 1504. Cite os exemplares remanescentes do período colonial que são testemunho do aparato religioso e militar da época, como a construção de fortificações e igrejas de grande importância, existentes até hoje e transformadas também em atrativos turísticos.

Resumo

O episódio do Descobrimento do Brasil e o contexto em que se insere, bem como as principais características do período pré-colonial, são temas já conhecidos e bastante enfatizados pelos currículos oficiais da educação básica. Procuramos revisitá-los de forma sintética, ressaltando os aspectos mais relevantes e buscando conexões com o tempo presente, especialmente com a imagem do Brasil interna e externamente, cujas origens remontam a mitos fundadores da época do Descobrimento e da colonização.

Nesse sentido, analisamos a carta de Caminha, um dos primeiros documentos oficiais sobre o Brasil, procurando perceber o olhar europeu sobre o “país” e quais as representações da atual imagem do Brasil que derivam desse olhar estrangeiro. Aspectos como fauna e flora, características paradisíacas, sensualidade e beleza do gentio são alguns dos elementos que já estão presentes no discurso sobre o Brasil desde a sua “certidão de nascimento”, ou seja, desde a célebre carta do escrivão português.

A Costa do Descobrimento é um dos mais representativos destinos turísticos alusivos a esse importante período histórico. Apresenta, entretanto, fortes contrastes sociais, que revelam a história brasileira, marcada pela exploração das riquezas naturais e da sua gente.

Informação sobre a próxima aula

Na Aula 12, veremos como se organizaram a estrutura administrativa do Brasil no período colonial e a formação das cidades. Até lá!

12

A organização política, administrativa e econômica da colônia

Meta da aula

Demonstrar a organização do aparato burocrático do Estado português durante o período colonial no Brasil, o papel da Igreja na administração da colônia e os pilares tradicionais da economia do Brasil colônia: o latifúndio, a monocultura para exportação e o modo de produção baseado na escravidão.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- 1** analisar o sistema de capitanias hereditárias e o sistema de governo-geral no Brasil;
- 2** refletir sobre o regime escravista brasileiro e compará-lo ao mesmo regime utilizado nas colônias sulistas norte-americanas;
- 3** identificar a influência da Igreja Católica na formação da sociedade brasileira, partindo do período colonial.

Introdução

“O primeiro instrumento institucional de ocupação das terras americanas foi a feitoria.”
(DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2001.)

Logo depois do seu achamento, as terras do Brasil permaneceram por aproximadamente trinta anos quase que inexploradas. Isso se deu por sua inicial insignificância na exploração, por Portugal, de riquezas e do pouco potencial em possibilidades comerciais que oferecia. Não tendo empolgado os portugueses – as possessões na Ásia e na África se mostraram, por muito tempo, mais lucrativas – as primeiras tentativas de exploração do litoral brasileiro se basearam no sistema de feitorias: postos de comércio fortificados, enquanto a principal atividade econômica da terra foi a extração do pau-brasil.

Contudo, as terras do Novo Mundo se tornaram ponto de conflito e disputa entre Portugal e Espanha, que reclamava o privilégio de ter “descoberto” as Américas ao ter enviado o navegador genovês Cristóvão Colombo a uma viagem, em direção oeste, pelo mar desconhecido. Colombo acaba chegando às Antilhas no mar do Caribe.

Esta disputa levou à assinatura do Tratado de Tordesilhas, como estudado na Aula 11. Cada reino teria o direito de explorar e colonizar o seu pedaço correspondente. Porém, alguns povos, como os franceses, não reconheceram o tratado de partilha, vindo a praticar o corso e a pirataria no litoral brasileiro, por exemplo. Passaram a comercializar, também, as riquezas encontradas na terra e, mesmo que episodicamente, acabaram se estabelecendo na baía de Guanabara e no Maranhão. Esta foi apenas uma das razões que moveu Portugal a realizar a efetiva colonização do novo território. Para isso, foi criada a política do governo-geral do Estado do Brasil, e começou-se a estabelecer nas terras brasileiras um aparato político, administrativo e econômico.

É importante observar que o sistema político, administrativo e econômico implantado no Brasil pelos colonizadores portu-

gueses apresentou particularidades se comparado com aquele adotado pela América espanhola. Nesta, apresentam-se diferentes formas de trabalho servil, enquanto no Brasil, a escravidão foi o modo de produção predominante. A efetiva colonização do Brasil tinha como objetivo consolidar o “descobrimento” e a conquista da terra; agregar a riqueza extraída da colônia à riqueza produzida pela metrópole; beneficiar as elites; fortalecer o Estado português e expandir a fé católica. Para cumprir essas metas e seguindo experiências portuguesas, a política, a economia, a administração e a sociedade se estruturaram em torno do mercantilismo, do absolutismo, do monopólio e do tráfico negreiro. A escravidão e a grande propriedade (o latifúndio) voltada para a monocultura e para a exportação forjaram uma sociedade aristocrático-escravista em que a ausência de uma divisão clara entre o público e o privado e a subordinação da Igreja ao Estado deixaram marcas históricas identificáveis até os dias de hoje.

Nesta aula, procuraremos lembrar um pouco da História do Brasil a partir da organização política, administrativa e econômica do período colonial. Assim, o estudo da História pode ajudar, em muito, na identificação e na compreensão de nossas potencialidades turísticas.

As capitanias hereditárias e o governo-geral

“(...) Ai, esta terra ainda vai cumprir seu ideal.
Ainda vai tornar-se um imenso Portugal (...)”
(Chico Buarque de Holanda)

A economia nas terras brasileiras logo nos seus primeiros anos, para Portugal, sempre fora frágil. Não tinha agricultura nem manufaturas significativas. O comércio com o oriente era a única coisa que valia a pena. Mas esse comércio possuía deficiências. A Coroa lusitana tinha que importar quase tudo de Flandres – norte da Bélgica – e, por causa disso, a dívida com os banqueiros flamengos, nome dado aos habitantes locais, foi aumentando. Para

piorar um pouco mais, outros países europeus, aos poucos, iam chegando às Índias e estabelecendo uma concorrência com os portugueses. Desta forma, com o tempo, o lucro dos portugueses caía e a economia começava a apresentar prejuízos.

A nobreza feudal, parasita do estado absolutista, não investia os lucros na produção, desperdiçando-os com o luxo. Já a fraca burguesia, tinha que se conformar com as migalhas. Situação difícil, não é? Aliado a tudo isso, havia o fato de o Brasil estar sendo ameaçado pelos estrangeiros, em especial os franceses. Estava na hora de Portugal tentar outro caminho. Quem sabe o Brasil?

Buscando essa alternativa, foi enviada em 1530 uma expedição liderada por Martim Afonso de Sousa. Essa iniciativa é geralmente vista como o início da colonização do Brasil. Depois de percorrer e patrulhar boa parte da costa buscando ouro sem encontrar, fundou a vila de São Vicente, em 1532, levantou o primeiro engenho de açúcar e plantou as primeiras roças de cana-de-açúcar.

Porém, o estado não podia investir sozinho na colonização do Brasil e, por isso, buscou o apoio de vários empresários particulares: fidalgos, comerciantes e funcionários pertencentes à burguesia e à pequena nobreza. Dividiu-se a colônia em quinze quinhões de terra, entregando-as a esses empresários, chamados de *capitães donatários*, que tinham como compromisso promover o povoamento e a exploração das terras. Em troca, além das grandes propriedades, recebiam importantes direitos e privilégios. Esta ação foi resultado de uma fórmula aplicada com sucesso em ilhas de possessão portuguesa no norte da África, Madeira e Açores. Porém, aqui na *Terra Brasilis*, a receita foi fadada ao fracasso. As capitanias foram sendo, ao longo dos anos, retomadas pela Coroa por meio de compra e passaram, então, a pertencer ao Estado.

Temos aqui, então, a primeira experiência administrativa no sentido da colonização: a implantação das capitanias hereditárias. O funcionamento deste sistema se dava do seguinte modo: os donatários recebiam uma doação da Coroa, pela qual se tornavam possuidores da terra. Contudo,

não podiam vender ou dividir a capitania, cabendo ao rei o direito de modificá-la ou mesmo extingui-la. A posse dava aos donatários extensos poderes tanto na esfera econômica e na arrecadação de tributos como na esfera administrativa. A instalação de engenhos de açúcar, de moinhos de água, assim como o uso de depósitos de sal, dependiam do pagamento de direitos; parte dos tributos devidos à Coroa pela exploração do pau-brasil, de metais preciosos e dos derivados da pesca, cabia também aos capitães-donatários. Do ponto de vista administrativo, alistar colonos para fins militares e formar milícias sob seu comando (FAUSTO, 2006, p. 19).

A doação das sesmarias, direito muito exercido pelos donatários, dará origem à formação das grandes propriedades – os latifúndios. Essa prática deu início à tradição latifundiária brasileira, de concentração da propriedade agrária e de muita terra para poucos donos. As grandes propriedades do período colonial objetivavam sempre desenvolver uma monocultura voltada ao mercado exterior, ou seja, produzir um “produto-rei” em torno do qual toda a produção da colônia se concentrava. No caso brasileiro, essa produção ora é o açúcar, ora a borracha, ora o café. Esses produtos serviam para a exportação e o enriquecimento da metrópole em detrimento da produção para o consumo ou o mercado interno.

A dificuldade enfrentada em cada capitania fazia com que os donatários não mais se interessassem pela produção e proteção das terras, pois os ataques eram intensos, os recursos dados pela corte portuguesa não eram suficientes para auxiliar a manutenção de cada capitania, as condições climáticas não eram favoráveis para o plantio da cana-de-açúcar e as leis e as normas impostas por cada donatário eram diferentes umas das outras, tornando a situação ainda mais incômoda. Iniciou-se, então, o período de decadência das capitanias hereditárias.

As capitanias que mais progrediram foram as de *São Vicente*, por causa do apoio oficial da metrópole, e a de *Pernambuco*, onde foi introduzida a produção de açúcar, financiada com o capital holandês. Assim, mais uma vez:

Povoar o Brasil fazia-se urgente

(...) A concorrência no Oriente obrigava Portugal a repensar sua política colonial. O sistema [das capitanias hereditárias] malogrou, contudo, devido ao tamanho do território colonial, assim como em razão de ferozes ataques indígenas (...) quando se fundou o Governo-Geral e Tomé de Souza foi enviado para cá, apenas três das 12 capitanias distribuídas haviam sobrevivido. Chegado em 1549, o primeiro governador-geral ergueu a primeira vila com foros de cidade, São Salvador (...). Trouxe consigo os padres jesuítas e o plano para a instalação urgente de uma estrutura político-administrativa que evitasse o naufrágio completo da colonização: O Governo-Geral (DEL PRIORE; VENÂNCIO, 2001, p. 54-55).

Dessa forma, com o fracasso do sistema das capitanias hereditárias e buscando uma centralização política, administrativa e jurídica da colônia, foi criado um governo-geral. No início, sua sede foi instalada no local da Capitania da Bahia de Todos os Santos, vendida pelo donatário Francisco Pereira Coutinho à Coroa, onde posteriormente Tomé de Souza criaria Salvador (em 1549) para ser a sede de seu governo.

Foi Tomé de Sousa, primeiro governador-geral, quem trouxe consigo os primeiros jesuítas — Manuel da Nóbrega e mais cinco companheiros — que tinham como objetivo catequizar os índios e disciplinar o ralo clero existente na colônia. Além disso, o sistema de governo-geral criou cargos administrativos importantes como o de ouvidor — a quem cabia administrar a justiça —, o de capitão-mor — responsável pela vigilância da costa — e o de provedor-mor, encarregado do controle e do crescimento da arrecadação.

Falaremos mais sobre capitanias hereditárias e as invasões francesas no Brasil nas Aulas 14 e 15.



Os primeiros governadores-gerais

Tomé de Souza, o primeiro governador (1549/53), fundou engenhos e trouxe gado e missionários jesuítas.

Duarte da Costa (1553/58) teve problemas com o Bispo Dom Sardinha e viu os franceses invadirem o Rio de Janeiro.

Mem de Sá (1558/78) expulsou os franceses do Rio de Janeiro, frustrando o plano gaulês de fundação da França Antártica e assassinou uma porção de índios. Foi Mem de Sá quem transferiu a recém-fundada cidade do Rio de Janeiro, da chamada Vila Velha – situada entre o morro Cara de Cão e o morro da Urca – para o morro do Descanso, futuramente batizado de morro do Castelo.

No começo, o governo-geral não conseguiu manter sua autoridade. A capitania de Pernambuco conservou certa autonomia, e o poder efetivo era local, nas mãos dos latifundiários que se faziam representar nas câmaras municipais (câmara dos “*homens bons*”).

Homem bom

“Homem bom” é uma expressão que designava, a partir da Idade Média, em Portugal e durante o período colonial no Brasil, membros da comunidade aldeã e das vilas que tinham certa relevância social: quer por possuírem propriedades ou outros bens, quer por exercerem ofícios não-manuais. Ser um homem bom significava participar das listas de eleitores que escolhiam os membros das câmaras municipais, podendo votar e ser votado. No Brasil colônia, um “homem bom” era o proprietário de terra, branco e cristão. Desta categoria excluía-se os artesãos, mestiços, índios, cristãos-novos, negros, escravos etc.



Assista ao filme *Desmundo*, do diretor Alain Fresnot. O filme é ambientado em 1570, início da colonização portuguesa, e tem como tema o costume da metrópole portuguesa de enviar órfãs ao Brasil para que casassem com os colonizadores. A tentativa era minimizar o nascimento dos filhos com as índias e que os portugueses tivessem casamentos cristãos. O filme mostra a precariedade das povoações brasileiras e seu árduo cotidiano. Curiosidade: o filme é falado em português arcaico, num belo trabalho de Filologia.

Fonte: <http://www.adorocinemabrasileiro.com.br/filmes/desmundo/desmundo-poster01.jpg>



Atividades

Atendem ao Objetivo 1

Pesquise mais sobre o assunto e responda às questões a seguir:

1. Por que a escolha do regime de capitanias hereditárias? Por que só duas capitanias foram bem-sucedidas?
2. Demonstre de que forma a criação do governo-geral consolidou o processo de colonização no Brasil.

Comentários

As capitanias hereditárias e o sistema de governo-geral foram as duas primeiras ações efetivas de colonização do Brasil. Cada uma delas teve suas características na tentativa de sucesso. O sistema de capitanias hereditárias já era conhecido e utilizado por Portugal. Para justificar a consolidação do processo de colonização brasileiro através do sistema de governo-geral, pode-se partir da transferência de todo um aparato administrativo e burocrático português para os trópicos. Pesquise e desenvolva um texto sobre as características deste aparato.

O Brasil e o sistema colonial mercantilista

O sistema colonial a que nos referimos é o conjunto de relações entre as metrópoles e suas respectivas colônias em uma determinada época histórica. O sistema colonial que nos interessa abrange, didaticamente, o período entre o século XVI e o século XVIII.

Segundo o seu modelo teórico, a colônia deveria ser um local de consumo – um mercado – para os produtos metropolitanos, de fornecimento de artigos para a metrópole e de ocupação para seus trabalhadores. Em outras palavras, dentro da lógica do “Sistema Colonial Mercantilista” tradicional, a colônia existia para desenvolver a metrópole, principalmente através do acúmulo de riquezas, do extrativismo ou de práticas agrícolas mais ou menos sofisticadas.

De acordo com a historiografia tradicional, podemos identificar, na economia brasileira, um trinômio teórico usado como base para o funcionamento da colônia: o latifúndio, a monocultora exportadora e o modo de produção escravista. É importante não perdermos de vista também a produção para o consumo interno, que será abordada com mais detalhes na Aula 14.

O latifúndio, no sentido moderno, é um regime de propriedade agrária caracterizado pela concentração desequilibrada de terras pertencentes a poucos proprietários com escasso ou inexistente aproveitamento físico delas. Ou seja, os latifúndios são extensas propriedades rurais onde existe uma grande proporção de terras não cultivadas e que são exploradas com tecnologia obsoleta e de baixa produtividade.

Portugal descobriu que colonizar o Brasil daria certo porque aqui se podia produzir um artigo muito raro na Europa: *o açúcar*. O primeiro “produto-rei” da colônia.

Era desejo da Coroa portuguesa produzir este produto em larga escala, com fins de exportação. Desta forma, a cana-de-açúcar era plantada nas grandes propriedades: os latifúndios.

O que é interessante notar, é que, atualmente, o latifúndio ainda é um regime próprio de países pobres e subdesenvolvidos, inclusive o Brasil. Ele é um dos responsáveis pelo atraso e pelo subemprego nos campos e nas cidades.



Leia o artigo da *Folha de Pernambuco*, de 28/11/2006, e veja como o turismo se utiliza da História do Brasil, usando os engenhos e fazendas de açúcar coloniais, este caso na Zona da Mata Norte de Pernambuco, como atrativo turístico. Veremos mais sobre as fazendas em Pernambuco na Aula 14.

Turismo ecológico: engenhos e fazendas

Zona da Mata Norte para ver e viver

Rodrigo Porto

Marcada pela tradição dos engenhos de açúcar e das manifestações da cultura popular, a Zona da Mata Norte de Pernambuco encontra meios para aquecer a economia da região através do incentivo ao turismo, como alternativa para o desenvolvimento sustentável. Os canaviais ainda dominam a paisagem do lugar, enchendo de verde as planícies e as

montanhas onde casas grandes e senzalas resistem ao tempo. Até a metade da última década, o açúcar representava 60% das exportações pernambucanas, mas, em 2000, esse número caiu para 26%. A retomada do álcool como alternativa de combustível é um fator que favorece as usinas e os pequenos produtores de cana, mas a tentativa de atrair visitantes — através de roteiros ecológicos, histórico-culturais e religiosos — é o objetivo do Governo do Estado, com o lançamento da Rota Engenhos e Maracatus, que contempla 19 municípios e 90 atrativos turísticos da região.

A elaboração dos roteiros turísticos exigiu um investimento de R\$ 10 milhões para a realização de adaptações e melhorias, nas zonas rurais e urbanas, além da divulgação da nova rota, lançada, oficialmente, ontem à noite, na fábrica da Cachaça Carvalheira, no Recife. Através da parceria entre o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável da Zona da Mata de Pernambuco (Promata), a secretaria estadual de Turismo e a Empetur, a idéia foi posta em prática com a capacitação de guias de ecoturismo, abertura de trilhas nas matas, implantação de estradas, sinalização rodoviária e turística, apoio à produção de artesanato, restauração de antigos engenhos e construção de novos atrativos, como o Parque dos Lanceiros, um espaço com pequeno museu do Maracatu, palco para apresentações culturais e ampla arquibancada, decorado com esculturas de caboclos-de-lança, assinadas pelo artista plástico Cavani Rosas.

Ao percorrer as estradas que ligam Nazaré da Mata, situada a 65 quilômetros do Recife, aos municípios vizinhos de Tracunhaém, Carpina, Vicência e Aliança, o viajante se surpreende com os extensos canaviais, as usinas, os engenhos (com seus quatro elementos básicos: casa grande, senzala, moita e capela), sedes de maracatus (como o Ponto de Cultura de Aliança, onde o mestre Zé Duda comanda o Maracatu Estrela de Ouro) e ainda um museu e algumas fábricas de cachaça, uma das especialidades da região. Em Vicência, a cachaçaria Água Doce está aberta à visitação. Lá, já se produziu também açúcar, rapadura e mel de engenho. Após conhecer as diversas fases da produção, há degustação de cachaças e licores, além do imperdível caldo de cana gelado.

Mas o forte mesmo dos roteiros históricos são os antigos engenhos. Muitos deles estavam abandonados, com as estruturas ameaçadas e habitados apenas por morcegos. Arquitetos foram contratados para revitalizá-los e agora já

dispõem de visitas guiadas. O engenho Poço Comprido, em Vicência, uma construção do século XVIII – que já serviu de refúgio para Frei Caneca, líder da Confederação do Equador (1825) –, tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), ganhou reforma. Paredes pintadas de branco, detalhes em azul nas portas e janelas, tudo como no original. Esse é um dos raros engenhos que têm uma característica curiosa: da casa-grande para a capela, existe uma passagem para que a família dos senhores de engenho não se misturassem aos escravos. Já a senzala não está mais lá, mas, segundo os pesquisadores, os baobás (árvores africanas) denunciam o possível lugar que ela ocupava.

Hospedagem é feita nos próprios engenhos seculares

A exemplo do que acontece em diversos países da Europa, onde hotéis e pousadas são instalados em antigos conventos, castelos e palácios, os visitantes que chegam à Mata Norte já podem se hospedar em autênticos engenhos, para sentirem a atmosfera da época áurea da indústria açucareira em Pernambuco. No engenho Cueirinha, em Nazaré da Mata, os quartos estão distribuídos entre a casa-grande e os chalés, que dão para um enorme açude, cujas margens têm ainda um píer e uma graciosa capela.

No município de Vicência, o engenho Jundiá está localizado ao pé de uma colina que recebe os tons em verde e amarelo, com os paus-d'arco floridos. No topo da montanha, fica a capela de Nossa Senhora da Conceição, de onde se tem uma das mais belas vistas sobre os canaviais. Na casa-grande, o mobiliário de época (1882) está em perfeitas condições de conservação e é mantido na mesma posição em que estava quando as sinhas ainda circulavam por ali. Uma outra atividade bastante comum nos engenhos é a pescaria. No engenho Pedregulho, em Nazaré da Mata, o pesque-e-pague funciona aos domingos. Depois da brincadeira, os peixes podem ser preparados e servidos no restaurante. Durante a semana, é necessário agendar a visita.



Ninguém pode acusar Portugal do “atraso” do Brasil. Os colonizados não queriam ver o progresso da colônia, o que eles queriam era arrancar o máximo para que pudessem lucrar. É bom não perdermos de vista a idéia de que a economia da colônia era concebida como complemento da metrópole.

Quais as conseqüências disso? Em primeiro lugar, o esgotamento dos solos pela monocultura – áreas enormes da Mata Atlântica foram devastadas – em segundo lugar, a dependência econômica. Se o produto exportado tiver seu preço reduzido, a economia colonial decaía também.

A escravidão no Brasil

Como vimos, uma das bases da economia colonial brasileira foi a mão-de-obra escrava: o negro africano era trazido pelo mar, entre cadeias e, além de ser mercadoria cara, gerava riqueza com o seu trabalho.

Diversos fatores determinaram a generalização do trabalho escravo africano no Brasil, que se iniciou, a partir do final do século XVI, ao mesmo tempo que a mão-de-obra nativa deixava de ser opção viável. Epidemias adquiridas em contato com os brancos, mortes pelo trabalho forçado, desarticulação de sua economia de subsistência, fugas para o interior, suicídios marcavam as tentativas de escravidão dos povos indígenas e o contato do povo branco com o índio. Além disso, a luta dos jesuítas contra o cativo indígena levou os colonos a voltarem seus olhos cada vez mais para os escravos africanos.

Os negros eram capturados na África pelos portugueses que, não raramente, promoviam ou estimulavam guerras entre as tribos africanas para poderem comprar, dos chefes vencedores, os negros derrotados. Aos poucos, os sobas, chefes locais africanos, passaram a capturar seus conterrâneos e a negociá-los com os traficantes, em troca de fumo, tecidos, cachaça, armas, jóias, vidros etc.

Os escravos chegavam ao Brasil amontoados nos porões de navios negreiros chamados *tumbeiros*, sujeitos a condições tão insalubres pela superlotação e a longa duração da viagem, que a média de mortalidade era estimada em 20%.

Não seria exagero estimar que o número de vítimas envolvendo os escravos transportados e os que morreram na luta contra as incursões brancas chegaria a algo próximo do dobro ou até do triplo dos africanos deslocados para a América. Calcula-se que, até o século XIX, entre 10 e 15 milhões de africanos, dos quais cerca de 40% vieram para o Brasil, foram capturados pelos brancos e deslocados para a América.

Os sobreviventes eram desembarcados e vendidos nos principais portos da colônia, como Salvador, Recife e Rio de Janeiro, completando-se a ligação entre o centro fornecedor de mão-de-obra (África) e o centro produtor de açúcar (Brasil), integrados na empresa da colonização metropolitana. Para a Bahia dirigiram-se principalmente os negros sudaneses, trazidos da Nigéria, Daomé e Costa do Marfim, enquanto os bantos, capturados no Congo, Angola e Moçambique, iam para Pernambuco, Minas Gerais e Rio de Janeiro.

Atos de rebeldia, como tentativas de assassinato de feitores e senhores, fugas e suicídios, acompanhavam a exploração dos africanos negros. Muitos fugitivos que escapavam à recaptura pelos capitães-do-mato organizavam-se em quilombos, verdadeiras comunidades negras livres. O quilombo de Palmares, em território do atual estado de Alagoas, foi o mais importante deles na resistência à escravidão.



Os escravos nos anúncios dos jornais brasileiros do século XIX (grafia da época)

1. Formas de resistência

Escravo fugido

Acha-se fugido o preto Francisco pertencente ao sr. José de Souza Teixeira. Este escravo é o que tentou contra a vida do mesmo senhor, assim como quando

esteve preso na cadeia desta cidade feriu gravemente João Francisco Camargo. O sr. Teixeira comprara-o do pharma-cêutico sr. J. de Oliveira Barreto e mandara-o para a casa de correção de S.P.; ultimamente por isto o vendeu. Francisco no mesmo dia sahio da correção evadindo-se prometendo vir à cidade no intuito de vingar-se do sr. Teixeira. Um caso desses exige vigilância, frustrando seus maléficos intentos. (*Correio Paulistano*, 11 abril 1885.)

Escravo fugido

Fugio o escravo Raymundo de 18 annos de idade, fino de corpo, cor retinta, cabello mal cortado (...) finge-se humilde quando é interrogado, muda de nome, dá-se por forro, pede serviço de jornal (...) Gratifica-se a quem o entregar na rua da Constituição nº 72, advertindo-se que deverá ser bem seguro, pois costuma iludir os padrinhos e condutores e fugir novamente. (*Correio Paulistano*, 12 de maio de 1885.)

2. Oferta de compra e venda de escravos

Atenção:

Precisa-se de uma ama-de-leite na rua da Boa Vista n. 34. Paga-se bem porém deseja-se que o leite seja novo. (*A Província de São Paulo*, 9.1.1876.)

Vende-se uma boa escrava de 18 a 19 anos, de préstimo, muito boa costureira, lavadeira, engomadeira, faz vestidos de senhoras, e camisas de homem, cozinha sofrivelmente, é de muito boa conduta, é finalmente para todo o serviço de uma casa. Para tratar na rua do Carmo n.14.

(*Correio Paulistano*, 23.2.1870.)

Estabelecido no século XVII, Palmares era uma comunidade auto-suficiente, que produzia gêneros agrícolas para seu próprio sustento e que chegou a abrigar mais de 20 mil negros fugidos dos engenhos. O sucesso de sua organização era uma ameaça aos senhores de engenho, pois estimulava o desejo de liberdade e a formação de outros quilombos.

Após diversos cercos malsucedidos, em 1694, uma expedição sob contrato liderada pelo bandeirante paulista Domingos

Jorge Velho destruiu o que restava do quilombo. Zumbi, o principal líder de Palmares, reorganizou a luta com os que tinham conseguido fugir, mas foi preso e morto em 20 de novembro de 1695. No Brasil, essa data é, atualmente, consagrada como Dia da Consciência Negra.

A escravidão no Brasil consolidou-se como uma experiência de longa duração a marcar diversos aspectos da cultura e da sociedade brasileira. Mais que uma simples relação de trabalho, a existência da mão-de-obra escrava africana fixou um conjunto de valores da sociedade brasileira em relação ao trabalho, aos homens e às instituições. Nessa trajetória, podemos ver a ocorrência do problema do preconceito racial e social no decorrer de nossa história.

A escravidão fez com que o trabalho se tornasse uma atividade inferior dentro da sociedade da época. O trabalho braçal era visto como algo destinado ao negro. Mesmo grande parte da mão-de-obra sendo empregada em atividades que exigiam grande esforço físico, outras tarefas também eram desempenhadas pelos escravos. Os escravos domésticos trabalhavam nas casas, enquanto os escravos de ganho administravam pequenos comércios, praticavam artesanato ou prestavam pequenos serviços para seus senhores.

Mesmo a escravidão tornando-se uma prática usual, não podemos nos esquecer das várias formas de resistência contra a escravidão. O conflito direto, as fugas e a formação de quilombos eram as mais significativas formas de resistência. Além disso, a preservação de manifestações religiosas, certos traços da culinária africana, a capoeira, o suicídio e o aborto eram outras vias de luta contra a escravidão.

Após a independência do Brasil, a escravidão se manteve intocada. O preconceito racial e os interesses dos grandes proprietários permitiam a preservação do sistema escravista. Somente no Segundo Reinado podemos contemplar a formação de um movimento em prol da abolição. Em meio à ascensão do abolicionismo, os interesses britânicos pela ampliação de seu mercado

consumidor em solo brasileiro e a imigração de trabalhadores europeus davam brecha para o fim desse sistema.

Durante o governo de Dom Pedro II, várias leis de caráter abolicionista foram aplicadas. A gradação da política abolicionista traduzia o temor que certos setores da elite tinham em um processo de abolição brusco capaz de promover uma revolta social. A Lei Eusébio de Queiroz, de 1850, foi a primeira a proibir o tráfico de escravos para o Brasil. Somente quase quarenta anos depois, em 1888, a Lei Áurea deu fim ao regime escravista brasileiro. Voltaremos a esse assunto com mais detalhes na Aula 19.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

3. Reflita sobre o regime escravocrata brasileiro, que tanto nos marcou socialmente, comparando-o com o mesmo regime adotado pelas colônias do sul da América do Norte. Pesquise o assunto. Será que podemos estabelecer diferenças na forma de escravidão entre os dois países? E as consequências? Em que a sociedade de etnia negra norte-americana se diferencia, hoje, da brasileira?

Comentário

Apesar de o regime escravista ter sido adotado nos dois países na época colonial, os negros norte-americanos conseguiram, por exemplo, adquirir um status social diferente dos da sociedade brasileira. Os conflitos étnicos presentes nas duas sociedades tomaram rumos diferenciados. Escreva alguns parágrafos sobre o assunto, pesquisando e apontando outras diferenças encontradas.

Aproveite e assista ao filme Amistad, de Steven Spielberg, que mostra, mesmo que de uma forma romântica, a trajetória de um grupo de 53 negros, desde seu aprisionamento por traficantes de escravos até seu retorno ao continente africano.

A Igreja Católica e sua influência na colonização do Brasil

Logo depois do estabelecimento do governo-geral na Bahia, criou-se, em 1533, o bispado de São Salvador, que estava subordinado ao arcebispado de Lisboa, o que já caracterizou uma organização do Estado e da Igreja estreitamente aproximados. Além do Estado português, a Igreja Católica foi a outra instituição que estava destinada a organizar a colonização do Brasil. A criação do bispado de São Salvador nos mostra que uma instituição estava ligada à outra, sendo o catolicismo reconhecido como religião do Estado. Em princípio, ao Estado coube o papel de garantir a soberania portuguesa sobre a colônia, e a Igreja, como tinha em suas mãos a educação das pessoas, o “controle das almas”, funcionou como instrumento eficaz na veiculação da idéia geral de obediência ao poder do Estado. Porém, seu papel não se limitava a isso: estava presente na vida e na morte das pessoas e nos episódios decisivos do nascimento, casamento e morte. O ingresso na comunidade, o enquadramento nos padrões de uma vida decente, uma morte livre do pecado, entre outros, dependiam de atos monopolizados pela Igreja: o batismo, a crisma, o casamento religioso, a confissão, a extrema-unção na hora derradeira ou um enterramento em um cemitério.



Ideologia religiosa e a participação da Igreja na empresa colonial brasileira

Não há trabalho nem gênero de vida no mundo mais parecido à cruz e à paixão de Cristo que o vosso em um destes engenhos (...)

Bem-aventurados vós se soubéreis conhecer a fortuna do vosso estado, e com a conformidade e imitação de tão alta e divina semelhança aproveitar e santificar o trabalho (...)

A paixão de Cristo parte foi de noite sem dormir, parte foi de dia sem descansar, e tais são as vossas noites e os vossos dias. Cristo despido, e vós des

pidos; Cristo sem comer, e vós famintos; Cristo em tudo maltratado, e vós maltratados em tudo. Os ferros, as prisões, os açoites, as chagas, os nomes afrontosos, de tudo isso se compõe a vossa imitação, que, se for acompanhada de paciência, também terá merecimento de martírio. (...)
Padre Antônio Vieira. Sermão XIV (1633).

Basicamente, foram quatro as ordens religiosas estabelecidas no Brasil: jesuítas, carmelitas, beneditinos e franciscanos. Os templos religiosos destacavam-se na paisagem das primeiras cidades: a cidade colonial era marcada pelas fachadas brancas das igrejas que, em geral, eram construídas com as portas voltadas para o mar e no alto de morros. E os sinos, que soavam anunciando as horas canônicas (horários que eram dedicados a exercícios espirituais, momentos de oração e reflexão), funcionavam como relógios para a população.

São as ordens religiosas e as irmandades que irão estruturar a sociedade colonial. As ordens eram divididas em Ordens Primeiras, Segundas e Terceiras, cada qual com seu templo, enquanto que as irmandades giravam em torno da fé comum a algum santo por irmãos leigos. Cada irmandade agrupava uma parcela da comunidade, de acordo com as condições sociais dos indivíduos. Havia, desta forma, as Irmandades dos Homens Brancos (ricos ou pobres), as Irmandades dos Homens Pardos (composta por mulatos e mestiços) e a Irmandades dos Homens Pretos. Estas últimas, tanto para escravos ou libertos. Assim, essas ordens vão funcionar tanto como agentes de propagação da fé quanto como organismos de assistência social aos seus membros.



Atividade

Atende ao Objetivo 3

4. Na sua cidade ou em localidade próxima, existem igrejas, capelas ou conventos católicos coloniais? Pesquise um pouco da história da

fundação de cada um deles ou dos que considera mais expressivos e busque identificar, nesta pesquisa, as ordens a que cada um pertence.

Comentário

Independentemente da fé que cada um professa, a influência da Igreja Católica é muito grande na formação da sociedade brasileira, no seu modo “cristão” de pensamento em relação ao mundo ou na formulação de juízos de valor. As ordens religiosas católicas, as primeiras instaladas no Brasil, como vimos, acabaram sendo instrumentos de ajuda social e meios de hierarquização e privilégios. É importante buscarmos um pouco de informação sobre este tema.



Atividade Final

(UFRJ/97) “A Metrópole, por isso, é a mãe deve prestar às colônias suas filhas todos os bons ofícios e socorros necessários para a defesa e segurança das suas vidas e dos seus bens (...) Estes benefícios pedem iguais recompensas e, ainda, alguns justos sacrifícios; e por isso é necessário que as colônias também, da sua parte, sofram: 1. que só possam comerciar diretamente com a Metrópole, excluída toda e qualquer outra nação, ainda que lhes faça um comércio mais vantajoso; (...) Desta sorte, os justos interesses e as relativas dependências mutuamente serão ligadas”

(COUTINHO, J.J. da Cunha Azevedo. *Ensaio sobre o comércio de Portugal e suas colônias*, 1816.)

A empresa que se organiza como parte integrante do sistema colonial português na época moderna tem como base os elementos da política econômica mercantilista, entre os quais se encontra o monopólio comercial.

- Identifique duas características da empresa colonial portuguesa na época moderna.
- Explique a função do monopólio comercial no sistema colonial da época mercantilista.
- Justifique a substituição do indígena pelo negro africano, tomando como elemento-chave o tráfico negreiro.

Comentário

Aproveite todas as idéias colocadas nesta aula, junte com sua pesquisa particular sobre os assuntos abordados e escreva as respostas das questões anteriores. Elas, de certa forma, resumem parte do conteúdo desta aula.

Resumo

Podemos dizer que a colonização no Brasil teve um caráter mercantil. O interesse maior, tanto da metrópole quanto da colônia, era a exploração comercial, seja de riquezas facilmente encontradas, sem muito trabalho, seja de produtos cultivados. O objetivo do colonizador, na maioria das vezes, era o de enriquecer para voltar à “civilização”. Na hora do trabalho árduo, a alternativa mais lucrativa acabou sendo o tráfico africano de escravos e a mão-de-obra negra cativa. A Igreja Católica, no seu intuito de levar a fé cristã ao maior número de pessoas, protegeu o nativo indígena e forjou mentalidades na nova sociedade que se formava. Todos estes fatores contribuíram na formação da sociedade brasileira e no nascer de uma futura nação.

Informação sobre a próxima aula

Na aula seguinte, num desdobramento deste tema, trataremos da formação das cidades no Brasil e de suas peculiaridades. Este estudo será de extrema importância para pensarmos sobre a cidade como atrativo turístico. Por que temos a maioria de nossas cidades construídas no litoral do país? Em que isso influencia a enorme demanda pelo turismo “sol e praia”? Onde se localizam as cidades consideradas “históricas” e por que todas elas apresentam uma arquitetura essencialmente barroca?

13

A formação das cidades brasileiras

Meta da aula

Refletir e informar sobre a formação das cidades brasileiras e seus estilos de arquitetura e construção, mostrando como a preservação de algumas dessas cidades e de seu patrimônio arquitetônico se transformou em base para a estruturação da atividade turística.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- 1** identificar os principais estilos da arquitetura colonial brasileira;
- 2** avaliar as políticas culturais ligadas ao patrimônio e seus usos pela atividade turística.

Pré-requisito

Para facilitar a compreensão desta aula, é necessário que você esteja bem familiarizado com o conteúdo da Aula 12.

Introdução

Refletindo a estrutura político-administrativa, as cidades brasileiras vão nascer e se formar repletas de particularidades. Se considerarmos o tamanho e a complexidade dessas cidades, podemos dizer que existiam pelo menos quatro tipos de núcleos de povoação. Seguindo uma hierarquia crescente aparecem então as feitorias, os arraiais, as vilas e as cidades. Contudo, em todos eles, na composição de sua estrutura, estava evidente o desejo de fora, do colonizador, dos mercados externos, dos modismos estrangeiros, não constituindo um produto de uma dinâmica interna. Percebe-se que não era objetivo desses núcleos de povoamento, em primeira instância, satisfazer suas próprias necessidades, sanar verdadeiramente seus problemas.

A dinâmica seguida pelas vilas e cidades brasileiras, a partir de seu objetivo primeiro e contando com os acréscimos da cultura portuguesa, vai caracterizar, também, uma difícil diferenciação entre o público e o privado. Observar-se-á um senso de coletividade, uma busca pelo favorecimento da comunidade, do coletivo, pouco existente. Nesse ponto, esses núcleos se diferenciarão da dinâmica daqueles cuja colonização será feita por imigrantes estrangeiros a partir do século XIX.



Podemos falar também de uma arquitetura colonial no Brasil. Esse tipo de arquitetura é aquela predominante nas edificações urbanas construídas basicamente no período colonial brasileiro. Caracteriza-se pela horizontalidade dos prédios, pela utilização de telhados com coberturas de telhas cerâmicas e amplos **beirais** e pela singeleza das fachadas.

Beiral

Parte do telhado que se prolonga além da prumada das paredes externas do edifício.

No Brasil o termo “colonial” foi usado para abranger a difícil classificação purista dos estilos **maneirista**, **barroco** e **rococó**.

A ordem jesuítica será a responsável pelas primeiras grandes obras de construção religiosa no Brasil e pelo primeiro modelo arquitetônico a chegar aqui. Construirão ao estilo “maneirista”, sendo comum, também, denominarmos esse estilo de construção de “arquitetura jesuítica” ou “estilo jesuítico”. Infelizmente, são poucos os exemplos que ainda se encontram de pé no país. Em geral, são exemplares da arquitetura do século XVI no Brasil. Dessa forma, para observá-los de perto, deve-se visitar as cidades que foram os primeiros núcleos urbanos brasileiros, todas elas localizadas, por determinação histórica, no litoral do país.

Como características principais desse estilo de arquitetura, podemos apontar suas fachadas que se aproximam do formato quadrado e o **frontão** de formato triangular (também chamado “retilíneo”). O corpo do edifício possui aparência pesada e apresenta decoração praticamente sem ornamentos.



Alexandre Mees

Figura 13.1: Igreja da Sé, século XVI, em Olinda, Pernambuco, mostrando sua fachada em estilo jesuítico.

O **maneirismo**

caracteriza-se pela tentativa de se usar a linguagem clássica a partir de formas geométricas básicas. Foi o primeiro modelo arquitetônico a chegar ao Brasil e foi adotado de forma sistemática pelos jesuítas em suas edificações. Por isso, também é conhecido aqui como “estilo jesuítico”.

O **barroco** tem sua criação, na Europa, associada ao movimento da Contrarreforma. Caracteriza-se pelo contraste do claro e do escuro, pelo emprego de folhagens e anjos nos ornamentos e pelo rebuscamento decorativo.

Já o **rococó** pode-se dizer que é uma suavização e diluição das fortes, expressivas e dinâmicas formas do barroco. Surge na França no século XVIII, no reinado de Luís XV, como moda de decoração de interiores e mobiliários. Seu dinamismo é gracioso e leve, empregando fundos claros com douramento.

Frontão

É o elemento de coroamento da fachada, que pode aparecer na forma triangular, aproximadamente triangular ou em arco. Situa-se na parte superior do edifício ou sobre portais, portadas e portões. Com formas variadas, foi muito utilizado no coroamento superior central das fachadas de antigas igrejas.

Já no século XVII, coincidindo com a descoberta dos metais preciosos nas Minas Gerais e influenciada pela Contrarreforma (Ver Aula 3), a arquitetura – principalmente religiosa – ganhará influências do estilo barroco, que será diluído no estilo rococó em fins do século XVIII.



Alexandre Mees

Figura 13.2: Igreja da São Francisco de Assis, século XVIII, em Ouro Preto, Minas Gerais: um exemplo do estilo barroco brasileiro executado pelo mestre Aleijadinho.

Os **fortes**, por definição, são diferentes das **fortalezas**. São compostos por uma ou mais baterias de artilharia localizadas na mesma estrutura edificada, enquanto as fortalezas são compostas por duas ou mais baterias localizadas em obras independentes e com largo intervalo entre elas. Dessa forma, a fortaleza é capaz de apresentar mais armas, mais efetivo e maior área de abrangência.

No Rio de Janeiro, por exemplo, podemos dividir a arquitetura colonial, quanto aos usos e funções, em três tipos distintos: arquitetura militar, arquitetura religiosa e arquitetura civil. É bom lembrar que o estilo colonial de arquitetura irá perdurar desde a fundação da cidade, em 1565, até 1808, com a chegada da Família Real.

A arquitetura militar é representada pelos **fortes** e **fortalezas**. Eles têm caráter utilitário de proteção e defesa da costa, da cidade, e são construídos, em geral, no século XVII.



Alexandre Mees

Figura 13.3: Fortaleza de Santa Catarina, em João Pessoa, Paraíba. Reparem que uma fortaleza, por ser maior, podia abrigar em seu interior até mesmo uma igreja. O poço era um elemento essencial no caso de os combatentes ficarem sitiados por muito tempo no interior da construção.



Alexandre Mees

Figura 13.4: Detalhe da murada da fortaleza de Santa Catarina, em João Pessoa, PB. O principal material utilizado nesse tipo de arquitetura era a pedra.



Leia a seguir uma reportagem da Folha de S. Paulo sobre o Forte de Copacabana, no Rio de Janeiro, e seu uso turístico.

Um “choque de gestão” adotado por um comandante fez do Forte de Copacabana o terceiro ponto turístico mais visitado da cidade. Com atrações culturais, gastronômicas e de lazer, a fortaleza histórica dá lucro e proporciona aos visitantes uma bela vista da cidade.

Pense nos três pontos mais visitados do Rio: o Pão de Açúcar, o Cristo e... acertou quem mirou no Forte de Copacabana. A unidade militar, que avança pelo mar na divisa de duas das praias mais famosas do mundo – Ipanema e Copacabana –, assumiu a terceira posição entre os pontos turísticos da cidade ao multiplicar o seu público por mais de 10 em cerca de três anos. O Forte contabilizou mais de 460 mil visitantes no recém-fimado 2008. Em 2005, eram apenas 40 mil pessoas por ano. Hoje, supera a visita ao Maracanã e ao Sambódromo.

O Pão de Açúcar atrai 850 mil e o Cristo Redentor fica perto disso, com cerca de 500 mil turistas que chegam só pelo trenzinho – isso sem contar excursões, táxis e particulares. A maior arma da fortaleza para conquistar o público é a localização privilegiada. O conjunto, tombado pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional), reúne à beira-mar alamedas arborizadas e charcos como museu, galeria de arte, bares, restaurantes e intensa programação cultural e de lazer o ano todo. Em cartaz, neste verão, uma roda-gigante.

Recuperar o *glamour*

O comandante do Forte, coronel Édson Silva de Oliveira, 57, virou “case” de sucesso em marketing e turismo, frequentemente convidado a dar palestras. Para consolidar seu “plano de negócios”, coronel Edson recorreu a um chavão político-empresarial: o choque de gestão. “Era preciso recuperar [palavra estranha para um militar, reconhece] “o glamouuuur” [projeta os lábios ao pronunciar] do Forte”, diz. Quem paga R\$ 4 para entrar no Forte – ou R\$ 2, a meia-entrada – vê poucas armas além de canhões históricos, mas se depara com atrações inusitadas para uma instituição militar. No verão, por R\$ 15 (até as 17h) ou R\$ 30 (depois desse horário), é possível ver um ângulo diferente da cidade do alto da roda.

Além do visual do brinquedo – pelo segundo ano ali –, há no Campo de Marte da fortaleza um *lounge* com vista para o mar, inspirado nos cafés de Ibiza, com trilha sonora a cargo de DJs convidados. Ali, espreguiçadeiras diante do pôr-do-sol ou o som das *pick-ups* atraem centenas até em dia de chuva para noites na ordem unida do “bate-estaca” até as 2h da manhã.

Cabelo de Napoleão

Separada da “Cidade da Roda” por uma passarela, o Museu Histórico é pequeno, mas vale a visita. Tem recriações de figuras como Caxias, o patrono do Exército, em tamanho natural e figurinos originais, ou da expedição brasileira na Segunda Guerra. Entre as curiosidades, uma mecha do cabelo de Napoleão e uma sala dedicada aos presidentes militares.

Mais embaixo, voltada para a praia de Copacabana, fica a filial da Confeitaria Colombo, onde se pode tomar café da manhã ou almoçar ao ar livre.

Se nos concentrarmos na arquitetura religiosa, observaremos que se destacam as igrejas conventuais (século XVII), as igrejas paroquiais, as igrejas de irmandade (a partir do século XVIII), as igrejas rurais, as capelas e as **ermidas**. Essas estruturas construtivas, no Brasil colonial, são instrumentos de conforto espiritual e afirmação social, já que seus membros são divididos em hierarquias sociais de acordo com o santo escolhido como devoção.

Ermida

Sinônimo de capela; em geral, é construída em lugar afastado e despovoado. Muitas delas formaram a estrutura original de futuros edifícios religiosos mais complexos.



Figura 13.5: A igreja de Santo Antônio, localizada no largo da Carioca, na cidade do Rio de Janeiro, é um exemplo de igreja conventual, já que possui, ao lado do corpo da igreja, um convento. Reparem o seu estilo barroco carioca de construção.

Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:ConventoSantoAntonio-CCBY.jpg>

Por último, a arquitetura civil se faz perceber nos palácios, nas casas de chácara, nas casas de fazenda e nas obras de infraestrutura. Ela atende a necessidades técnicas e funcionais. As casas de chácara se caracterizam por possuírem senzala, jardim, horta, pomar, chiqueiro, estrebaria e cocheira. Já as casas de fazenda (ou de engenho) possuíam casa-grande, senzala, engenho e capela no corpo da casa ou em anexo.



Alexandre Mees

Figura 13.6: Fachada da casa de banhos de D. João VI, localizada no bairro do Caju, cidade do Rio de Janeiro. Este é um exemplo de casa de chácara do período colonial que ainda pode ser visitado.



Alexandre Mees

Figura 13.7: Interior da casa de banhos de D. João VI. Atualmente, este raro exemplar de arquitetura civil colonial foi transformado em museu.

É importante sublinhar que o estilo colonial carioca tem matriz de base geométrica e caráter rígido. Ele perde em liberdade compositiva, mas ganha em rigor formal. Nasce do compasso e da régua. Já nas Minas Gerais, em contrapartida, prevalece o escultório. Observe a diferença nas **Figuras 13.2** (a igreja de São Francisco de Assis em Minas Gerais) e **13.5** (a igreja e o convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro).



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Procure, em sua cidade ou no seu estado, exemplos de arquitetura colonial. Liste-os e tente classificá-los quanto ao seu estilo: maneirista, barroco ou rococó. Se precisar, faça uma breve pesquisa sobre cada um desses estilos usados na arquitetura.

Comentário

O Rio de Janeiro, por exemplo, tanto a cidade quanto o estado, é privilegiado quanto aos exemplares de arquitetura preservados. Aqui, é possível encontrar ao menos um exemplo de cada estilo arquitetônico brasileiro. Em especial na capital. Da arquitetura colonial temos desde fortes e fortalezas até palácios, casas de fazenda e chafarizes.



Santa Cruz – Rio de Janeiro: um esquecido patrimônio do Brasil colonial

Você sabia que na cidade do Rio de Janeiro, na Zona Oeste, existe um importante patrimônio nacional, remanescente do período do Brasil colônia? Trata-se da Ponte do Guandu, ou Ponte dos Jesuítas, como é mais conhecida. A ponte foi um dos cinco primeiros bens culturais tombados no Brasil, em 1938, pela então Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). A obra data de 1752 e foi construída por padres jesuítas com a finalidade de controlar o fluxo das águas das enchentes do rio Guandu, drenar uma parte das águas para o rio Itaguaí por um canal artificial e servir de travessia do interior para a capital. Funcionava como uma ponte-represa, e suas quatro comportas eram controladas pelos padres.



Figura 13.8: Detalhe do centro da Ponte dos Jesuítas, com sua decoração barroca e as comportas na parte inferior.

Fonte: Subprefeitura da Zona Oeste – Rio de Janeiro.

A arquitetura jesuíta, cujas obras de restauração se iniciaram em 2007, traz belas esculturas barrocas no centro da construção e as inscrições em latim: as conhecidas iniciais I.H.S. – “Jesus Salvador dos Homens”, sobrepostas por uma cruz, e a interessante inscrição: “*Flecte genu, tanto sub nomine, flecte viator Hic etiam reflua flectitur amnis aqua.*” “Dobra o joelho sob tão grande nome, viajante. Aqui também se dobra o rio em água refluyente.”

Desde 1589, a Companhia de Jesus era proprietária de terras na região e foi ampliando os seus domínios na imensa planície de Santa Cruz, durante o período de sua permanência no Brasil. O próprio nome da região é mais uma vez uma referência ao poder político da Igreja e à importância da ordem jesuíta durante o período colonial. Lembre-se de que os jesuítas permanecem no Brasil até 1759, quando foram expulsos por ordem do marquês de Pombal.

Santa Cruz era um microcosmo do Brasil colonial. Além da Ponte dos Jesuítas, patrimônio histórico nacional, pode-se ter uma ideia da importância dessas terras para a história do Brasil visitando-se, por exemplo, a Fazenda Santa Cruz (1707). Os jesuítas possuíam vastos conhecimentos técnico-científicos e, utilizando um expressivo número de escravos, fizeram da fazenda uma das mais prósperas do período colonial, com uma vasta produção agrícola, a maior e uma das mais bem decoradas residências dentre todas as fazendas do Brasil.

Os viajantes do período colonial (não confunda com turistas) que se dirigiam à Fazenda Santa Cruz, seja como destino ou para pernoitar, vinham do centro do Rio de Janeiro e atravessavam o município da corte através do Caminho Imperial, também chamado de Estrada Real de Santa Cruz, aberto pelos jesuítas nos primórdios da colonização para fazer a ligação entre a longínqua Fazenda Santa Cruz e o centro do Rio de Janeiro. Célebres viajantes europeus registraram em seus diários as impressões de viagem pela região, descrevendo em minúcias as características da fazenda.

Após a expulsão dos jesuítas, a Fazenda Santa Cruz foi arrendada pela Coroa e entrou em decadência. Com a transferência da corte portuguesa para o Brasil, D. João VI, em 1809, manda reformar a outrora próspera e suntuosa fazenda dos jesuítas, agora Real Fazenda Santa Cruz, para passar temporadas de descanso e receber a corte e seus convidados. Durante o Império, a fazenda continuou servindo de ponto de paragem e repouso e foi frequentada por D. Pedro I e D. Pedro II, passando a se chamar Fa-

zenda Imperial de Santa Cruz. Atualmente, funciona como sede de um batalhão do Exército brasileiro.

Apesar da imensa importância histórica e do inegável potencial turístico da região, ainda são muito tímidas as iniciativas de valorização dos patrimônios da Zona Oeste do Rio de Janeiro e de seu aproveitamento turístico. O professor universitário de Turismo Sinvaldo do Nascimento Souza, um incansável divulgador e defensor do patrimônio da Zona Oeste, defende a criação de um roteiro e a produção de material informativo sobre as riquezas da região, a ser distribuído nas escolas da cidade, repartições municipais e agências de turismo. Num artigo publicado na internet, o professor Sinvaldo Souza sugere:

(...) o replantio de pau-brasil e de árvores típicas da região, além do ajardinamento de trechos do “Caminho Imperial”, seriam iniciativas muito bem-vindas diante da extraordinária possibilidade de humanização, embelezamento e turistificação do roteiro proposto (2004).



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. A falta de uma política eficiente de valorização do patrimônio histórico-cultural brasileiro e de seu adequado uso turístico, refletida na fala do professor Sinvaldo Souza a respeito da região da Zona Oeste do Rio, é um problema comum a todo o país. Assim:

a) Destaque uma iniciativa bem-sucedida de valorização do patrimônio histórico da sua região.

b) Você conhece algum patrimônio histórico com potencial para o turismo, mas tratado com descaso pela sociedade e/ou pelo poder público? Em caso afirmativo, que medidas você proporia para valorizá-lo e aproveitá-lo turisticamente?

Comentários

Em ambos os itens da questão, espera-se que você desenvolva o olhar crítico sobre o seu entorno, procurando aplicar os conhecimentos históricos associados à sua visão do turismo em prol da valorização do patrimônio.

Sabemos que o território brasileiro ocupa uma área de 8.514.876km². Devido à extensão territorial, o Brasil é considerado um país continental por ocupar grande parte da América do Sul.

Contudo, a população brasileira encontra-se irregularmente distribuída. Grande parte habita a região litorânea do território, onde se encontram as maiores cidades do país. Isso é um forte indício da nossa herança histórica, marcada pela ocupação do litoral nos primórdios da colonização, onde se desenvolveram importantes núcleos urbanos.

Até o século XVI, o Brasil possuía apenas a área estabelecida pelo Tratado de Tordesilhas, assinado em 1494 por Portugal e Espanha; porém, importantes acontecimentos históricos contribuíram para o povoamento dos variados espaços.

No século XVI, como dissemos, a ocupação se limitava ao litoral, e a principal atividade econômica foi o cultivo de cana para produzir o açúcar, um produto que era muito apreciado na Europa. A produção era destinada à exportação, e as propriedades rurais eram grandes extensões de terra que eram cultivadas com força de trabalho escravo. O crescimento da exportação urbanizou o litoral com os primeiros centros urbanos: as cidades portuárias.

Nos séculos XVII e XVIII, a produção pastoril adentrou o oeste do país. E também foram descobertas jazidas de ouro e diamantes nos estados de Goiás, Minas Gerais e Mato Grosso. Esse período fez surgir várias cidades.

Já no século XIX, a atividade que contribuiu para o processo de urbanização foi a produção de café, principalmente nos estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo; essa atividade contribuiu para o surgimento de várias cidades. Podemos ainda citar a exploração da borracha na região Norte do país, que desenvolveu cidades como Manaus.

Como dissemos na nossa introdução, a formação da cidade brasileira está ligada a modelo português de construção e idealização da cidade. Por sua vez, este modelo português recebeu influência da Antiguidade Clássica e dos povos árabes invasores da península Ibérica durante a Idade Média. Da cidade clássica – em especial da cidade romana –, o modelo de construção das cidades portuguesas vai absorver o traçado regular, chamado de “plano tabuleiro”, enquanto da cidade muçulmana absorve a definição de um centro cívico e administrativo em local elevado, na tentativa de dificultar assim o ataque inimigo, a proteção da cidade por muralhas e o traçado de ruas tortuosas e espontâneas. Temos, dessa forma, um paradoxo no planejamento e na construção das cidades pelos portugueses: algumas obedecerão a um traçado regular, bem planejado, enquanto outras apresentarão ruas sinuosas e estruturas construtivas pouco planejadas.



Costuma-se dizer que a primeira cidade brasileira a ser planejada foi a cidade de São Salvador, capital da Bahia, fundada em 1549 por Tomé de Souza, o primeiro governador-geral do Brasil.

A cidade foi erguida tendo como base um traçado geométrico elaborado por Luís Dias, arquiteto nomeado pela Coroa portuguesa. Não sobrou nenhuma cópia da planta inicial de Salvador, mas quando se examina o mapa mais antigo existente, de cerca de 1620, percebe-se que na construção da primeira capital brasileira foi usada uma planta urbana muito semelhante àquilo que os arquitetos europeus do período renascentista (séculos XV e XVI) consideravam como uma cidade ideal. Quando se olha hoje o traçado das ruas da parte central de Salvador, que corresponde ao setor construído por Tomé de Souza, percebe-se, por exemplo, que as quadras e praças são todas retangulares. Na maioria, apresentam forma semelhante

a um quadrado, como se fizessem parte de um grande tabuleiro de xadrez. Apesar de Salvador ser considerada a primeira cidade brasileira a ser planejada, os especialistas afirmam que esse título é um pouco discutível.

“Muitas outras vilas e cidades do Brasil obedeceram a critérios de planejamento urbano, com a finalidade de atingir determinados objetivos”, afirma o arquiteto e urbanista Antônio Carlos de Oliveira, da Unesp, em Bauru (SP). É que, de maneira geral, as mais antigas ocupações urbanas no Brasil obedeciam a um certo planejamento, ainda que sem um traçado geométrico preciso. Isso porque suas construções tinham funções específicas, como garantir a posse do território para Portugal e a exploração dos recursos naturais da colônia. Um bom exemplo de uma cidade anterior a Salvador que foi razoavelmente planejada é a parte antiga de Olinda, em Pernambuco, fundada em 1537. Os desenhos mais velhos mostram que no local em que se situavam a Igreja Matriz e a chamada Torre do Governador havia duas ruas retas, paralelas entre si. Depois, com o desmoronamento de parte do morro onde estava uma delas, a maioria desse traçado acabou se perdendo.

Ladeiras, ruas estreitas e sinuosas, casario baixo e pavimentação precária – em geral de pedra, o famoso **pé de moleque** – serão marcas das cidades coloniais no Brasil. Salvador teve seu núcleo urbano inicial amuralhado por um curto período, e na cidade do Rio de Janeiro iniciou-se a construção de uma muralha ao redor da principal área povoada, desistindo-se da ideia pouco tempo depois.

No Brasil colônia, as ruas, em geral de terra batida, são pouco transitadas. Carroças e animais são os recursos mais usados para transportar mercadorias ou pessoas. Apenas em dias de feira, festas cívicas ou religiosas é que elas ganham maior movimento. As ruas com tráfego intenso eram pavimentadas com o pé de moleque, e o escoamento da água das chuvas era feito ou por uma sarjeta no meio da rua – como ainda pode ser observado na cidade de Paraty, Rio de Janeiro – ou pelas laterais.

Um espaço urbano que funcionava como o coração da cidade colonial brasileira era a praça. Ali circulava a sociedade, e ao redor eram construídos os palácios de governadores, a igreja

Pé de moleque

Tipo de pavimentação feita com pedras irregulares muito usado nas cidades coloniais brasileiras, e sua técnica de execução é bastante rudimentar. As pedras são assentadas uma por uma com um martelo sobre o leito de terra regularizada. Em seguida, espalha-se mais terra e com um soquete manual procede-se à compactação. A pavimentação de calçadas com pedras portuguesas, que fizeram a fama do calçadão de Copacabana, também se utiliza, até hoje, de técnica similar.

matriz, as casa de câmara e cadeia e os chafarizes. Em muitas cidades era na praça principal que ficava o pelourinho, usado para se executar cerimônias públicas de punição e castigo.



Alexandre Mees

Figura 13.9: Praça principal da cidade de Mariana, Minas Gerais. Percebem-se na foto o pelourinho, o centro e a igreja matriz. De frente para o pelourinho ainda está preservada a casa de câmara e cadeia, enquanto o palácio dos governadores ficava na rua ao fundo.

De acordo com a tradição urbana ibérica, somente o poder régio podia criar cidades nas colônias. No Brasil, as vilas poderiam ser criadas por homens comuns que pediam, posteriormente, o reconhecimento do rei, porém, não as cidades, que possuíam um estatuto jurídico superior. A cidade do Rio de Janeiro, curiosamente, foi criada já com estatuto de cidade, não tendo passado pela condição de feitoria, arraial ou vila.

No início do processo de colonização, a defesa da colônia e a facilidade de contato com a metrópole eram as prioridades. Dessa forma, a construção de fortes e fortalezas ganhou importância, e a responsabilidade em colocá-los de pé ficou a cargo dos engenheiros militares contratados pela Coroa portuguesa. Eles também acabaram sendo os responsáveis pelo plano construtivo de muitas das primeiras cidades no Brasil.



No Brasil colonial, seguindo interesses internos e da metrópole, era necessário o trânsito de mercadorias e pessoas de uma cidade para outra. Para isso, foram abertas estradas de chão batido por onde circulavam carroças, mulas, cavalos e viajantes. Algumas destas estradas se tornaram muito importantes por serem veias de escoamento de produtos importantes para o mercado internacional, como o ouro e outros metais preciosos. Essas estradas ficaram conhecidas como “Estradas Reais”.

Recentemente, foi criado, por iniciativa da FIEMG (Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais), o Instituto Estrada Real, uma sociedade civil sem fins lucrativos que busca o desenvolvimento integrado do turismo na Estrada Real, de forma sustentável.

O programa de desenvolvimento da Estrada Real, via turismo, foi criado pela Federação das Indústrias de Minas Gerais em outubro de 1999, com o objetivo de induzir e fomentar o produto turístico Estrada Real. Abrangendo 177 municípios em Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro e construído em parceria com instituições e entidades públicas e privadas, o programa, gerenciado pelo Instituto Estrada Real, é hoje o maior projeto turístico em desenvolvimento no país. Leia mais informações sobre a proposta da Estrada Real ligada ao turismo na próxima aula.



Saiba mais sobre a história de vários fortes e fortalezas pelo Brasil e como muitos deles se estruturaram para receber visitantes, acessando o sítio da Fundação Cultural do Exército: www.funceb.org.br.

Visite o sítio do projeto Estrada Real e procure mais informações sobre o assunto em: <http://www.estrada-real.org.br>

Nesse plano construtivo idealizado pelos engenheiros militares, a configuração dos terrenos para construção das casas foi caracterizada pelo lote. Retangular, com faces e dimensões menores voltadas para a rua e para os fundos e as dimensões maiores voltadas para as laterais, esse tipo de configuração de terreno permitia o assentamento de grande número de pessoas em pequenos espaços. No século XIX, as residências construídas nesses lotes vão se apresentar como sobrados, palacetes e vilas. É também no século XIX que aparecem os cortiços e as habitações coletivas. O arranha-céu, como solução habitacional, só irá surgir no século XX.



Veja no artigo seguinte, de Heloisa Lupinacci, da *Folha de S. Paulo*, como uma das mais bem preservadas cidades coloniais brasileiras e um importante atrativo turístico para o Rio de Janeiro pode ser eleito, em breve, Patrimônio da Humanidade.

Paraty espera título de Patrimônio da Humanidade da Unesco em 2009

Este ano nem bem passou da metade e os tambores de Paraty já rufam à espera da chegada do ano que vem, que promete boas novas para a cidade.

Em meados de 2009, Paraty deve receber, da Unesco, o título de Patrimônio da Humanidade. A prefeitura e o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) esperam que o título venha na reunião anual do órgão, que será em Sevilha, quando serão votadas as propostas das candidatas ao título.

Todos os anos acontece essa votação; neste ano, ela foi em Quebec, no Canadá, acabou na semana passada e acrescentou 27 pontos ao patrimônio mundial, atualmente com 878 locais, sendo 679 patrimônio culturais; 174 naturais e 25 mistos (veja a lista em whc.unesco.org).

Tombada como monumento nacional pelo Iphan, Paraty tenta o título desde 1983, na categoria paisagem cultural, que inclui, além do conjunto arquitetônico, as formações geológicas da baía de Paraty, da serra da Bocaina e até as trilhas da Estrada Real, os chamados Caminhos do Ouro.

No fim do ano passado, um dossiê com a documentação para a candidatura foi entregue ao IPHAN, que o avaliou e o encaminhou ao Ministério das Relações Exteriores, que, por sua vez, mandou o documento à Unesco. A candidatura foi, então, aceita. E agora a cidade está sob avaliação.

O Icomos, sigla em inglês para Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, braço técnico da Unesco, envia uma comissão para avaliar a cidade e conferir se o que consta no dossiê está de acordo com a realidade.

O relatório da comissão do Icomos em geral sugere alterações no dossiê. Com as alterações feitas, a prefeitura reenvia o dossiê, que vai para votação na Unesco – na reunião que acontece em Sevilha no meio do ano que vem.

Também em meados de 2009, deve ser reaberto o cinema da praça, desativado há mais de duas décadas. Ele deve funcionar como cinema e como espaço para shows, concertos musicais e eventos.

Com menos glamour, mas nem por isso menos importante, a cidade também começa as obras de saneamento básico neste ano – com previsão de conclusão no ano que vem.

É boa notícia para os turistas, que, na alta temporada, sofrem com a falta de água ou com o refluxo das fossas.



Atividades Finais

1. Pesquise as principais cidades coloniais no Brasil que ainda estão preservadas. Faça uma lista. Em seguida, procure informações sobre a estrutura turística de cada uma delas. Destaque as que considerou mais estruturadas e redija uma resenha com as suas considerações a esse respeito.

2. Se possível, visite uma cidade colonial preservada e tente identificar os elementos que estudou no texto: os estilos de arquitetura das construções, a presença da praça principal, o traçado e a pavimentação das ruas etc.

Comentários

- 1. As cidades coloniais brasileiras são, em geral, chamadas de “cidades históricas.” Na segmentação do turismo, a motivação para conhecer cidades históricas se enquadra dentro do chamado “turismo cultural” que, na verdade, possui um conceito bem mais amplo. Em Minas Gerais estão, talvez, os melhores exemplos de cidades históricas brasileiras preservadas, mas também é possível encontrarmos pequenas cidades coloniais preservadas em Goiás, Sergipe ou Pernambuco. Nem sempre uma cidade histórica está bem estruturada para receber visitantes. Este tipo de visitação esbarra na questão da preservação e da sustentabilidade local, que são elementos de difícil controle e gestão.*
- 2. Cidades como Mariana, Ouro Preto ou Tiradentes, em Minas Gerais, para citar apenas alguns exemplos, ainda preservam quase todos os elementos de seu traçado e arquitetura originais. Uma visita a essas cidades se torna atividade obrigatória para um estudante de Turismo.*

Resumo

Sérgio Buarque de Holanda, em seu livro *Raízes do Brasil*, afirma que “as cidades que os portugueses construíram na América não são um produto mental, não chegam a contradizer o quadro da natureza e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum rigor metódico, nenhuma previdência, sempre este significado de abandono que define a palavra desleixo”. Para o conceituado cientista social, a cidade colonial brasileira nasce numa desordem urbana em decorrência da falta de – ou pouco – planejamento dessas cidades. O objetivo dos portugueses colonizadores é o de enriquecer e voltar para seu país de origem. Então, para que tanta preocupação com o espaço provisório? Outros autores já acreditam que a cidade construída pelos portugueses tende a uma cidade perfeita, por ser orgânica, onde cada elemento exerce função natural, sobrepondo-se aos traçados lineares e cartesianos que, segundo eles, manifestam a incompreensão da cidade como ser vivo, funcional e intelectualmente ativo.

O que não podemos negar é que a cidade brasileira nasceu do desejo de fora, do colonizador que procurava atender aos mercados externos. Eles é que ditavam as formas de a cidade crescer e viver. Aos poucos, para estas cidades, de acordo com a elevação de sua importância, o colonizador vai transferir todo o seu aparato burocrático e administrativo que molda as dinâmicas da sociedade civil.

A preservação das cidades coloniais é hoje um fato. Reconhecida a sua importância, as chamadas cidades históricas fazem parte do patrimônio cultural brasileiro e são apropriadas pelo turismo, que deve buscar, de forma sustentável, criar estruturas que atendam aos diversos visitantes motivados em conhecê-las.

Informações sobre a próxima aula

Na Aula 14, apresentaremos as principais características do processo de interiorização do país no período colonial, destacando os caminhos, as cidades históricas e as práticas turísticas a ele relacionadas. Priorizaremos a Estrada Real, a Rota dos Tropeiros e a parte fluminense do Caminho do Ouro. Você conhecerá exemplos bem-sucedidos da relação história/cultura/turismo.

14

A ocupação européia no Brasil colonial e seu legado para o turismo

Meta da aula

Destacar a importância da história colonial brasileira para o turismo por meio do estudo do legado cultural deixado pelos europeus.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- 1** relacionar os principais fatos históricos ocorridos durante a presença dos estrangeiros no Brasil colonial com os estudos turísticos, identificando os atrativos histórico-culturais já consolidados e os recursos em potencial;
- 2** reconhecer a contribuição das culturas européias no Brasil colonial na composição da diversidade cultural brasileira.

Introdução

Em aulas passadas, ressaltamos a relação história e cinema como recursos para o turismo. Ao discutirmos o tema da presença estrangeira de origem européia no Brasil colonial e a sua herança para o turismo, procuramos fazer uma homenagem à cultura popular brasileira, exaltando as festas de caráter coletivo e também o samba-enredo, música que embala “a maior festa popular do planeta” ou, se preferirem, “o maior espetáculo da Terra”, como é conhecido o carnaval carioca.

Você já reparou que os sambas-enredo do carnaval são uma forma lúdica e diferente de se estudar história do Brasil? Mesmo que tragam versões poéticas, carnavalizadas, isto é, reinventadas artisticamente, esses sambas abordam temas históricos que despertam o interesse da sociedade. O carnaval carioca é ao mesmo tempo uma impressionante manifestação da cultura popular e um interessante meio de divulgação dos assuntos transformados em enredo, sem contar o aspecto econômico, uma vez que movimenta uma cadeia produtiva fantástica.

Até hoje, diversas escolas de samba se inspiram no nosso passado colonial para criar os seus enredos. A própria composição das alas, as fantasias, as alegorias (de origem barroca) e o desfile em si recebem grande influência das festas do Brasil colonial.

Reconhecendo a importância didática dos enredos e dos sambas-enredo para o estudo da História, por várias vezes utilizamos em nossas aulas versos dos sambas-enredo como epígrafe (aquelas palavras iniciais que dão um efeito ao texto). Desta vez iremos abusar desse recurso. O legado cultural deixado pelos estrangeiros de origem européia que aqui estiveram no período da colônia realmente dá samba.

Esta é também uma aula em homenagem aos irmãos Cabral de Mello, João e Evaldo, dois grandes pernambucanos, protagonistas da cultura nacional. Você os conhecerá melhor mais adiante.

Mas quem são os estrangeiros? Já tivemos oportunidade de discutir esse conceito na Aula 11 e perceber que também os colonizadores portugueses, sob nossa ótica, são estrangeiros no Brasil, considerando serem os indígenas os donos da terra antes da chegada dos portugueses. A ocupação europeia no país, ao longo dos quase 300 anos do Brasil colonial, deixou fortes marcas na nossa cultura. Conhecer essa contribuição dos estrangeiros de origem europeia para a nossa cultura é fundamental, tanto para se entender a formação do povo brasileiro e sua diversidade cultural quanto para se conhecer o nosso patrimônio e o seu possível aproveitamento turístico.

Embora enfatizemos aqui as contribuições dos europeus na formação da cultura brasileira, não ignoramos a dimensão do conflito entre os povos de origem e segmentos sociais diversos que ocuparam e ainda ocupam nossas terras. Foram muitos os conflitos, batalhas e movimentos de contestação no período colonial. Muitas vidas se perderam nesses confrontos. As próprias cavalcadas à Pedra do Reino, uma manifestação cultural bastante enfatizada nesta aula, teve a sua origem num movimento de contestação social de caráter messiânico.

É sob o prisma do legado cultural dos europeus no Brasil e o seu potencial turístico na atualidade que daremos continuidade aos nossos estudos sobre o período colonial. Vamos viajar pelo interior do Brasil, conhecer festas populares, lendas e costumes muito pouco divulgados e refletir sobre as possibilidades de o turismo contribuir para a valorização e divulgação da cultura brasileira. Embarque nessa.

União Ibérica (1580-1640): quando o Brasil também pertencia aos espanhóis

Na era dos Felipes o Brasil era espanhol...

(G.R.E.S. Grande Rio, 1996)

Em 1578, na batalha de Alcácer-Quibir, no atual Marrocos, morreu o jovem rei português D. Sebastião, em luta contra os

mouros. Como não havia herdeiros diretos, o trono português foi ocupado por um tio-avô do rei, o velho cardeal D. Henrique, que faleceria dois anos depois. Com o trono novamente vago, vários possíveis herdeiros passaram a disputar a Coroa portuguesa.

O mais forte pretendente ao trono era o rei D. Felipe II, da Espanha, sobrinho-neto de D. Manuel, o Venturoso. A maior parte da nobreza e da burguesia mercantil portuguesa aceitou unir-se à Coroa espanhola na esperança de que tal união garantisse o frágil monopólio português no oriente, o que não se confirmaria na prática. Esse fato histórico ficou conhecido como União Ibérica, que se estendeu de 1580 a 1640.

Para aceitar a unificação da Península Ibérica, as classes dirigentes portuguesas conseguiram concessões enormes. Por meio do *Juramento de Tomar*, Felipe II assumia inúmeros compromissos, como, por exemplo, o de que o comércio colonial entre Brasil e Portugal seria feito em navios portugueses. No plano administrativo, seriam mantidos os funcionários portugueses, fazendo com que o comando da administração pública continuasse sendo preservado nas áreas coloniais. As leis e costumes seriam respeitados e a língua oficial continuaria a ser o português. Portanto, na era dos Felipes, o Brasil não era tão espanhol assim...

Destacaremos em nossa aula três fatos históricos relacionados ao período da União Ibérica: as invasões francesas e holandesas e a força do movimento do sebastianismo em Portugal e no Brasil. Começemos por este último, um tema pouquíssimo estudado, que é um exemplo da influência portuguesa na composição de nossa extraordinária cultura popular.

A influência do sebastianismo na cultura popular nordestina e o seu aproveitamento turístico: o caso da Cavalgada à Pedra do Reino

Recuperamos aqui dois sambas-enredo de escolas de samba cariocas para discutirmos um tema pouquíssimo conhecido no Brasil, mas de grande importância cultural e com grande

potencial turístico: o sebastianismo. Carnaval carioca e cultura popular nordestina, pela lenda do sebastianismo, aqui se unem para demonstrar a riqueza cultural do país, ainda tão pouco valorizada pela nossa sociedade.

No carnaval carioca de 1996, o saudoso intérprete Jamelão, com sua inconfundível voz, cantava os versos do enredo “Os tambores da Mangueira na terra da encantaria”: “No fundo do mar / Tem um castelo que é do rei Sebastião/ Tem mandinga, tem segredo/ meu amor eu tenho medo/ de brincar com assombração.”

Em 2008, a Mocidade Independente de Padre Miguel trouxe de volta o tema do sebastianismo:

Portugal/ Bendito seja... Abençoado pelo Criador/ Uma utopia, um destino, um sonho místico de grandes realzas/ Sonhar... Com glórias um rei desejar/ E o sol volta a brilhar/ Com a esperança no olhar/ Mas desapareceu como um grão de areia no deserto/ E encantado renasceu/ Em cada ser, em cada coração/ Para afastar a cobiça na busca do ideal/ O Quinto Império Universal/ Deixe o meu samba te levar/ E a minha estrela te guiar/À Praia dos Lençóis, nas crenças do Maranhão/ Tem um castelo que é do rei Sebastião.

O sebastianismo foi um movimento popular de caráter messiânico baseado na crença de que o jovem rei D. Sebastião, de codinome “O Desejado” (por representar a esperança dos portugueses na formação de um poderoso império no mundo), desaparecido em combate contra os mouros em 1578 no Marrocos, iria retornar e salvar o reino de Portugal do controle espanhol, encerrando a era dos Felipes.

O mito começou com a falta de informações sobre o paradeiro do jovem rei e de seu exército. Diversas histórias foram criadas pelo povo tentando explicar o desaparecimento de D. Sebastião e de seus soldados. Surgiram vários farsantes tentando se passar por D. Sebastião e prometendo restaurar o trono português. Profetas, astrólogos, matemáticos usaram seus conhecimentos para prever a volta do jovem rei desaparecido. Escritores, trovadores e religiosos disseminavam o mito do se-

bastianismo em Portugal e nas suas colônias. O padre Antônio Vieira também aderiu ao sebastianismo, acreditando que este conduziria o mundo para a formação do “quinto império universal”, o “império de Cristo”.

Mulheres diziam receber mensagens de D. Sebastião durante o sonho, sendo punidas pela Inquisição, o instrumento do Tribunal do Santo Ofício que condenava aqueles que praticavam heresias, isto é, contrariavam os postulados da Igreja. Sonhavam em se casar com D. Sebastião. Uma delas dizia que encontrava o jovem rei desaparecido e sua família numa ilha encantada e à sua espera estavam embarcações para levar de volta D. Sebastião a Portugal, aguardando apenas a ordem do rei.

A crença popular ganhou espaço também no Nordeste brasileiro, onde D. Sebastião era conhecido como “o rei bom”. Os nordestinos projetavam as suas esperanças de melhores dias na chegada do jovem rei desaparecido, que seria o seu salvador. Acredita-se que mulheres condenadas pela Inquisição ao degredo, no caso, o exílio no Brasil, trouxeram para cá o mito do sebastianismo e ajudaram a disseminá-lo também na colônia, assim como os padres jesuítas seguidores do padre Antônio Vieira e os navegadores que vinham ao Brasil. Associavam-se as areias dos Lençóis Maranhenses aos campos da batalha de Alcácer-Quibir no deserto marroquino, onde D. Sebastião desapareceu. Daí surgiu a crença de que D. Sebastião estava encantado num castelo no fundo do mar no Maranhão e retornaria para fundar o “quinto império”.

Mais tarde, já no período do Império, o mito do sebastianismo continuava fortalecido no Nordeste brasileiro, embalando movimentos sociais como o da serra do Rodeador, em Pernambuco, em 1820, e o da Pedra do Reino, em 1835, imortalizado pela literatura na obra de Ariano Suassuna e transformado em minissérie para a televisão.

Segundo Jaqueline Herman, professora do curso de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), cuja tese de doutorado analisa o tema do sebastianismo, existem controvérsias, mas há uma corrente de intelectuais que acreditam que o próprio

movimento de Canudos, no interior da Bahia, ocorrido no início da República, tenha recebido influência do sebastianismo, na medida em que Antônio Conselheiro, líder do movimento, também era visto como um messias, um salvador. Ainda conforme Herman, “estes exemplos parecem demonstrar a longevidade e a plasticidade do sebastianismo, que não merece ser reduzido à mera credence irracional de ignorantes nem pintado como seita de fanáticos” (VAINFAS, 2000, p. 526).

A fala da professora nos aponta a riqueza da cultura popular brasileira e nos alerta para a desvalorização de nossa história, nossa memória, nossas tradições orais, nossos costumes, nossa religiosidade popular, vistos por boa parte da sociedade de forma pejorativa. A cultura popular brasileira, aqui representada pela mistura do samba-enredo carioca com as crenças populares do Nordeste, em destaque o sebastianismo, é um dos maiores tesouros de nosso país e ainda precisa ser conhecida e valorizada, inclusive e principalmente pelo turismo.

O turismo cultural em nosso imenso país de ricas tradições e costumes ainda não se dá de forma satisfatória. Nosso valioso patrimônio cultural não é devidamente conhecido, mas há sinais de que o *trade* turístico e o poder público vêm se mobilizando no sentido de oferecer muito mais do que o Brasil como um destino de sol e praia, futebol, carnaval e mulheres bonitas, imagem historicamente construída e tão propalada pela indústria do turismo, como discutimos na Aula 11. É o caso da festa da *Cavalgada à Pedra do Reino*, no sertão pernambucano, um patrimônio cultural ainda desconhecido pela maioria dos brasileiros e um bom exemplo da importância da relação entre cultura popular brasileira e turismo.

Reconhecendo a relevância cultural do sebastianismo no Nordeste, em 2007, o célebre escritor Ariano Suassuna, então Secretário Estadual de Cultura, apresentou à Assembléia Legislativa de Pernambuco um projeto para a inclusão da festa da *Cavalgada à Pedra do Reino* no calendário Cultural e Turístico do Estado de Pernambuco. A festa foi inspirada na obra de Suassuna, o

Romance da Pedra do Reino, escrito em 1971, sobre um fato histórico verídico, cujas raízes, como visto, remontam ao movimento sebastianista, acrescido de novos costumes locais, como a presença de vaqueiros na cavalgada.

Durante o evento, que ocorre desde 1993 todo último domingo de maio, e já se tornou uma tradição, 12 pares de cavaleiros partem da cidade de São José do Belmonte, na divisa com o Ceará e realizam uma cavalgada de 30km, fazendo as honras para receber a corte do rei D. Sebastião. O destino é a Serra do Catolé, onde se encontram os dois monólitos que formam a Pedra do Reino.



Você encontrará as imagens dos monólitos e da festa no YouTube – o popular *site* de compartilhamento de vídeos – acessando <http://br.youtube.com/watch?v=ZbUtlurvKZU&feature=related>) – acesso em setembro de 2008

Por conta das festividades, as ruas são decoradas, as casas viram pousadas para receber os turistas, são realizados shows e os visitantes assistem à cavalhada (reprodução estilizada das lutas medievais entre cristãos e mouros na Península Ibérica, com 12 pares de cavaleiros para cada lado), além das visitas à Casa da Cultura e ao Memorial Pedra do Reino.

Conforme o texto do documento enviado à Assembléia Legislativa de Pernambuco:

Toda essa riqueza histórica e cultural merece ser amplamente reconhecida e oficialmente inserida no calendário cultural e turístico de nosso Estado, potencializando essa festividade, e investindo para que o município de São José do Belmonte construa a infra-estrutura necessária para estimular o turismo rural e cultural, criando oportunidades de, a partir da valorização cultural e do resgate histórico, proporcionar alternativas de inclusão social com geração de trabalho e renda (CARVALHO, 2008).

O exemplo da festa de São José do Belmonte e o planejamento para uma adequada oferta turística, com toda a infraestrutura, bens e serviços necessários para a atividade, são uma ilustração da combinação perfeita entre o rico cadinho (mistura) cultural brasileiro e as possibilidades que o turismo pode criar, beneficiando a comunidade envolvida, valorizando a nossa história, o nosso patrimônio e encantando os visitantes.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1.a. A cavalcada é uma tradição européia trazida para o Nordeste no período colonial, por volta do século XVII, e que se espalhou por várias partes do Brasil, enriquecendo ainda mais a cultura popular do país. Pesquise na internet outras cidades brasileiras, além de São José do Belmonte, em que as cavalcadas continuam sendo realizadas e que tenham grande interesse turístico.

1.b. Pesquise outras festas populares que se realizam desde os tempos do Brasil colonial ou que foram inventadas recentemente, inspiradas na história colonial brasileira.

1.c. Verifique se essas festas já são consideradas atrativos turísticos ou se podem ser recursos turísticos (elementos com potencial turístico ainda não aproveitado).

Comentários

1.a. Pesquisa pessoal, em que você poderá seguir por dois caminhos alternativos: ou fazer um levantamento abrangente, indicando as cidades que realizam a cavalcada e atraem turistas para a região, ou se deter a algum caso mais representativo das cavalcadas como atrativo turístico, como ocorre em Pirenópolis (GO), fazendo uma análise sobre o mesmo.

1.b. Dentre a variedade de festas populares cuja origem remonta aos tempos coloniais, podem ser investigadas: congadas de negros, cavalcadas de brancos, malhação do Judas, touradas, procissões religiosas, folia de reis, festas juninas, entre outras. O objetivo da questão é chamar a atenção para a impressionante riqueza da cultura popular brasileira e sua história, bem como destacar que a cultura é móvel, isto é, se transforma constantemente e, aos elementos originais das festas

do Brasil colonial, são acrescidos novos valores e novos elementos, fazendo com que essas manifestações culturais se perpetuem, atraindo as novas gerações.

1.c. Nosso propósito é relacionar passado e presente, ressaltar mais uma vez o grande potencial turístico da cultura popular, ainda pouco valorizado em nosso país, e destacar aquelas manifestações culturais já percebidas pela indústria do turismo e transformadas em produto turístico.

Presença francesa

No período colonial, por várias vezes, os franceses estiveram no Brasil, comerciando com os índios e entrando em guerra com os portugueses, que se diziam os “donos” da terra. Rio de Janeiro, Cabo Frio, Pernambuco, Paraíba e Maranhão foram territórios invadidos pelos *maíres*, como os chamavam os índios tamoios.

Foram duas as tentativas de colonização francesa do Brasil. A primeira investida ocorreu no litoral fluminense, entre 1555 e 1567, tendo à frente Villegagnon. Pretendiam fundar a *França Antártica*, que seria uma colônia huguenote, isto é, formada por calvinistas protestantes que eram perseguidos na França.

Os franceses se estabeleceram na ilha de Sergipe, na Baía de Guanabara (atual Ilha de Villegagnon, onde desde 1938 funciona a Escola Naval, próxima ao Aeroporto Santos Dumont). Nesse mesmo local, os invasores ergueram, com a mão-de-obra indígena, o Forte Coligny, que foi destruído pelos portugueses, sendo mais tarde construída a Fortaleza de São Francisco Xavier da Ilha de Villegagnon. Mandaram trazer mulheres para se casarem com os colonos e milhares de soldados para o confronto com os portugueses. Villegagnon estabeleceu uma rígida disciplina na ilha e houve muitos conflitos e dissidências entre os invasores. Católicos e protestantes franceses se desentendiam. Villegagnon voltou a professar a fé católica e expulsou os seus ministros protestantes da ilha. Muitos soldados, recrutados nas prisões e masmorras francesas desertaram e fugiram para a mata, indo viver entre os índios aliados, os tamoios.

O padre francês André Thevet acompanhou Villegagnon no projeto de colonização do Brasil. Thevet também era cosmógrafo e cartógrafo; a ele é atribuída a descoberta da ilha de Paquetá. Escreveu a obra *As singularidades da França Antártica*, em que relata os principais aspectos da vida dos franceses logo que se estabeleceram no Rio de Janeiro. Esta foi a primeira vez que os europeus fixaram residência no Rio de Janeiro. Thevet escreveu também sobre os indígenas à época, sua cultura e formas de viver em sociedade. Estes são documentos históricos valiosíssimos, uma vez que as culturas indígenas do Brasil colonial são ágrafas (sem escrita) e se tem poucos testemunhos daquele período.

Em 1565, o padre jesuíta José de Anchieta assim descreveu os hábitos dos franceses e suas relações com os indígenas no Rio de Janeiro:

Vivem conforme os índios comendo, bebendo, bailando e cantando como eles, pintando-se com suas tintas pretas e vermelhas, adornando-se com as penas dos pássaros, andando nus às vezes, só com uns calções, e finalmente matando contrários, segundo o rito dos mesmos índios, e tomando nomes novos como eles, de maneira que não lhes falta mais que comer carne humana, que no mais sua vida é corruptíssima, e com isto e com lhes dar todo gênero de armas, incitando-os sempre que nos façam guerra e ajudando-os nela, o são ainda péssimos (ANCHIETA, 1988, p. 219.)

Anchieta, utilizando-se do teatro como um poderoso instrumento pedagógico na catequização dos índios, como visto na Aula 12, produziu em 1587 o Auto de São Lourenço, uma metáfora da história da expulsão dos franceses do Brasil pelos portugueses. A peça levava aos indígenas uma mensagem moralizante da luta do Bem (os portugueses) contra o Mal (os franceses), uma visão maniqueísta, fruto da influência do pensamento medieval. Outra obra do padre jesuíta sobre o tema da expulsão dos franceses do Rio de Janeiro é *De Rebus Gestis Mendi de Saa*, poema épico “dirigido ao heróico Mem de Sá, a quem Anchieta faz contemplar a vitória da ‘ímpia prole de Calvino’ pelos soldados cristãos na

Guanabara”, conforme escreve a professora do curso de História da UFRJ, Andréa Daher, uma das maiores especialistas nos estudos sobre a presença francesa no Brasil colonial.

Para garantir o domínio português sobre a região, Estácio de Sá, sobrinho do governador Mem de Sá, fundou, entre o morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar, a Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, em 1º de março de 1565. Estácio de Sá utilizou-se dos índios tupinambás como aliados e comandou a vitória das tropas portuguesas sobre as francesas. As rivalidades entre os indígenas fluminenses foram exploradas na luta entre portugueses e franceses na Baía de Guanabara. Foram vários confrontos e muita resistência pelo lado francês, que contava com um precioso aliado: os “rebeldes” índios tamoios, que dominavam a região e eram inimigos dos tupinambás e dos portugueses, a quem chamavam de *perós* (selvagens), fazendo parte da célebre

■ **Confederação dos Tamoios**

União dos indígenas que habitavam do litoral norte de São Paulo ao sul fluminense, entre 1554 e 1567, tendo à frente o chefe indígena Cunhambebe, em sinal de resistência à violenta ação dos portugueses contra os índios tupinambás, que foram aprisionados e escravizados.

Confederação dos Tamoios.

Os franceses foram violentamente reprimidos e, em 1567, o sonho de anexação do Brasil ao domínio francês deu lugar a um mar de sangue. Os desentendimentos entre Villegagnon e seus seguidores também ajudaram a pôr fim ao sonho da França Antártica.

Outra tentativa francesa de invasão do Brasil objetivava implantar a França Equinocial na Amazônia, uma ampla região ainda não explorada pelos portugueses e de grande importância econômica e estratégica. Em 1612, os franceses construíram o Forte São Luís e fundaram a cidade de São Luís, no Maranhão, em honra ao rei francês, Luís XIII, que governava o país naquele período.

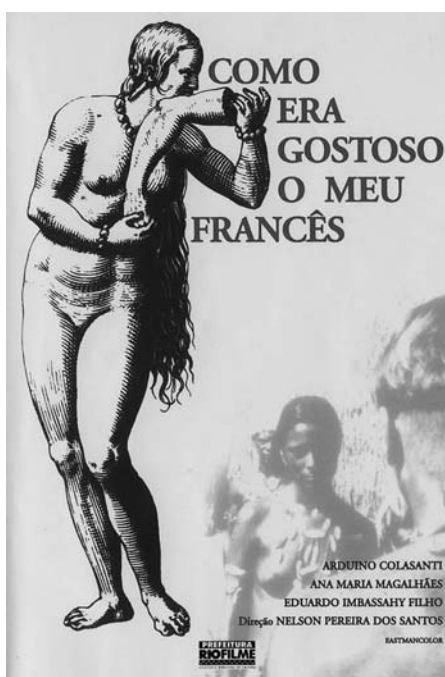
Aliados aos espanhóis (formando a União Ibérica, que estudamos no início desta aula), os portugueses construíram vários fortes para impedir a circulação dos navios franceses e a comercialização de mercadorias e, em 1615, após diversos confrontos, expulsaram os franceses do Maranhão.

Como resultado das investidas francesas e também holandesas (entre 1641 e 1644) sobre o Maranhão, os portugueses, além da construção dos fortes, passaram a ocupar efetivamente a região, bem como toda a costa brasileira, erguendo um patrimônio de grande valor histórico, arquitetônico e turístico.



A versão mais conhecida sobre a origem do nome Rio de Janeiro está relacionada à suposição dos portugueses, que chegaram à região em 1502, de que a Baía de Guanabara era a foz de um grande rio, descoberto no primeiro dia do mês de janeiro. Daí o nome Rio de Janeiro. O nome completo da cidade, fundada em 1565 por Estácio de Sá, é São Sebastião do Rio de Janeiro, uma referência ao santo católico e, principalmente, uma homenagem a D. Sebastião, então rei de Portugal, que poucos anos depois morreria na África, dando origem ao sebastianismo e às lendas nordestinas, como visto anteriormente.

No projeto de criação da França Antártica, Villegagnon pretendia mudar o nome do Rio de Janeiro para Henriville, em honra ao rei francês Henrique II.



Como era gostoso o meu francês, de Nelson Pereira dos Santos (Brasil, 1970).

O filme se passa no século XVI e conta a história de um francês capturado pelos índios tupinambás, que consegue escapar do ritual antropofágico (canibalismo) graças aos seus conhecimentos de artilharia. Conforme a cultura dos tupinambás, devorar o inimigo era uma forma de adquirir os seus poderes. A obra é um interessante relato etnográfico, mostrando os costumes indígenas e

sua relação com o meio ambiente, desconstruindo a imagem habitual do índio visto por um único ângulo, o de violento e selvagem.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

Desvendando os tesouros do Maranhão colonial

2.a. Desde 1997, o Centro Histórico de São Luís do Maranhão é considerado pela Unesco Patrimônio da Humanidade. Pesquise em *sites* de agências de turismo quais os atrativos histórico-culturais mais visitados na cidade.

2.b. Pesquise também na internet a história da cidade de Alcântara, localizada em frente à cidade de São Luís, destacando os seus principais atrativos histórico-culturais. Alcântara foi tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) desde 1948 e é considerada cidade-monumento.

Comentários

O objetivo da questão, nos dois itens propostos, é integrar os conhecimentos de História com a prática turística, conhecendo quais os testemunhos da história colonial brasileira na região do atual estado do Maranhão que são objeto de interesse turístico.

Você também terá a oportunidade de observar o estado de conservação desses bens culturais (muitos em ruínas, outros recuperados recentemente); poderá perceber outros atrativos naturais, históricos e culturais que compõem o produto turístico nas cidades de São Luís e Alcântara (com destaque para o Centro de Lançamento de Alcântara, conhecido como Base de Alcântara, que passa a integrar o roteiro turístico da cidade); e, se utilizar os sites dos órgãos oficiais de turismo do Maranhão (municipais e estadual) e também os sites do Ministério do Turismo e da Embratur, irá conhecer ainda as políticas públicas de desenvolvimento e de promoção do turismo nessas cidades e no estado como um todo.

O Brasil holandês

Durante a União Ibérica, conforme estudamos no início desta aula, a elite portuguesa aceitou juntar-se à espanhola na tentativa de garantir o monopólio do comércio do Oriente. Os espanhóis participaram de várias guerras na Europa, entre o final do século XVI e começos do século XVII; entre elas, estava a repressão aos holandeses, que desde 1581 lutavam por sua independência (a Holanda durante muito tempo pertenceu à Espanha). Deste modo, aos espanhóis cabia uma tarefa hercúlea: administrar toda a porção da América que lhe pertencia (todos os países que atualmente falam a língua espanhola nas Américas); cuidar das possessões portuguesas na África e vigiar as colônias orientais. O resultado não se fez esperar. Ainda no primeiro quarto do século XVII, Portugal perdeu para os flamengos (holandeses) seus postos de comércio com as Índias e também postos tradicionais de fornecimento de escravos para o Brasil.

Em 1621, a Espanha decidiu proibir definitivamente a Holanda de comercializar o açúcar do Brasil com o resto da Europa, uma prática que os holandeses já mantinham há quase um século. Os flamengos reagiram tentando desembarcar em Salvador, nada menos que a capital da colônia, em 1624. A recepção luso-brasileira não foi exatamente amistosa e, depois de um ano de luta, os holandeses foram expulsos, retornando em 1630, desta vez ocupando Recife. Ano após ano foi aumentando sua influência, chegando a dominar sete das quatorze províncias da colônia. Portanto, para se compreender o estabelecimento dos holandeses no Nordeste brasileiro, deve-se levar em conta a conjuntura européia. Para competir com as demais nações expansionistas do Velho Continente, os flamengos buscavam o controle de novas terras e o monopólio da produção e comércio de açúcar e do tráfico de escravos.

Com o tráfico negreiro e o comércio de açúcar nas mãos (Pernambuco, àquela altura era o maior produtor de açúcar do mundo), os holandeses tinham excelentes perspectivas no Bra-

sil. Tendo à frente o conde Maurício de Nassau, que governou o Brasil holandês de 1636 a 1644, fizeram de Recife - antes um povoado pertencente à Vila de Olinda (a Cidade Maurícia ou Mauritsstad), o exuberante centro da “Nova Holanda”.

Para demonstrar a importância e o poder da Companhia das Índias Ocidentais (empresa holandesa formada com capitais do Estado e de particulares para conquistar novas terras e obter lucro), Nassau transformou Recife numa cidade-modelo, cujo legado tem grande importância turística. O conde holandês, um homem da época do Renascimento, bastante interessado nas artes e nas ciências, trouxe de seu país uma comitiva de artistas, cientistas e intelectuais com o objetivo de desenvolver a “Nova Holanda”. Recife foi urbanizada seguindo as principais tendências das grandes cidades européias. Foram construídos vários sobrados, palácios, pontes, jardins, um zoológico e o primeiro observatório astronômico das Américas, entre outras realizações.

Nassau instalou a liberdade religiosa entre católicos e protestantes e construiu a primeira sinagoga das Américas, tendo em vista que muitos judeus de origem sefardita, expulsos de Portugal e refugiados em Amsterdã, patrocinaram a empresa holandesa no Brasil e aqui se tornaram comerciantes de açúcar ou senhores de engenho. Por falar nisso, Portugal proibia a entrada de estrangeiros no Brasil, exceto com autorização real. Apesar da proibição, não era rara a presença de forasteiros, inclusive dos invasores franceses e holandeses.

Dentre os artistas que vieram com a “missão artística holandesa” em 1637 (e aqui parodiamos a Missão Artística Francesa, trazida por D. João VI, em 1816, que você estudará mais tarde), destacam-se os pintores Frans Post e Albert Eckhout. Post foi pioneiro na pintura das paisagens do Novo Mundo, retratando as paisagens brasileiras, nossa fauna, nossa flora e nossa gente.

Uma curiosidade interessante é que a casa onde viveu Maurício de Nassau, em Haia, na Holanda, construída no século XVII, era conhecida como Casa do Açúcar, feita com madeira do Brasil na época do domínio holandês. Em 1822, a Casa foi transformada num museu chamado Gabinete Real de Pinturas Mauritshuis.

O fim do Brasil holandês

Desfeita a União Ibérica, em 1640, Portugal recuperou sua autonomia política e passou novamente a administrar a colônia brasileira. Os portugueses assinaram um acordo com os holandeses, pois queriam o apoio de outras nações da Europa contra a Espanha. Contudo, a Holanda quebrou o pacto invadindo o Maranhão, em 1644, dando início aos conflitos entre portugueses e holandeses.

A partir de 1645, com o retorno de Maurício de Nassau à Holanda, os novos administradores da colônia flamenga passaram a cobrar as dívidas que os senhores de engenho pernambucanos contraíram junto ao governo desde a época de Nassau. É importante lembrar que os gastos com a “Nova Holanda” eram enormes, o que justificou a cobrança das dívidas e o aumento dos impostos. Houve resistência e, com o apoio de Portugal, os latifundiários do açúcar lideraram a Insurreição Pernambucana, que teve o objetivo de expulsar os holandeses do país. Este foi um movimento singular, pois uniu portugueses, brancos, negros e indígenas que viviam no Brasil em torno de um “inimigo comum”.

Depois de muitos conflitos (Tabocas, 1645, Guararapes, 1648-1649), os portugueses iniciaram o lento processo de recuperação do território pernambucano, que foi concluído em 1654, com a expulsão definitiva dos holandeses do Brasil. Os judeus estabelecidos em Recife tiveram três meses para deixar o Brasil e retornar a Amsterdã.

Os flamengos levaram consigo toda a técnica de produção do açúcar para as suas Antilhas e o Brasil logo perdeu a posição de primeiro produtor mundial de açúcar. Os preços do produto brasileiro despencaram no mercado internacional.



Considerado o maior historiador brasileiro em atividade, o pernambucano Evaldo Cabral de Mello, irmão do poeta João Cabral de Mello Neto, é um dos maiores especialistas nos estudos sobre a presença holandesa no Brasil. O historiador considera Maurício de Nassau “uma das personalidades mais simpáticas da história brasileira”. Suas obras sobre a presença holandesa no Nordeste e a importância da região para a História do Brasil já se tornaram um clássico dos estudos históricos. Dentre elas, recomendamos: *Nassau, governador do Brasil holandês* (2006).



Atividades

Atendem aos Objetivos 1 e 2

3. Os engenhos de açúcar remanescentes do período colonial fazem parte do circuito turístico rural de Pernambuco. Acesse o *site* www.engenhocamaragibe.com.br e destaque uma característica do Engenho Camaragibe relacionada à ocupação holandesa e alvo de curiosidade dos turistas.

4.

Em Pernambuco...

Ouvi contar que Maurício de Nassau

Por uma ponte fez o boi voar

Foi 171 que enganou o pessoal

(G.R.E.S. Estácio de Sá – O boi dá bode. Carnaval de 1988)

Era a corte um rebu
Se ouviu o sururu, vai pra ponte que partiu
Com o laranja endividado
O pedágio foi cobrado, o primeiro do Brasil
O boi voou, começou a roubalheira
A galhofa, a bandalheira, pra chacota nacional
Mas tira o olho, ninguém tasca eu vi primeiro
Tem muito boi brasileiro, pra comer nesse quintal
(G.R.E.S. São Clemente. Boi voador sobre o Recife – Cordel
da galhofa nacional. Carnaval de 2004)

Ambos os sambas-enredo do carnaval carioca fazem referência a um curioso episódio que entrou para a história, relacionado à astúcia de Maurício de Nassau e à inauguração da famosa ponte que leva o seu nome, cartão-postal de Recife na atualidade. Pesquise na internet o que foi o episódio do “boi voador”, uma interessante história dos tempos do Brasil holandês, e conheça a ponte Maurício de Nassau, hoje revitalizada e símbolo da presença flamenga na cidade.

5. Visite o *site* <http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=430332> e confira as fotos incríveis que registram o patrimônio cultural do Recife Antigo da época dos holandeses e de outros períodos históricos.

Comentários

Todas as questões das atividades têm como objetivo aprimorar a relação história / turismo, estimulando o aluno a conhecer e apreciar alguns dos patrimônios que se constituem em importantes atrativos turísticos do Recife Antigo (bairro tombado pelo IPHAN em 1998) e estão relacionados à história da ocupação holandesa na cidade.



Fique de olho

Os governos do Brasil e da Holanda iniciaram, em abril de 2008, os entendimentos para a criação de uma parceria para aprofundar as pesquisas sobre a Companhia Holandesa das Índias Ocidentais no Nordeste brasileiro; recuperar o patrimônio cultural deixado pelos holandeses, especialmente em Pernambuco; e criar o Centro Cultural Brasil-Holanda, ampliando a divulgação sobre as relações históricas entre os dois países.

Essa iniciativa, se levada a termo, em muito beneficiará o turismo, tanto pela criação de novos atrativos, como o Centro Cultural Brasil-Holanda, quanto pela recuperação do patrimônio cultural e pelo aumento do fluxo de turistas holandeses no Brasil e de brasileiros na Holanda.



Atividade Final

Atende ao Objetivo 2

“Nordestino não tem olho azul”. Foi o que disse o empresário e apresentador de programa de TV Roberto Justus, contracenando com Tom Cavalcanti, que o imitava num programa humorístico da Rede Record, em junho de 2008.

Levando em conta a história da formação do povo brasileiro, você concorda com essa afirmação do famoso empresário? Justifique a sua resposta.

Comentário

É preciso considerar o caráter multiétnico do povo brasileiro, fruto de intensos cruzamentos entre diferentes povos, de diferentes nações e etnias que continuam a mesclar-se até a atualidade, inclusive com a decisão de muitos turistas estrangeiros de se estabelecerem no Nordeste. Nesta aula, enfatizamos a presença européia no Brasil nos dois primeiros séculos do Brasil colonial e demos destaque a essa região. Europeus de várias nacionalidades, asiáticos, árabes, africanos, ameríndios, além dos próprios índios brasileiros, os habitantes iniciais dessas terras, ao longo de toda a história do país, deram origem a um povo cuja mestiçagem é a sua maior identidade. Não há aqui a pretensão de se tentar corrigir a piada, esperando que seja politicamente correta. Ao contrário, consideramos também as piadas uma interessante caixa de ressonância da nossa sociedade, pois elas revelam muito do nosso imaginário e da nossa cultura. Ainda assim, analisando a frase, é descabido afirmar que o povo nordestino tem uma única característica física, o que gera uma falsa imagem do nordestino e resvala para o preconceito.

Resumo

Nesta aula, procuramos abordar o tema da presença européia no Brasil colonial sob um viés diferente, ressaltando o valioso legado cultural deixado pelos europeus no período. Destacamos as invasões francesas e holandesas no agitado período da União Ibérica. Todos os patrimônios – materiais e imateriais – apresentados nesta aula chamam a atenção pela sua importância histórica e pelo seu grande apelo turístico. Alguns desses patrimônios já tiveram o seu valor devidamente reconhecido pelo turismo, enquanto outros ainda estão por serem descobertos e aproveitados turisticamente, levando a mais pessoas a oportunidade de apreciarem ao vivo os testemunhos remanescentes de um período extremamente rico da História do Brasil.

15

A ocupação do interior no período colonial: uma viagem pelos caminhos históricos brasileiros

Meta da aula

Apresentar as principais características do processo de interiorização do país no período colonial, destacando os caminhos, as cidades históricas e as práticas turísticas a ele relacionadas.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- 1** conhecer as razões da ocupação do interior brasileiro e as principais características das cidades e dos caminhos históricos coloniais;
- 2** avaliar a importância das cidades históricas e dos principais caminhos que levam ao interior do país para a atividade turística.

Introdução

Na Aula 13, destacamos a presença de povos de outras nações européias que não os portugueses no litoral brasileiro. Enfatizamos as invasões francesa e holandesa, que são as mais expressivas, pois esses povos estabeleceram colônias no Brasil, apesar de não serem tão duradouras. É sabido também que outros povos estiveram aqui no período colonial com o intuito de explorar as riquezas do território, como os ingleses e os irlandeses, por exemplo. Ressaltamos que tais invasões estrangeiras, dentre outros fatores, estimularam a construção de várias fortificações e a ocupação da costa brasileira (litoral) pelos portugueses.

Agora é a vez de conhecermos o processo de interiorização do Brasil, em que estudaremos as principais razões e características da ocupação do interior brasileiro no período colonial. Daremos ênfase à história das cidades mais importantes no período e aos seus caminhos de acesso, fazendo as conexões necessárias com o turismo. Priorizamos a Estrada Real, a Rota dos Tropeiros e a parte fluminense do Caminho do Ouro. Você poderá se surpreender com o desperdício dos recursos turísticos em muitas cidades abordadas nesta aula, assim como conhecerá exemplos bem-sucedidos da relação história/ cultura/ turismo.

O tema da interiorização no Brasil colonial é um dos mais ricos para a criação e a consolidação de produtos turísticos de viés histórico-cultural em nosso país-continente. Esta aula é um convite à reflexão e um desafio para que os futuros turismólogos busquem alternativas viáveis para as localidades que vêm o seu rico patrimônio deteriorar-se junto com a qualidade de vida de seus habitantes, como é o caso da cidade histórica de Ouro Preto e daqueles municípios da Baixada Fluminense por onde passava o Caminho Novo do Ouro, como veremos mais adiante.

Escolha qual o seu caminho e vamos juntos pelo Brasil adentro conhecer os segredos desse país-continente e o seu imenso potencial turístico.

A ocupação do interior

No século XVII, a expansão territorial do Brasil foi intensa. Desde o período da dominação espanhola, com a União Ibérica (1580-1640), como vimos na Aula 13, franceses e holandeses ameaçavam o domínio português sobre o Brasil. Para conter as ameaças estrangeiras, além da ocupação da costa, os portugueses procuraram levar a colonização também para o sertão ou, simplesmente, sertão, como se chamavam as terras distantes do litoral, evitando que os invasores estrangeiros tivessem acesso a elas. A exploração das chamadas drogas do sertão na floresta amazônica era um grande chamariz para os estrangeiros ocuparem o interior.

Outros elementos como o bandeirismo, a pecuária e a mineração também “empurraram” a colonização para além do litoral. Portanto, dois mecanismos caracterizam a expansão territorial brasileira no período colonial: um externo (ameaça estrangeira), que tomou o caráter militar e atingiu principalmente o Norte e o Nordeste, e outro interno (pecuária, mineração, bandeirismo), fazendo a colonização chegar ao Centro-Sul.

Detalharemos a seguir os principais elementos responsáveis pela expansão territorial brasileira no período.

Drogas do sertão: as especiarias do Brasil

Durante as entradas e bandeiras, as drogas do sertão (castanha-do-pará, gengibre, pimenta, cravo, cacau, baunilha, castanha, urucum, guaraná e anil, entre outras) eram muito cobijadas pelos colonos. As “especiarias dos índios”, como os portugueses as chamavam, valiam uma fortuna na Europa, tanto pela sua importância culinária quanto terapêutica. Os jesuítas estabeleceram missões na floresta amazônica e se encarregaram da exploração das drogas do sertão, utilizando a mão-de-obra indígena no plantio e na colheita das “especiarias”. Para conter o avanço dos estrangeiros pela Amazônia na busca das drogas do

sertão, os portugueses estabeleceram que qualquer pessoa que pretendesse entrar na região deveria ser acompanhada de um padre jesuíta.

A economia das drogas do sertão trouxe consideráveis lucros para a Coroa portuguesa, que procurou reprimir o seu contrabando por rio (muitas vezes feito pelos próprios jesuítas). Foi construído, na foz do rio Pará, o Forte do Presépio ou Forte do Castelo, em 1616, o marco histórico da fundação da cidade de Belém, que foi reconstruído e reformado várias vezes ao longo da história. Hoje é um importante atrativo turístico da cidade, tombado em 1962 pelo IPHAN e restaurado em 2002.

Pecuária

A pecuária foi um dos fatores mais importantes para a ocupação do território brasileiro, pois realizou a *proeza de ignorar o espaço*, nas palavras de um dos mais importantes historiadores brasileiros, Caio Prado Júnior. Para você ter uma idéia da importância da pecuária na produção da colônia, as atividades econômicas brasileiras estavam distribuídas no território da seguinte forma: na faixa litorânea concentrou-se a agricultura, com destaque para a produção de açúcar; no extremo norte havia o extrativismo, especialmente das drogas do sertão; e no Centro-Sul, a principal atividade econômica era a mineração. As demais porções do território brasileiro estavam destinadas à pecuária.

Apesar de sua imensa desorganização, a pecuária teve um papel relevante quanto ao abastecimento da colônia. O seu crescimento se deu de forma paralela à produção açucareira, complementando a atividade agrícola de exportação.

Distinguiram-se três fases no desenvolvimento da pecuária. Na primeira fase, no início da colonização, o gado era criado nos engenhos. A sua produção era conjugada à produção de açúcar. O gado bovino era utilizado no engenho como transporte, alimentação, couro e energia (nas moendas mais rústicas, os *trapiches*).

Na segunda fase, ainda no século XVI, o crescimento da lavoura de exportação, por um lado, e o aumento do gado, por outro, exigiu a separação entre agricultura e pecuária. O proprietário da lavoura continuava a ser o proprietário da fazenda de gado. A criação ainda visava prioritariamente ao engenho.

Na terceira fase, a pecuária e a agricultura estavam completamente separadas e já não eram propriedades de um só dono. Surgiu, então, a figura do proprietário de fazenda de gado. Para resguardar os interesses dos senhores de engenho, uma Carta Régia de 1701 proibia a pecuária a menos de dez léguas do litoral. A criação de gado continuou a abastecer a costa, mas se tornou uma atividade independente, penetrando no sertão nordestino.

O tropeirismo

Um outro movimento importante pelo interior do Brasil foi o tropeirismo. Os tropeiros ou carreteiros eram responsáveis pelo transporte do gado bovino e de seus derivados do Sul do país até os grandes centros consumidores, como a região mineradora no século XVIII. Faziam a ligação entre os cantões do Brasil, tendo grande importância econômica, política e cultural para o país.

Levavam pelos corredores do interior do Brasil não apenas mercadorias, mas também notícias e ideais políticos; ajudaram a fundar vários povoados, vilas e cidades e deixaram a sua marca também na cultura do país; afinal, quem não gosta de um arroz-de-carreteiro e de um feijão-tropeiro? Os dois pratos típicos da culinária brasileira são uma criação dos homens que conduziam as tropas de muares e cavalos pelos cantões do Brasil.



Atividade

Atende aos Objetivos 1 e 2

Rota dos Tropeiros: a história como inspiração para um novo produto turístico

Acesse o *site* <http://www.rotadostropeiros.com.br/> e desenvolva as questões a seguir:

1.a. Qual a importância do tropeirismo para o desenvolvimento do Brasil no período colonial?

1.b. Indique qual a área de abrangência da Rota dos Tropeiros e quais os seus principais atrativos.

Comentário

A proposta aqui é apresentar a importância do tropeirismo para o desenvolvimento da história brasileira, destacando a comercialização do gado e de seus derivados pelo país e relacionando-o à atividade turística contemporânea. A recente criação da Rota dos Tropeiros pela indústria do turismo e a sua transformação num produto turístico, baseado num fato histórico de grande importância, é um exemplo bem-sucedido da relação entre história e turismo.

O bandeirantismo ou bandeirismo

Durante três séculos, os bandeirantes percorreram o interior do país. Partiam de São Paulo em expedições que tinham os seguintes objetivos: a. a caça aos índios para o trabalho escravo (chamada de expedição de apresamento ou preação); b. o sertanismo de contrato, em que os bandeirantes eram contratados pelo governo ou particulares para esmagar tribos rebeldes, perseguir escravos fugidos e destruir quilombos, sendo o mais

importante o Quilombo dos Palmares, arruinado por Domingos Jorge Velho em 1695; c. as bandeiras de busca de ouro, que veremos mais adiante; d. as monções, que eram grandes expedições fluviais com destino ao sertão, com objetivos comerciais e de povoamento. Partiam de São Paulo, geralmente iniciando pelo então límpido rio Tietê (conhecido como Velho Anhembi) e alcançavam o Mato Grosso do Sul. Por falar nisso, a *Rota das Monções* é mais um novo produto turístico em formação e uma nova opção de turismo histórico-cultural e também de ecoturismo.

Os bandeirantes paulistas foram retratados pela historiografia oficial como heróis nacionais. Sua representação iconográfica reforça a imagem de homens destemidos e invencíveis, vestidos em roupas imponentes, que combateram os “selvagens” e os “bárbaros” índios, vistos como um obstáculo à civilização.

O avanço bandeirante em direção a área que pertencia à Espanha, de acordo com o Tratado de Tordesilhas, acabaria dando ao Brasil, em meados do século XVIII, a configuração geográfica semelhante à de hoje. O Tratado de Tordesilhas perdera o seu efeito. Veja como a questão das fronteiras e limites brasileiros é extremamente delicada, levando a diversos acordos diplomáticos que revelam a complexidade das relações entre portugueses, brasileiros e espanhóis em disputas pelo controle de um vasto território:

Tratado de Lisboa (1681) – os espanhóis devolvem a colônia de Sacramento (atual Uruguai) que havia sido fundada pelos portugueses em 1678.

Tratado de Utrecht (1713) – Sacramento continua português, mas o atual Rio Grande do Sul fica nas mãos da Espanha.

Tratado de Madrid (1750) – Sacramento volta às mãos da Espanha e Sete Povos fica com os portugueses.

Tratado de El Prado (1771) – anula o de Madrid.

Tratado de Santo Idelfonso (1776) – a Espanha fica com Sacramento e Sete Povos.

Tratado de Badajoz (1801) – finalmente Sacramento fica com a Espanha e Sete Povos com os portugueses. Nesta troca, os índios guaranis foram violentamente esmagados em suas missões por

portugueses e espanhóis nas guerras guaraníticas, onde os jesuítas ficaram do lado dos índios.

A mineração – economia e sociedade do ouro

“Que a sede de ouro é sem cura, e por ela subjugados, os
homens matam e morrem,
ficam mortos, mas não fartos.”
(Cecília Meireles)

Depois da partida dos holandeses, o açúcar brasileiro entrou numa crise brutal. A metrópole, endividada com a Inglaterra, a qual tinha colaborado com a independência portuguesa em relação à Espanha, precisava com urgência de outro produto para comercializar no mercado internacional.

A descoberta do ouro no interior do Brasil se deu no século XVII pelos bandeirantes. Nesse primeiro momento, só foi encontrado ouro na beira dos rios (ciclo do ouro de lavagens), mas no início do século XVIII foram despertadas as jazidas de ouro e diamantes em Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Para a extração do ouro das minas foram utilizadas máquinas hidráulicas sofisticadas e muitos escravos.

O novo eldorado atraiu enormes contingentes populacionais para a região repleta de minas, dando origem a inúmeros povoados. Os mais prósperos eram transformados em vilas pela Coroa portuguesa. Eram tantas as minas que o nome da região passou a ser Minas Gerais. O Brasil tornou-se então *o maior produtor mundial de ouro e também de diamantes*.

Os diamantes foram encontrados em 1729. A Coroa proibiu a concessão de datas na região, que foi cercada e passou a ser vigiada. Foi criado então o Distrito Diamantino, com sede no Arraial do Tijuco (hoje Diamantina). Para evitar o contrabando, a partir de 1739, o rei passou a conceder o direito de exploração dos diamantes a um contratador (nobre de sua confiança, que deveria entregar-lhe parte do que fora encontrado). Desde então, a vigilância e a repressão sobre a região foram mais intensas,

havendo, inclusive a pena de morte. O isolamento e a fome se abateram sobre a maior parte da população.

O contratador mais famoso foi João Fernandes, com quem a escrava Xica da Silva veio a se casar. Conta-se que ele morreu mais rico do que o rei de Portugal. Quanto a Xica da Silva, sua história é lembrada como um dos casos de mobilidade social, “de escrava a rainha”, como anunciava o *slogan* da novela da extinta Rede Manchete. Xica (ou Chica) tornou-se proprietária de muitos escravos e foi sepultada no interior da Igreja de São Francisco de Assis, o que era restrito apenas aos mais importantes membros da sociedade. A sua casa é um dos principais atrativos da cidade e a sua receita favorita, o xinxim da Xica é uma das iguarias mais procuradas pelos turistas.

Diante da abundância de riquezas da região mineradora, a metrópole adotou uma série de medidas restritivas para controlar a produção e o escoamento do ouro. Em 1702 foi criada a *Intendência das Minas*. Haveria uma delas para cada capitania onde houvesse mineração. Através das Intendências eram distribuídas as datas (áreas de garimpo). Quem encontrasse o cobiçado metal era obrigado a comunicar o fato imediatamente à Intendência. A área era loteada e as datas distribuídas, beneficiando quem tivesse o maior número de escravos. Entretanto, a Coroa não conseguiu evitar o contrabando do ouro e de diamantes. Quem nunca ouviu falar nos famosos santos do pau oco?

Tentando evitar o contrabando, a Coroa criou, em 1719, as Casas de Fundição. Estava proibido ter ouro em pó ou em pepitas. Todo o ouro tinha que ser fundido e transformado em lingotes, selados pelas casas, que, além disso, cobravam o quinto, um dos vários impostos cobrados por Portugal para se apropriar da maior parte do ouro que escorria do Brasil. De cada quantidade de ouro que iria ser exportado, 20% (um quinto) eram pagos como imposto à Coroa.

Para garantir a arrecadação do quinto, a Coroa aumentou a opressão fiscal. Foram criados novos impostos: na entrada da região das Gerais ficavam os registros, onde havia uma espécie de pedágio; foi instituído o imposto de capitação, a ser pago por todos que viviam na região.

Portugal passou a exigir que, no mínimo, 100 arrobas (1.500 quilos) fossem mandadas por ano para a metrópole. De 1740 a 1760, a produção colonial atingiu o seu apogeu, e era fácil cumprir essa cota. A partir de então, a mineração começou a decair e daqui iam quantidades menores que 100 arrobas. A não-complementação dessa cota ficava convertida em impostos atrasados que Portugal poderia cobrar a qualquer instante, por meio da temida derrama (confisco dos bens).

O crescente esgotamento das lavras, a ameaça da derrama, o arrocho fiscal e as influências políticas e filosóficas dos Estados Unidos e da Europa estimularam uma série de revoltas cujo lema era a liberdade e a autonomia dos povos. A colônia pega fogo!

O ciclo da mineração provocou uma grande reviravolta na economia colonial, alterando o eixo econômico do litoral (que produzia açúcar) para o interior. Todas as atenções estavam voltadas para a região das minas, que passou a ser a base de sustentação de Portugal. A região tornou-se tão importante política e economicamente que, em 1763, a sede administrativa da colônia foi transferida de Salvador para o Rio de Janeiro, mais próximo da área mineradora.

A produção interna se dinamizou bastante para atender às necessidades da região aurífera, cuja economia estava baseada no extrativismo mineral e eram muito difíceis as condições para a produção agrícola na região. Do Nordeste vinha o gado, que servia para a alimentação, vestuário e transporte de minérios e do Sul, além do gado também vinha o charque. A região das minas, portanto, provocou uma integração com as demais regiões conquistadas pela expansão dos bandeirantes. Contudo, o restante da colônia sofreu com o desabastecimento e a alta de preços.

Na área mineradora, surgiram as camadas médias da sociedade, formadas por intelectuais, profissionais liberais, comerciantes, funcionários públicos, artesãos, padres, militares e outros. Entretanto, a força de trabalho do escravo ainda era a principal fonte de sustentação da economia colonial.

Toda a exuberante riqueza produzida nas Minas Gerais serviu para financiar a Revolução Industrial inglesa. Para compensar o enorme *déficit* na balança comercial com a Inglaterra, especialmente por conta do desvantajoso Tratado de Methuen, no qual Portugal comprava caríssimos tecidos ingleses e vendia seus vinhos por preços bem mais baixos, os lusitanos saldaram os seus compromissos com o ouro e o diamante do Brasil. Ou, nas palavras do célebre escritor Eduardo Galeano, “O ouro deixou buracos no Brasil, palácios em Portugal e fábricas na Inglaterra”. O prejuízo social (caracterizado principalmente pela exploração do trabalho escravo, pelo extermínio dos indígenas com a violenta ação dos bandeirantes, pela fome generalizada devido à quase inexistência de produção agrícola na região mineradora), e o prejuízo ambiental (provocado pela exploração dos recursos minerais até a sua quase extinção e pelos impactos da concentração populacional na região), jamais seriam recuperados.

A Inconfidência Mineira e o culto à memória de Tiradentes

Vimos que nas Minas Gerais a opressão colonial era intensa, mesmo com os sinais de esgotamento das minas. Com a ameaça da derrama, isto é, a cobrança violenta de impostos atrasados, uma revolta na região já era previsível. Em 1789, um grupo de padres, militares e intelectuais imaginou uma República proclamada em Minas Gerais, totalmente desligada da Coroa. Criariam uma Universidade, dariam pensão a famílias numerosas, mas não tocariam num problema fundamental: a escravidão, base da economia colonial, ficaria intacta, pois o movimento era

formado a partir de grandes proprietários, que não estavam dispostos a abrir mão de seus privilégios.

Como estudado na Aula 6, a Declaração de Independência Americana influenciou os inconfidentes. Não apenas nos ideais de liberdade, mas também na manutenção da escravidão. O movimento da Inconfidência Mineira foi debelado pela Coroa e os grandes latifundiários, comerciantes e outros envolvidos que tinham “costas quentes” foram degredados, isto é, forçados a viver fora do Brasil nas colônias portuguesas na África.

A pena capital recaiu sobre Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, o único participante popular da Inconfidência Mineira. Este passou três anos incomunicável numa masmorra e, a 21 de abril de 1792, foi martirizado numa forca instalada no campo da Lampadosa (atual Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro). Foi decapitado e esquartejado, tendo a sua cabeça exposta em Vila Rica e os outros membros pendurados em postes espalhados pelo Caminho Novo do Ouro, nas seguintes localidades: Cebolas (freguesia de Paraíba do Sul), Varginha (entre Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco), Borda do Campo (atual Barbacena) e Bananeiras ou Bandeirinhas (próxima a Lafaiete). Foi jogado sal na casa onde vivia, para que nenhuma planta nascesse no local, buscando banir qualquer forma de lembrança do inconfidente, termo que significa não digno de confiança, traidor.

Entretanto, já na República, numa construção da história oficial do século XIX, a figura de Tiradentes, que havia sido esquecida, foi transformada num herói da jovem nação brasileira, ainda em formação. O inconfidente foi alçado à condição de símbolo da luta pela liberdade e contra a opressão da Coroa e transformado num mito. Sua imagem freqüentemente é associada à imagem de Cristo martirizado aos pés da cruz, sendo visto como aquele que se sacrificou para salvar o Brasil do domínio português (embora a historiografia crítica hoje considere que a Inconfidência Mineira priorizava os interesses econômicos dos participantes, mantendo, inclusive a escravidão, como visto anteriormente). É representado na iconografia num manto branco e

imaculado, cabeludo e barbado, numa referência direta a Cristo, sendo que é sabido que barba e cabelos dos condenados eram raspados antes da execução. E o que dizer do manto branco e imaculado representando as vestes de um condenado?

Em homenagem a Tiradentes foi atribuído o feriado nacional de 21 de abril, data em que foi executado em 1792; a Vila de São José, onde viveu o inconfidente e que é uma das mais importantes cidades históricas mineiras, passou a ser chamada de Cidade e Município de Tiradentes, logo nos primeiros meses da República, em 1889; tornou-se patrono da Polícia Militar do Rio de Janeiro; a cadeia pública em que esteve preso aguardando julgamento (onde, em 1922, foi construída a imponente sede da Câmara Federal e atual Assembléia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro) recebeu o nome de Palácio Tiradentes; a Praça da Lampadosa (que leva o nome da igreja onde Tiradentes assistiu a sua última missa antes do martírio) também foi rebatizada em homenagem ao herói republicano. Essa memória e o patrimônio remanescente do período da prisão e da execução no Rio de Janeiro são hoje objeto de interesse turístico, existindo, inclusive, um roteiro turístico carioca denominado “Os passos de Tiradentes.”

Cidades históricas de Minas Gerais

Nunca é demais ressaltar a importância das cidades históricas mineiras para o turismo. Esse tema, inclusive, você irá discutir com mais profundidade na disciplina Turismo e Patrimônio.

No século XVIII, como vimos, todas as atenções estavam voltadas para a região mineradora, cujo patrimônio é de inestimável valor cultural. Ouro Preto, Diamantina, Mariana, Tiradentes, Congonhas, São João del Rei e Sabará, entre outras, reúnem um fantástico acervo formado por edificações em estilo colonial, igrejas barrocas ricamente ornamentadas, edifícios públicos (como as casas de câmara e cadeias e os palacetes), pontes, charizes, construções em pedra, museus, casas dos inconfidentes, minas abertas à visitação pública, ruas estreitas, com o famoso

calçamento pé-de-moleque, compõem o riquíssimo patrimônio material da região. Também as festas populares remanescentes do período colonial, a religiosidade popular (você já ouviu falar nas celebrações da Semana Santa em Ouro Preto?), crenças, costumes, culinária, passeios de maria-fumaça e tantos outros legados fazem parte do patrimônio cultural dessas cidades e justificam o grande fluxo turístico na região. Não nos esqueçamos também do patrimônio natural, com belos parques, como o Parque Estadual de Itacolomi, entre Ouro Preto e Mariana, cachoeiras e mirantes com paisagens deslumbrantes.

As obras atribuídas ao Mestre Aleijadinho e a Manoel da Costa Ataíde são por si só bons motivos para valer a visita às cidades históricas mineiras. Constituem um estilo singular do barroco tardio, denominado barroco mineiro, que revela características próprias da sociedade local, como a abundância do ouro e a mestiçagem, representada por anjos mulatos pintados nas suntuosas igrejas.

Para se ter uma idéia da importância cultural das cidades históricas mineradoras, Ouro Preto, o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, o Centro Histórico da Cidade de Diamantina, todas em Minas Gerais, e o Centro Histórico da Cidade de Goiás (também conhecida como Goiás Velho), no estado de Goiás, fazem parte da seleta lista de Patrimônios da Humanidade, título conferido pela Unesco.



Figura 15.1: Os doze profetas, esculpidos em pedra-sabão pelo Mestre Aleijadinho, fazem parte do patrimônio do Santuário de Bom Jesus dos Matosinhos, na cidade de Congonhas do Campo, considerado Patrimônio da Humanidade pela Unesco.

Fonte: Wikipedia (domínio público).

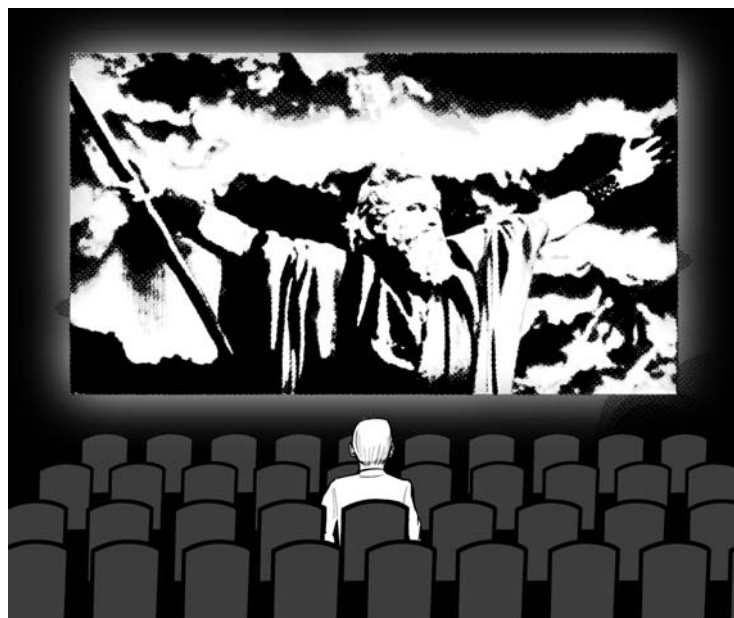
A mais importante das cidades históricas mineiras é Ouro Preto. Antiga Vila Rica de Albuquerque, ou simplesmente Vila Rica, foi capital da província de Minas Gerais e sede do governo, sendo considerada por muito tempo a cidade mais rica do Brasil. Por essa razão, o casario colonial é exuberante e as igrejas barrocas da cidade são ricamente decoradas, com destaque para a Igreja Matriz de N. Senhora da Conceição e a Igreja de S. Francisco de Assis, refletindo o poderio econômico da cidade. Além disso, as irmandades competiam para terem a igreja mais suntuosa como signo de poder.

A importância de Ouro Preto foi reconhecida pelo Governo Vargas quando, em 1933, foi considerada Cidade Monumento Nacional e iniciou-se o processo de restauração da cidade. Em 1937, com a criação do então SPHAN (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, atual IPHAN) a cidade foi tombada, representando a primeira iniciativa de tombamento de bens públicos no Brasil.

Entretanto, o título de Patrimônio da Humanidade, concedido pela primeira vez pela Unesco a uma cidade brasileira, em 1980, pode ter os seus dias contados. Técnicos dessa agência da ONU alertam para a possibilidade da perda do título de Ouro Preto por conta das inúmeras irregularidades provocadas pela falta de uma política de planejamento urbano. Ocupações desordenadas, obras irregulares e o trânsito de veículos de passeio e de carga ameaçam o rico patrimônio edificado no século XVIII. Além disso, ocorrem também nas cidades históricas mineiras o roubo contínuo das obras sacras, incêndios criminosos e a ação de vândalos, trazendo grandes prejuízos à sociedade brasileira.



Cinemanía





Chico Rei

Direção: Walter Lima Jr., Brasil, 1985 (115 min.). Drama histórico.

O premiado filme de Walter Lima Jr. é baseado nas obras de Cecília Meireles e de Mário Prata. Conta a história de Galanga, o rei do Congo, que, no século XVIII, é capturado e vendido no Brasil como escravo. Galanga, conhecido entre os demais escravos como Chico Rei, recebeu o nome cristão de Francisco, que também é dado à maior parte dos escravos batizados por um padre, o narrador da história, o que evidencia o papel da Igreja no tráfico e na própria captura e comércio do escravo ainda na África.

Chico Rei vai trabalhar nas minas de ouro de Vila Rica (atual Ouro Preto), compra a sua própria alforria e torna-se o primeiro negro proprietário de mina. O filme mostra as estratégias dos negros de camuflar pequenas pepitas de ouro no corpo, a severa vigilância sobre os escravos nas minas, a comercialização do cativo no mercado, onde se observavam dentes e textura da pele, os leilões de escravos, as condições de viagem nos navios negreiros, o importante papel das irmandades (associações de ajuda mútua) na compra da alforria dos negros, a religiosidade e o sincretismo, a vida nos quilombos, a repressão da metrópole, as revoltas populares contra a rígida política portuguesa, entre outros importantes aspectos da história do período da mineração no Brasil.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

Você já visitou alguma cidade histórica mineira? Em caso positivo, destaque os atrativos históricos que mais lhe chamaram a atenção, justificando a sua escolha. Em caso negativo, vá direto para a questão 2.b.

2.a. Na sua avaliação, qual a importância de uma cidade possuir o título de Patrimônio da Humanidade e quais as consequências da possível perda desse título?

2.b. Apresente sugestões para minimizar os problemas enfrentados na cidade de Ouro Preto.

Comentários

Propomos uma reflexão sobre o status conferido pela Unesco às cidades históricas brasileiras consideradas Patrimônio da Humanidade, relacionando-o à atividade turística. Você pode levar em conta a importância do referido título para a valorização da identidade das comunidades envolvidas; para o turismo e para o Brasil.

Na última parte da questão, buscamos a aplicação prática das suas idéias para a preservação do patrimônio histórico da cidade de Ouro Preto e para a manutenção da atividade turística na cidade.

Estrada Real: todos os caminhos levam ao turismo

A Estrada Real vem sendo badalada nas feiras, eventos e na mídia como um dos mais novos e interessantes produtos turísticos brasileiros. Pelos seus caminhos circulou boa parte da produção agrícola e do ouro brasileiro no século XVIII, concentrando as maiores riquezas econômicas do país naquela região.

Um grande fluxo de pessoas em busca do sonho da riqueza, tropeiros que forneciam mercadorias para as Gerais, escravos e aventureiros percorriam os caminhos do ouro na esperança de melhores dias.

Ao longo da Estrada Real, em seus vários caminhos que levam às minas, formaram-se núcleos populacionais, que rapidamente cresciam pelo intenso número de forasteiros que se deslocavam para a região. Isso provocou um grande desequilíbrio econômico e populacional em relação às demais regiões do país, inchando a região das Gerais e onerando os preços, o que fez a fortuna de muitos produtores e mercadores. Como vimos, o crescimento populacional e econômico da região fez surgirem povoados que logo se tornaram vilas, com importantes edificações em estilo barroco que hoje são consideradas um patrimônio de todos os brasileiros.

A Estrada Real é formada por mais de 1.400 quilômetros e abrange parte dos caminhos do ouro do século XVIII, sendo os principais:

Caminho Velho (Estrada Velha): foi criado pelos bandeirantes e ligava a capitania de São Paulo à região mineradora, passando pelo município de Cunha, em São Paulo; Paraty, no litoral do Rio de Janeiro; São João del-Rei e Tiradentes.

Caminho Novo: ligando o porto da Vila de Estrela (atual município de Magé) a Ouro Preto, passando pela região das atuais Baixada Fluminense, Petrópolis, Juiz de Fora e Barbacena. Do porto da Vila de Estrela, situado no fundo da Baía de Guanabara, o ouro seguia em embarcações até o Porto dos Mineiros (o Porto da Praça XV) e de lá era transportado em navios para Portugal.

Caminho dos Diamantes: foi instituído pela Coroa portuguesa como o caminho oficial que ligava Vila Rica (atual Ouro Preto) ao Arraial do Tijucu (atual Diamantina), em Minas Gerais.

Entre os outros caminhos conhecidos, citamos o *Caminho do Sabarabuçu*, uma variante do Caminho Velho, que ligava o

município de Catas Altas a Vila Rica, passando por Sabará, e o *Caminho da Bahia* por onde chegavam as mercadorias que de lá eram levadas até as Minas Gerais.

Todos os caminhos levavam a Ouro Preto, isto é, Vila Rica, como era conhecida, era o centro de convergência da Estrada Real.



Figura 15.2: Caminho Velho (à esquerda, iniciando em Paraty) e Novo (à direita, partindo da cidade do Rio de Janeiro).

Fonte: www.estradareal.org.br

A turistificação da Estrada Real

Em 1999, através de uma lei estadual, foi criado o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento da Estrada Real, sendo a Turminas (Empresa Mineira de Turismo) e o Conselho Consultivo da Estrada Real os seus gestores. Nesse mesmo ano, foi fundado o Instituto Estrada Real, gerido pela Federação das Indústrias de Minas Gerais, que assumiu os trabalhos desse que foi considerado o maior programa turístico em desenvolvimento no Brasil. O circuito Estrada Real inclui 162 municípios mineiros; 7 de São Paulo e 8 municípios do Rio de Janeiro.

O programa envolve atividades de planejamento, formatação e lançamento do novo produto turístico, incluindo a sensibilização e a capacitação das comunidades envolvidas, com a sua produção associada ao turismo. Um programa de grande fôlego que visa a incrementar o fluxo de turistas na região, gerar emprego e renda e valorizar o patrimônio natural, histórico e cultural compreendido nos municípios que fazem parte da Estrada Real.

Um dos aspectos da gestão turística da Estrada Real é o desenvolvimento de roteiros temáticos, oferecidos em pacotes negociados junto às agências credenciadas. Destacamos o roteiro pedagógico “De Tiradentes a Ouro Preto”, onde os estudantes conhecem a pé o patrimônio e a história de Tiradentes, São João Del Rei, Ouro Preto e Mariana, visitam o Santuário de Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas, entre outras atividades que incluem até uma oficina de artesanato em pedra-sabão. Embora sejam comuns as excursões pedagógicas organizadas por estabelecimentos de ensino de várias partes do país para as cidades históricas mineiras, o que há de especial neste e noutros roteiros temáticos da Estrada Real é a articulação de uma rede de equipamentos, produtos e serviços turísticos, conformando o produto turístico e fortalecendo a marca “Estrada Real”.

Muitas críticas surgiram a partir do lançamento da Estrada Real como um produto turístico. Para vários especialistas, foi precipitada a oferta do produto e todo o marketing realizado, uma vez

que ainda lhe faltam infra-estrutura de apoio ao turismo, equipamentos e serviços adequados, além do mau estado de conservação dos atrativos. Conforme Guerra, Oliveira e Santos (2003, p. 31):

Se for levada a cabo a maneira como está sendo trabalhada, atualmente, a formatação desse produto e sua maciça divulgação prematura sem os cuidados e o planejamento devidos e sem o compromisso com a sustentabilidade e sua exploração no futuro, corremos o risco de atrairmos turistas, seduzidos pela promessa de um gigantesco e supostamente bem estruturado projeto turístico, que ficarão frustrados com as diversas deficiências que se apresentam em todo o percurso.

Apesar das críticas, registra-se um considerável aumento do número de turistas nacionais e estrangeiros, especialmente ingleses e franceses, seduzidos pelo intenso marketing turístico da Estrada Real e atraídos pelos caminhos, igrejas, fazendas, engenhos, manifestações da cultura popular e atrativos naturais, aumentando a taxa de ocupação dos hotéis e pousadas da região e movimentando a economia dos municípios em questão.

Os (des)caminhos do ouro: um exemplo do abandono e do desperdício de um importante recurso turístico no estado do Rio de Janeiro

Dentre as obras públicas mais significativas realizadas pelos escravos do “sertão” (interior) junto com outros “sertanejos” brancos empobrecidos e homens negros livres, está a construção de caminhos pioneiros rumos às minas de ouro. O Rio de Janeiro era região estratégica em virtude de possuir o porto mais próximo das Minas Gerais. Coube a Garcia Pais, filho do bandeirante Fernão Dias, a responsabilidade de abrir uma estrada alternativa à existente, com o trajeto mais curto, ligando o planalto mineiro ao Porto do Pilar, descendo o Rio Iguassu até a Corte.

O primeiro caminho do ouro, que passava por Paraty, até então o principal escoadouro do cobiçado metal, e chegava a Taubaté, era repleto de riscos e levava até três meses para se

completar o trajeto. O Caminho Novo da Estrada Real, conhecido também como *Caminho de Garcia Pais*, *Caminho do Couto* ou *Caminho do Pilar*, ligava a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro à Vila Rica e levava 15 dias para ser percorrido. Abrangia, entre outros, os atuais municípios de Diamantina, Ouro Preto, Juiz de Fora, Petrópolis, passando pela muralha da Serra do Mar, seguindo pelos atuais municípios da Baixada Fluminense, à época freguesias, (entre elas, a de Nossa Senhora do Pilar, uma das mais importantes de toda a colônia) até a Baía de Guanabara.

Em 1724, foi construída uma variante do Caminho de Garcia Pais, chamada oficialmente de *Atalho do Caminho Novo*, mais conhecida como *Caminho de Inhomirim* ou *Caminho do Proença*, mais curta e mais adequada aos interesses da Coroa portuguesa, que passou a adotá-la como caminho oficial. O ouro era levado até o Porto de Estrela, o marco zero da Estrada Real, mas que não tem o mesmo *glamour* nem o tratamento dado ao atual trecho de Minas Gerais, transformado recentemente em produto turístico (mesmo que sejam conhecidas as suas críticas, conforme vimos anteriormente). Do Porto de Estrela, a produção aurífera era transportada pela Baía de Guanabara até o Porto dos Mineiros (atual Porto da Praça XV). O Porto de Estrela, que já foi próspero e movimentado, hoje se resume apenas a algumas poucas pedras do cais.

O Caminho do Proença (ou Caminho de Inhomirim) leva o nome de um próspero fazendeiro da região, responsável pela abertura dessa via alternativa, seguindo a trilha dos índios e evitando as íngremes subidas de Xerém, que representavam um grande risco para quem percorresse o Caminho de Garcia Pais. Por ali escoou a maior parte do ouro da colônia, tendo havido um grande fluxo de tropeiros, caixeiros, aventureiros e escravos fugitivos (havia inclusive quilombos nos arredores, sustentados pelo tráfico de lenha e pela cobrança de pedágio dos viajantes). Eram freqüentes os ataques aos passantes, fazendo aumentar o controle e a repressão da Coroa sobre essa importante região, que se tornou o elo entre as minas e o porto do Rio de Janeiro,

de onde o ouro seguiria para Portugal. Esse movimento aumentou consideravelmente a economia do Rio de Janeiro, àquela altura o mais importante núcleo econômico do país, justificando a transferência da capital em 1763.



Maria Conceição Rosa

Figura 15.3: Caminho do Inhomirim (Caminho do Proença). Trecho próximo à Fazenda da Mandioca, em Magé.

Fonte: http://www.ipahb.com.br/turismo_mage.php#inho

Outro caminho histórico aberto na Baixada Fluminense é o Caminho do Tinguá (1767), que também ligava a Corte (o Rio de Janeiro) às Minas Gerais. Todos esses caminhos do ouro provocaram um intenso tráfego de animais e pedestres pela Baixada, sem contar o volume de ouro e pedras preciosas que por ali passaram, fazendo a festa de ladrões, “salteadores” e de escravos fugidos, consolidando a região como importante rota de passagem e ajudando a caracterizá-la (como até hoje se mantém) como uma região plural, de identidades e culturas múltiplas, marcada pela presença de pessoas das mais variadas procedências.

Nas imediações do Caminho do Ouro, nas antigas freguesias da Baixada Fluminense, encontravam-se importantes igrejas barrocas, como a de Nossa Senhora do Pilar, de 1767, que é con-

siderada uma das igrejas mais importantes do período colonial. Seus altares destacam-se pela beleza do entalhe e da pintura a ouro, semelhante aos das igrejas barrocas de Minas Gerais. É tombada pelo IPHAN desde 1938, mas o descaso e o abandono facilitaram a ação de vândalos, danificando a construção e fazendo com que boa parte do rico acervo de imagens sacras dessa e de outras igrejas do barroco tardio existentes na região da Baixada se perdesse. Em 2006, a igreja, quase em ruínas, foi restaurada e recebeu um projeto de iluminação especial, aumentando ainda mais a sua atratividade para o turismo.

Para se ter uma idéia da importância das igrejas barrocas da Baixada Fluminense, em 2000 foi realizada na Casa França-Brasil, no Centro do Rio de Janeiro e, posteriormente, no Sesc de Nova Iguaçu, a exposição *Devoção e Esquecimento – Presença do Barroco na Baixada Fluminense*. A exposição reuniu imagens sacras que faziam parte do acervo das igrejas da região. A maioria das obras era feita em barro e madeira de belíssima talha, algumas com uma temática extremamente rara, como é o caso da imagem de São Sebastião Índio (século XVIII), de Nossa Senhora da Conceição Menina (século XVII) e de São Benedito das Flores (séculos XVIII/XIX).

Um outro caminho aberto por escravos foi o Caminho do Comércio (1822), a primeira via aberta no Brasil para escoar a produção de café do interior do país. Este passava pela Serra do Tinguá (Nova Iguaçu), levando o produto vindo do Vale do Paraíba (sul do estado do Rio de Janeiro) até o porto no Centro do Rio.

Com a prosperidade da região, motivada pela intensa movimentação econômica gerada pelos caminhos, pela expressiva produção agrícola que abastecia também a região das minas e pelo surto cafeeiro, na primeira metade do século XIX, foram criadas três importantes vilas: a Vila de Iguassú (1833 – mais tarde o nome mudaria para Iguaçu), a Vila de Magé (1857) e a Vila Estrela (1846), cujo porto, como vimos, foi o mais movimentado do país durante o Brasil colônia, escoando o ouro das Minas Gerais. Não nos esqueçamos também do Porto de Guia de Pacobaíba – o

Porto Mauá – em Magé, construído durante o Império por Irineu Evangelista de Souza, em 1854, para escoar a produção cafeeira até o Rio de Janeiro, conforme estudamos na Aula 5. Um outro detalhe que atesta a importância histórica do local é que foi no rio Inhomirim, que dá nome ao Caminho, que circulou o primeiro barco a vapor no Brasil.

Os caminhos foram fundamentais até a instalação da estrada de ferro, unindo a Baixada a Petrópolis, em 1883, quando foram sendo aos poucos desativados. Hoje, os caminhos encontram-se fechados pelas matas, exceto em alguns poucos trechos, onde ainda se pode ver o calçamento original, conversar com alguns moradores descendentes de escravos e de colonos, com suas memórias muito difusas sobre a importância do lugar, vivendo, na maioria dos casos, em condições extremamente precárias.

Como vimos, a história do Brasil passa pela Baixada Fluminense. A questão da preservação e conservação do patrimônio na Baixada está apenas engatinhando. Fundamental para a memória e a construção de uma identidade local, de um sentimento de pertencimento e de valorização, boa parte do que restou desse patrimônio, que é do povo, está guardado em poder de instituições e de particulares, pois as igrejas da região, em sua maioria, sofrem com o estado de abandono e nem de longe representam a importância que têm.

Acrescenta-se ao rico patrimônio histórico-cultural da Baixada Fluminense o patrimônio ambiental, onde se destaca a Reserva Biológica do Tinguá, localizada no município de Nova Iguaçu e considerada a maior porção de Mata Atlântica nativa do Rio de Janeiro, com uma exuberante biodiversidade, por onde também passa a Estrada Real do Comércio ou Caminho do Comércio. Esse tipo de Unidade de Conservação (UC) não é aberto à visitação pública, embora seja freqüente a presença de pessoas que caçam espécies ameaçadas de extinção ou derrubam palmeiras, para a extração do palmito, e outros tipos de árvores. Seu entorno, entretanto, é um convite ao descanso e ao desfrute da natureza, ideal para o turismo ecológico e para o turismo histórico. Embora haja

algumas iniciativas ainda muito preliminares de atividade turística na região, falta ainda a infra-estrutura necessária para o desenvolvimento do turismo em Tinguá e na Baixada como um todo.

Uma intervenção coletiva, a partir do diálogo democrático entre o poder público, a iniciativa privada e a sociedade civil organizada, pode, a partir do turismo de base local, em conjunto com ações que promovam a melhoria da infra-estrutura da região, contribuir para o desenvolvimento integral da Baixada, recuperando a sua memória, a sua história, o seu patrimônio e a sua auto-estima.



Maria Conceição Rosa

Figura 15.4: É crescente o interesse público pelo patrimônio histórico-cultural da Baixada. Na cena, grupo visita as ruínas da Casa das Três Portas, onde funcionava a Casa de Câmara e a Cadeia Pública (1846) da outrora próspera Vila da Estrela, atual Magé. No local, estiveram os inconfidentes quando foram levados para julgamento no Rio de Janeiro.



Atividade

Atendem aos Objetivos 1 e 2

3.1. Assista ao vídeo turístico promocional da Estrada Real no YouTube, o *site* de compartilhamento público de vídeos na internet

(<http://br.youtube.com/watch?v=eK3UBjUqS8M>) e acesse o *site* oficial da Estrada Real (<http://www.estradareal.org.br/>).

Na sua opinião, quais são os pontos fortes do produto turístico Estrada Real?

3.2. Acesse o site http://www.ipahb.com.br/turismo_mage.php, analise as fotografias e avalie as condições em que se encontra boa parte do rico patrimônio histórico-cultural da Baixada Fluminense.

3.3. Elabore duas sugestões viáveis para o aproveitamento turístico do patrimônio da região.

Comentários

Na questão 3.1, espera-se que você avalie cuidadosamente as principais características do produto turístico Estrada Real, destacando o que julgar mais importante para o sucesso do empreendimento.

No segundo item desta atividade, você irá desenvolver a sua capacidade de análise histórica, relacionando-a aos conhecimentos de turismo, em que deverá propor, na questão 3.3, duas sugestões concretas para o crescimento da Baixada Fluminense através da atividade turística. Leve em consideração a importância do desenvolvimento da infra-estrutura de apoio, de equipamentos e de serviços turísticos para a região. Um bom parâmetro de comparação são os investimentos realizados na porção mineira da Estrada Real em contraste com os trechos fluminenses dos caminhos do ouro.

Resumo

Discutimos nesta aula o processo de ocupação do interior do país ao longo dos séculos XVII e XVIII, sua importância histórica e o seu aproveitamento ou desperdício turístico. Destacamos o bandeirantismo, sua penetração no interior e as consequências para os indígenas; as atividades mineradoras no Centro-Sul; o extrativismo no Norte e a produção agropecuária no Sul e no Sudeste. Como visto, existem muitos recursos ou atrativos turísticos já consolidados no interior do Brasil, que fazem do país muito mais do que um destino de Sol e Mar. A nossa rica história é ao mesmo tempo, uma fonte de reflexão para conduzirmos os rumos da nossa sociedade atual e um extraordinário recurso para o turismo.

16

A transferência da Corte portuguesa para o Brasil e o seu legado cultural

Meta da aula

Discutir o período joanino, sob a ótica da nova historiografia, e suas relações com a prática turística no Brasil.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- 1** analisar as novas contribuições da historiografia crítica a respeito do período joanino no Brasil, questionando diversas idéias cristalizadas sobre o tema;
- 2** relacionar o importante legado deixado pela presença da Corte portuguesa no Brasil à atividade turística.

Pré-requisito

Para melhor compreensão desta aula, reveja a Aula 12, sobre a organização política e administrativa do Brasil colonial.

Introdução

Por ocasião do bicentenário da chegada da Corte portuguesa ao Brasil em 2008, a sociedade brasileira teve a oportunidade de debater diversos aspectos que estão relacionados à presença da Família Real em nosso país e que por muito tempo foram considerados consensuais pela historiografia oficial.

Essa efeméride ajudou a divulgar as novas pesquisas da historiografia atual e acendeu uma série de polêmicas. Dentre as novas contribuições trazidas pelas pesquisas dos especialistas no período, destacamos para esta aula: as motivações da migração da Corte para o Brasil; as discussões sobre a personalidade e a habilidade política de D. João VI (seria ele um sujeito covarde e comilão, como retratado pelo cinema e pela TV?); alguns aspectos pouco conhecidos pela maioria das pessoas sobre a vida cotidiana no período joanino; as transformações ocorridas na colônia, especialmente no Rio de Janeiro, que acolheu toda a comitiva; e, por falar nisso, destacamos também os questionamentos acerca dos números referentes aos novos moradores da colônia: dos consensuais “10 a 15.000” cortesãos que vieram para o Brasil, como estamos acostumados a ler nos livros de História, acredite, as novas pesquisas historiográficas apontam para não mais que 500 o número de pessoas que acompanharam D. João VI e sua família nos trópicos!

Fechando nossa aula, abordaremos alguns dos atrativos histórico-culturais referentes ao legado do período, um grande filão para o turismo.

Mais uma vez propomos uma reflexão sobre o imenso potencial do turismo histórico-cultural no Brasil, particularmente no Rio de Janeiro, deixando no ar uma pergunta: num país sem memória, como valorizar o nosso patrimônio e estimular o turismo histórico-cultural? Esse é um grande desafio de que a nossa geração não deve se esquivar.

Bons estudos!

Reverendo nossos conceitos: novos olhares sobre um velho e conhecido tema

O fato histórico é o mesmo: em 1808, com a invasão francesa comandada por Napoleão Bonaparte a Portugal, que se opôs ao Bloqueio Continental contra a Inglaterra, a Corte portuguesa chega ao Brasil, protegida pela armada britânica. Sabe-se também que os ingleses, que nutriam grande rivalidade com os franceses e eram aliados de Portugal, tinham grande interesse na transferência da sede do governo para o Brasil. Primeiro, D. João e seu séqüito desembarcam na Bahia, em 28 de janeiro, onde logo assinou a Abertura dos Portos às Nações Amigas (leia-se: à Inglaterra). A 7 de março, a comitiva chega ao Rio de Janeiro, instalando na cidade a sede do império português. D. João ali permaneceu até 1821, retornando a Portugal por conta da Revolução do Porto. Do Rio de Janeiro foram tomadas todas as decisões referentes ao Brasil e às colônias na Ásia e na África. Em 1815, D. João elevou o Brasil à condição de Reino Unido a Portugal e Algarves, para que obtivesse a aceitação do Congresso de Viena, que não reconhecia uma colônia como sede do governo português. Também esse novo *status* do Brasil, àquela altura a maior fonte de riquezas do reino, era mais compatível com os interesses da Corte aqui instalada. O Brasil então deixava de ser oficialmente uma colônia. A presença da Corte na cidade do Rio de Janeiro, sede do império português, impulsionou um grande desenvolvimento e deixou um valioso legado.

Todos esses fatos são bastante conhecidos por nós. Recentemente, uma profunda e competente revisão historiográfica, através das novas pesquisas ancoradas em minuciosa documentação, tem revelado outros aspectos que põem em xeque muitas de nossas certezas sobre a história do período.

Afinal, de que tamanho era a Corte recém-chegada de Portugal?

Um aspecto muito conhecido por todos – e que vem sendo questionado – é o da quantidade de membros da Corte que teriam vindo para o Brasil junto com a Família Real. Certamente, você já leu em algum livro que em torno de 15.000 nobres chegaram ao Rio de Janeiro, fugidos de Napoleão. O conceituado historiador Nireu Cavalcanti, da Universidade Federal Fluminense, refuta essa tese e apresenta dados contundentes. Segundo ele,

no decorrer do ano de 1808 chegaram outros navios trazendo pessoas de Portugal, que, somadas às que já estavam no Rio, não chegaram a 500. Portanto, esse número de 12.000 a 15.000 pessoas que a historiografia aponta como chegadas à cidade com a Corte é totalmente infundado, ilógico e absurdo, pois requeria para transportá-las cerca de 200 navios e corresponderia a sair de Lisboa, em segredo, 8% de sua população e entrar na cidade do Rio 20% da população urbana! (CAVALCANTI, 2004, p. 40).

Esses números pra lá de exagerados foram apresentados pelo oficial britânico Thomas O’Neil em seu livro *A vinda da Família Real portuguesa para o Brasil*, de 1810. A maior parte dos historiadores hoje questiona os dados apresentados por O’Neil, considerando que este se baseou em testemunhos orais e não há nenhuma outra fonte que confirme tais dados.

Há ainda os que estimam em 5.000 o número de migrantes para o Rio de Janeiro, considerando os nobres, o corpo burocrático estatal, formado por conselheiros de Estado, assessores militares, juízes, padres, advogados e seus parentes e a criadagem trazidos junto com a Corte.

Fuga, transferência, chegada, vinda...

Outra idéia lançada por O’Neil e difundida durante muito tempo nos livros de História é a da fuga da Família Real por conta

das invasões napoleônicas, o que vem sendo relativizado pelos historiadores que enfatizam a existência de um projeto político da Coroa portuguesa, arquitetado com bastante antecedência, para transferir a Corte para o Brasil, a mais próspera colônia lusitana.

Há uma grande diferença semântica e ideológica entre os termos “vinda”, “fuga”, “transferência” e “chegada” da Família Real. Atualmente, muitos historiadores utilizam o termo “transmigração da Corte portuguesa”, procurando enfatizar o projeto da mudança de todo o aparato burocrático estatal luso para o Rio de Janeiro, muito além da idéia de migração dos nobres lusitanos provocada pela conjuntura do período.

Aliás, essa idéia é bem anterior ao que se imagina. Já no século XVII, o padre Antonio Vieira sugeriu ao rei D. João IV que se transferisse para o Brasil, a sua colônia mais rica. No século XVIII, Luís da Cunha, diplomata de D. João V, volta a cogitar essa possibilidade, considerando que, no futuro, o Brasil seria bem mais desenvolvido e próspero do que Portugal. D. Rodrigo de Sousa Coutinho, ministro de D. João VI, incentivava a vinda da Corte para o Brasil, que seria a capital do grande império luso-brasileiro, com mais *status* e prestígio do que Portugal, que não figurava entre os países mais desenvolvidos da Europa e ainda conservava os valores do já decadente Absolutismo na Europa.

Uma “missão” nada oficial

A badalada Missão Artística Francesa, que veio ao Brasil em 1816, ao que se pensava a convite de D. João VI, para produzir as imagens oficiais da monarquia nos trópicos, também não ficou imune à revisão historiográfica. Sua atribuição era instalar o ensino de artes no Brasil através da Academia Real de Desenho, Pintura, Escultura e Arquitetura Civil. De acordo com a historiadora Lilia Schwarcz, da USP, renomados artistas franceses ligados a Napoleão perderam o prestígio e o emprego por conta da perseguição política que sofreram após a derrota de

Bonaparte na Batalha de Waterloo. A pesquisadora questiona se realmente teria havido uma “missão” (termo criado por Afonso Taunay, em 1912, bisneto do pintor Nicolas Taunay), já que esses artistas se ofereceram individualmente para trabalhar para o monarca brasileiro.

Hora de juntar cartas: artistas desempregados ou em vias de ser; a moda francesa nas artes; uma monarquia européia na América; uma colônia até então fechada aos franceses e com imensas possibilidades de comércio. Com todos esses argumentos reunidos, o mais correto seria pensar que os viajantes decidiram partir. [...]

Desse modo surgiram as imagens inaugurais de um império nos trópicos, agraciado com as alegorias clássicas que viriam legitimar sua permanência. Nada melhor do que ter à disposição artistas acostumados a lidar com as necessidades do Estado. Assim como haviam dado um caráter sacro ao Império de Napoleão, cuidado dos monumentos, das festas, das moedas, e produzido imensas telas históricas, o mesmo seria possível realizar nessa capital do Império português, que, aliás, fora elevada a Reino Unido em 1815 (SCHWARCZ, 2008, p. 67).



Figura 16.1: *Aclamação de D. João VI*, de Jean-Baptiste Debret (1818).
Fonte: www.mundolusiada.com.br



Atividade

1. Qual a mensagem que o artista queria transmitir com o quadro que você acabou de ver? O que as pessoas deveriam lembrar-se do Brasil de D. João VI?

Comentários

Considerando que Debret era um artista contratado pela Corte para “retratar” aspectos da sociedade brasileira nos tempos de D. João VI, não deixe de levar em conta que está em jogo a construção de uma memória oficial da nação. Portanto, não acredite que a cena trata a realidade tal como ela é. Essa realidade é construída ideologicamente, conforme os interesses do contratante, os valores da época, acrescido ao fato de ser um olhar “de fora”, ou seja, de um estrangeiro procurando enxergar com os olhos de um artista francês a vida no Rio de Janeiro. Portanto, a sua obra está impregnada de valores da sociedade francesa daquele período.

Para conhecer mais detalhes sobre a vida e a obra de Debret no Brasil, recomendamos a obra Uma viagem com Debret, de Valeria Lima, publicado pela Editora Jorge Zahar em 2004 (não, não é a sua professora desta disciplina, e sim uma xará!).

Entre no site a seguir e leia a resenha da obra:

<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=688>

Era D. João um mero comedor de frangos?

Também vem sendo muito discutida pelos historiadores a composição caricatural do personagem de D. João VI, de D. Carlota Joaquina e de D. Maria I, “a louca”, veiculada pelas mídias contemporâneas de massa, especialmente o cinema e a TV. Na década de 1990, o filme *Carlota Joaquina, princesa do Brasil*, de Carla Camurati, marcou a retomada do cinema nacional, lotando as salas de exibição com a história da personagem-título, caracterizada como uma mulher devassa, com um marido covarde e comilão e sua sogra tresloucada. O tom de deboche foi escolhido pela cineasta para contar “o que realmente aconteceu naquela época”, como pensaram muitos espectadores, incentivados, inclusive, por alguns professores de história das escolas de nível básico.

Conforme as contribuições dos especialistas na relação cinema/história, para fazermos uma análise de um filme que aborda uma temática histórica, é necessário, em primeiro lugar, termos em mente que o filme é uma obra de arte e, como tal, é carregada de subjetividade. Ali estão presentes também as marcas da época em que foi produzido, não podendo ser visto como uma reprodução fiel dos acontecimentos do tempo que procura “retratar”, conforme discutimos ao nos referirmos à obra de Debret agora há pouco.

O sucesso do filme *Carlota Joaquina, princesa do Brasil*, inspirou a minissérie de TV *O Quinto dos infernos*, de Carlos Lombardi, que adicionou à Família Real uma dose ainda maior de deboche.



O filme e a minissérie citados devem ser tomados igualmente como documentos. São testemunhos do tempo em que foram produzidos, ou seja, na década de 90 do século passado, período em que se vivia uma incerteza econômica, além de pulularem escândalos na vida pública e privada de políticos, do presidente da República a ministros. Com isso, será possível entender os porquês históricos dos estereótipos. Grosso modo, essas produções estabeleceram uma linha de continuidade entre a corrupção e a velhacaria dos políticos da época joanina e a dos atuais, simplificando o passado e eliminando as diferenças entre ele e o presente (VILLALTA, 2008, p. 79).

A influência desses produtos culturais na formação da opinião de boa parte da sociedade brasileira provocou, em contrapartida, uma revisão historiográfica, onde se ressalta “um outro lado” da personalidade de D. João: o de hábil estrategista político, muito além de “um simples comedor de frango”, conforme se referiu um parlamentar em seu discurso na sessão solene do Senado Federal, por ocasião dos 200 anos da chegada da Corte. Nem um covarde fujão, nem um herói da nação brasileira, como pintou a historiografia de tradição positivista, uma corrente filosófica do final do século XIX. D. João VI foi um homem de seu tempo, que adotou a neutralidade diante dos conflitos entre França e Inglaterra e transferiu a Corte para o Brasil como estratégia política. É visto por alguns como um grande estadista que ajudou a consolidar as bases da nação brasileira.

Já Carlota Joaquina, conforme as contribuições da historiadora Francisca de Azevedo, da UFRJ, ressurge como uma mulher à frente de seu tempo, que participava das decisões políticas e era bastante culta. Esteve à frente, por exemplo, da defesa dos interesses espanhóis na luta contra os movimentos emancipatórios na região do Rio da Prata. Sua imagem estereotipada foi construída pela historiografia liberal, interessada em ridicularizar o Absolutismo, segundo a professora.

A Abertura dos Portos às Nações Amigas é a primeira medida de D. João VI no Brasil, pondo fim ao pacto colonial, pelo qual o Brasil só poderia comercializar com a metrópole portuguesa. Outra medida importante é o Alvará de Liberdade Industrial, em abril de 1808, concedendo ao Brasil o direito de produzir manufaturas, o que era proibido no período colonial.

Conforme os Tratados de 1810, os produtos feitos no Brasil ou em Portugal sofriam uma taxa de 16%, enquanto os produtos ingleses pagavam apenas 15% de impostos e os importados de outros países eram sobretaxados em 24%. Apesar das conhecidas desvantagens competitivas das manufaturas brasileiras em relação aos produtos britânicos, a nova historiografia reconhece essa atividade como um marco da abertura comercial do Brasil. A historiadora e biógrafa de D. João VI, Lucia Bastos, da UERJ, argumenta que, graças à abertura do comércio com os ingleses, já em 1816, os franceses (agora sem Napoleão) passaram a comercializar com o Brasil, representando um significativo volume de negócios.

O inglês John Mawe veio ao Brasil em busca do enriquecimento rápido, aproveitando-se das relações econômicas entre Brasil e Inglaterra. Aqui permaneceu até 1811 e nos deixou um valioso relato dos absurdos praticados em nome dos tratados comerciais amplamente favoráveis à “mui amiga” Inglaterra. Tinha de tudo: de porta-notas (numa terra onde só havia dinheiro em moeda) a patins de gelo! Os produtos encalhados na Inglaterra, por conta do Bloqueio Continental imposto por Napoleão, encontravam no Brasil um destino certo.

Em virtude da concorrência inacreditável ou da luta entre os nossos comerciantes, que teriam enviado muitos navios e cargas a um país cuja população civilizada, excluindo-se os escravos, não ultrapassava oitocentas mil almas (da qual, dizia-se, um terço, ao menos, só se utilizava de produtos de suas terras), é natural presumir-se ficasse o mercado quase imediatamente abarrotado. Tão grande e inesperado foi o fluxo de manufaturas inglesas ao Rio de Janeiro, poucos dias depois da chegada do Príncipe, que o aluguel das casas para guardá-las elevou-se extraordinariamente. [...]

Às graves perdas assim ocasionadas por um mercado abarrotado e pelo sacrifício de mercadorias vendidas por qualquer preço, pode-se acrescentar outra, originada da ignorância de muitas pessoas que exportavam, em quantidade considerável, artigos inadequados ao país. Certo especulador, numa maravilhosa previsão, mandou grandes remessas de espartilhos para senhoras, que nunca haviam ouvido falar em tal “armadura”; outro enviou patins para o uso de pessoas que ignoravam, por completo, poder a água transformar-se em gelo; um terceiro exportou considerável sortimento dos mais elegantes adornos para caixões, desconhecendo que, no Brasil e no Rio da Prata, não os usavam. A essas especulações absurdas, podem-se acrescentar numerosas outras, principalmente em artigos de bom gosto. Elegantes serviços de vidro lapidado eram pouco apreciados por homens acostumados a beber fora de casa, num chifre ou na casca de coco; e brilhantes candelabros tinham ainda menor valor, num país onde só se usavam lâmpadas de luz amortecida. Roupas de lã superfina eram, igualmente, pouco apropriadas para o mercado [...].

Enviavam-se enormes cargas de mercadorias de Manchester; e, em poucos meses, chegavam novas remessas impossíveis de serem consumidas em vinte anos [...]

Quando o comércio retomar o seu curso normal, o Rio de Janeiro será, não há dúvida, um grande mercado geral para os produtos de todas as antigas possessões portuguesas: será uma espécie de entreposto entre a Europa e a Índia e toda a espécie de produtos asiáticos se encontrará nos seus armazéns. O Brasil, livre das restrições coloniais, terá, dentro em breve, sua população duplicada; seu ouro, em vez de transportado para os países estrangeiros, como até aqui, circulará entre os habitantes: e, sob uma sábia administração, é razoável esperar-se que, em vinte anos, este grande país prosperará mais do que qualquer outro no mesmo espaço de tempo (INÁCIO, 1993, p. 179-180).

Além da inutilidade de boa parte dos produtos ingleses, devido às diferenças climáticas e culturais, tudo era importado em quantidades exorbitantes, aumentando o endividamento de Portugal com os ingleses e sacrificando, conseqüentemente, toda a riqueza extraída da mais próspera colônia lusitana. Em resumo, o Brasil ajudou a financiar a Revolução Industrial inglesa, servindo de escoadouro das quinquilharias produzidas e importadas com vantagens alfandegárias, transferindo as suas riquezas para as mãos da burguesia industrial da Inglaterra.

Outras medidas importantes adotadas por D. João foram: a criação do Banco do Brasil que, como se sabe, teve os seus cofres esvaziados quando do retorno do monarca a Portugal, em 1821; os tribunais de justiça superior; os ministérios do Reino, da Marinha e Ultramar, do Tesouro Régio, da Guerra e Estrangeiros; a Impressão Régia; a Gazeta do Rio de Janeiro (que foi o primeiro jornal em circulação no Brasil e era submetido à censura); várias escolas de nível superior, entre elas a Escola de Belas Artes; um observatório astronômico; a Real Biblioteca (sucendida pela atual Biblioteca Nacional); a construção do Real Teatro de São João (atual Teatro João Caetano, na Praça Tiradentes); o Jardim Botânico; a Academia Militar e a Academia da Marinha, entre outras.



“D. João VI foi o único a me tapear em todos os tempos.”

Declaração de Napoleão Bonaparte, quando se encontrava no exílio, na ilha de Santa Helena, em 1815.

Cultura e sociedade no período joanino

A chegada da Corte ao Brasil rapidamente provocou profundas modificações na sociedade fluminense. Além da criação das diversas instituições públicas que deram sustento aos nobres, foi realizada no Rio de Janeiro uma das maiores reformas urbanísticas da história, ganhando a cidade ares de Lisboa. O Rio de Janeiro conheceu um grande desenvolvimento econômico e cultural. Tudo isso para criar as condições necessárias para a acomodação da Corte.

Os hábitos refinados dos nobres reinóis influenciaram na mudança de comportamento dos habitantes locais. As elites fluminenses, procurando se espelhar nas “boas maneiras” da Corte e ambicionando obter o mesmo prestígio e privilégios dos nobres europeus, adotaram novos hábitos, como a utilização de garfo e faca (comia-se com as mãos e lambiam-se os dedos ao final, o que provocava grande repulsa nos estrangeiros) e o uso de penteados pitorescos, jóias e roupas luxuosas (e bastante quentes para os trópicos!). O vestuário masculino inspirava-se no guarda-roupa inglês, incluindo xales de lã, casacos e sobrecasacas.



Figura 16.2: Na obra *Jovens da elite*, de Debret, o olhar do artista sobre diferentes tipos de penteado das moças da Corte. Alguns recebiam curiosos apelidos, como “tapa-missa” e “trepá-moleque”.

Fonte: http://sounaturaldorio.multiply.com/photos/album/20/O_Rio_de_Janeiro_por_Jean-Baptiste_Debret#15

Uma sociedade de corte

Portugal foi uma das últimas monarquias absolutistas da Europa, cultivando antigos valores do período moderno. Para sustentar os privilégios de sua Corte no Rio de Janeiro, D. João recorreu aos capitais acumulados pelas elites fluminenses, provenientes em especial do tráfico de escravos, a atividade comercial mais lucrativa da colônia, conforme já tivemos a oportunidade de estudar.

O interesse era recíproco: em troca dos capitais, os ricos do Rio de Janeiro ambicionavam tornar-se nobres, usufruir dos privilégios da vida palaciana, reproduzindo nos trópicos a sociedade de corte portuguesa, em cores tupiniquins. Foram distribuídos diversos títulos de nobreza aos “patrocinadores” da Corte no Brasil. Um exemplo bastante conhecido é o do riquíssimo traficante de escravos Elias Lopes de Souza, que ofereceu “de bom grado” a sua casa, nada menos do que a Quinta da Boa Vista, para D. João. Em troca desse “mimo”, recebeu a importante Comenda da Ordem de Cristo, existente desde a Idade Média, e o título de Cavaleiro da Casa Real (Cavaleiro ou Escudeiro eram símbolos distintivos da nobreza de sangue). A nova nobreza fluminense era um caso *sui generis* na história: os chamados comerciantes de grosso trato tornavam-se nobres de uma hora para outra, ao contrário do que ocorria nas demais cortes européias, nas quais os títulos de nobreza eram conferidos conforme a linhagem (o “sangue azul”). Os conflitos entre a tradicional e a nova nobreza foram inevitáveis.

Com o capital proveniente das economias dos ricos fluminenses, agora tornados nobres, D. João criou uma série de instituições públicas que absorveram os nobres e falidos reinóis, inchando a burocracia estatal.

A estada de D. João VI no Rio, permitiu a reorganização político-jurídica do país e se estabeleceram os contatos, mais ou menos amistosos, mais ou menos conflitantes, entre as 2 facções, a nobreza migrada e as elites da terra constituída por negociantes de grosso trato, sendo que, os reinóis primavam por alargar e enfatizar as distâncias honoríficas insuperáveis,

pois era o que restara para essa gente saqueada, perseguida, exilada, humilhada, na indigência financeira que, ao desembarcar, não tinha nada além da honra e da etiqueta como os únicos elementos que lhes conferiam identidade como grupo e podiam qualificá-los no teatro da corte, e aos da terra nada mais restava que ostentar o poderio econômico que, pensavam, poderia lhes comprar a distinção junto ao rei.

Nesse encontro, nada tranqüilo, nessa fusão conflituosa de interesses, orquestrada, sabiamente pelo rei, se definiram os contornos da nascente classe dirigente brasileira [...] (FERNANDES, 2008).

O famoso “PR”

Certamente, você já ouviu falar do despejo dos habitantes que viviam nas melhores casas da cidade para acomodar a comitiva que acompanhou D. João VI. Esta foi uma das primeiras leis criadas pelo Príncipe Regente (daí, o PR) ao chegar ao Rio de Janeiro. Era proibido ter mais de uma propriedade, incluindo-se as casas comerciais. As residências que deveriam ser desocupadas recebiam a famosa inscrição, que rapidamente foi transformada em “Ponha-se na Rua” no jargão fluminense. A lei vigorou até 1818.

Música

As comemorações do bicentenário da Corte no Brasil ajudaram a divulgar a música do período joanino, que virou atração em diversos espaços culturais da cidade. Predomina a música religiosa, a ópera, mas também se destacam dois ritmos populares (e profanos): a modinha, derivada da moda portuguesa, que era erudita, e o lundu, que teve influência africana e portuguesa e escandalizava as elites da época com a sensual dança da umbigada, sendo proibida pela Corte (mas quem disse que não era dançado às escondidas?) Essa resistência das elites pelos ritmos populares também aconteceu com o samba no início do século XX e com o *funk* às portas do século XXI, até serem finalmente aceitos pela

sociedade. Ressalta-se que todos esses ritmos surgiram no Rio de Janeiro, “um caldeirão de ritmos e expressões”, conforme define o maestro Edino Krieger, responsável pela direção musical dos shows em homenagem à música do período da Corte no Brasil.

E, por falar em samba, não nos esqueçamos dos sambas-enredo que tanto enfatizamos nas nossas aulas. A Corte no Brasil é um dos enredos mais recorrentes nos desfiles das escolas de samba do Rio de Janeiro e foi escolhido como o tema oficial do Carnaval 2008, sendo abordado pelos mais diferentes prismas, conforme a imaginação dos carnavalescos.

O Rio de Janeiro da época da Corte reunia a agitação e a efervescência cultural das grandes cidades européias, com apresentações teatrais (a maioria, de companhias francesas), saraus, festas e recitais.

Festas e cerimônias na Corte

Vários autores citam o Rio de Janeiro do período joanino como um palco da teatralização da Corte, enfatizando as monarquias absolutistas como sociedades do espetáculo e da ritualização e, no caso da Corte portuguesa nos trópicos, o exagero dessa teatralização é uma marca de reafirmação do já decadente Absolutismo, signo de poder, de distinção e de popularidade. Um exemplo é o ressurgimento da cerimônia do beija-mão, um costume medieval reeditado pela monarquia portuguesa, com pompas e circunstâncias. Esse ritual era realizado todas as noites, quando D. João recebia a população fluminense no Palácio da Quinta da Boa Vista (atual Museu Nacional).

A própria chegada da Corte ao Rio de Janeiro foi uma grande festa. A cidade se enfeitou para ver a Família Real chegar. Pelas ruas do Centro foram espalhadas areia branca e folhas aromáticas para disfarçar o mau cheiro existente; as janelas e sacadas

foram decoradas; o povo atirava flores na comitiva. Foram nada menos do que nove dias de festa para receber a Corte. Não é à toa que a Secretaria Especial de Turismo da Cidade do Rio de Janeiro decidiu carnavalizar as comemorações do bicentenário da chegada da Corte, promovendo, além do carnaval temático junto às escolas de samba do Rio de Janeiro, um desfile em carro alegórico da “Corte portuguesa” em plena Avenida Atlântica. Tudo isso para divulgar a importância histórica e cultural da cidade do Rio de Janeiro, e, conseqüentemente atrair novos turistas.



Quer saber mais sobre os hábitos dos brasileiros à época da chegada da Corte? O Museu da Casa Brasileira, disponível no *site* <http://www.mcb.sp.gov.br/> disponibiliza na seção “Equipamentos da casa brasileira – usos e costumes” uma vasta quantidade de informações sobre a história da vida privada no país. A pesquisa pode ser realizada a partir dos seguintes assuntos:

<ul style="list-style-type: none"> • Abastecimento de água • Acessórios de móveis • Alimentação • Anexos da casa • Apetrechos de trabalho • Armas • Aspectos gerais da habitação • Brinquedos 	<ul style="list-style-type: none"> • Comércio • Construção: materiais e técnicas • Costumes domésticos • Decoração • Equipamentos de transporte • Higiene • Iluminação • Indústria caseira 	<ul style="list-style-type: none"> • Instrumentos de castigo • Instrumentos musicais • Móveis • Objetos de uso doméstico • Objetos de uso pessoal • Rouparia • Utensílios • Vestes e jóias
---	--	--

Navegue pelo *site* e dê uma espiadinha no que se passava na casa dos brasileiros ao longo da história!



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Imagine a seguinte situação: uma escola de Ensino Fundamental está interessada em realizar uma aula-passeio com os alunos da nona série (de faixa etária em torno dos 14 anos) no Rio de Janeiro de D. João VI. Você foi contratado para elaborar um roteiro turístico sobre o assunto, com duração de um dia. Quais atrativos serão contemplados? O que você irá sugerir pela manhã? E na parte da tarde? Elabore o roteiro, apresentando justificativas para os atrativos escolhidos.

Comentário

O objetivo da atividade, mais uma vez, é unir os conhecimentos históricos ao fazer turístico. O legado da Corte portuguesa no Brasil é bastante relevante para o turismo, sendo necessário, para tanto, um olhar crítico do profissional de turismo sobre a história. Para realizar esta atividade, você irá pesquisar os diversos atrativos correspondentes ao período joanino (o Paço Imperial, que foi a sede do Reino Unido a Portugal e Algarves, o Jardim Botânico, a exótica Casa de Banho de D. João VI – atual Museu da Limpeza Urbana – a Quinta da Boa Vista, a Sé, que trataremos logo adiante, entre tantos outros atrativos) e terá que selecionar os que forem mais adequados ao perfil e à necessidade da demanda. Em nossa situação hipotética, referimo-nos particularmente ao turismo pedagógico, um dos segmentos que mais cresce no turismo.

Atrativos turísticos



O Jardim Botânico como patrimônio histórico e cultural

Quando se fala dos atrativos turísticos decorrentes da presença da Corte no Brasil, o Jardim Botânico, que se chamava inicialmente Real Horto, logo é lembrado. Costuma-se destacar que foi um lugar para aclimação de espécies exóticas (estranhas ao nosso ambiente) trazidas por D. João VI, permanecendo despercebida uma outra face do Jardim Botânico: a de um rico acervo histórico-cultural. Quem nos conta essa história é a bacharel em turismo Márcia Esther Mizhari:

O Jardim Botânico não é somente as suas palmeiras imperiais, símbolo do parque, mas também são os turistas, os visitantes assíduos e eventuais, as crianças, os jovens e os estudantes que vão ao encontro da natureza para estudo ou apenas diversão; são as casas históricas, trilhas, canteiros, lagos, pontes, estátuas, flores, frutas e animais que fazem desse lugar um oásis de calma e pacata moradia no coração da Zona Sul carioca e que conta, de forma silenciosa, um pouco da face, ainda oculta para a maioria dos brasileiros, da história do Brasil (MIZHARI, 2007, p. 58).

A autora estende o nosso olhar para o Jardim Botânico como patrimônio imaterial, onde diversas relações culturais se dão no local desde a sua criação, e como patrimônio material, composto por edificações e obras de arte de grande importância histórica, tais como: o antigo Portal da Academia de Belas-Artes (fundada por D. João VI e concebida pelo célebre arquiteto Grandjean de Montigny, um dos membros da “missão” artística francesa), que foi transportado para o Jardim Botânico; o Aqueduto da Levada; o Solar da Imperatriz; as esculturas do Mestre Valentim, como Narciso, a ninfa Eco e as aves pernaltas, que se encontram no Memorial do Mestre Valentim; o busto e brasão de D. João VI; a Capela de N. S. da Conceição da Lagoa; a Casa dos Pilões; a Casa do Salitre; a Casa dos Cedros; o Chafariz Central.



Veja aqui as imagens do portal da antiga Academia de Belas-Artes:
<http://www.vrio.com.br/natureza/10/portal-da-antiga-academia-de-belas-artes/>

Dentre as inúmeras opções de atrativos turísticos referentes ao legado cultural de D. João VI, destacamos duas igrejas que contrastam pelas condições em que se encontram: a de N. Senhora do Rosário e a do Carmo (Antiga Sé).

Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos do Rio de Janeiro

A igreja onde D. João VI assistiu a uma missa em sua homenagem, no próprio dia de sua chegada ao Rio de Janeiro, a 7 de março de 1808, foi a de N. S. do Rosário e São Benedito, que era a catedral na época. A igreja barroca, localizada na antiga Rua da Vala (atual Uruguaiana), foi construída em 1700 e tem uma grande importância histórica, não só pela presença do príncipe regente, como também por ter sido criada e mantida por uma irmandade de negros e pardos, possibilitando, além de assistência mútua, que estes pudessem assistir às missas, o que era proibido nas igrejas “dos brancos”.

E mais: no Império, foi um importante núcleo de combate à escravidão no Brasil, o “quartel-general do abolicionismo”, como define o historiador Eduardo Silva. No local funciona também o Museu do Negro, que possui um acervo de grande importância histórica, cultural e política, mas que ainda é desconhecido pelo público. A penhora da igreja por contas de dívidas da Irmandade é um dos muitos problemas relacionados a esse importante e desprestigiado patrimônio brasileiro.

Antiga Sé: sons e luzes para o turismo

Ainda em 1808, D. João VI transferiu a sede do poder episcopal para a Igreja de Nossa Senhora do Monte do Carmo, que se tornou a Sé, situada na Rua Primeiro de Março (inicialmente chamada de Rua Direita), bem em frente ao Paço Real, local onde despachava, na atual Praça XV. A igreja data de 1770, mas sua fachada foi terminada em 1822 (você já ouviu a expressão “obra de igreja”?).

Escolhida pelo Príncipe Regente para ser também a Capela Real, passando mais tarde a Capela Imperial e depois a Catedral do Rio de Janeiro (até 1976, quando foi inaugurada a nova Ca-

tedral Metropolitana), a igreja foi cenário de importantes acontecimentos históricos, como a coroação do próprio D. João VI, o casamento de D. Pedro I e D. Leopoldina, a aclamação de D. Pedro I e de D. Pedro II como imperadores do Brasil, quando a igreja havia se tornado Capela Imperial, o batismo da princesa Isabel e seu casamento com o conde D’Eu. Além das celebrações religiosas, ali também se realizavam festas e concertos.

A igreja foi escolhida como monumento-símbolo para marcar as comemorações dos 200 anos da chegada da Corte. Esse patrimônio, tombado pelo IPHAN em 1941 (que se encontrava em total estado de abandono, com registro de vários roubos de suas obras de arte), passou por um minucioso processo de restauração para ser a “vitrine” das festividades.



Figura 16.3: A Antiga Sé após as obras de restauração em 2008.

Fonte: Acervo da professora Valeria Guimarães.

O termo “monumento” vem do latim *monere* e significa “fazer lembrar”. Conforme o historiador Jacques Le Goff, o monumento perpetua-se voluntária ou involuntariamente no imaginário coletivo. Interessava, portanto, através da bela imagem da antiga Sé totalmente restaurada e simpática aos visitantes, entre outros aspectos, a construção de uma memória positiva sobre as políticas públicas de conservação do patrimônio na atualidade. A imagem que fica para a posteridade no inconsciente coletivo é a da belíssima Sé, enquanto o cenário do desembarque da Família Real, a Praça XV e outros importantes patrimônios, como o Museu Nacional, permaneciam em estado de abandono.

Durante as obras de restauração, foram feitas várias descobertas arqueológicas: constatou-se que o mar chegava até o local; foram encontradas ossadas dos mortos que eram enterrados na igreja até o surgimento dos cemitérios, no século XIX; vestígios de uma aldeia tupi-guarani, de fogueira e artefatos indígenas; restos de uma paliçada (uma obra da arquitetura militar, feita com estacas de madeira), provavelmente do século XVI, que teria sido utilizada para a proteção contra a invasão francesa no Rio de Janeiro, entre outros importantes achados.

Esses vestígios podem ser vistos no novo Museu de Sítio Arqueológico, inaugurado no pátio interno da igreja, além da exposição de documentos históricos e dos registros fotográficos da restauração da igreja. Também foi criada uma nova atração, o espetáculo de som e luz “De tudo fica um pouco” (semelhante ao que acontece no Museu Imperial, em Petrópolis), que conta a história da igreja.

Acessibilidade, sinalização, serviço de visita guiada, livro de visitantes, segurança – com alarmes, extintores e sensores – foram providenciados para receber os visitantes locais e os turistas.



Acesse o *site* a seguir e veja uma das mais belas fotos do espetáculo de som e luz da Antiga Sé.

http://oglobo.globo.com/rio/mat/2008/03/08/igreja_do_carmo_reabre_com_show_de_som_luz_depois_de_18_meses_de_restauracao-426148397.asp



Atividade Final

Faça uma visita a um dos patrimônios remanescentes do período da presença da Corte portuguesa no Brasil que tenham interesse turístico. Explore o seu olhar como estudante de turismo, procurando responder a cada um dos itens propostos. Caso você não tenha condições de visitar um desses atrativos, faça um *tour* virtual pelo patrimônio escolhido e tente achar respostas para o maior número possível dos itens sugeridos.

1. Dados de identificação do patrimônio:

- 1.1. Nome do patrimônio escolhido
- 1.2. Localização
- 1.3. Quem administra
- 1.4. Horário de funcionamento
- 1.5. Preço do ingresso para visitação (se houver)

2. Quanto ao acervo:

- 2.1. Breve descrição do acervo existente
- 2.2. Qualidade do acervo e estado de conservação
- 2.3. Organização e forma como o acervo é apresentado ao visitante
- 2.4. Relevância das obras expostas para o turismo

3. Aspectos técnicos do turismo:

- 3.1. Condições de acesso ao local (incluindo acessibilidade aos portadores de necessidades especiais)
- 3.2. Recepção
- 3.3. Atendimento
- 3.4. Sinalização (placas de orientação)
- 3.5. Horário de funcionamento (é adequado?)
- 3.6. Perfil da demanda (quem são os visitantes, qual a faixa etária e a procedência?)
- 3.7. Informações turísticas (inclui, pelo menos, outro idioma?, possui folhetos, placas de identificação do acervo, funcionários bilíngües, posto de atendimento ao visitante?)
- 3.8. Possui guia local e serviço de visita guiada? Como funciona?
- 3.9. Possui livro de visitantes?
- 3.10. Segurança (extintores, alarmes, sensores, guardas etc.)
- 3.11. Serviços (lojas, lanchonetes etc.)
- 3.12. Sanitários (em boas condições? São suficientes?)

4. Opinião pessoal sobre a visita e o aproveitamento turístico do patrimônio visitado.

Comentário

Nossa intenção nesta atividade é estabelecer uma relação mais estreita entre história e turismo, através da análise das condições de um atrativo histórico-cultural relacionado ao período da Corte portuguesa no Brasil. Em outras palavras, propomos uma atividade mais técnica, onde o patrimônio cultural, transformado em atrativo turístico, é avaliado a partir do olhar do turismólogo. Esse exercício é uma prévia do que você irá estudar mais adiante nas disciplinas técnicas. Selecionamos alguns itens que compõem o inventário das condições de oferta turística, servindo para aguçar a sua curiosidade sobre as ricas possibilidades que a relação história/turismo possibilita.

Chamamos a atenção, nesta atividade, para a sua percepção acerca da qualidade dos serviços oferecidos. Você poderá se surpreender durante a pesquisa, constatando, por exemplo, a falta de itens básicos nos atrativos, de fácil solução, que acabam comprometendo a qualidade do serviço. Poderá, também, formular idéias que venham a solucionar os problemas detectados.

Resumo

Fugir do senso comum. Essa foi a nossa principal preocupação nesta aula. Procuramos estimulá-lo a perceber que também a História tem história, e que a sua escrita é passível de revisão, sendo o período da Corte portuguesa no Brasil um dos mais férteis para as novas análises historiográficas.

Elegemos a Igreja da Irmandade de Nossa Senhora do Rosário e São Benedito dos Homens Pretos do Rio de Janeiro (ufa, o nome é esse mesmo!), a antiga Catedral da Sé, toda restaurada e preparada para receber o turista, e o Jardim Botânico para representarem a diversidade entre os atrativos referentes ao legado cultural do período joanino. Destacamos também um outro lado do Jardim Botânico, quase desconhecido por seus freqüentadores e pouquíssimo divulgado na folheteria turística, ressaltando o seu belíssimo patrimônio histórico-cultural.

Os demais atrativos deixamos por sua conta, como um estímulo à pesquisa e à reflexão sobre o grande potencial turístico de nossa história (e o seu desperdício pelo desconhecimento e pelo des-caso). Esse desafio veio na forma dos exercícios, estimulando a produção de roteiros temáticos sobre a Corte no Rio de Janeiro e um esboço com alguns itens básicos de um inventário da oferta turística relacionada ao tema em questão. Uma pequena demonstração de que história e turismo dão samba, isto é, dão certo!

17

Sociedade e cultura no Brasil independente: o Primeiro Reinado e o seu legado para o turismo

Meta da aula

Realizar uma avaliação crítica do processo de Independência do Brasil até o fim do Período Regencial, destacando a turbulência política do período, seu legado cultural e seu aproveitamento turístico.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- 1** identificar a Independência do Brasil como um processo, ressaltando o seu caráter elitista e relativizando o seu significado;
- 2** valorizar o patrimônio histórico e cultural remanescente do período estudado, considerando a sua importância para o turismo.

Muita história pra contar...

...Ou ficar a Pátria livre ou morrer pelo Brasil.

(Evaristo da Veiga)

Embora seja um período historicamente curto, os 18 anos que compreendem a proclamação da Independência do Brasil e o fim do Período Regencial (1822-1840) têm muita história para contar.

Começamos nosso breve passeio pela história do período com uma síntese dos fatores que motivaram a Independência do Brasil, que não deve ser compreendida como um episódio restrito aos acontecimentos de 7 de setembro de 1822. A historiografia atual considera a Independência como um *processo*, gestado ainda nos tempos coloniais, com uma série de movimentos de contestação da ordem, mais tarde fortalecidos com a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil, que decretou, entre outras medidas, a abertura dos portos e a elevação do Brasil a Reino Unido a Portugal e Algarves, pondo fim à nossa condição de colônia. Muitos autores não consideram que o Brasil tornou-se de fato independente em 1822, tamanha a preponderância dos interesses ingleses e a dependência do seu capital, além da manutenção da escravatura e da estrutura produtiva baseada nos latifúndios monocultores-exportadores. Preferem utilizar o termo “emancipação política”. Outros consideram que somente em 1831, com a abdicação de D. Pedro I do trono brasileiro – legítimo herdeiro do trono português –, eliminando o risco de uma recolonização do Brasil, é que o país se tornaria independente do controle português.

Voltemos um pouquinho no tempo. Em 1820, estourou em Portugal a Revolução Liberal do Porto, que foi liderada pela burguesia lusitana, pondo fim ao absolutismo português. A burguesia mercantil lusitana, insatisfeita com as concessões comerciais feitas à Inglaterra, que quebravam o monopólio do comércio português com o Brasil, liderou o movimento que contou com o apoio do

clero e da nobreza. As “Cortes” (parlamento) começaram a elaborar uma constituição. Ao mesmo tempo, exigiam o retorno de D. João VI para Portugal e a volta do pacto colonial, transformando o Brasil novamente numa colônia portuguesa. Como você pôde perceber, a Revolução era liberal apenas para os portugueses. Depois de alguma hesitação, o rei partiu, deixando aqui D. Pedro como príncipe-regente, recomendando que ficasse no governo, mesmo que o Brasil se tornasse independente.

As pressões portuguesas aumentaram. A situação política do Brasil estava insustentável. Surgiram então dois grandes blocos: o Partido Português, apoiado pelos grandes comerciantes e altos funcionários, desejando que tudo voltasse a ser como antes da vinda da Família Real, ou seja, o Brasil voltasse à condição de colônia; o Partido Brasileiro, representado pelos latifundiários do centro-sul e pelos comerciantes que ganhavam com a abertura dos portos, tendo também o apoio inglês: era importante manter o poder centrado no Rio de Janeiro, o comércio livre, a escravidão e mesmo os laços com Portugal, desde que tivessem liberdade para tomar as medidas que achassem necessárias. A terceira via era o Partido Radical, formado por segmentos oriundos das camadas médias e populares (pequenos comerciantes, intelectuais, profissionais liberais, jornalistas, oficiais de baixa patente, padres, estudantes e soldados), que desejava uma constituinte, pensava na abolição da escravatura, no federalismo, isto é, as províncias criando leis sobre assuntos de seus interesses, entre outras bandeiras. Alguns radicais já defendiam a separação do Brasil. O Partido Brasileiro era representado por setores urbanos, principalmente do Rio de Janeiro, e por grandes latifundiários nordestinos.

A recusa de D. Pedro em retornar para o seu país a mando das Cortes de Lisboa deu origem ao célebre Dia do Fico (9 de janeiro de 1822). D. Pedro foi aclamado Defensor Perpétuo do Brasil e, a 7 de setembro, em viagem a São Paulo, recebeu três cartas: uma de seu pai, ordenando seu retorno imediato e a submissão às Cortes portuguesas; outra, de José Bonifácio, aconselhando-o a não cumprir a decisão e romper com Portugal, e a de D. Leopoldina,

sua esposa, que endossava as palavras de Bonifácio, que ficaria conhecido como o “Patriarca da Independência”. A seqüência dos acontecimentos você já conhece: o famoso Grito do Ipiranga e a emancipação política do Brasil.



Figura 17.1: *Independência ou morte* (ou O Grito do Ipiranga), conforme o imaginário do célebre artista Pedro Américo. Produzida no final do II Reinado, em 1888, está em exposição permanente no Museu do Ipiranga (SP).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Imagem:Independ%C3%Aancia_ou_Morte.jpg

Portanto, como se diz no jargão da historiografia, foi uma independência feita “pelo alto”, sem a participação popular, mantendo muitos interesses, principalmente os da aristocracia do Sudeste, comprometida com o imperador. D. Pedro I defendia os interesses do já desgastado absolutismo, contrastando com o novo cenário liberal que se desenhava no Estado português. Seu governo extremamente conservador e autoritário foi questionado até mesmo por aqueles que o apoiaram a proclamar a Independência. O historiador Hamilton Monteiro caracteriza o período de 1821 a 1831 como a história da violência das forças conservadoras, que prendiam, expulsavam do país e executavam os líderes populares e democráticos, além de realizarem a

censura à imprensa, de suspenderem as garantias individuais e de instalarem as temidas Comissões Militares.

O Brasil, para se tornar “independente”, além de outras exigências cumpridas, pagou a Portugal uma indenização de 2.000.000 de libras esterlinas. De onde veio o montante? A resposta é simples: de quem mais tinha capitais para investir no Brasil: os ingleses, é claro! Acompanhe o raciocínio: pedimos essa fortuna emprestada aos ingleses e indenizamos os portugueses pela perda da sua colônia mais preciosa. Como Portugal possuía uma dívida com os ingleses de exatos 2.000.000 de libras, repassou-lhes o dinheiro como pagamento do empréstimo. Conclusão: os ingleses emprestaram dinheiro deles para eles mesmos e o Brasil é que pagou os juros... Além disso, os ingleses não reconheceram a independência do Brasil de imediato: somente o fizeram em 1826, depois que o Brasil renovou os Tratados de 1810 e continuou importando bugigangas britânicas a 15% *ad valorem* de taxa alfandegária.

O primeiro país a reconhecer nossa independência foram os Estados Unidos. Os americanos queriam diminuir as ameaças européias contra seu próprio país. A jovem nação americana sabia que quanto mais independências houvesse, mais garantida estaria a sua, além de, por tabela, pretender garantir mercado e matéria-prima para o desenvolvimento de sua produção industrial.

Nosso primeiro símbolo nacional



Figura 17.2: Primeira bandeira do Brasil, concebida por Jean-Baptiste Debret.

A cruz da Ordem de Cristo e a esfera armilar já eram símbolos utilizados para representar o Brasil desde os tempos coloniais. No seu entorno, 19 estrelas simbolizam as províncias brasileiras (mais uma seria acrescentada no II Reinado). Um ramo de café e um de fumo sustentam o brasão e também a economia brasileira do período. Sobre o brasão, a coroa imperial, cravejada de diamantes. Um detalhe importante: duas coroas imperiais do Primeiro Reinado estão em exposição no Rio de Janeiro, uma no Museu Imperial de Petrópolis e outra no Museu Histórico Nacional.

Uma curiosidade sobre as representações simbólicas da bandeira do Brasil – do Império à República – é o confronto de duas interpretações distintas: a historiografia tradicional costumava atribuir as cores da bandeira brasileira às riquezas de nossa terra, conforme a conhecida descrição: o verde simboliza as extensas matas; o amarelo, o ouro brasileiro e o sol dourado dos trópicos; o azul é a representação simbólica do céu brasileiro, cujas estrelas são os estados (na bandeira da República); o branco é uma alusão à paz. A historiografia crítica, por sua vez, atribui a escolha das cores verde e amarelo, presentes desde a bandeira do Império, às representações da Casa Real Portuguesa de Bragança (cujo herdeiro era D. Pedro I) e da Casa Imperial Austríaca de Habsburgo (representada pela princesa Leopoldina), respectivamente, e justifica a adoção do azul e do branco como cores também utilizadas nas bandeiras portuguesas, desmitificando a aura romântica até hoje presente no imaginário coletivo.

Atividade

Atende ao Objetivo 1



Figura 17.3: A obra *Independência do Brasil*, de François-René Moreaux, produzida em 1844, integra o acervo permanente do Museu Imperial (Petrópolis, RJ).

Fonte: http://pt.wikipedia.org/wiki/Independ%C3%Aancia_do_Brasil

1. Analise a obra em questão, levando em consideração os seguintes aspectos: a) a mensagem que o artista procurou transmitir; b) a paisagem retratada e o lugar que as pessoas ocupam na imagem; c) o destaque dado ao imperador na obra de arte; d) a relação entre os símbolos apontados no quadro com o processo de Independência do Brasil estudado nesta aula.

Comentário

Você deve ter percebido que a pintura sugere que a Independência do Brasil contou com o apoio e a participação popular, de grupos e classes mais afastados do poder. Também revela que a liderança de todo o processo está nas mãos de D. Pedro, que na imagem ocupa lugar de destaque e é aclamado pelo povo num momento de grande alegria. O artista transforma o imperador num herói, desconsiderando toda a conjuntura política e econômica em que foi realizada a Independência. O quadro sugere, portanto, que D. Pedro toma sozinho a decisão de libertar o Brasil de Portugal, contrapondo-se com a versão corrente de que a Independência do Brasil foi um processo amplo, dirigido pelo “partido brasileiro” – representantes da oligarquia rural do Sudeste – que, a partir de uma manobra, envolve o príncipe regente, D. Pedro, nas suas reivindicações, levando-o a participar da luta contra a recolonização do Brasil.

O quadro também procura mostrar que a Independência brasileira contou com a participação do povo, esquecendo-se, porém, de que este estava completamente alijado de todo esse processo e de uma maior participação política.

A crise econômica do recém-nascido Império

Era realmente muito difícil a situação econômica do Brasil no início do Império. As exportações, tão importantes, sofriam com a concorrência externa. O açúcar tinha a rivalidade da Jamaica e de Cuba. Além disso, os europeus começaram a fabricar açúcar de beterraba. O algodão sofria com a concorrência dos EUA. A criação do gado, que poderia ser exportado, sofria a concorrência argentina.

Sem dinheiro, o governo apelava para os empréstimos externos, aumentando em muito nossa dívida e dependência externa, principalmente com a Inglaterra.

A crise econômica no início do Império era ainda agravada pela decisão de D. Pedro em participar da Campanha Cisplatina – uma guerra contra os uruguaios que proclamavam-se independentes do Brasil, com o apoio da Argentina e da Inglaterra – que implicou o aumento de gastos do governo e a falência do Banco do Brasil.

Uma Constituição “absolutista” para um “novo” país

Com a independência praticamente consolidada, tratava-se de organizar um país novo, fazer leis necessárias ao funcionamento de um novo Estado. Portanto, uma das primeiras providências após a independência foi preparar a Constituição, ou seja, a Lei mais importante do Estado, contendo as normas e regras que fixam a forma de governo, a organização dos poderes públicos, os direitos e poderes dos súditos do Império brasileiro, a criação de um exército profissional.

Muitos conflitos políticos surgiram na elaboração da nossa primeira Constituição. Pressionado pela aristocracia rural do Sudeste, D. Pedro decide convocar a Assembléia Constituinte em junho de 1822 (mesmo antes da Independência, reforçando a tese de que esta fora um processo), que só se reúne efetivamente em maio de 1823, tendo a participação de 100 deputados eleitos, nascidos no Brasil. O Projeto Constitucional criado por estes deputados adotou três importantes princípios: *antilusitanismo*, *antidemocracia* e *antiabsolutismo*.

Antilusitanismo porque só brasileiros natos podiam ser nomeados ou eleitos para os cargos importantes da administração pública. Era *antidemocrática* porque criava o voto censitário, ou seja, a renda exigida para que uma pessoa pudesse votar (ou ser eleita) era alta, excluindo da vida política a maior parte da população brasileira. Vale lembrar também que esse projeto constitucional mantinha a escravidão no Brasil. E, por fim, era também *antiabsolutista*, pois previa a criação de uma Monarquia Parlamentar, com a existência de três poderes: Executivo, Legislativo e Judiciário. Esse princípio acabava por fortalecer o poder legislativo, pois este passaria a controlar as forças armadas e não poderia ser dissolvido pelo imperador.

Contudo, antes que a redação da Constituição fosse concluída, o imperador dissolveu a Assembléia Constituinte porque discordava do projeto que estava sendo elaborado, em particular dos termos que concediam ao Parlamento mais poder que ao monarca. Para dar continuidade à redação da Constituição, o imperador convocou o Conselho de Estado, um órgão de caráter consultivo sob seu controle.

Outorgada em 25 de março de 1824, a primeira Constituição do Brasil baseou-se no projeto de 1823, porém com modificações. Uma delas foi a criação de um quarto poder, denominado Moderador, que permitia ao imperador nomear e destituir os titulares dos outros poderes quando julgasse necessário. Teria também o direito de dissolver a Câmara dos Deputados quando não houvesse acordo.

O Poder Moderador foi apresentado como uma força neutra capaz de arbitrar os conflitos políticos. Na prática, significou a concessão no Brasil de uma Monarquia Absolutista, parecida com o modelo criado nos velhos Estados Nacionais europeus.

Com isso, D. Pedro inverteu o prescrito no projeto de 1823, pois concedeu maior poder ao monarca que ao Parlamento, uma vez que o governante chefiava tanto o Poder Executivo quanto o Poder Moderador, ao contrário, portanto, de monarquias parlamentares, como a da Inglaterra, que limitavam bastante o poder do rei.

A crise política do Brasil e a abdicação de D. Pedro

A outorga da Constituição fez com que D. Pedro passasse a enfrentar muitos problemas, dentre eles a oposição dos latifundiários nordestinos. Estes eram a favor do federalismo e desejavam ampla autonomia, pois seus negócios tinham mais a ver com a Europa do que com o Rio, e viam-se agora sem poder, até porque os presidentes de províncias também seriam escolhidos pelo soberano.

Também viu sua impopularidade aumentar no Sudeste. Não falamos apenas de impopularidade junto às camadas mais humildes, homens livres não-proprietários, mas também junto à aristocracia rural – ricos latifundiários escravistas do Sudeste – que o tinham posto no poder e agora viram-se contra ele. Isso tudo provocado também pela crise dinástica em Portugal e pelo desejo de D. Pedro em unificar as duas coroas, ou seja, juntar o Brasil novamente a Portugal.

Quando D. João, rei de Portugal, morreu, D. Pedro abdicou em favor da pequena filha Maria da Glória. Seu tio, D. Miguel, seria o regente, mas tomou o trono declarando-se rei. Então, D. Pedro decidiu enviar tropas a Portugal para defender o trono de sua pequena filha. A aristocracia do Sudeste ficou temerosa, pois com a possibilidade de reunir novamente o Brasil a Portugal, o risco da *recolonização* passava a ser real.

Os grandes latifundiários do Sudeste passaram, então, a desenvolver uma campanha feroz contra o trono. Sessenta e cinco jornais, entre moderados e exaltados, faziam oposição ao imperador. O único apoio de D. Pedro eram os portugueses agrupados na sociedade *Colunas do Trono*. Depois do assassinato do jornalista mineiro Libero Badaró em 1830, provavelmente a mando do gabinete do governo, até as forças militares começam a recusar-se a reprimir manifestações contra o imperador.

A partir de março de 1831, brasileiros e portugueses enfrentam-se pelas ruas. No dia 7 de abril de 1831, D. Pedro decide abdicar do trono brasileiro em favor de seu filho, Pedro de Alcântara, retornando para Portugal para se tornar D. Pedro IV e governar aquele país até sua morte em 1834.

Enquanto D. Pedro II não vem...

Entre 1831 e 1840 o Brasil viveu o chamado Período Regencial, por conta da pouca idade de D. Pedro II, o que impediu que o herdeiro legítimo do trono assumisse o poder. Foi uma década marcada por muitas divergências políticas e diversos conflitos em todo o país. Durante esse período, em que o poder foi exercido pelos regentes, destacaram-se novos grupos políticos que se articularam após a abdicação. São eles:

a. Restauradores – Também chamados de caramurus ou corcundas. Eles desejavam apenas o restabelecimento de D. Pedro I. Em 1834, perderam a razão de ser com a morte do monarca, levando seus componentes a se ligarem a outros grupos que disputavam o poder;

b. Liberais-Moderados – Estavam agrupados em torno da Sociedade Defensora da Liberdade e Independência Nacional, composta pelos grandes proprietários de Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro. Politicamente eram monarquistas, mas contrários ao absolutismo. Do ponto de vista administrativo, defendiam o centralismo como garantia da unidade territorial;

c. Exaltados – Estes desejavam ampla autonomia para as províncias, isto é, que pudessem criar suas leis de acordo com suas necessidades; muitos desejavam a república, outros queriam a independência de sua província em relação ao resto do país, e ainda havia os que sonhavam com o fim da escravidão.

Essas correntes políticas não chegavam a constituir propriamente partidos políticos. Elas se organizavam em facções e procuravam mobilizar a opinião pública e exercer pressão sobre o governo, visando a ascender ao poder. Contudo, pode-se afirmar que, nessa época, teve início o processo de formação dos dois partidos mais importantes do segundo reinado: o Liberal e o Conservador.

Dentre os movimentos de contestação da ordem ocorridos em todo o país no Período Regencial, destacamos a Revolução Farroupilha ou Guerra dos Farrapos, no sul do Brasil, entre 1835 e 1845. Liderada pelo estancieiro Bento Gonçalves, os fazendeiros gaúchos rebelaram-se contra a pesada carga de impostos sobre o seu principal produto, o charque, que era a base de sustentação da economia gaúcha. Houve um intenso conflito contra as forças do governo imperial e os revoltosos proclamaram a República Rio-Grandense, separando-se do restante do Brasil. O movimento recebeu o reforço de Giuseppe Garibaldi, David Canabarro e seus comandados (incluindo populares, daí o nome “Guerra dos Farrapos”) da região de Laguna, litoral sul de Santa Catarina. Novos confrontos com as forças imperiais resultaram num grande derramamento de sangue. Em 1845, o governo cedeu às pressões dos revoltosos e aumentou as tarifas de importação do charque estrangeiro, anistiou os revoltosos e libertou os escravos que participaram da guerra.



Caminho farroupilha vira rota turística

O Projeto “Turismo na Costa Doce”, desenvolvido pelo Sebrae do Rio Grande do Sul juntamente com prefeituras de municípios localizados às margens da Lagoa dos Patos e imediações, lança a rota turística “Caminho Farroupilha”.

O roteiro foi elaborado após inventário de fatos e lugares marcantes do decênio heróico e que foram transformados em atrativos significativos para o recebimento de turistas. Na elaboração da rota trabalharam vários técnicos do Sebrae-RS, historiadores, museólogos e museógrafos, arquitetos e bacharéis em turismo, entre outros. Fazem parte da rota os municípios de Guaíba, Camaquã, Cristal, São Lourenço, Pelotas, Piratini, Rio Grande e São José do Norte, incluindo principalmente museus, casas de cultura e prédios históricos locais.

A rota turística, de cunho didático-pedagógico, vai apresentar as mais modernas técnicas de museografia, com painéis explicativos dos fatos históricos correspondentes a cada local visitado e de fácil compreensão, além de muitos deles apresentarem roteiros internos com guias especializados, passeios ou apresentações de grupos artísticos.

Os aspectos trabalhados em cada ponto de visitação são: Casa de Gomes Jardim e Hospital Farroupilha, em Guaíba; O papel da mulher na revolução farroupilha (Museu Municipal) e propriedades rurais pertencentes à família de Bento Gonçalves, em Camaquã; Casa de Bento Gonçalves (exposição da indumentária farroupilha), em Cristal; Estância da Figueira (batalhas farroupilhas e fatos ligados à participação de Garibaldi no conflito), em São Lourenço do Sul; Palácio Rio-Grandense e Casa de Garibaldi, em Piratini (abordagem administrativa da República Rio-Grandense e a composição dos ministérios); Charqueada São João, em Pelotas (aspectos econômicos da época, além da valorização do papel dos lanceiros negros no conflito), finalizando o roteiro nas cidades de Rio Grande e São José do Norte, mostrando a participação maçônica no conflito, além de apresentar aspectos históricos das duas cidades.

Fonte: O Estado do Paraná

(<http://www.parana-online.com.br/canal/viagem-e-turismo/news/61592/>)

7/10/2003 - Atualizado em 19/7/2008



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Leia a matéria “Chineses visitam o Caminho Farroupilha no Rio Grande do Sul”, publicada no portal ETUR – Estudos Turísticos – em 12/1/2007 (<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=11792>) e faça um comentário relacionando a visita dos chineses e a inclusão do Rio Grande na rota dos transatlânticos com destino à Patagônia ao fenômeno da globalização.

Comentário

A proposta desta questão é fazer uma relação entre o passado histórico brasileiro do período abordado nesta aula e o turismo em tempos de globalização. Para tanto, faz-se necessário reconhecer as transformações ocorridas na China nos últimos anos, que permitem a sua inclusão no processo de globalização, com a abertura do mercado chinês para o Ocidente, incluindo a atividade turística. Ao mesmo tempo, é importante considerar a expansão do turismo marítimo no Brasil, especialmente dos cruzeiros em sofisticados transatlânticos, permitindo a inclusão de novos produtos turísticos, cuidadosamente criados por profissionais de diversas áreas, incluindo historiadores e museólogos, como a Rota Farroupilha.

O Golpe da Maioridade e o legado do Período Regencial

O episódio conhecido como Golpe da Maioridade conduziu D. Pedro II ao poder na idade de 14 anos, com o apoio dos liberais (a Constituição de 1824 estabelecia que a maioridade era conquistada aos 21 anos e o Ato Adicional de 1834 diminuiu para 18 anos). Chegava ao fim o turbulento Período Regencial, que não deve ser lembrado apenas pelas inúmeras disputas políticas e conflitos violentos que se desenrolaram nesse período.

Destacamos também a criação do Imperial Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro (1837); a fundação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), dedicado à escrita da nossa história oficial, repleta de feitos heróicos das elites brasileiras; as visitas

de Charles Darwin ao Brasil (Bahia, Cabo Frio, Rio de Janeiro e Niterói) em duas ocasiões, em 1832 e 1836, durante a sua expedição científica pela América do Sul; a instituição do Ato Adicional, fazendo diversas reformas à Constituição de 1824, dentre elas, a criação da Regência Una (do padre Antônio Feijó – lembre-se de que as regências anteriores foram trinas, uma provisória e uma permanente); e a criação do Município Neutro do Rio de Janeiro, separado da Província do Rio de Janeiro, que existiu até o advento da República, quando passou a se chamar Distrito Federal.

Um passeio por São Cristóvão, o Bairro Imperial

Em agosto de 2007, o então prefeito da cidade do Rio de Janeiro, César Maia, assinou um decreto modificando o nome do bairro de São Cristóvão para “Bairro Imperial de São Cristóvão”. A medida, que gerou polêmica entre os moradores, teve como objetivo divulgar a importância histórica do bairro (motivada pelas comemorações dos 200 anos da Chegada da Corte) e atrair investimentos.

Apesar dos graves problemas que enfrenta (violência e favelização, estado de abandono das construções remanescentes do período do Império, fechamento de muitas indústrias, estado precário das ruas, entre outros problemas comuns a vários bairros da região metropolitana do Rio de Janeiro), o bairro de São Cristóvão possui uma variedade de atrativos turísticos de grande importância.

Começamos o nosso passeio pela Quinta da Boa Vista, propriedade doada pelo rico traficante de escravos Elias Antonio Lopes ao então príncipe regente, mais tarde D. João VI, em troca de *status*, cargos públicos e títulos de nobreza, conforme você verá mais adiante. A imensa propriedade já pertencera aos padres jesuítas, que foram expulsos do Brasil em 1759 e tiveram as suas terras confiscadas e divididas em quintas e sítios. Também já fora território dos índios tamoios nos primórdios da colonização brasileira.



Figura 17.4: Quinta da Boa Vista por volta de 1820. Atente para o portão em frente ao Paço (hoje na entrada do Jardim Zoológico) e para o único torreão do prédio principal, antes da reforma iniciada na época em que D. Pedro I residiu no local (GRAHAM, 2008).

Fonte: <http://www.gutenberg.org/files/21201/21201-h/21201-h.html#palace>

A Quinta da Boa Vista justificava o seu nome, pois ficava no alto e de lá se tinha um panorama deslumbrante de toda a cidade. Era uma das mais importantes *vilegiaturas* da Família Real e, mais tarde, Imperial. Situava-se também à beira-mar (você sabia que ali existiu a Praia de São Cristóvão, aterrada no século XX para a construção do porto?) Com a fixação de residência de D. João VI na Quinta, que agora passaria a se chamar Quinta Real da Boa Vista, foram realizadas várias obras no entorno, que era área de manguezais e pântanos (inclusive, para se ter acesso à Quinta, um dos meios possíveis era pelo mar, saindo da atual Praça XV). O então príncipe regente ampliou a sua Quinta adquirindo várias propriedades vizinhas e tratou de oferecer ajuda financeira a quem se instalasse nos arredores, para que valorizasse a região. Logo alguns membros da nobreza lusitana, interessados em viver próximos ao mais importante membro da corte, se mudaram para o bairro de São Cristóvão, que se tornou bastante populoso.

Vilegiatura

Palavra de origem italiana que representa o período em que se passa nas *villas*, casas de campo freqüentadas pelos membros da aristocracia do período renascentista, inspirados nas práticas da Roma Antiga, que partiam das cidades em busca de temperaturas mais amenas. A vilegiatura é, portanto, uma prática social elitizada. A ela está associado o hábito da cavalgada e também da caça, duas atividades atribuídas à nobreza desde os tempos medievais. As *villas*, por sua vez, estão associadas a casas de campo requintadas, emolduradas por belos jardins. Em sua obra, Camargo (2007) reforça o caráter aristocrático das vilegiaturas e não as associa como forma de lazer, considerando que este está relacionado ao tempo do não-trabalho nas sociedades industriais. Ao se referir aos nobres que praticavam a vilegiatura, o autor prefere a expressão “recreações” ou “distrações”. São retiros em lugares bucólicos, afastados dos centros urbanos, que, em alguns casos, configuram a segunda residência das famílias abastadas. Citamos como exemplos as vilegiaturas da Família Imperial em Petrópolis, Caxambu, na Real (depois Imperial) Fazenda Santa Cruz, em Paquetá, na Floresta da Tijuca e na própria Quinta da Boa Vista.

O poema de Fernando Pessoa (Portugal, 1888-1935) traduz magistralmente o sentido da expressão e as práticas aristocráticas relacionadas ao *não-trabalho*: *Vilegiatura*

O sossego da noite, na vilegiatura no alto;
O sossego, que mais aprofunda
O ladrar esperso dos cães de guarda na noite;
O silêncio, que mais se acentua,
Porque zumba ou murmura uma coisa nenhuma no escuro...
Ah, a opressão de tudo isto!
Oprime como ser feliz!
Que vida idílica, se fosse outra pessoa que a tivesse
Com o zumbido ou murmúrio monótono de nada
Sob o céu sardento de estrelas,
Com o ladrar dos cães polvilhando o sossego de tudo! Vim para aqui repousar,
Mas esqueci-me de me deixar lá em casa,
Trouxe comigo o espinho essencial de ser consciente,
A vaga náusea, a doença incerta, de me sentir (PESSOA, 2008)



Em troca da gentileza concedida ao príncipe regente, para que “descansasse das fadigas do governo e respirasse ares mais saudáveis”, como escreveu o Padre Pereca (cronista dos usos e costumes do Rio de Janeiro à época da chegada da Corte), o traficante de escravos Elias Antônio Lopes foi agraciado com vários “mimos”, ampliando consideravelmente o seu poder e a sua fortuna. Recebeu a Comenda de Cavaleiro da Ordem de Cristo, foi elevado a Alcaide-Mor e Senhorio da Villa de São José del Rei e ainda passou a receber 1\$600 por mês, como Fidalgo Conselheiro da Casa Real. Foi também Deputado da Real Junta do Estado do Brasil e Domínios Ultramarinos, Procurador da Repartição de Seguros e Conselheiro, Procurador e Corretor da Casa da Junta de Comércio e ainda foi encarregado da conservação da Quinta da Boa Vista, recebendo por seus serviços uma considerável importância (MOTA; GOMES, 2007).

Arte e história nos jardins da Quinta

Ao entrar pelo Portão da Coroa, o visitante cai na alameda das Sapucaias, construída pelo paisagista francês Auguste Glaziou, que leva até o Museu Nacional. Ao redor da alameda, o jardim em estilo inglês também chama a atenção, com seus caminhos curvos, lagos, grutas e recantos. O primeiro projeto para o jardim data de 1828, mas Glaziou foi quem deu a forma final do parque, em 1866. Esse desenho resiste até hoje, apesar das inúmeras reformas ao longo dos anos. No passeio pelo parque, vale observar o portão principal do Jardim Zoológico. Em 1812, o duque de Northumberland [condado inglês] presenteou D. João VI com um portão idêntico ao desenhado por Robert Altman, entre 1761 e 1765, para a Sion House, sua residência na Inglaterra. O duque enviou o arquiteto John Johnson para instalar o presente em frente ao Paço de São Cristóvão. O portão é hoje um belo exemplo da composição neoclássica (SEARA, 2004, p. 113).



Figura 17. 5: O antigo portão monumental (tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico Nacional) recepciona os visitantes do Jardim Zoológico. O mesmo se encontrava na entrada do Paço (atual Museu Nacional), conforme visto na **Figura 17.4**.
Fonte: Wikipedia.

De palácio real a Museu Nacional

Construído no século XVI para abrigar a ordem jesuíta e tendo passado por diversas reformas, o Paço de São Cristóvão, que já foi chamado de “a Versalhes Tropical”, serviu de residência de D. João VI até 1821, quando deixou definitivamente o Brasil. A construção abrigou seis gerações da família Bragança e foi considerada o mais importante prédio público do Império. Com a Proclamação da República e o banimento do Brasil de D. Pedro II e sua família, o palácio foi adaptado e serviu de sede dos trabalhos da Assembléia Constituinte que elegeria o primeiro Presidente da República e promulgaria a Constituição de 1891, a primeira Constituição do Brasil republicano.

Em 1892, o acervo do Museu Real, criado por D. João VI em 1818, foi transferido do Campo de Santana para o antigo Paço da Quinta. O museu teve então o seu nome adaptado para os tempos republicanos: Museu Nacional. Recebeu inúmeras personalidades, entre elas, Alberto Santos Dumont e Albert Einstein. Desde 1946, por decreto presidencial, está sob a responsabilidade da Universidade do Brasil (UFRJ). O museu abriga uma das maiores coleções de história natural e é considerado um dos museus mais importantes da América do Sul, apesar de seu precário estado de conservação e das obras intermináveis que atravessam décadas.



Figura 17.6: Fachada do Museu Nacional, a antiga “Versalhes brasileira.”

Fonte: Sítio oficial do Museu Nacional (<http://www.museunacional.ufrj.br/>)

Domingo na Quinta

Passar um domingo na Quinta da Boa Vista é uma das formas de lazer mais tradicionais de cariocas e visitantes. Famílias, grupos de amigos e jovens casais de todas as partes do Rio de Janeiro, do país e do exterior ocupam o imenso espaço dos românticos jardins projetados pelo mestre Glaziou, o Jardim Zoológico (transferido de Vila Isabel para a Quinta da Boa Vista e inaugurado em 1945) e o Museu Nacional desde muito tempo.

A Quinta da Boa Vista, que já abrigou pomposas festas, sobretudo no período em que D. Pedro II ocupava as dependências do Paço, abrindo as suas portas para a nobreza imperial, tradicionalmente vem sendo usada como um espaço de realização de grandes eventos populares, como festas cívicas (na era Vargas eram muito comuns), shows dos mais diversos estilos musicais (com destaque para os concertos do Projeto Aquarius, desde a década de 1970, cultos religiosos, festivais infantis, eventos que promovam a prestação de serviços de utilidade pública, entre outros).

Museu do Primeiro Reinado (casa da marquesa de Santos)

Nas imediações da Quinta da Boa Vista, encontra-se o belo palacete que estimula o imaginário popular com histórias do amor clandestino de D. Pedro I e D. Domitila de Castro Canto Melo, a marquesa de Santos. É famosa a história da passagem secreta entre as duas residências para encontros românticos, o que não é confirmado pela historiografia. No turismo, entretanto, a história da passagem secreta tem um grande apelo e faz muito sucesso entre os visitantes. Foi o próprio imperador quem adquiriu o terreno e mandou construir o belíssimo solar da marquesa para a sua amada, que ali viveu entre 1826 e 1829 e teve 5 filhos com o imperador. Renomados arquitetos, entalhadores, escultores, paisagistas e pintores, muitos deles integrantes da Missão Artística Francesa, como Marc e Zéphyrin Ferrez, realizaram um trabalho de grande importância artística e cultural.

O prédio, de estilo neoclássico, foi tombado pelo IPHAN em 1938 e é a principal atração do Museu do I Reinado, que possui também um rico mobiliário do século XIX, cartas trocadas entre o imperador e a marquesa de Santos, pinturas e peças decorativas que completam a ambientação e o acervo do suntuoso palacete.

O solar foi adquirido pelo barão de Mauá e mais tarde pelo médico Abel Parente. Em 1979, foi criado o Museu do Primeiro Reinado que, apesar de sua grande importância histórica e cultural, recebe em média 300 pessoas por mês.



Figura 17.7: Museu do Primeiro Reinado na pintura *naïf* do artista J. Araújo, publicada no *Mapa de São Cristóvão e Adjacências* (2004). A obra é parte integrante da série cultural *O Rio de Janeiro em mapas*, editada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ).

Outros atrativos

São Cristóvão não reúne somente a memória do Império. É um bairro que concentra diversas outras atividades culturais de interesse turístico, algumas já transformadas em atrativos, como o Centro Luiz Gonzaga de Tradições Nordestinas (popularmente conhecido como Feira de São Cristóvão); o Observatório Nacional, construído em 1922 em estilo eclético, que abriga o Museu de Astronomia e Ciências Afins; e o Estádio de São Januário (palco histórico de importantes festas cívicas do período Vargas e um dos estádios de futebol mais importantes do país). Mesmo com a criação, em 1998, do bairro Vasco da Gama, por decreto municipal, é comum a associação entre o estádio e o bairro de São Cristóvão. Vale também ressaltar a formação de um importante

arranjo produtivo de moda em São Cristóvão, atraindo um outro tipo de turista, interessado nas compras de roupas em lojas de pronta entrega e atacadistas.

Diversos planos de revitalização do bairro estão em andamento, mas os problemas estruturais e o estado de seu patrimônio não condizem com a sua importância histórica e cultural, afastando uma considerável parcela de visitantes em potencial, sobretudo os das camadas mais abastadas da sociedade.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

3. O Museu do Primeiro Reinado é visitado mensalmente por 300 pessoas em média. Na sua opinião, por que esse número é tão inexpressivo? Apresente sugestões que possam mudar essa realidade.

Comentário

O objetivo da questão é chamar a atenção para a pouca percepção do Museu do Primeiro Reinado, enquanto museu, que contrasta com a sua importância histórica e cultural, e desafiar a sua criatividade no sentido de propor soluções viáveis para a valorização do museu pela sociedade e sua percepção pelo trade turístico. Não se prenda aos aspectos técnicos da gestão de museus. Priorize as idéias simples que você considera eficazes para reverter o quadro.



Atividade Final

A um passo do Paço

Quem passa pelas imediações da Praça XV, no Centro do Rio de Janeiro, já se acostumou ao movimento frenético dos turistas, geralmente em grupos, acompanhados de seus guias, fotografando a fachada do Paço Imperial, embevecidos com as histórias das célebres janelas onde aconteceram fatos históricos de grande destaque, como o Fico e a assinatura da Lei Áurea pela Princesa Isabel. Entretanto, a maioria dos grupos não adentra os portões do Paço, hoje um interessante centro cultural, e desconhece toda a riqueza desse patrimônio, que é considerado a mais importante construção da arquitetura colonial brasileira e que foi o primeiro local fotografado na América Latina, em 1840.

Faça um *tour* virtual pelo Paço Imperial e levante as principais características desse importante mas pouco valorizado atrativo histórico do Rio de Janeiro.

Comentário

O objetivo da questão é recuperar a história do Paço, que é bem anterior ao estabelecimento da Corte portuguesa no Brasil, e conhecer mais detidamente esse rico patrimônio, ora desprezado pelo trade turístico ora mal aproveitado com as rápidas visitas ao seu entorno e as explicações muito simplificadas sobre o mesmo.

Resumo

Procuramos nesta aula fazer um painel da conjuntura política do período que compreende a Independência do Brasil e o fim das regências, destacando os conflitos, transformações e permanências que caracterizaram esse breve mas movimentado período. Enfatizamos o caráter elitista da Independência do Brasil e destacamos o processo que se desenvolveu até a sua culminância no 7 de setembro. Procuramos ressaltar também o legado cultural do período e seu aproveitamento turístico. Destacamos a Rota Farroupilha, no Rio Grande do Sul, um produto turístico recente, e o Bairro Imperial de São Cristóvão. Voltamos o nosso olhar para a Quinta da Boa Vista, cuja importância é fundamental para a história do Brasil, mas que ainda carece de reconhecimento e valorização por parte de toda a sociedade.

18

O Brasil de D. Pedro II e seu legado como recurso para o turismo

Meta da aula

Apresentar os principais acontecimentos do II Império a partir da própria figura de D. Pedro II, síntese da história brasileira do período, destacando as viagens e os atrativos turísticos atuais relacionados à sua história.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- 1 identificar as principais transformações ocorridas no Brasil da segunda metade do século XIX;
- 2 reconhecer o legado histórico-cultural do II Império, relacionando-o à atividade turística contemporânea.

Introdução

A história do II Império brasileiro fascina qualquer pesquisador. Foi um período bastante fértil para a política e a cultura nacionais. Nos 49 anos em que esteve no poder, D. Pedro II procurou imprimir a marca da modernização ao país, sustentada por inúmeras contradições que nos faziam lembrar da nossa situação de colônia de exploração por quase três séculos. A escravidão, sem dúvida, foi a maior delas. Outro problema foi a dependência do capital inglês. Entretanto, foi um período de grande desenvolvimento técnico-científico e cultural.

Em face do considerável volume de informações relevantes para os estudos da História do Brasil no II Império e diante das ricas articulações com o turismo que o tema propicia, optamos por selecionar alguns dos principais acontecimentos do período, organizando-os numa breve síntese, para darmos ênfase a outros aspectos não muito conhecidos do grande público e fazermos as devidas conexões com o turismo. Assim, daremos destaque à Ilha Fiscal, cenário do mitológico Último Baile do Império, que até hoje povoa o imaginário dos visitantes desse importante atrativo turístico; abordaremos as viagens de D. Pedro II que tanto inquietaram a jovem nação brasileira e ajudaram a popularizar o imperador no exterior; e viajaremos até Petrópolis, para conhecer a cidade que leva o nome do imperador, mergulhando no turismo local.

Aperte o cinto, que a nossa viagem já vai começar!

Cinqüenta anos em síntese: do golpe da maioridade ao fim da monarquia

Nesse meio século de história, foram muitos os fatos que merecem destaque. Faremos uma rápida seleção dos principais acontecimentos que marcaram o II Império e daqueles que, a nosso ver, se tornam hoje importantes para os estudos turísticos.

O longo governo de D. Pedro II é caracterizado pela manutenção do sistema escravista e pelo apoio político e principal-

mente econômico da aristocracia agrária, em especial do Vale do Paraíba fluminense, que será a sua base de sustentação no poder em troca de títulos de nobreza e de *status*.



(...) a titulação representava uma compensação política. No final da Guerra do Paraguai, D. Pedro faria muitos nobres, assim como em 1888 – após a libertação dos escravos –, quando vários proprietários ressentidos transformavam-se em barões sem grandeza. Além disso, se os títulos garantiam *status*, significavam gastos para o contemplado e receitas para o Estado. Estranha nobreza essa, que aguardava os títulos, mas literalmente pagava pelo resultado de seus, não poucos, esforços e adulações junto ao Imperador.

(...)

Enquanto na Europa é nobre quem é, ou seja, quem nasce como tal, no Brasil a nobreza é um estado passageiro afirmado por uma situação política, econômica ou intelectual privilegiada (SCHWARCZ, 1999, p. 192).

D. Pedro II – na verdade, Pedro de Alcântara João Carlos Leopoldo Salvador Bibiano Francisco Xavier de Paula Leocádio Miguel Gabriel Rafael Gonzaga (ufa!) – cultivava a fama de intelectual, amante das Artes e da Ciência. Estudou “apenas” português e literatura, francês, inglês, alemão, geografia, ciências naturais, música, dança, pintura, esgrima e equitação, hebraico, astronomia, grego, árabe, tupi, sânscrito e provençal. Pelo seu grande interesse no desenvolvimento técnico-científico e cultural do país, dentre outras inovações, estimulou:

- o início da “fotografia” no Brasil, em 1840, com a introdução do daguerreótipo, que produzia imagens sem um negativo. A iniciativa foi do próprio imperador, que se tornou um colecionador de “photos”, hoje disponíveis na Biblioteca Nacional, num acervo formado por quase 22.000 fotografias;

- a criação do Real Conservatório de Música do Rio de Janeiro, em 1841;

- a fundação de Petrópolis, em 1843 (que trataremos com mais detalhes nesta aula); nesse mesmo ano, o Brasil tornou-se o segundo país do mundo a adotar o selo (o olho-de-boi) como pagamento para os serviços postais, seguindo o exemplo da Inglaterra;

- as comunicações: surgimento do primeiro telégrafo brasileiro, em 1852. Dois anos depois, o Brasil instala o primeiro cabo submarino transatlântico, transmitindo sinais sonoros e eletricidade. Em 1874, foi construído um cabo submarino ligando o Brasil à Europa; e foi inaugurado o telégrafo submarino entre Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco e Pará. Em 1877, a primeira estação telefônica do país é inaugurada no Rio de Janeiro. A primeira demonstração do fonógrafo foi feita no Rio de Janeiro em 1889;

- a participação do Brasil em várias exposições universais: Londres, 1862; Viena, 1867; Paris, 1889;

- a inauguração da iluminação a gás na cidade do Rio de Janeiro (1852);

- a inauguração do Imperial Teatro Dom Pedro II no Rio de Janeiro;

- os transportes: foi D. Pedro quem construiu a primeira estrada pavimentada do país, a União Indústria, ligando Petrópolis a Juiz de Fora, em 1856. O empresário barão de Mauá, em 30 de abril de 1854, inaugurou a primeira ferrovia brasileira, ligando a corte a Petrópolis (conforme estudamos na Aula 5); construção da Estrada de Ferro D. Pedro II, em 1858, e da Estrada de Ferro Santos-Jundiaí, em 1867; a primeira linha de bondes a vapor no país é inaugurada, ligando a rua Gonçalves Dias ao largo do Machado, no Rio de Janeiro (os primeiros bondes, movidos a tração animal, surgiram em 1859, também no Rio de Janeiro); em 1884 foi inaugurada pelo imperador D. Pedro II a Estrada de Ferro do Corcovado, no Rio de Janeiro.



O trem do Corcovado inicialmente era movido a vapor e foi o primeiro passeio turístico do Brasil. Em 1909, tornou-se a primeira ferrovia eletrificada do Brasil. O trem do Corcovado já transportou mais de 36 milhões de pessoas pelas matas da Floresta da Tijuca, com destino ao famoso morro que fica a 710 metros do nível do mar. Em 1931 foi inaugurada a estátua do Cristo Redentor, o atrativo turístico mais visitado do Rio de Janeiro e a imagem-símbolo do país, eleito uma das Sete Maravilhas do Mundo Moderno, em 2007.

Diversos movimentos de contestação política e social ocorreram no governo de D. Pedro II, como a Revolução Praieira (1848-1850), em Pernambuco, de caráter separatista, os movimentos abolicionistas e republicanos, além de várias insurreições e levantes de escravos em todo o país.

O desgaste do regime monárquico foi provocado não somente pela falência dos barões do café do Vale do Paraíba, seu principal sustentáculo, mas pela ascensão política dos cafeicultores do oeste paulista, identificados com os ideais republicanos federalistas, que procuravam garantir mais autonomia administrativa e política para as províncias brasileiras, em especial a de São Paulo. Também contribuíram para o enfraquecimento do Império questões de ordem religiosa; a insatisfação dos militares com a corporação e com os soldos após a Guerra do Paraguai e as críticas aos longos períodos de ausência do imperador em função das viagens que realizava pelo mundo, deixando no poder sua filha, a princesa Isabel.

Entre 1865 e 1870, a Guerra do Paraguai devastou o Cone Sul. Brasil, Argentina e Uruguai enfrentaram o Paraguai, que vivia um franco processo de desenvolvimento, transformando-se numa potência continental sem, contudo, possuir saída para o mar. Invadiu as terras do Uruguai e do Brasil, o que deu início ao conflito. O Brasil, que havia rompido relações com a Inglaterra,

retomou a aliança e, após inúmeras batalhas nas quais se destacou a figura do então marquês e mais tarde duque de Caxias, a guerra chegou ao fim com a morte de pelo menos um terço da população paraguaia, principalmente dos homens guaranis. Todos os países participantes do conflito – vencedores e vencidos –, exauridos com as despesas da guerra, recorreram aos capitais ingleses, aumentando ainda mais sua dependência econômica em relação aos britânicos.

No Brasil, além da dívida, a principal consequência foi que o exército tomou consciência de seu papel. Tinha ido lutar pela pátria e agora queria participação na decisão de seus destinos. Muitos escravos também participaram da guerra, lutando como qualquer cidadão, e agora a questão abolicionista estava na ordem do dia.

A monarquia começava a ser identificada com a escravidão. No mesmo período, foi lançado o Manifesto Republicano. Além disso, vale salientar que a continuidade do regime dependia do imperador, que naqueles anos encontrava-se com a saúde debilitada. Assim, por linhas tortas, se abria o caminho da República.

Com o golpe militar republicano, a família imperial foi banida do Brasil, e D. Pedro II veio a falecer em dezembro de 1891, em Paris.

As viagens de D. Pedro II

Durante o seu longo reinado, D. Pedro II viajou para vários países do mundo. Uma de suas mais importantes biógrafas, Lilia Moritz Schwarcz, autora de *As barbas do imperador*, o chamou de “um monarca itinerante” e “um imperador brasileiro à solta”, referindo-se às andanças de D. Pedro pelo interior do país e pelo mundo. O escritor português Eça de Queirós, conforme nos conta Lilia Schwarcz, apelidou o monarca de “Pedro da mala”, em referência à inseparável valise utilizada nas inúmeras viagens do imperador.

Logo no início de seu governo, visitou as províncias de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e São Paulo, afastando-se por seis meses da corte. Em 1847 viajou para o interior fluminense e hospedou-se nas imponentes fazendas de café da região (retor-

naremos a esse assunto na aula seguinte). Nos anos de 1859 e 1860 viajou para a Paraíba, a Bahia, Pernambuco, Sergipe e para o Espírito Santo. Em 1861 visitou as estâncias termais de Poços de Caldas e em 1865 esteve em Juiz de Fora. O imperador era sempre recebido com muita pompa e muitas festas. Tais viagens aumentavam a sua popularidade e ajudavam a unificar o país.

O imperador queria sair para ver o mundo e conferir de perto o que estudara nos livros. Você se lembra da aula sobre o *Grand Tour*? Pois é, tirando o fato de não haver um tutor e de D. Pedro ter passado dos trinta e cinco anos, há muitas semelhanças entre as suas viagens internacionais e as dos jovens aristocratas do século XVIII. A sua primeira viagem internacional ocorreu entre 1871 e 1872. Durou dez meses e foram visitados vários países da Europa e também do Oriente Médio. D. Pedro II tornou-se um viajante contumaz. As viagens eram sempre longas, e, na sua ausência, o trono brasileiro ficava a cargo da princesa Isabel, o que era fortemente criticado pelos seus opositores.

O monarca era um freqüentador assíduo das várias exposições internacionais de sua época, que exibiam o progresso técnico e científico dos países que buscavam a sua preponderância no cenário internacional. Visitava também os museus, as sociedades científicas, os círculos literários e as universidades, à procura das novidades científicas e de seus inventores. Nos Estados Unidos, em visita à Exposição Internacional da Filadélfia, em 1876, entusiasmou-se com um estranho invento do americano Alexander Graham Bell, que foi desprezado pelos visitantes da exposição. Um ano depois, o primeiro telefone do Brasil foi instalado no Palácio Imperial e, em 1883, a primeira linha interurbana foi inaugurada, ligando o Rio de Janeiro a Petrópolis, onde o imperador costumava passar longas temporadas, como veremos mais adiante. Essa segunda viagem internacional do monarca durou 18 meses, deixando o trono a cargo de sua filha e incendiando ainda mais a oposição.

Essas longas viagens abrangeram também a visita de D. Pedro II a Portugal, Rússia, Inglaterra, Bélgica, Áustria, Grécia,

Criméia, Turquia, Líbano, Síria, Palestina, Alemanha, Escócia, Holanda, Escandinávia, Itália, Suíça e França, para onde mais tarde retornaria, terminando os seus dias no exílio. Conta-se que ele dava preferência aos navios regulares de passageiros, deixando de lado a embarcação oficial com a escolta da guarda e abandonando todo o protocolo. Quando viajava, preferia se passar por um cidadão comum. Misturava-se ao povo e pechinchava o preço dos produtos. Mesmo quando recebido por autoridades de outros países, comportava-se como um homem simples, procurando construir no Brasil e no exterior a imagem de um cidadão democrático, simples, sábio e justo. Isso estimulou a imaginação dos oposicionistas, que faziam inúmeras críticas e divertidas sátiras utilizando as longas viagens do imperador e sua imagem de um simples viajante como tema, em contraste com os privilégios da vida na corte. Um exemplo é a charge publicada na *Revista Ilustrada* (1871) que selecionamos para esta aula.

Em suas viagens, o imperador recebia das autoridades valiosos presentes característicos das culturas dos países que visitava. Parte desses objetos integra o acervo permanente do Museu Nacional (ver Aula 18), na Quinta da Boa Vista, que foi o antigo Palácio Imperial, residência oficial do monarca até o golpe republicano que o depôs, em 1889. Dentre esses “suvenires”, citamos as múmias de sacerdotes, de crianças e de animais, que fazem parte da Coleção Egípcia do Museu. As peças foram oferecidas pelo quédiva (soberano egípcio) ao imperador, em sua viagem à terra dos faraós em 1871.

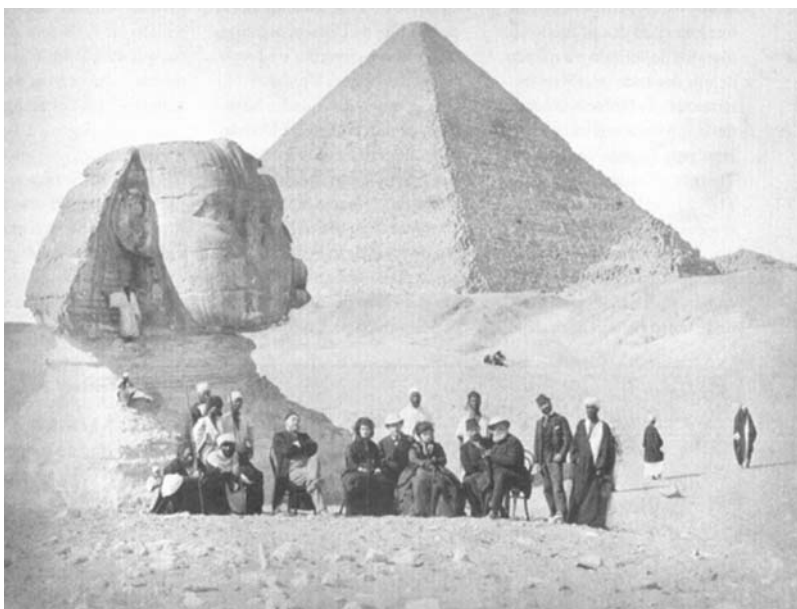


Figura 18.1: A viagem de D. Pedro II e sua comitiva ao Egito, vista pelas lentes do fotógrafo oficial.

Foto de O. Schoeff, 1872 (Biblioteca Nacional).



Figura 18.2: Charge publicada na *Revista Ilustrada*, em 1871. Dizia-se à época que D. Pedro II devia se preocupar com o Brasil e não com o Egito.

Quanto aos demais viajantes brasileiros que quisessem (e pudessem) circular pelo território nacional, estes teriam de portar passaporte até 1842, quando o próprio D. Pedro II extinguiu essa obrigatoriedade. Também não era cobrado o passaporte dos estrangeiros que entrassem no país, em função da expressiva imigração de trabalhadores para o Brasil no período. Um detalhe

curioso é que, em viagens ao estrangeiro, os brasileiros precisavam apresentar o passaporte e também anunciar a viagem nos jornais durante três dias.

A caixinha de jóias do imperador

A Ilha Fiscal desperta a curiosidade de muitos brasileiros e estrangeiros em visita à Cidade Maravilhosa. Conhecida dos livros didáticos de História e pela aura de romantismo que envolve a bela construção, esse atrativo turístico tem muita história para contar. Não é somente a ilha do Último Baile (escrito com letra maiúscula e tudo!) do Império, com muita pompa e *glamour*. Se nos dias atuais é senso comum as pessoas fantasiarem em torno dos belos trajes e da pompa que envolveu a festa, imagine na época, quando uma multidão se aglomerou na Praça XV (que obviamente não tinha esse nome) para ver a nobreza passar. Foi providenciada até uma banda de música para animar o povo que se aglomerou no local para ver os convidados passarem, sendo vaiados ou aplaudidos pelos curiosos.

Conforme o dito popular, as aparências enganam. Por trás de todo o requinte e toda a pose, aquela noite de 9 de novembro de 1889 seria a última oportunidade para os nobres tupiniquins curtirem as regalias da corte imperial. Percebendo a fragilidade do Império diante dos movimentos republicanos que vinham ganhando cada vez mais força, D. Pedro II ofereceu uma festança aos nobres da corte e às autoridades dos países vizinhos, procurando manter a aparência de que tudo estava em ordem. Foram enviados dois mil convites (há controvérsias, pois alguns estimam que fossem 4.500) para a festa no “castelinho” em estilo neogótico, repleto de pinturas decorativas em seus interiores, lindos mosaicos em madeira que ornamentam o chão, belíssimos vitrais ingleses e um exuberante trabalho em pedra de cantaria. A construção imita os palácios da região de Auverne, na França.

A escolha da Ilha Fiscal foi estratégica: ameaçado de sofrer um golpe pelo Exército, o imperador evitou realizar a festa no Palácio de São Cristóvão, pois seria um alvo fácil para os militares. Também não a fez em Petrópolis, por causa do risco de ter as pontes ferroviárias, que davam acesso à cidade, destruídas e de ficar isolado. A razão da escolha da Ilha Fiscal (que recebe este nome por ter sido um antigo posto alfandegário para inspecionar os navios mercantes estrangeiros) deve-se ao apoio da Armada (a Marinha), que era monarquista, garantindo a segurança da festa.

Foram consumidos naquela noite 800kg de camarão, 1.300 frangos, 500 perus, 64 faisões, 1.200 latas de aspargos, 20.000 sanduíches, 14.000 sorvetes, 2.900 pratos de doces, 10.000 litros de cerveja, 304 caixas de vinhos, champanhe e bebidas diversas. Para custear tantas regalias, afirma-se que foi utilizada a verba que serviria para socorrer as vítimas da terrível seca do Nordeste, que se iniciou em 1877 e durou vários anos, fazendo mais de 300.000 vítimas.



Figura 18.3: A beleza do cenário e a memória romântica do Último Baile no imaginário coletivo fazem da Ilha Fiscal, além de um importante atrativo turístico do Rio de Janeiro, um local muito disputado (e caríssimo!) para os eventos da alta sociedade fluminense.

Fonte: *Site oficial da Marinha do Brasil.*



Algumas curiosidades divertidas sobre o Último Baile na Ilha Fiscal

- Logo que os convites começaram a ser distribuídos, os estoques das lojas de tecidos no Rio de Janeiro esgotaram-se. Dondocas se plantaram nos salões de beleza 72 horas antes da festa para conseguir quem as emperiquitasse e muitas ficaram até três dias sem tomar banho e dormindo sentadas para não estragar os penteados. As roupas foram compradas nas sofisticadas lojas da Rua do Ouvidor, a mais chique de todas as ruas do Rio imperial. Lá também foram feitos os exuberantes penteados, criações dos cabeleireiros franceses, que continuam tendo bastante prestígio entre nós, imitados pelos quatro cantos do país como os *coiffeurs*.
- Já os homens abusavam das brilhantinas inglesas da Fritz Marck and Co. nos cabelos e nos bigodes. O jornal *Correio do Povo* citou o mau gosto a que se entregaram muitos dos convidados. Criticou ainda os homens que, no salão, mantinham seus chapéus ingleses do Wellcamp e do Palais Royal enfiados na cabeça.
- Na hora de servir os comestíveis, o visconde de Cabo Frio soube que iria ser servido peru e, muito preocupado com o que iria pensar a comitiva peruana, presente à festa, mandou que os perus assados fossem escondidos no porão; no entanto, alguns nobres tentaram pegar alguns perus assados, mas a tentativa foi descoberta e alguns fanfarrões foram detidos.

(Adaptado dos *sites* <http://www.slideshare.net/JRCordeiroPPS/ultimo-baile-ilha-fiscal> e <http://rickipanema-rioantigo.buzznet.com/user/photos/?id=1963044>)



Você não pode deixar de conhecer o belo trabalho de Roberto Alegria e Antônio Andrade, disponível em <http://www.slideshare.net/JRCordeiroPPS/ultimo-baile-ilha-fiscal>.

São 52 *slides* ilustrados com belas fotos, contando em detalhes a história da Ilha Fiscal e do lendário Último Baile do Império e suas curiosidades. O trabalho também contém outras informações importantes para o turismo, como as características arquitetônicas, a tipologia do acervo em exposição, os serviços

disponíveis para o visitante, como a visita guiada de ótima qualidade oferecida pela Marinha, entre outras.

Um passeio pela Cidade Imperial

Você já foi a Petrópolis? A “cidade de Pedro”, como o nome diz, respira a atmosfera dos tempos do Império, e o turismo é, sem dúvida, a sua maior fonte de renda. Localizada a 809 metros de altitude, Petrópolis é um destino turístico que faz parte da chamada Serra Verde Imperial, na terminologia criada a partir do Plano Diretor de Turismo do Estado do Rio de Janeiro, de 2001.

Antes mesmo de se tornar a Cidade Imperial, Petrópolis foi uma importante rota de passagem do Caminho do Ouro, conforme estudamos na Aula 15. Já no Império, D. Pedro I, ao percorrer o Caminho em direção a Vila Rica, precisava de um lugar para pouso na região para então seguir viagem até as Gerais. O clima de montanha, mais agradável do que na quente e úmida capital do Império, e a beleza do local fizeram o imperador adquirir em 1830 a Fazenda do Córrego Seco. Com a abdicação ao trono em 1831 e o retorno a Portugal, D. Pedro II herda a fazenda e a transforma no seu lugar predileto para veranejar e fugir das doenças do Rio de Janeiro que, conforme se acreditava na época, eram transmitidas por meio dos “miasmas”.

A localidade foi urbanizada, com um projeto assinado pelo engenheiro militar Júlio Koeler, da guarda pessoal do imperador, e transformada na vila de Petrópolis em 1843, por decreto de D. Pedro II. Foi o primeiro projeto urbanístico do Brasil. Para trabalhar nas obras, vieram diversos imigrantes europeus, especialmente alemães, italianos e portugueses, que ali se estabeleceram e imprimiram a sua marca na cultura local.



Veja outras fotos de Petrópolis no século XIX acessando <http://acervos.ims.uol.com.br/cgi-bin/wxis.exe/iah/> Selecione a página 10.

O Palácio Imperial, residência oficial de D. Pedro II em suas longas temporadas em Petrópolis, construído em estilo neoclássico, ficou pronto em 1865 e abriga, desde 1943, o Museu Imperial, o mais importante atrativo turístico da cidade. Em 2007, foi eleito uma das Sete Maravilhas do estado do Rio de Janeiro, aumentando ainda mais o interesse dos turistas.



Figura 18.4: Atual Museu Imperial.

O Museu Imperial de Petrópolis é o mais visitado do Brasil, com um público estimado em 300.000 pessoas por ano. Reunindo valiosos pertences da família imperial, o visitante tem grande curiosidade de ver, principalmente, as jóias da Coroa. Lá se encontram as coroas imperiais de D. Pedro I e D. Pedro II, o manto utilizado em cerimônias especiais, porcelanas do Oriente, artigos de toucador com monogramas (PII), prataria, roupas, tapeçaria, instrumentos musicais, quadros, móveis do período do Império, sala das núpcias, quartos das princesas, entre outras atrações.

Em apenas uma sala se encontram objetos referentes à escravidão, organizados de forma discreta e quase imperceptível diante da suntuosidade e da cenografia utilizada para ressaltar o

restante do acervo. A memória que o museu procura preservar é mesmo a da corte rica e glamurosa, que povoa o imaginário popular. Assim, ao se deparar com a sala em que estão as coroas dos imperadores, num caminho estreito e escuro, cuidadosamente planejado, é inevitável ouvir-se: “Ooooooooooh!”

Educação patrimonial no museu

Um outro aspecto muito importante a considerar é o trabalho de educação patrimonial que vem sendo realizado pelo museu. Além das visitas orientadas (o museu não utiliza o termo “visita guiada”), são desenvolvidos os seguintes projetos: “D. Ratão”, para as crianças menores, que conta a história do museu do ponto de vista de um rato que se instalou no prédio (um detalhe: todo o acervo é sinalizado na altura das crianças pequenas, com placas educativas ilustradas com os personagens da história de D. Ratão); Projeto “Um sarau imperial”, voltado para estudantes do 5º ao 9º ano do Ensino Fundamental; Projeto “Caixa das descobertas”, para alunos do 5º ao 7º ano, entre outros.



Figura 18.5: Os projetos de educação patrimonial do Museu Imperial estão entre os melhores do Brasil.

Fonte: *Site oficial do Museu Imperial.*



Para conhecer os projetos educativos do Museu Imperial, acesse http://www.museuimperial.gov.br/educacao_patrimonial/sarau.asp

Um espetáculo de luzes e cores

Há alguns anos, foi criada uma atração permanente que aumentou ainda mais o público do museu: o espetáculo de Som e Luz, semelhante ao que acontece no Palácio de Versalhes e nas pirâmides do Egito (em 2008, a Igreja da Antiga Sé, atual Igreja do Carmo, no Centro do Rio, inspirada no modelo do Museu Imperial, inaugurou o seu *show* de luz e som.

O espetáculo que acontece nos jardins do Museu Imperial conta a história do II Império do ponto de vista das elites, simulando um baile de gala no museu, no qual os visitantes são recepcionados por atores em trajes de festa do século XIX e são transformados em convidados para a festa. O clima é de luxo e *glamour*, e a história é contada de forma didática, romântica e acrítica.

“Som e Luz” consiste numa apresentação a céu aberto, com projeções de imagens a partir dos equipamentos instalados no interior do museu, e a sonorização é feita por meio de várias caixas de som distribuídas por todo o jardim, onde ecoa a voz marcante do ator Paulo Autran, o narrador do texto. A tela é uma cortina de água, programada por computador, que se move em várias direções e encanta os participantes. Também são projetadas imagens nas janelas do museu, que, vistas pelo lado de fora, têm um realismo impressionante.

Do ponto de vista do turismo, o espetáculo é bastante interessante, pois além de ser uma atração a mais para a cidade, representa a utilização pública do espaço no horário noturno e faz o visitante permanecer até mais tarde em Petrópolis. Consequentemente, utiliza mais serviços, e pode até decidir por pernoitar na cidade.



Figura 18.6: Cartaz do evento.

Fonte: *Site oficial do Museu Imperial.*

Outros segmentos turísticos

Além do turismo histórico-cultural, outros segmentos são praticados na cidade: turismo rural, turismo de aventura, ecoturismo, turismo gastronômico e o turismo de compras, representado pelo pólo moveleiro e, principalmente, pelo pólo de moda instalado na rua Teresa. Muitos aproveitam para visitar os atrativos ligados à presença da corte imperial na cidade e dão uma “esticadinha” até a movimentada rua; outros vêm especialmente para comprar as roupas da estação e conferir as liquidações.

A história da rua Teresa está ligada à criação da Companhia Petropolitana de Tecidos, em 1873, que fazia parte de um importante pólo têxtil da região no período do Império. Com o fechamento das fábricas na década de 60 do século XX, vários operários residentes na rua Teresa decidiram produzir as suas próprias peças e vendê-las em suas casas.

O negócio deu tão certo que a fama da rua Teresa como um pólo de moda correu o país e chegou ao outro lado do oceano: não é difícil encontrar “sacoleiros” angolanos percorrendo os quase 1.000 pontos-de-venda de roupas numa só rua em busca de um bom preço para revenda das peças em seu país.



Você sabia que...

...Petrópolis foi a capital do estado do Rio de Janeiro entre 1894 e 1903?

...a União Indústria foi a primeira estrada de rodagem do país (1861), ligando Petrópolis a Juiz de Fora?

...na cidade foi assinado o tratado que anexava o estado do Acre ao território brasileiro (Tratado de Petrópolis), por iniciativa do barão do Rio Branco?

...a primeira estrada asfaltada do país foi a Rodovia Washington Luís, em 1928, que liga o Rio de Janeiro a Petrópolis (trecho integrante da atual BR-040)?

...a rua Teresa gera mais de 40.000 empregos (diretos e indiretos)?

...muitas personalidades célebres adotaram Petrópolis para viver ou passar temporadas de veraneio, como Santos Dumont (em sua exótica residência), Rui Barbosa, o barão do Rio Branco, o barão de Mauá, entre outros?

...um dos problemas mais graves que ocorrem em Petrópolis é a ocupação desordenada das encostas da Mata Atlântica e a crescente favelização, provocando sérios riscos sociais e ambientais?

...a partir de 1904, a antiga residência do barão do Rio Negro foi transformada em casa de veraneio dos presidentes da República?

...a Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis instituiu o Prêmio Koeller de Turismo, que premia anualmente as empresas e os profissionais de turismo que atraem o maior número de visitantes à cidade?

...o primeiro hotel de Petrópolis, o Hotel Suíço, foi inaugurado em 1847?

...Petrópolis foi transformada na “Cidade Imperial” em 1981?

...todo final do mês de junho e início de julho é realizada a Festa do Colono Alemão (Bauernfest), em Petrópolis, onde está localizado o Palácio de Cristal, com direito a concurso de tomadores de chope a metro e tudo?

...o Palácio do Quitandinha foi inaugurado em fevereiro de 1944 e funcionava inicialmente como um glamoroso cassino e hotel, freqüentado pela fina flor da sociedade, incluindo presidentes da República?

Perdeu o seu prestígio com a proibição do jogo, em 1946, e tornou-se, desde então, um condomínio de apartamentos, com a parte social aberta à visitação turística. Foi adquirido em 2007 pelo Serviço Social do Comércio (Sesc) e está sendo preparado para virar um grande complexo de turismo e lazer, incluindo boliche e patinação no gelo.



Acesse <http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1310> e leia o artigo de Marcello Sacarrone, intitulado *Doze horas em diligência – o primeiro guia de viagem feito no Brasil, com textos e imagens*, que conta a história do livrinho, publicado em 1872, destinado aos viajantes que iam do Rio de Janeiro a Petrópolis, “esticando” até Juiz de Fora. O autor é o alemão Revert-Henry Klumb, fotógrafo oficial da família imperial.

Já que você está com a “mão na massa”, aproveite e visite também o *site* do Museu Imperial, especialmente na página <http://www.museuimperial.gov.br/biblioteca.htm>, onde você encontrará as fotografias das capas dos raríssimos guias turísticos referentes a Petrópolis: *Viagem Pittoresca a Petrópolis – roteiro aos viajantes, recordação deste ameno torrão brasileiro*, de Eduardo e Henrique Laemmert, publicado em 1862; *Doze horas em diligência*, a que nos referimos antes; *Petrópolis – guia de viagem*, de J. Tinoco (1885); e o interessante *Os estabelecimentos úteis de Petrópolis*, de 1879.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

1. Nesta aula enfatizamos o Museu Imperial como atrativo-símbolo de Petrópolis. Dentre os demais atrativos histórico-culturais da cidade, escolha o que mais atrai a sua curiosidade e redija um pequeno texto contendo: história desse patrimônio, aspectos relacionados à gestão e à visitação turística (público estimado, horário de funcionamento, principais atrações etc).

Comentário

Nesta atividade você irá realizar um levantamento dos atrativos histórico-culturais da Cidade Imperial (que não são poucos!) e escolher aquele que mais lhe chama a atenção, seja por afinidade, seja por facilidade de fontes disponíveis. O importante é estabelecer uma correta relação entre a história do atrativo e o turismo. Se escolher a Catedral de S. Pedro de Alcântara, por exemplo, não deixe de considerar o seu estilo arquitetônico, o que há para ser visto em seu interior, por que a catedral é dedicada a esse santo, qual a relação entre a família imperial e a catedral, qual o público estimado e outras informações disponíveis sobre o turismo no local. Uma dica é pesquisar no site da Fundação de Cultura e Turismo de Petrópolis: <http://fctp.petropolis.rj.gov.br>

Resumo

O longo governo de D. Pedro II foi bastante movimentado, promovendo grande desenvolvimento técnico, científico e cultural no país. Meio século decorreu entre o auge e a decadência da nobreza fundiária fluminense e do próprio regime monárquico por ela sustentado. Muitos movimentos revoltosos ocorreram nesse período, colocando em xeque a existência da monarquia no Brasil. Somado a esses movimentos, acrescenta-se o desgaste físico e político da própria figura do imperador, que costumava realizar longas viagens pelo mundo, deixando o trono a cargo de sua filha.

Derrubado por um golpe militar, o Império chegava ao fim, mas não a fantasia e o *glamour* que vivem no imaginário coletivo. Os atrativos turísticos decorrentes do período da corte imperial são muito procurados no Rio de Janeiro, com destaque para a Ilha Fiscal, palco do Último Baile do Império, e para a cidade de Petrópolis, onde o carro-chefe do turismo é o Museu Imperial, que possui interessantes projetos culturais e pedagógicos, além de matar a sede daqueles visitantes que chegam à procura do luxo e da extravagância da vida na corte.

19

Por entre fazendas e quilombos: um passeio pela história imperial

Meta da aula

Relacionar a história do II Império com a prática turística contemporânea nas fazendas de café imperiais e nos quilombos.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- 1 reconhecer a importância da história do Vale do Paraíba Fluminense e do turismo para o desenvolvimento da região;
- 2 conhecer e avaliar as formas de uso turístico das fazendas de café imperiais e dos quilombos.

Introdução

As visitas às fazendas de café remanescentes do período imperial estão cada vez mais populares. O *trade* turístico se organiza, criando pacotes, organizando eventos, novos roteiros e promovendo a região que foi o carro-chefe da produção da maior riqueza do Brasil durante o Império. O imenso Vale do Paraíba, dos morros meia-laranja e de clima ameno, foi o palco escolhido para a produção cafeeira, para o estabelecimento dos ricos latifundiários, transformados em nobres, a maioria “barões do café”, donos de imensas fortunas, avaliadas tanto pelas suas imponentes moradias e objetos pessoais quanto pelo número de escravos que possuíam.

A escravidão continuou sendo a força motriz do Brasil independente. Mas que independência, se o país insistia em ser o único das Américas a explorar os corpos e as almas dos negros? Foi à custa do trabalho escravo que esses barões fizeram riqueza, exportando café para várias partes do mundo e sustentando política e economicamente a Corte imperial.

Com a ruína da cafeicultura no Vale do Paraíba fluminense, a abolição da escravatura, a falência dos barões e a instauração da República, todos vistos de forma conjunta, qual foi o destino do patrimônio remanescente do período imperial? Uma das alternativas que vem apresentando grande êxito para dinamizar a região (daremos mais ênfase nesta aula à porção fluminense do vale) é o turismo rural ou, se você preferir, o turismo histórico nas fazendas de café. Discutiremos as estratégias utilizadas pelos proprietários das fazendas para atrair os turistas; algumas polêmicas referentes aos “exageros” cometidos; a escravidão como atrativo turístico, entre outras questões.

E, por falar em escravidão, esticaremos nossa viagem até os quilombos, agora redimensionados nesses tempos pós-modernos, que se abrem ao turismo e apresentam um outro lado da cultura negra que não se resume à memória dos grillhões e do sofrimento nas senzalas.

Bom passeio!

O “ciclo do café”, a escravidão e o turismo contemporâneo

O processo de independência do Brasil e a instauração do Império não puseram fim a uma das maiores chagas da nossa história, que durou mais de 300 anos: a escravidão. Ao contrário, o braço escravo continuou a sustentar a estrutura da sociedade brasileira durante todo o período do Império. Para você ter uma idéia, o Rio de Janeiro foi o maior porto de entrada de escravos do Brasil. Só no século XIX estima-se que metade dos dois milhões de cativos que entraram no país desembarcou na cidade. Além do trabalho nas lavouras, nas casas, no comércio e nas minas, outra atividade extremamente relevante, como já estudamos anteriormente, era o próprio comércio de escravos, o negócio mais lucrativo do Brasil escravista.

Vários foram os movimentos antiescravistas no Brasil, especialmente nos centros urbanos, ao mesmo tempo em que cresciam as críticas internacionais. A Inglaterra era a principal interessada no fim do trabalho escravo no Brasil, pois tinha o interesse em ampliar a faixa de consumidores para absorverem a sua imensa produção industrial, ao que o governo reagia com o famoso “jeitinho brasileiro”, adotando medidas paliativas que só faziam adiar a abolição. Desde 1807 os ingleses pressionavam o Brasil a abolir a escravidão. Os brasileiros conseguiram postergá-la por mais 80 anos com as famosas leis “para inglês ver”, tais como:

- Lei Eusébio de Queirós – abolia o tráfico negreiro, em 1850.

Os escravos passaram a ser produzidos em cativeiro, isto é, nas próprias fazendas brasileiras e intensificou-se o comércio interno de escravos;

- Lei do Ventre Livre – 1871.

Faça as contas: segundo a lei, quem nascesse a partir daquela data, quando completasse 21 anos estaria livre. Esta não era uma forma de garantir o trabalho escravo por mais alguns anos, adiando a abolição?!

- Lei Saraiva-Cotegipe, conhecida como Lei dos Sexagenários, de 1885, concedia a liberdade àqueles que atingissem os 65 anos de idade.

Quantos tinham tanta longevidade, sabendo-se que a expectativa de vida do escravo era baixíssima, principalmente daqueles que trabalhavam nas minas ou nas lavouras?

- Lei Áurea – 1888.

Como já é bastante discutido pela historiografia crítica, a Lei representou a culminância do processo de desgaste da escravidão, deixando-se de lado a versão que ressalta a coragem e o heroísmo da princesa Isabel, chamada pela historiografia oficial de “A Redentora”. Feita para dar uma aura de simpatia à monarquia, acabou tirando-lhe seu último apoio, que eram os barões do café decadentes do Vale do Paraíba e os senhores de engenho nordestinos.

Observemos que o Brasil foi o último país a abolir a escravidão nas Américas e isso só ocorreu graças a uma forte campanha de opinião pública e porque não se justificava mais do ponto de vista econômico, pois o café do Oeste paulista e outros setores dinâmicos da economia já difundiam o trabalho assalariado.

Notemos ainda que nenhum plano foi feito para absorver a mão-de-obra recém-liberta, pois, de um lado, os fazendeiros do Centro-Sul preferiam importar mão-de-obra européia, partindo do princípio de que ela seria necessariamente mais apta, e, de outro, a Lei de Terras, criada em 1850, exigia que a terra, para ser legalizada, fosse adquirida com dinheiro – tudo que os recém-libertados não tinham. (Para aprofundar essa discussão, recomendamos a leitura do interessante livro da professora Hebe Maria de Mattos, do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense: *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.)

Que futuro o país reservava para os ex-escravos e seus descendentes? Essa enorme dívida social vem sendo cobrada pelos movimentos organizados na atualidade, que propõem, entre outras, as polêmicas medidas reparadoras, com destaque para as cotas para negros, agora chamados afro-descendentes.

Turismo nas fazendas históricas de café

O Vale do Paraíba abrange cerca de 150 municípios, entre os estados de São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro. É assim denominado porque as cidades que compõem a região formam a bacia hidrográfica do Rio Paraíba do Sul (que possui 1.120 km de extensão, desaguardo no Norte fluminense). Neste último, 37 cidades são cortadas pelo Paraíba do Sul, que é de imensa importância para os fluminenses. No lado paulista, destacam-se as cidades de São José dos Campos, Taubaté, Campos do Jordão, Lorena e Guaratinguetá. Na porção mineira, compreende os municípios que fazem parte da Zona da Mata, com destaque para Juiz de Fora.

A região turística denominada *Vale do Café*, conforme o *Programa de Regionalização do Turismo do Estado do Rio de Janeiro*, compreende os seguintes municípios: Barra do Piraí, Barra Mansa, Engenheiro Paulo de Frontin, Mendes, Miguel Pereira, Paracambi, Paraíba do Sul, Paty do Alferes, Pinheiral, Piraí, Rio das Flores, Valença, Vassouras e Volta Redonda. Essa abrangência menor é estratégica, pois as demais cidades que compõem o Vale do Paraíba Fluminense e também se dedicavam à produção cafeeira, como Petrópolis, Itatiaia e Itaperuna, por exemplo, estão classificadas em outras regiões turísticas: *Serra Verde Imperial*, *Agulhas Negras* e *Noroeste das Águas*, respectivamente.

O *Vale do Café* localiza-se no centro-sul do estado, fazendo divisa com Minas Gerais. É emoldurado pela Serra do Mar e os planaltos da Mantiqueira, repleta de vales, rios e cachoeiras. A região tem uma grande beleza cênica e um clima bastante agradável, ideal para a produção de café nos idos do século XIX e, mais recentemente, para a prática do turismo.

Com a decadência da cafeicultura no Vale do Paraíba, muitas fazendas ficaram abandonadas, e a economia da região, estagnada. Uma saída interessante foi o turismo histórico-cultural nessas imensas propriedades. Essa atividade também se inscreve no segmento do turismo rural, como preferem muitos autores e empresários do setor. Descendentes dos antigos proprietários ou dos novos donos das fazendas que foram vendidas preocupam-se em preservar o seu patrimônio de olho nesse novo filão. Algumas estão em ruínas; outras, impressionam pelo seu excelente estado de conservação.

Boa parte das fazendas históricas de café que se voltaram para a atividade turística abre as suas portas para os visitantes conhecerem a propriedade, as dependências da casa grande e da senzala e oferecem um lanche ou mesmo pensão completa. Outras se transformaram em hotéis-fazenda, com uma estrutura mais complexa de serviços, ou, na linguagem empresarial do turismo, “agregando novos valores ao produto fazendas históricas de café”. Veja o caso do Hotel Fazenda Arvoredo, antiga Fazenda Santa Maria – oferece diversas atividades lúdicas relacionadas ao turismo de aventura –, que recebe os hóspedes com funcionários caracterizados como personagens do século XIX e com saraus históricos (<http://www.hotelarvoredo.com.br/historia.html>).

A tradição em hospedagem das fazendas de café do Vale do Paraíba remonta ao período em que a região esteve em seu auge. Serviam de pouso para os ilustres viajantes no século XIX. Muitas dessas fazendas, hoje abertas à visita turística, orgulham-se em contar episódios e exibir objetos contemporâneos ao imperador D. Pedro II e outras personalidades célebres do Império e da República. Este é o caso, por exemplo, do Hotel Fazenda Villa-Forte, em Itatiaia, que desde 1918 funciona como hotel (http://www.villa-forte.com.br/historico_marilia2.htm).

A Fazenda Taquara, de 1800, localiza-se no município de Barra do Piraí e pertence à mesma família, que está na quinta geração. É a única que ainda produz café na região do vale fluminense.

No inverno, o visitante tem a oportunidade de conhecer todo o processo de produção artesanal, da colheita ao beneficiamento. A sede e o mobiliário remanescentes do período áureo da cafeicultura no vale são cuidadosamente conservados. São servidos lanche e almoço com os produtos cultivados no local, que também são vendidos no porão da fazenda (<http://veja.abril.com.br/vejarj/010605/valenca.html>).

Em Vassouras, a vedete é a Fazenda do Secretário. Seus proprietários assim a definem:

A Fazenda do Secretário é o melhor exemplo de solar rural cafeeiro em estilo neoclássico existente no Brasil. Localizada no Município de Vassouras, RJ, a propriedade chegou a possuir 500 mil pés de café e 366 escravos.

Restaurado e mobiliado ao estilo da época, o solar foi construído em meados do século XIX (1830) por Laureano Correa e Castro, o Barão de Campo Belo. O Barão foi Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional de Vassouras e Iguaçu, Cavaleiro da Ordem de Cristo e Comendador da Ordem da Rosa. O título de Barão lhe foi agraciado em 1854, pelo Imperador Dom Pedro II.

A fazenda do Secretário possui vários aposentos, uma escadaria importada da Europa, em madeira de lei; salão de baile; escritórios; biblioteca; sala de jantar e banquete; capela e pinturas do catalão José Maria Villaronga, conhecido por suas obras em estilo *trompe d'oeil*, uma das características da decoração interior das fazendas do Vale do Paraíba.

Os jardins, com sua extraordinária beleza e dimensão, possuem estátuas em ferro fundido da famosa fundição Barbezat & Co., localizada no Vale d'Osne.

A Fazenda do Secretário foi retratada por Vitor Frond, renomado pintor, e já serviu de cenário para várias produções da TV Globo, como as minisséries *Os Maias* e *O quinto dos infernos*.

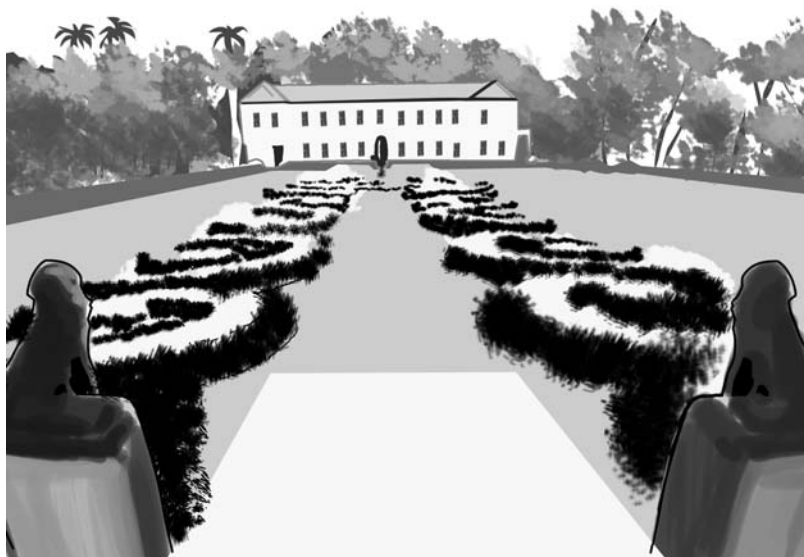


Figura 19. 1: A Fazenda do Secretário é uma das mais imponentes e mais visitadas do Vale do Café.



Exemplo de roteiro turístico operado na região do Médio Paraíba Fluminense

Rio das Flores e Barra do Pirai

1º dia

Sua chegada será bem-vinda em Barra do Pirai; são quase 680 leitos a sua espera entre pousadas e hotéis-fazendas aconchegantes.

2º dia

Pela manhã, visite Rio das Flores, que fica a 51 km de Barra do Pirai. Visite as Cachoeiras do Amor, Chuveirinho, São Leandro, Cachoeira do Mirante e também fazendas históricas abertas à visitação. Também não deixe de conhecer o alambique, a Estação Ferroviária Expresso das Artes (artesanato), o Mirante Boa Vista, o pesque-e-pague, o centro de recreação, a trilha do Bananal (só com guias), um trecho da Estrada Real, a cooperativa de doces e o artesanato local.

O almoço poderá ser feito em uma das fazendas ou no centro de Rio das Flores.

Pernoite em Barra do Pirai.

À noite, sugere-se o sarau apresentado em uma das fazendas históricas.

(REVISTA BELLATOUR, 2003).

E então? Gostou do roteiro? Reparou que o primeiro dia é livre? Ele é destinado ao *check in* e ao descanso dos visitantes, o que é de praxe na maioria dos roteiros turísticos em todo o mundo (no máximo, oferece-se um *city tour*, para reconhecimento do destino turístico). Você tem disposição para percorrer todos os atrativos naturais e culturais sugeridos no 2º dia?

A integração das fazendas num circuito, um deles batizado de *The Coffee Break Tour*, e a combinação entre os principais destinos turísticos de interesse histórico no estado do Rio de Janeiro – Petrópolis, Paraty e Vale do Café – são exemplos da tendência que vem crescendo entre as agências e operadoras de turismo, procurando aumentar o tempo de permanência e os gastos do turista no Rio de Janeiro.

O Conciclo, Conselho de Turismo da Região do Vale do Ciclo do Café (<http://www.valedocafe.com.br/conciclo.htm>) e o Instituto Preservale (www.preservale.com.br) são dois dos principais responsáveis por articular os proprietários das fazendas, mobilizando-os em torno da causa do turismo sustentável e do desenvolvimento regional. Além disso, as fazendas da região fazem parte do *Programa Fazendas do Brasil*, juntamente com propriedades rurais dos estados do Ceará e de Minas Gerais. O *Programa Fazendas do Brasil* está associado aos projetos *Solares de Portugal* e *Europa das Tradições*, formando uma grande rede de turismo rural dos dois lados do Atlântico. Essa parceria favoreceu o turismo de luxo, com um público europeu de alto poder aquisitivo hospedando-se nas fazendas fluminenses integrantes do projeto.

Uma outra idéia que vem impulsionando o turismo nas fazendas históricas do Vale do Paraíba é um diversificado calendário de eventos associado às visitas às fazendas. Destaca-se o festival *Café, Cachaça e Chorinho*, realizado no mês de abril, que

integra os diversos municípios da região, com música, festival gastronômico e outras atrações, aumentando consideravelmente o fluxo turístico no período.



Acesse <http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/> e conheça o interessante projeto Inventário das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Você vai se surpreender com a riqueza de informações sobre as fazendas, história, estado de conservação, reformas e possíveis modificações sofridas na construção original, um levantamento detalhado de fontes iconográficas e textuais, diversos artigos científicos sobre o tema e fotos magníficas, sejam as do século XIX, sejam as atuais.

Selecionamos, como exemplos, os casos da deslumbrante Fazenda Boa Vista, localizada no município de Paraíba do Sul, mas que não pode ser visitada, e o caso da Fazenda Bananal, que tem no turismo uma de suas principais fontes de renda.

Fazenda Boa Vista

http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/05/10_boa-vista.pdf.

Fazenda Bananal

http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/sistema/wp-content/uploads/2008/05/23_faz-bananal.pdf



Atividade

Atende aos Objetivos 1 e 2

1. Considere os três fragmentos a seguir:

a. (...) Não castigar os excessos que eles [os escravos] cometem seria culpa não leve, porém estes [senhores] hão de averiguar antes, para não castigar inocentes, e se hão de ouvir os delatados e, convencidos, castigar-se-ão com açoites moderados ou com os meterem em uma corrente de ferro por algum tempo ou tronco. Castigar com ímpeto, com âni-

mo vingativo, por mão própria e com instrumentos terríveis e chegar talvez aos pobres com fogo ou lacre ardente, ou marcá-los na cara, não seria para se sofrer entre os bárbaros, muito menos entre os cristãos católicos (ANTONIL, André João, Padre. *Cultura e opulência do Brasil*, 1711).

b. (...) Um grande passeio, uma grande aula. Tudo muito bonito, muito lindo. Bonito saber da História; bonita é essa viagem ao que foi o Brasil nessa época... você sentir de perto o racismo, você sentir de perto a escravidão, que é uma coisa muito distante das pessoas. Isso tem que preservar. Isso tem que mostrar, fazer livros, catálogos, o que for possível. Levar turistas para lá. Um circuito de visitantes, ônibus e ônibus e ônibus levando a essas fazendas e que forneçam, que dêem dinheiro, almocem, jantem, comprem artigos, sei lá... um pé de café, para levar para casa, quem sabe... (CAYMMI, 2004).

c. (...) No município de Vassouras, a recepção na Fazenda Cachoeira Grande confunde ainda mais os visitantes: lá, apenas os empregados estão vestidos como personagens. Os proprietários recebem os turistas com linguajar e trajes contemporâneos, mas apresentam os “escravos” como se estivessem nos idos de 1800.

(...) o professor da UFRJ, Manolo Florentino, critica: “O problema é que a encenação transmite ao turista uma visão parcial do período escravocrata. Não existiu apenas a submissão, isto tudo fez parte de um processo. E os revoltosos? Os zumbis? A venda de uma história nacional passiva é, senão curiosa, preocupante” (FILGUEIRAS, 2008).

Articule as idéias dos três fragmentos num texto, relacionando turismo nas fazendas de café fluminenses, escravidão, ética e desenvolvimento econômico regional.

Polêmicas em torno da escravidão como atrativo turístico

Se o Museu Imperial de Petrópolis silencia sobre a escravidão e faz ressaltar a memória da Família Imperial brasileira, como vimos na Aula 19, o mesmo não acontece nas fazendas históricas de café, que abriram as suas portas para mostrar ao turista, cada uma à sua maneira, um capítulo importante da história brasileira, em que foram protagonistas.

Tem de tudo para agradar o visitante: desde cafés coloniais e saraus onde todos se vestem com roupas “de época”, para utilizar o linguajar da teledramaturgia, até o apelo para o misticismo, com histórias de gritos e sons de correntes, e até de fantasmas de escravos que aparecem nas fotografias dos turistas!

Uma questão bastante polêmica em relação ao uso turístico das fazendas de café fluminenses é a adoção de dramatizações reproduzindo a vida cotidiana no período áureo da cafeicultura. Algumas fazendas foram bastante criticadas por utilizarem pessoas da comunidade para recepcionarem os turistas fazendo o papel de escravas, sendo “maltratadas” pela proprietária branca da fazenda que, aos gritos, dava ordens aos escravos para servirem os turistas. Alguns visitantes acharam a idéia bastante realista, “experimentando” os horrores do período, enquanto outros sentiam repugnância e alguns não sabiam discernir se era encenação ou realidade.

Questionado sobre essas práticas como diferencial competitivo no turismo, o historiador Manolo Florentino, da UFRJ, um dos maiores especialistas nos estudos sobre escravidão no Brasil, considerou preocupante não a dramatização em si, mas a maneira como o escravo é apresentado aos turistas, destacando-se sempre a passividade dos negros. Nas suas palavras:

O problema é que a encenação transmite ao turista uma visão parcial do período escravocrata. Não existiu apenas a submissão, isto tudo fez parte de um processo. E os revoltosos? Os zumbis? A venda de uma história nacional passiva é, senão curiosa, preocupante (FILGUEIRAS, 2008).

Em resumo, na maioria dos atrativos turísticos em questão, não há lugar para o negro enquanto sujeito protagonista da história. A memória que se cultiva do período escravocrata e é reproduzida nas encenações/museus/ espetáculos para os turistas ainda é bastante romântica e conservadora, repleta de embonecadas sinhazinhas e austeros barões, de dominantes e dominados, onde o negro é reduzido a coisa.



Assista, no YouTube, o *site* de compartilhamento da internet, ao belíssimo vídeo *Feiticeiro negro*, que aborda a temática do preconceito contra a religiosidade afro-brasileira.

<http://br.youtube.com/watch?v=TPwuTd5069I>

Na cidade de Redenção, no Ceará, a memória da escravidão é preservada e apresentada aos turistas pela exibição de instrumentos de tortura aos escravos, como um repugnante aparelho para extrair dentes e arrancar os seios das escravas bonitas, a mando das enciumadas sinhás, conforme a matéria do jornal *O Globo*:

“É muito forte ver isso”, diz alemão após visitar a senzala (KOTSCHO; MELLO, 2006, p. 17).

Redenção (CE). Um grupo de 28 turistas poloneses fica chocado com o que vê no Museu Senzala Negro Liberto instalado há três anos no antigo Engenho Livramento, que fabrica a cachaça Douradinha, desde 1873, então ainda pelos 50 escravos da fazenda, agora exportada para a Europa.

“É muito forte para mim ver isso”, comenta em alemão o empresário polonês Gorczynski Bogdan ao sair da senzala construída no século 18 sob a casa-grande da fazenda pelo senhor de engenho Semeão Telles de Menezes Jurumenha. Deve ter sentido a mesma coisa que eu ao visitar os escombros de um campo de concentração em Varsóvia durante a cobertura de uma visita do então presidente norte-americano Jimmy Carter à Polônia em 1977.

Tomada por nuvens de morcegos, a senzala foi preservada pela família do atual proprietário, Hipólito Rodrigues de Paula Filho, e quase todo dia recebe excursões de turistas, a maioria europeus. Paga-se R\$ 2 pela visita de uma hora, conduzida por um dos cinco guias do museu.

Paulo Henrique Silva Soares, de 18 anos, é o mais jovem. Filho e neto de lavradores que trabalharam no canavial do engenho, aprendeu sozinho, ouvindo histórias dos mais velhos. Com a ajuda de Elisabeth Bernardelli, paulistana que há quatro anos acompanha, a serviço da agência Heliance, excursões de turistas estrangeiros e serve de intérprete, o guia vai explicando aos poloneses como funcionava a fabricação da cachaça.

Museu guarda peças de tortura

(...) No Memorial da Liberdade, estão expostos documentos da compra e venda de escravos, e a cópia da carta que declarou livres todos eles, ao lado de instrumentos de tortura como o viramundo, algemas de ferro que prendiam mãos e pés. Tem até um aparelho utilizado para extrair dentes e seios das escravas mais bonitas – por ordem das sinhas que sentiam ciúmes de seus maridos e filhos. Segundo ele, só tem uma peça igual a esta no Museu de Medicina da Universidade de Harvard, nos Estados Unidos.

Sem janelas, com pé-direito baixo, que diminui à medida que se caminha para os fundos, até chegar a 80 centímetros, o cenário da senzala é assustador. “Como conseguia alguém sobreviver ali?”, perguntam os turistas ao guia, enquanto tentam espantar os morcegos. (...)



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. No Brasil, as visitas às senzalas, às fazendas do período da escravidão que expõem objetos de tortura e aos museus que guardam a memória da violência sofrida pelos cativos vêm sendo exploradas turisticamente. No exterior, os museus do Holocausto de Jerusalém (Israel) e de Washington (EUA), o Memorial do Holocausto, em Berlim (Alemanha), e as salas de tortura dos castelos medievais são bastante concorridos. Alguns críticos consideram que tais “atrativos turísticos” são mero interesse capitalista na exploração comercial da memória da violência, classificando-os como “parque de horrores” para o entretenimento do turista disposto a pagar para ver a tragédia sofrida pelos outros bem distantes deles – no tempo e no espaço. Outros consideram que a visita a esses centros de memória das tragédias humanas é importante para provocar a reflexão crítica do visitante e o sentimento de repulsa à violência, para que nunca mais aquilo se repita.

E você? De que lado está? O que pensa sobre a exibição de objetos de tortura sofrida pelos escravos no Brasil para a visita turística?

Comentário

Apresentamos uma polêmica bastante interessante que envolve a relação turismo, moral e ética. Buscamos provocar a sua reflexão sobre o tema da transformação da memória de fatos históricos violentos em atrativos turísticos. Não existe uma única direção como resposta. O importante é que você conheça as diferentes correntes de opinião e se posicione a respeito.

Comunidades quilombolas no Rio de Janeiro e o turismo

Se por um lado algumas fazendas fluminenses são criticadas por exaltarem somente o lado da opressão e submissão do cativo, de outro, as comunidades remanescentes dos quilombos, tanto no Rio de Janeiro como em outros estados, abrem as suas portas aos turistas, apresentando-lhes uma outra face da história do negro brasileiro.

Calcula-se que no Brasil existam mais de 1.000 comunidades quilombolas. No estado do Rio de Janeiro, há notícia de pelo menos 15 comunidades, localizadas nos seguintes municípios: Búzios, Cabo Frio, São Pedro da Aldeia, Rio de Janeiro, Mangaratiba, Angra dos Reis, Paraty, Quissamã, Vassouras, Valença, Quatis e Rio Claro. Essas comunidades estão organizadas por meio da Associação das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Estado do Rio de Janeiro (Acquilerj). Muitas ainda lutam pela titulação de suas terras, uma questão bastante polêmica no país, como é o caso da comunidade da Marambaia, localizada na Ilha da Marambaia, na cidade do Rio de Janeiro, que enfrenta sérios problemas com a Marinha do Brasil.

A Constituição Federal de 1988 assegura, em seu artigo 68 do Ato de Disposições Constitucionais Transitórias, o direito à propriedade definitiva aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras, cabendo ao Estado a emissão dos títulos de propriedade. Além disso, o decreto presidencial nº 4.887/2003 garante às populações indígenas e tribais o direito de autodeterminação, isto é, o único critério para que as comunidades sejam consideradas quilombolas é a sua própria autodefinição. Os movimentos sociais de hoje reinterpretem o artigo constitucional e o decreto presidencial e consideram quilombos territórios de resistência cultural.

Entretanto, isso não significa dizer que as comunidades quilombolas estejam isoladas no tempo e no espaço e mantenham as mesmas características do período escravista, que se-

riam artificialmente classificadas como “identidade”. Ao contrário, o quilombo acompanha a dinâmica da sociedade. Seus habitantes organizam-se em movimentos sociais e procuram reivindicar os direitos e divulgar a sua cultura e a sua história.



Visite o *site* do Observatório Quilombola, disponível em: www.koinonia.org.br/oq e conheça um pouco mais da história e das demandas sociais das comunidades remanescentes de quilombos.

O chamado “turismo étnico” é uma das formas de aproximação e divulgação da cultura e dos interesses das comunidades quilombolas com o restante do conjunto da sociedade. A transformação dos quilombos em produtos turísticos, com todo o aparato necessário para a realização do turismo receptivo (qualificação da mão-de-obra, parcerias, criação de um calendário de eventos, capacitação dos grupos culturais para apresentação de espetáculos para os turistas e outras providências) tem sido alvo de críticas, pois argumenta-se que a cultura local está sendo “descaracterizada” e criada uma outra forma artificial de se apresentar a comunidade ao turista.

Essa discussão autêntico/tradicional x artificial/moderno é uma das mais interessantes no campo da cultura. Considerando-se que as culturas são móveis, é difícil extrair uma “identidade”, uma essência verdadeira, original, na cultura de qualquer grupo. Assim, a melhor forma de lidar com o dilema – seria a preparação das comunidades quilombolas para o turismo uma forma de maquiagem a cultura local para agradar aos interesses da indústria turística? – é entender que se trata de uma representação cultural, uma versão de uma determinada memória dos quilombos que se pretende valorizar e apresentar aos visitantes, que resulta, em última instância, em trabalho e renda para a comunidade, sem esquecer das trocas culturais entre comunidade receptora e

turistas. Nem certa, nem errada, nem verdadeira/autêntica, nem falsa/artificial. Seria ingênuo acreditar que o que se apresenta para o turista ver é fielmente o que se passa na vida privada dos moradores dos quilombos, muito menos uma continuidade exata de tudo o que ocorria nos primórdios dessas comunidades.

Selecionamos, como estudo de caso para esta aula, duas comunidades quilombolas fluminenses, uma em Valença e outra em Quissamã, que abriram as suas portas para o turismo.

O quilombo da Machadinha

No quilombo da Machadinha, localizado na cidade de Quissamã, no Norte fluminense, vivem cerca de 300 pessoas. A comunidade vem recebendo turistas em suas casas, que conhecem um pouco da história do local, saboreiam vários pratos que eram preparados nos tempos da escravidão, assistem às apresentações de jongo e do fado, heranças culturais dos antepassados.

O poder público local, visando à estruturação da comunidade para o turismo, criou diversas parcerias (Sebrae, Senac e outras) para qualificar a mão-de-obra, formando guias da própria comunidade, garçons, cozinheiros, artesãos e outros profissionais. Foi criado o projeto Raízes do Sabor, pelo qual foram realizadas pesquisas nas fontes documentais para que fossem “resgatadas” as receitas da culinária do período da escravidão. Os dançadores do fado e do jongo (reconhecido desde 2005 como patrimônio cultural do Brasil, pelo IPHAN) foram capacitados para realizarem apresentações para os turistas.

Também foi construída a Casa de Artes de Machadinha, com características arquitetônicas muito semelhantes às senzalas do século XIX. O local, inaugurado em 2008, funciona como um centro de memória da cultura negra destinado a receber os visitantes com toda a infra-estrutura turística. Além disso, foram restauradas as senzalas que servem de habitações para as pessoas da comunidade, a capela de Nossa Senhora do Patrocínio e o armazém. Todo esse conjunto integra o que foi batizado de Complexo Cultural da Fazenda Machadinha.

O quilombo São José

O quilombo São José da Serra, localizado na Serra da Beleza, no município de Valença, é considerado o mais antigo do estado do Rio de Janeiro. Ainda conserva suas habitações rústicas, com casas de barro e telhado de palha; utiliza-se o ferro a carvão, o candeeiro e o fogão a lenha. Estima-se que existam cerca de 200 moradores de 24 famílias na comunidade, que conservam o jongo, a umbanda, o calango, o terço de São Gonçalo, as rezas e benzeduras, o artesanato e a agricultura familiar entre as suas práticas culturais.

Os artesãos da comunidade receberam qualificação para a produção do artesanato para o turismo. Suas bonecas de palha, além do mel, do CD-livro *Jongo do Quilombo São José*, produzido pelos quilombolas em parceria com o Sesc, e outros produtos foram exibidos na Feira da ABAV, a Associação Brasileira das Agências de Viagens, no estande do Ministério do Turismo. “Só o turismo para viabilizar meu trabalho, pois são os turistas que compram meus produtos. Essa iniciativa é muito importante para mim”, avalia Luciano Estevão do Nascimento, morador do quilombo São José, em entrevista ao jornal *Informe Sergipe*, em outubro de 2005.



Veja belíssimas fotos do quilombo São José da Serra
em: <http://quilombosaojosedaserra.blogspot.com/>

Para o aprofundamento do tema, sugerimos o estudo “Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio: manifestações culturais, turismo e desenvolvimento local”, de Anelize Martins de Oliveira e Marcelo Marinho, publicado no *Caderno Virtual de Turismo*, nº 5, 2005, do Instituto Virtual de Turismo: www.ivt-rj.net.



Visite o *site* http://www.sebraerj.com.br/custom/pdf/cam/cafe/01_Introducao.pdf e observe a importância da relação história e turismo no Rio de Janeiro, através da profunda pesquisa sobre os caminhos dos produtos fundamentais para a história econômica brasileira. Para acessar os outros caminhos, substitua a palavra *cafe* do *link* pelo caminho desejado (ouro, sal ou acucar).

Resumo

O turismo histórico nas fazendas de café do Vale do Paraíba, em especial na sua porção fluminense, ao qual procuramos dar destaque, revela-se uma alternativa econômica bastante importante para a região. Para aumentar a atratividade turística, os proprietários das fazendas lançaram mão de dramatizações e saraus culturais, esbarrando, alguns deles, em questões delicadas para a sociedade brasileira atual, como a relação de submissão senhor/escravo sem, contudo, apresentarem o lado da resistência dos negros à violência do cativo.

As visitas aos quilombos fluminenses, como o de São José e o da Machadinha, atraem cada vez mais os turistas, interessados em conhecer as formas de vida nessas comunidades. Os quilombos devem ser percebidos como espaços dinâmicos, onde novos elementos se mesclam aos traços tradicionais, não estando seus habitantes, portanto, congelados no tempo e no espaço, mas interessados em interagir com os visitantes, estabelecendo aí trocas culturais e encontrando uma nova forma de obter trabalho e renda.

20

Da proclamação da República aos "Anos Loucos"

Meta da aula

Apresentar as principais características do período entre 1889 e 1930, relacionando-as à atividade turística.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- 1 avaliar a realidade brasileira nos primeiros anos da República, reconhecendo as mudanças e permanências em relação ao regime anterior;
- 2 destacar a relevância das transformações ocorridas no período e sua relação com a estruturação do turismo no país, em especial na cidade do Rio de Janeiro;
- 3 relacionar o legado histórico-cultural da Primeira República ao turismo.

Introdução

O período compreendido entre o final do Império no Brasil e a chegada de Vargas ao poder, em 1930, é marcado pela manutenção de antigas práticas que garantem os privilégios e a concentração de renda e poder nas mãos das oligarquias rurais. Ao mesmo tempo, profundas transformações políticas, sociais e culturais estão em curso em todo o mundo, principalmente nas novas cidades, inaugurando a modernidade e favorecendo o desenvolvimento da atividade turística. Este período é muito importante para o entendimento da história do turismo no Brasil e é ponto central de nossa aula.

Bons estudos!

A proclamação e os primeiros anos da República

A monarquia brasileira mostrava-se antiquada ao final do século XIX. A partir de 1870 teve início o progressivo declínio do Segundo Reinado. Esse declínio se relaciona com as transformações econômicas e sociais ligadas à ascensão da economia cafeeira após a metade do século XIX. O surto industrial, com o desenvolvimento das ferrovias, criou novos interesses aos quais o Império centralizado não conseguia satisfazer. Paralelamente, os cafeicultores de São Paulo queriam a descentralização do poder para controlar e desenvolver a região cafeeira do Oeste Paulista. No espaço urbano, diversos grupos sociais reivindicavam participação política e alinhavam-se aos republicanos. A permanência da família imperial no poder, portanto, estava insustentável.

A proclamação da República, ocorrida a 15 de novembro de 1889, onde hoje se localiza o Campo de Santana, no Rio de Janeiro, teve o apoio decisivo dos militares, comandados pelo marechal Deodoro da Fonseca. Conforme a carta do jornalista Aristides Lobo, publicada em 18 de novembro daquele ano no *Diário Popular*, “o povo assistiu àquilo bestializado, atônito, sur-

preso, sem conhecer o que significava. Muitos acreditaram seriamente estar vendo uma parada.” O texto inspirou o belo livro do conceituado historiador José Murilo de Carvalho, da UFRJ, que destaca que o movimento da proclamação da República não teve participação popular.

O papel cumprido pelo Exército na proclamação da República assegurou aos militares a chefia do novo governo entre 1889 e 1894, período que ficou conhecido como República da Espada. Foram anos conturbados, marcados pelo autoritarismo dos governantes, pela repressão armada contra os grupos opositores, os críticos do regime e os movimentos de caráter messiânico, que foram acusados de monarquistas.

Foi promulgada em 1891 a primeira Constituição do Brasil republicano, inspirada no modelo norte-americano, destacando-se os seguintes princípios: o Poder Executivo seria exercido pelo presidente da República, eleito para um mandato de quatro anos; federalismo (autonomia política para os estados, que deixaram de se chamar províncias); instituição do sufrágio direto e universal (que, apesar do nome, garantia somente aos homens maiores de 21 anos e alfabetizados o direito de votar (mulheres, mendigos, religiosos de ordem monástica e praças estavam excluídos), separação entre Igreja e Estado; instituição do casamento civil e da liberdade de culto para todas as crenças religiosas.

O período que compreende a proclamação da República até o ano de 1930, com a Revolução (na verdade um golpe que conduziu Vargas ao poder), é conhecido como República Velha – termo pejorativo criado no Estado Novo – ou Primeira República, que teve como características principais, no plano político: a participação das oligarquias (grandes famílias proprietárias de terras) no poder, sustentadas por um poderoso esquema político, no qual, a fraude era comum nas eleições e os eleitores eram obrigados a declarar o seu voto, sob a ameaça dos violentos **coronéis**.

Os **coronéis** eram fazendeiros que controlavam a política regional e faziam “favores” para a maioria da população, conseguindo emprego, serviços de saúde, segurança aos mais necessitados em troca do voto em seus candidatos, que lhes garantiriam a verba necessária para a realização desses favores. A prática da troca de favores por voto nesse período ficou conhecida como “coronelismo”. O coronel indicava os candidatos em que os eleitores sob seu controle, isto é, seu *curral eleitoral*, deveriam votar. Esse voto imposto e controlado pelo coronel ficou conhecido como voto de cabresto. O uso da ameaça e da violência pelo coronel era uma forma de coerção muito comum.

A política dos governadores

Um compromisso semelhante ao que se estabelecia entre os coronéis e os governadores dos estados ligava estes últimos ao presidente da República.

Apoiando-se nos chefes políticos locais (os coronéis), os governadores ajudaram a eleger os deputados e senadores favoráveis ao presidente da República. O Presidente, por sua vez, retribuía esse apoio político oferecendo verbas, empregos e apoio político aos governadores. A política de troca de favores no nível estadual reproduzia-se também no nível federal.

A política café-com-leite

Nas onze eleições presidenciais diretas havidas durante a Primeira República, a aliança entre os estados de São Paulo e Minas Gerais fez nove presidentes vitoriosos, seis paulistas e três mineiros. A esse domínio do Executivo Federal por paulistas e mineiros durante a República Velha deu-se o nome de *política café-com-leite*, porque Minas também era um grande produtor de laticínios, embora os interesses dominantes nos dois estados fossem os da oligarquia cafeeira.

A economia cafeeira

No início da República, o plantio de café aumentou de forma significativa. A área cafeeira do Vale da Paraíba estava em decadência desde o final do Império, devido à devastação dos solos que provocara a queda da produtividade e a desvalorização das terras.

Muitos fazendeiros da região transferiram seus capitais para o Oeste paulista, onde as condições de relevo, clima, pluviometria e fertilidade do solo eram melhores para a produção cafeeira. A imagem que ficou do Vale do Paraíba fluminense foi a da rápida decadência, com o empobrecimento dos fazendeiros e o abandono das cidades.

Além das condições geográficas favoráveis, as técnicas de plantio e beneficiamento eram mais modernas, o que aumentava a produtividade.

Pouco antes da proclamação da República, São Paulo já era a primeira província produtora de café. O Rio de Janeiro, até então o principal produtor, entrou em decadência, sendo superado por Minas Gerais em 1896 e pelo Espírito Santo em 1928. Minas, o segundo produtor, manteve uma linha de crescimento estável e lenta.

Em 1896, houve uma safra recorde de 14 milhões de sacas, e o preço do café caiu; a queda continuou no ano seguinte. Os baixos preços do café tornavam a balança de pagamentos desfavorável, o que impossibilitava o governo de saldar as dívidas com os credores estrangeiros.

Desde 1895, a economia cafeeira começava a mostrar sinais de crise de superprodução. Enquanto a produção de café no Brasil crescia de modo desmesurado, o mercado consumidor europeu e o norte-americano não se expandiam no mesmo ritmo. Consequentemente, sendo a oferta maior que a procura, houve uma violenta queda nos preços, afetando diretamente os produtores.

Para solucionar o problema, o governo federal lançou sucessivos planos para reerguer os preços do café. A principal medida, iniciada em 1906, foi a contratação de empréstimos no exterior para comprar estoques de café que não conseguiam ser vendidos e assim forçar o aumento dos preços. Dessa maneira, a oferta ficaria regulada e o preço poderia se manter. Isso se chamou *política de valorização do café*. O Estado tornou-se um instrumento dos interesses da oligarquia cafeeira.

Movimentos de contestação social

Durante a Primeira República, vários movimentos de contestação da ordem social, ocorridos no campo e no espaço urbano, expressavam a insatisfação popular com a nova ordem consolidada pelo novo regime republicano.

Nesse mosaico de reivindicações, eclodiram movimentos dos mais diferentes tipos, tais como: a Revolta da Vacina (1904), na qual a população pobre residente nos cortiços e favelas do Rio de Janeiro se revoltou contra a maneira autoritária de o governo combater as doenças endêmicas, como a varíola; a Revolta da Chibata (1910), liderada pelo marinheiro João Cândido, em que os marinheiros dos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* revoltaram-se no Rio de Janeiro contra os castigos corporais que recebiam dos oficiais, com surras de chibata e outras atrocidades; a Revolta do Forte de Copacabana (1922), liderada por capitães e tenentes do exército, que tentou depor o presidente da República, Epitácio Pessoa, e inaugurou uma série de levantes do tenentismo, além de inúmeras manifestações do operariado urbano brasileiro, com destaque para o movimento anarquista. Foram também desse período as revoltas rurais de Canudos (no sertão da Bahia) e do Contestado (região de fronteira entre os estados de Santa Catarina e Paraná).



Almirante Negro: da prisão e censura à homenagem do Estado

Num país onde até bem pouco tempo os heróis da nação eram pessoas ligadas às elites políticas, soava estranho que um negro, líder de uma insubordinação de marinheiros de baixa patente contra os castigos corporais praticados pela Marinha brasileira, fosse lembrado pela História. Mais que isso: era inadmissível, para os governos autoritários que se estabeleceram no país, a simples menção de nomes como Antônio Cândido, o Almirante Negro, líder da Revolta da Chibata em 1910.

João Bosco e Aldir Blanc, autores da belíssima canção interpretada pela inesquecível Elis Regina, tiveram que modificar a letra de “Mestre-sala dos Mares” para agradar aos censores do regime militar.

Com o término da ditadura militar e com as transformações por que passou o conhecimento sobre a História

a partir dos anos 1970, introduzindo novas abordagens e novos sujeitos na História, inclusive as camadas populares, João Cândido, o Almirante Negro, foi alçado à condição de herói da resistência popular contra os abusos praticados pelo Estado e é citado pela maioria dos livros didáticos da disciplina. O mesmo acontece com Tiradentes, Zumbi dos Palmares, Antônio Conselheiro e outras personalidades históricas de origem popular que já foram vistas pela historiografia como vilões da pátria e hoje são motivo de orgulho nacional. Essa é uma importante reflexão para você fazer ao estudar História, buscando sempre pensar criticamente sobre os interesses e valores que estão relacionados à produção de um texto histórico e inserir o discurso historiográfico no contexto de sua época.

A importância de João Cândido para a história do país, contudo, ainda é motivo de controvérsia. Até hoje, a Marinha não reconhece o Almirante Negro como um herói. Um busto em sua memória levou seis anos para ser instalado na praça XV, próximo ao cais, palco da Revolta da Chibata. A Marinha se opôs à homenagem, e o busto ficou provisoriamente no Museu da República, no Catete. No final de 2008, o presidente Lula “concedeu anistia” a Antônio Cândido, e finalmente o busto foi instalado, mesmo a desgosto da Marinha. Em sua próxima visita ao Centro do Rio, não deixe de perceber a homenagem ao Almirante Negro.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Analise a charge a seguir, levando em conta o contexto em que a obra foi produzida.



Figura 20.1: Charge de Angelo Agostini, publicada na *Revista Illustrada* (ano 10, nº. 415, 28/7/1885).

Comentário

A atividade tem como objetivo valorizar a charge (ilustração com humor crítico) como documento histórico, enfocando o contexto da queda do Império brasileiro. O italiano radicado no Brasil, Angelo Agostini, é um dos principais artistas de sua época, documentando por meio de seu humor inteligente as cenas do cotidiano brasileiro e os acontecimentos políticos mais relevantes do Segundo Reinado. Abolicionista e republicano, levava para as páginas de sua Revista Illustrada a crítica mordaz a D. Pedro II. Procure considerar em sua análise o ano em que a charge foi produzida e o que acontecia naquele período, a forma como D. Pedro é visto pelo cartunista, o local onde se encontra e o que representam os jornais que aparecem na ilustração.



Saiba mais sobre Agostini conhecendo o magnífico projeto “O carnaval visto por Angelo Agostini”, do Centro de Pesquisa em História Social da Cultura (Cecult) da Unicamp.
Disponível em: <http://www.unicamp.br/cecult/AngeloAgostini/index.html>.

As várias faces da modernidade

O século XX se inicia com uma série de inovações possibilitadas pelo desenvolvimento técnico-científico. O jornalista Ivan Tolstói definiu de forma precisa o clima de euforia trazido pela modernidade:

O século XIX foi um período de avanços científicos prodigiosos, durante o qual campos completamente novos da ciência surgiram [...]. O desenvolvimento tecnológico também foi espetacular – talvez mais ainda do que o científico na mente do grande público. Transporte, eletrificação, indústrias químicas, controle de doenças – a lista é infinita – estavam alterando a sociedade de modo profundo e irreversível. Por volta de 1900 o poder da tecnologia estava muito além do que qualquer outro século jamais sonhara. Não havia precedente histórico para o que se passava... isso suscitou um otimismo curioso, uma fé que afirmava, com efeito, que estávamos no caminho certo – um pouco mais de esforço, um bocadinho mais de boa vontade e o nosso músculo científico-tecnológico recém-adquirido, *o poder do conhecimento*, resolveria todos os problemas e nos alçaria a mundos novos e utópicos (TOLSTÓI apud SEVCENKO, 1998, p. 514).

O historiador Nicolau Sevcenko, no mesmo texto citado anteriormente, nos brinda com uma relação de invenções técnico-científicas extraídas dos anúncios de jornais e revistas do início do século XX, que, aos olhos de hoje, beiram o cômico, mas que no período fizeram a fortuna de seus criadores: “ema-

grecedor de narizes”; “desenvolvedor de seios”; “sabonete para pessoas peludas”; a estranha “Cruz Elétrica de Volta”, espécie de “Doutorzinho” da época (aquele popular remedinho que serve para quase tudo...). Para você ter uma idéia, a tal Cruz Elétrica de Volta curava “todos os males reumáticos, nevralgias, cutâneos e subcutâneos, hemorróidas, tosse, surdez, anemia, paralisia, hipocôndria, diarreia, dor de dentes, pés frios e asma”, conforme escreve o historiador. O raio X, entretanto, é uma das mais importantes invenções do período.

Outras criações de profunda relevância para a humanidade foram os premiados inventos do brasileiro Alberto Santos Dumont. Nos céus de Paris, contornando a Torre Eiffel, Santos Dumont encantava o mundo desafiando a gravidade e provando que o homem poderia voar em balões, dirigíveis e na sua mais notável criação: o avião. A partir daí, as distâncias foram encurtadas, aproximando as pessoas e as nações dos quatro cantos do planeta (certamente, você já deduziu que Santos Dumont deu uma grande contribuição ao turismo, não é mesmo?). Conta-se que o Pai da Aviação teve a sua vida abreviada pelo desgosto de ver a sua criação utilizada como arma de guerra.



Figura 20.2: Santos Dumont, em 1901, contorna a Torre Eiffel com seu dirigível número 6 e vence o Prêmio Deutsch, num encontro entre dois dos maiores símbolos da modernidade (autor desconhecido).

Fonte: Centro Contemporâneo de Tecnologia - CCT.

A I Guerra Mundial (1914-1918) representou o mais terrível extermínio da história da humanidade até então, deixando um saldo de aproximadamente 10 milhões de mortos, o triplo de feridos, arrasando campos agrícolas, destruindo indústrias, além de gerar grandes prejuízos econômicos.

Vários problemas atingiam as principais nações européias no início do século XX. O imperialismo econômico, com as suas lutas pela conquista de mercados, de fontes de matéria-prima e de campos de inversão de capitais, ocasionava atritos freqüentes entre as nações, especialmente depois que a Alemanha e a Itália, tendo conquistado a unidade nacional, entraram na competição.

A expansão colonial, econômica e naval alemã, em particular, provocava a rivalidade com a Inglaterra, que via sua supremacia nos mares ameaçada.

Alemanha e Itália haviam ficado de fora no processo *neo-colonialista*. Enquanto isso, França e Inglaterra podiam explorar diversas colônias, ricas em matérias-primas e com um grande mercado consumidor. A insatisfação da Itália e da Alemanha, neste contexto, pode ser considerada também uma das causas da Grande Guerra.

Ao mesmo tempo, os países estavam empenhados numa rápida corrida armamentista, já como uma maneira de se protegerem ou atacarem em um futuro próximo. Esta corrida bélica gerava um clima de apreensão e medo entre os países, e um tentava se armar mais do que o outro.

Existia também, entre duas nações poderosas da época, uma rivalidade muito grande. A França havia perdido, no final do século XIX, a região da Alsácia-Lorena (rica em jazidas de ferro e carvão) para a Alemanha durante a Guerra Franco-Prussiana. O revanchismo francês estava no ar, e os franceses esperavam uma oportunidade para retomar a rica região perdida.

Os nacionalismos, expressos por meio do pangermanismo e do pan-eslavismo, também foram fatores que influenciaram na eclosão da Primeira Guerra, pois aumentaram o estado de alerta na Europa. Havia uma forte vontade nacionalista dos germânicos em unir, em apenas uma nação, todos os países de origem germânica. O mesmo acontecia com os países eslavos.

Os países europeus começaram a fazer alianças políticas e militares desde o final do século XIX, permanecendo até o período da guerra. De um lado havia a Tríplice Aliança, formada em 1882 por Itália, Império Austro-Húngaro e Alemanha. Do outro lado, a Tríplice Entente, formada em 1907, com a participação de França, Rússia e Reino Unido.

O estopim desse conflito foi o assassinato de Francisco Ferdinando, príncipe do Império Austro-Húngaro, durante sua vi-

sita a Sarajevo (Bósnia-Herzegovina). As investigações levaram ao criminoso, um jovem integrante de um grupo sérvio chamado *mão-negra*, contrário à influência da Áustria-Hungria na região dos Balcãs. O Império Austro-Húngaro não aceitou as medidas tomadas pela Sérvia com relação ao crime e, no dia 28 de julho de 1914, declarou guerra à Sérvia.

As batalhas desenvolveram-se principalmente em trincheiras. Os soldados ficavam centenas de dias entinchados, lutando pela conquista de pequenos pedaços de território. A fome e as doenças também eram os inimigos desses guerreiros. Nos combates, houve a utilização de novas tecnologias bélicas como, por exemplo, tanques de guerra e aviões. Enquanto os homens lutavam nas trincheiras, as mulheres trabalhavam nas indústrias bélicas como empregadas.

O Brasil também participou da guerra, enviando para os campos de batalha enfermeiros e medicamentos para ajudar os países da Tríplice Entente.

Em 1917, ocorreu um fato histórico de extrema importância: a entrada dos Estados Unidos no conflito. Os EUA apoiaram a Tríplice Entente, pois havia acordos comerciais a defender, principalmente com Inglaterra e França. Este fato marcou a vitória da Entente, forçando os países da Aliança a assinarem a rendição.

Os derrotados tiveram ainda que assinar o Tratado de Versalhes, que impunha a estes países fortes restrições e punições. A Alemanha teve seu exército reduzido, sua indústria bélica controlada, perdeu a região do corredor polonês, teve que devolver à França a região da Alsácia-Lorena, além de ser obrigada a pagar os prejuízos provocados pela guerra aos países vencedores.

Ao final da guerra, a Europa estava completamente destruída e os Estados Unidos tornaram-se a maior potência mundial. A instabilidade política, econômica e social do período deu origem a diversos regimes totalitários, seja de direita (o fascismo italiano, o salazarismo em Portugal, o franquismo na Espanha e o nazismo na Alemanha), seja de esquerda (com a ditadura do pro-

letariado na Rússia). Os regimes totalitários seguem uma ideologia única, sem espaço para a pluralidade de idéias, com a interferência máxima do Estado na vida dos indivíduos e o emprego da violência como forma de governo. Os oponentes desses regimes eram torturados e mortos. Havia censura ao pensamento intelectual, às mídias e às artes.

Os agitados “Anos Loucos”

E o mundo, nessa década de 20, era mesmo louco. Montmartre e Montparnasse, os bairros da moda. Tempo de carros sumptuosos, profusão de cores, vidros, metal e jóias, corpos das mulheres movendo-se, ao som da voz de Josephine Baker, em seus vestidos de pérolas e brilhos, a arquitectura a tocar o céu; a arte agitando-se, indiferente aos estragos da depressão económica e à ascensão dos totalitarismos. Em Paris, 1925, a Exposição Internacional das Artes Decorativas e Industriais Modernas criava a ilusão de uma paz universal, servia de motor ao estilo Art Déco (GASTÃO, 2007).

A década de 1920 ficou conhecida como os “Anos Loucos”, caracterizada pela superprodução dos bens industrializados e pela euforia da burguesia pelo consumo no período pós-guerra. Alguns historiadores a definem como “a era da plástica”, com a valorização da estética e dos corpos atléticos à mostra. A alegria durou até 1929, quando a Grande Depressão fez ruir instantaneamente as fortunas dos milionários, a produção fabril, os empregos e todo o clima de euforia que se instalara naqueles anos.

No cinema, o diretor alemão Fritz Lang realiza uma obra-prima, *Metropolis* (1926) – o primeiro filme incluído na Lista de Memória da Humanidade da Unesco, em 2001. Lang faz uma ácida crítica à modernidade e a uma de suas principais invenções: as cidades urbanas, projetando com pessimismo o futuro das metrópoles, cuja principal característica seria o aumento das contradições entre ricos e pobres.

O clima de euforia dos “Anos Loucos” pôde ser percebido também no Brasil, com a introdução de uma série de inovações científico-tecnológicas que davam à burguesia brasileira a sensação de que o país caminhava em direção ao progresso e à civilização.

Como exemplo dessas novidades, o setor de transporte é uma das principais referências e guarda relação direta com o desenvolvimento da atividade turística no Brasil. Destacamos a entrada dos automóveis no país e o desenvolvimento da aviação civil.

Atribui-se mais uma vez o pioneirismo a Santos Dumont, que, em 1891, trouxe o seu Peugeot comprado na Cidade-Luz para São Paulo. Somente os mais afortunados tinham acesso a essas cobiçadas máquinas modernas. Em 1906, ocorreu no Rio de Janeiro o primeiro exame de habilitação para motoristas. Foram avaliados e aprovados três (isto mesmo: três) candidatos. Em 1919, os famosos Ford “T” já eram montados no Brasil, em São Paulo, e a General Motors passou a montar o seu Chevrolet “Cabeça de Cavalo” a partir de 1925.

A aviação civil brasileira tem início em 1927, com a empresa alemã Condor Syndikat, que realizava serviços de transporte de passageiros. Neste mesmo ano, surge a Viação Aérea Riograndense (Varig), que desempenhou um importante papel ao longo de todo o século XX, passando por uma profunda crise, até ser comprada pela jovem empresa Gol Linhas Aéreas.

Outra novidade da ciência e da tecnologia que deu visibilidade à atividade turística no Brasil foram os lendários e efêmeros dirigíveis (apelidados de zepelins em razão do sobrenome do mais famoso fabricante desse tipo de aeronave). Tinham imensas proporções, as viagens eram muito mais rápidas que as de navio (com o preço de sua passagem custando uma verdadeira fortuna!) e logo se tornaram símbolos da modernidade até a sua prematura aposentadoria ainda na década de 1930. O motivo foi o trágico acidente com o dirigível *Hindenburg*, em 1937, na cidade de Nova York, o que teria levado o Estado alemão a suspender os vôos desse tipo de aeronave. Outra versão seria a constatação,

pelos nazistas, de que a fabricação dos dirigíveis não era interessante porque esses não teriam serventia como armas de guerra.



Faça um *tour* a bordo do *Graf Zeppelin*, o famoso dirigível que fazia o transporte de passageiros da Europa para o Brasil, com escala em Recife e pouso no hangar de Santa Cruz, no Rio de Janeiro. Você verá do alto o Rio de Janeiro dos anos 1930, conhecerá a cabine de comando da aeronave e se divertirá como os privilegiados turistas a bordo.

Tome o seu lugar no dirigível acessando: <http://diariodorio.com/category/rio-de-janeiro/page/7/voando-para-o-rio-de-janeiro-a-bordo-do-graf-zepelin-vdeo-de-1932/>.

A Semana de 22

Símbolo do modernismo e considerada a pintura mais importante do Brasil, a obra *Abaporu* (que em tupi-guarani quer dizer “o homem que come”), de Tarsila do Amaral (1928), inspirou Oswald de Andrade para o lançamento do Manifesto Antropofágico. O objetivo do Manifesto era “deglutir” a cultura estrangeira e torná-la bem brasileira.



Figura 20.3: Abaporu. Tarsila do Amaral, 1928.
Fonte: <http://kavorka.wordpress.com/2006/10/16/>

Fruto das preocupações dos artistas e intelectuais de vanguarda do período, a Semana de 22 é um dos ícones da inserção do país na modernidade. O movimento modernista procurava romper com o academicismo comum na cena cultural e artística do período e ansiava pela produção de uma arte verdadeiramente brasileira.

Participaram da Semana de 22, no Teatro Municipal de São Paulo, pintores, escultores, literatos, arquitetos e intelectuais, dentre eles Anita Malfatti, Di Cavalcanti, Victor Brecheret. O resultado foi o repúdio das elites paulistanas e uma grande provocação para uma mudança nos rumos da arte brasileira.



Faça uma visita virtual ao Museu de Arte Contemporânea da Universidade de São Paulo, conheça mais sobre a Semana de 22 e aprecie os inquietantes trabalhos dos principais pintores modernistas. Acesse: <http://www.macvirtual.usp.br/mac/templates/projetos/seculoxx/modulo2/modernismo/semana/index.htm>.

Cultura e sociedade no Rio de Janeiro no início do século XX

O Rio de Janeiro representa, nesse período, a síntese da nação: capital federal, principal centro cultural do país, cidade mais populosa, com o maior porto e cartão-postal do Brasil. Como bem destaca Sevckenko (1998, p. 522):

O desenvolvimento de novos meios de comunicação, telegrafia sem fio, telefone, os meios de transporte movidos a derivados de petróleo, a aviação, a imprensa ilustrada, a indústria fonográfica, o rádio e o cinema intensificarão esse papel da capital da República, tornando-a no eixo de irradiação e caixa de ressonância das grandes transformações em marcha pelo mundo, assim como no palco de sua

visibilidade e atuação em território brasileiro. O Rio passa a ditar não só as novas modas e comportamentos, mas, acima de tudo, os sistemas de valores, o modo de vida, a sensibilidade, o estado de espírito e as disposições pulsionais que articulam a modernidade como uma experiência existencial e íntima.

É no contexto dessas transformações em marcha pelo mundo que o prefeito Pereira Passos irá empreender, entre 1902 e 1906, na capital federal, uma das mais ousadas obras de urbanização já realizadas no país, buscando a inserção da capital federal na modernidade. O fotógrafo Augusto Malta foi um dos principais porta-vozes da Belle Époque carioca, registrando, através de suas lentes, um novo Rio de Janeiro, que se apresentava para o mundo como uma cidade moderna e civilizada.



Augusto Malta

Figura 20.4: Um trecho da Avenida Central.
Fonte: Acervo Museu Histórico Nacional.

Analisaremos o movimento da Belle Époque no Rio de Janeiro pelo olhar de Monique Oliveira, jovem bacharela em Turismo, formada em 2008 pela UFF, cuja monografia de conclusão de curso, orientada pelo nosso conteudista e tutor a distância,

professor Luiz Alexandre Mees, tem como título “A Belle Époque e o turismo cultural nos monumentos históricos da cidade do Rio de Janeiro”. Nossa intenção é apresentar, de forma didática, a construção do raciocínio da autora, incentivando os alunos de Turismo do CEDERJ a produzirem as suas próprias pesquisas (que, certamente, terão um espaço garantido nas nossas aulas num futuro próximo).

Monique Oliveira divide o seu trabalho nas seguintes partes:

1) uma discussão introdutória sobre os conceitos de turismo cultural, patrimônio, cultura, identidade e memória, absolutamente necessários para o tema de estudo;

2) a história do movimento Belle Époque na França e sua influência no Brasil, considerando:

- A efervescência de idéias, concepções, tendências filosóficas, científicas, sociais, literárias, artísticas e estéticas no período em questão; as realizações de Napoleão III durante o seu governo na França: abertura de longas avenidas; abertura do metrô; construção de arranha-céus e da Torre Eiffel; incremento do comércio, proliferação de circos, casas de espetáculos e cinema;
- A moda no estilo Belle Époque, que valorizava o glamour, na qual as mulheres utilizavam vestidos muito enfeitados, penteados altos, chapéus vistosos, saias longas; enquanto os homens distinguiam-se na sociedade pelo uso de sobrecasaca, fraque e acessórios como relógios de bolso e abotoaduras.
- Os principais acontecimentos da história do Brasil na época, com destaque para o nascimento da República, a economia de base agrícola e a influência de vários movimentos estéticos europeus: impressionismo, simbolismo, pontilhismo e *art-nouveau*, que fortaleceram entre a burguesia brasileira o desejo de civilização e a importação de hábitos e costumes franceses. As cidades brasileiras que mais tiveram influência do movimento Belle

Época foram: Manaus (a bela capital da borracha; você se lembra da minissérie *Mad Maria?*), Fortaleza, Recife, São Paulo e Rio de Janeiro, então capital da República.

3) A caracterização da Belle Époque carioca e suas consequências para as camadas populares, destacando:

- A reforma urbanística, realizada na gestão do prefeito Pereira Passos, com o objetivo de civilizar a capital da República, atendendo aos anseios de uma elite política desejosa da modernização da cidade, tendo como principais obras: a abertura da avenida Central (atual Rio Branco), da avenida Beira-Mar, a reforma do Porto, a instalação de postes de iluminação pública, a ampliação da rede de esgoto, o aumento no número de bondes circulando pela cidade, a construção de prédios grandiosos, entre eles, o do Museu Nacional de Belas-Artes (1908), o do Theatro Municipal (1909) e o da Biblioteca Nacional (inaugurado em 1910, sendo a instituição original de 1808).
- A expulsão das famílias de baixa renda dos casebres e cortiços situados na região central do Rio de Janeiro (o famoso “bota-abaixo”);
- O plano de saneamento básico, tendo à frente o médico sanitário Oswaldo Cruz e a consequente Revolta da Vacina (1904);
- O fim do movimento, a partir da década de 1920, principalmente com o Modernismo (que valorizava as raízes nacionais e rompia com a estética importada da Belle Époque) e com a Crise de 1929.

4) Por fim, a autora estabelece uma relação entre a Belle Époque carioca e o turismo e aponta uma série de sugestões para um melhor aproveitamento turístico do legado que nos foi deixado desse período como, por exemplo, a criação de espetáculo de luzes e som sobre a Belle Époque no Museu Nacional de Belas Artes, a realização de visitas guiadas no Theatro Municipal nos finais de semana, com espetáculos temáticos, concertos com músicas

da época no Palácio Tiradentes, exibição de filmes produzidos no período na Confeitaria Colombo, entre outras ótimas idéias que incrementariam o turismo e valorizariam a memória e o patrimônio que nos foi deixado da Belle Époque no Rio de Janeiro.



Para celebrar os 100 anos do Theatro Municipal do Rio de Janeiro e estabelecer conexões com o turismo, recomendamos a leitura da dissertação de Mestrado de Ana Maria Forte, defendida em 2006 no curso de Mestrado em Bens Culturais e Projetos Sociais da Fundação Getúlio Vargas (RJ), tendo como título “Turismo cultural no Rio de Janeiro: um ponto de vista a partir do Theatro Municipal do Rio de Janeiro”. Para baixar o trabalho da autora, acesse: <http://virtualbib.fgv.br/dspace/handle/10438/2093>. Acesso em 29 de maio de 2009 (FORTE, 2006).



Atividade

Atende aos Objetivos 2 e 3

2.

a. O morro do Castelo foi um dos primeiros locais a serem ocupados na cidade, ainda no período colonial. O seu desmanche, em 1922, tem relação direta com as transformações urbanísticas empreendidas no Rio de Janeiro durante a Primeira República. Pesquise as reais motivações que levaram à destruição do morro do Castelo, os argumentos que eram utilizados pelo poder público e as conseqüências da obra para os habitantes que ali viviam.

b. Nos moldes das grandes exposições internacionais do século XIX, o Rio de Janeiro sediou, em 1908, a Exposição Nacional, comemorativa do centenário da Abertura dos Portos. Em 1922, foi a vez da grandiosa Exposição Universal, celebrando os 100 anos da Independência. Pesquise a respeito e descubra a importância que esses grandes eventos tiveram para o país e para o turismo.

Comentário

Dois marcos da modernidade no Rio de Janeiro são as grandes exposições e o desmanche do morro do Castelo (a jato de água), que estão inseridos no conjunto das transformações por que passou a urbe carioca na Primeira República. Na sua resposta, leve em consideração a relação entre o projeto de remoção do morro e a instalação dos pavilhões da Exposição Universal de 1922, apresentando ao mundo uma nova capital da República, que pretendia se mostrar civilizada. Procure considerar o impacto de tais eventos na população e na formação da imagem turística da cidade.

O turismo na Primeira República

A modernidade, como vimos, trouxe consigo uma série de inovações que favoreceram o desenvolvimento da atividade turística no mundo, especialmente após a Primeira Guerra. No Brasil, surgem os primeiros equipamentos turísticos. Um dos marcos do desenvolvimento do turismo no país, conforme assinala o antropólogo Celso Castro, da Fundação Getúlio Vargas, é a criação do Copacabana Palace Hotel, em 1923, e da Sociedade Brasileira de Turismo, mais tarde Touring Club, em 1928. O Rio de Janeiro, pela sua importância política e pela beleza cênica de suas paisagens (foi a segunda cidade mais retratada pelos artistas em todo o mundo no século XIX, ficando apenas atrás de Paris), já despontava como a cidade turística mais importante do Brasil.

As obras de embelezamento e urbanização realizadas no início do século, a criação do teleférico do Pão de Açúcar, em 1912, e outras que se seguiriam nas décadas de 1920 e 1930 (principalmente a inauguração da estátua do Cristo Redentor, em 1931) favoreceram o desenvolvimento do turismo na cidade, que era considerada perigosa e insalubre.

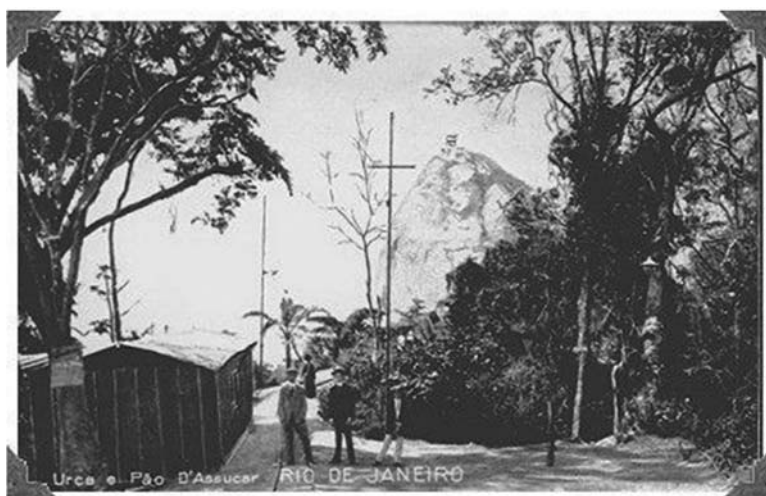


Figura 20.5: Alguns visitantes no morro da Urca, com trajes de passeio da época, ao lado de um barracão onde se guardavam peças e ferramentas de manutenção. Atente para a grafia no canto inferior do cartão-postal, de 1915.

Fonte: Galeria de cartões-postais www.bondinho.com.br/historia/postal04.jpg.



Figura 20.6: Casal em lua-de-mel posa com o Pão de Açúcar ao fundo (1924). Repare nos trajes compostos e nos chapéus para um passeio no ensolarado Rio de Janeiro.

Fonte: Voando para o Rio (<http://fotolog.terra.com.br/jban:819>).



Veja fotos históricas do bondinho do Pão de Açúcar e sua relação com o turismo acessando: <http://oglobo.globo.com/rio/fotogaleria/2008/4299/>.



Atividade

Atende aos Objetivos 2 e 3

3. Leia as páginas 83 e 84 do belo trabalho do antropólogo Celso Castro a respeito das narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro e responda às questões a seguir:

(...) Havia também uma lista de pontos turísticos muito diferente das de hoje. As praias, por exemplo, não eram destacadas como atrações turísticas – apenas os cassinos que nelas estavam situados. Além disso, estavam em destaque uma série de monumentos, estátuas e edifícios, a maioria no Centro, que dificilmente aparecem nos mapas atuais.

Os guias de viagem da década de 1930 direcionavam o olhar dos turistas a partir da Baía da Guanabara, por onde entravam os navios que traziam a maior parte dos visitantes da cidade. Isso, é claro, nos ajuda a entender por que, no mapa turístico de 1937, a região portuária é que está na “entrada do mapa”. O guia inglês *South American Handbook*, em sua edição de 1932, informa que a Baía, com seu “soberbo brilho de cores, é a mais admirada do mundo”, e que o “famoso” cone de granito do Pão de Açúcar e o pico do Corcovado emprestam forte individualidade à cena. A chegada ao porto do Rio era “um espetáculo sem igual, quer fosse de dia ou à noite”. O guia destaca a suntuosidade de muitos edifícios, a grande beleza das praças com suas fontes e estátuas, lindamente mantidas, e a vivacidade dos cafés ao ar livre. A cidade, segundo o guia, era “uma das mais saudáveis nos trópicos”. Nenhuma palavra sobre o Carnaval ou futebol e, quanto a praias, apenas uma rápida menção ao “celebrado balneário” de Copacabana.

O guia *Rio de Janeiro e seus arredores*, publicado em 1928 pela Sociedade Anônima de Viagens Internacionais, uma das primeiras agências de viagem a funcionar na cidade, também inicia suas descrições pela chegada ao porto. A grande maioria das atrações turísticas está na zona central da cidade, destacando-se a avenida

Rio Branco (“a Quinta Avenida de Nova York na infância”), a rua 1º de Março (no centro do bairro comercial, que inclui a rua do Ouvidor, “onde se dava *rendez-vous* a elegância do Rio monárquico”) e a Praça XV, todas cercadas por vários edifícios dignos de atenção. Grande destaque é dado, no guia, aos jardins, com seus monumentos, estátuas, bustos e chafarizes.

Os “arrabaldes” de interesse turístico incluem São Cristóvão (“o mais velho”), Vila Isabel (“um dos bairros mais populosos”), Andaraí (“num vale pitoresco”), Tijuca (com destaque para o passeio de bonde pelas “magníficas moradas particulares” da rua Conde de Bonfim, subindo o caminho do Alto, “de espanto em espanto” até o ponto terminal, na floresta, “que não pode ser descrita; tem que ser vista, ouvida, aspirada”), Rio Comprido, Botafogo (“que já foi chamado o bairro aristocrático da cidade”), Leme, Copacabana, Ipanema e Leblon (os bairros “mais moços e mais bonitos”), Gávea (“arrabalde dos que mais se têm desenvolvido ultimamente”), Laranjeiras (cuja rua principal “acompanha o curso, invisível quase, do rio Carioca”), Santa Teresa (“com lindas residências particulares”) e Silvestre (“o mirante verde da cidade”). Sobre o carioca, o guia afirma – ao contrário de todos os guias atuais – que ele “talvez não seja um povo alegre. Nascido à beira do mar, debaixo de um sol sempre aceso, fechado entre montanhas, o habitante destas paisagens tem um entusiasmo delirante, que logo se apaga numa imensa melancolia”.

Fica evidente, a partir desses exemplos, como a experiência turística muda, acompanhando, em linhas gerais, mudanças urbanísticas e culturais da cidade. Nos guias da década de 1930 aparecem com destaque as praças; nos atuais, as praias. Naqueles, o foco está no Centro; nestes, na Zona Sul. Não se trata de uma relação de determinação direta, e sim de interação: às vezes muda a cidade, muda o turismo; outras vezes, a partir de modificações no mundo do turismo, introduzem-se alterações urbanísticas na cidade. As narrativas e imagens associadas ao turismo são, portanto, uma importante via de acesso à história e à geografia culturais de uma cidade.

Os guias e folhetos turísticos procuram orientar o olhar do turista, oferecendo seleções de locais e eventos dignos de atenção, roteiros de visita e adjetivos para descrevê-los. Eles antecipam a experiência daquele que viaja, que muitas vezes sente prazer no simples reconhecimento in loco daquilo que já viu ou leu. A repetição de narrativas e imagens associadas a um lugar vai cristalizando e disseminando sua qualidade turística. O olhar do turista é, portanto, mediado por tudo aquilo que viu, leu ou ouviu sobre determinada “atração”. No entanto, esse processo não deve ser visto como

mecânico. A partir de diferentes narrativas, cada viajante faz sua própria, selecionando, manipulando e brincando com as imagens que lhe são oferecidas.

Agora, responda:

- a. Que tipo de atrativos eram recomendados pelos guias turísticos (os livretos impressos) na década de 1920?
- b. Estabeleça uma relação entre os atrativos turísticos do início do século XX e a Belle Époque carioca.
- c. Cite dois atrativos turísticos ou modalidades de turismo recentes que acompanham as tendências de nossa sociedade, mas que jamais foram percebidos como turísticos ao longo de quase todo o século XX.

Comentário

Este é um dos textos mais importantes para o estudo da história do turismo no início do século XX. A relação entre os atrativos turísticos e as transformações urbanísticas ocorridas na Reforma Passos, sob influência do movimento Belle Époque, é evidente.

Procuramos nesta atividade destacar ainda um dos pontos altos do texto de Castro, quando nos chama a atenção para o fato de que também os guias turísticos (os livretos direcionados a orientar os turistas) têm história e que, portanto, os atrativos mudam conforme muda a dinâmica da cidade.

Por fim, nesta atividade, buscamos estimular você a ir além do texto e refletir sobre os atrativos turísticos atuais, comparando as permanências e as mudanças ocorridas no turismo carioca que acompanham o processo histórico.

Sociabilidade e lazer na cidade do Rio de Janeiro

A modernidade trouxe uma série de mudanças no comportamento social, deixando marcas que ajudaram a construir a identidade do Rio de Janeiro. No início do século, a valorização do corpo e o gosto pelos esportes começam a entrar em evidência. Surgem os clubes de regatas, verdadeira febre entre os jovens da Zona Sul carioca, consagrando o remo como uma das atividades mais praticadas no período. Muitos times de *football*

(como se escrevia na época, à inglesa) foram criados a partir dos clubes de remo, como é o caso do Clube de Regatas do Flamengo, do Club de Regatas Vasco da Gama e do Botafogo de Futebol e Regatas. Outros times surgiram como uma forma de lazer entre os operários das fábricas, com destaque para o Bangu Atlético Clube (em 1904).

E, por falar em futebol (que se discute, sim, por ser um interessante meio de se conhecer a história de nossa sociedade), aproveitamos para festejar com nossos alunos do pólo de Resende o centenário do clube que divulga o nome da cidade. Salve o Resende Futebol Clube! Temos certeza de que os alunos de Saquarema, Angra dos Reis e São Gonçalo não ficarão com ciúmes...

Como futebol lembra carnaval, outra paixão dos brasileiros, não podemos deixar de falar no carnaval. A festa popular, no início do século XX, era vista como caso de polícia. Os cordões, os blocos, as grandes sociedades e os ranchos eram diferentes tipos de agremiações que reuniam os foliões. As escolas de samba começavam a surgir nesse período e o curso (desfile em carro aberto pela avenida Central, hoje Rio Branco, até a avenida Beira-Mar) era a maneira preferida de os ricos se divertirem no período momesco. O carnaval na capital da República influenciou a festa em todo o Brasil. Um fato curioso: navegando na internet, descobrimos que na Cuiabá da década de 1920 já havia o curso, seguindo a moda do Rio de Janeiro. O tema do carnaval é extremamente rico e complexo, e você conhecerá detalhes de sua história na disciplina Cultura Brasileira.

Em 1889, Chiquinha Gonzaga compôs a primeira marcha carnavalesca de que se tem notícia, a popular “Ô Abre Alas”, até hoje um grande sucesso no carnaval. A artista scandalizou a sociedade da época com o seu comportamento, que desafiava as convenções sobre o papel da mulher. Tinha profundo conhecimento musical e compôs uma série de sucessos, mesclando a música clássica, de influência européia, com os ritmos populares que ajudou a consolidar, como o corta-jaca, o maxixe, o choro e o tango brasileiro, precursores do samba, cuja primeira

gravação é de 1917. *Pelo telefone* é de autoria coletiva, mas foi registrada por Donga (trataremos do surgimento e da popularização do samba com mais detalhes na aula seguinte). Foi uma pioneira na música popular do país, sendo por isso hostilizada pela sociedade, que desprezava os ritmos populares, valorizando apenas a música erudita. Por essa razão, era chamada pejorativamente de “planeira”, em vez de pianista.

Além de Chiquinha Gonzaga, vários artistas se destacaram no terreno musical durante a Primeira República, ajudando a criar uma música brasileira de origem popular. Dentre os mais importantes, citamos Pixinguinha, Noel Rosa e Sinhô.



O banho de mar agora é programa de “gente sadia”

Proliferam as casas de banho à beira-mar, onde as pessoas podem trocar de roupa dentro de cabines antes de se lançarem ao deleite da água.

Os mergulhos são cercados por um ritual, sobretudo no caso das mulheres. O banho deve ser tomado antes das 7 horas da manhã, porque, depois deste horário, a praia é invadida por todo tipo de gente – de pescadores a praticantes do remo –, que lançam olhares curiosos ou insinuantes para as mulheres. Permanecer na praia depois das 7, portanto, não é hábito de uma moça de família. A indumentária também deve obedecer a critérios bastante rígidos. Em nenhuma hipótese, as linhas do corpo feminino devem ser distinguidas sob a roupa. Por isso, as calças das mulheres são largas, de tecido grosso – e a barra alcança o tornozelo. Os blusões, também largos, são ornamentados com golas generosas, no estilo marinheiro, que ajudam a esconder o colo e os seios. A cor da roupa, para evitar traições do tecido, sempre é o azul-escuro. Para os homens, as restrições quase não existem. Cada vez mais eles exibem o torso nu nas praias e as frequentam em horários variados.

Até pouco tempo atrás, as praias não despertavam o interesse dos brasileiros – tanto que as construções à beira-mar eram edificadas de costas para a orla marítima e de frente para a montanha. Hoje, já existe um elenco de praias no Rio preferido pelos frequentadores. As praias situadas em bairros residenciais próximos ao centro da cidade, como Botafogo e Flamengo, são as mais disputadas. Já aquelas muito próximas ao cais do porto estão sendo abandonadas, em virtude dos esgotos lançados ali. Um recanto paradisíaco que começa a ser descoberto pelos cariocas é a Praia de Copacabana, quase desabitada e situada em seguida à Praia de Botafogo. “Copacabana é a praia mais adequada para os banhos”, diz o médico Pimentel. “A praia possui água e areia límpidas. Quando a urbanização chegar ali, as ruas deverão ser largas, e as casas pouco elevadas, para preservar a luz do sol”, diz ele.

(Veja na História. Edição especial República. Comportamento. Extraído de <http://veja.abril.com.br/historia/republica/comportamento-banho-de-mar.shtml>.)



- As mudanças pelas quais o Rio de Janeiro atravessou foram captadas com genialidade por muitos artistas e intelectuais do período. Recomendamos que você viaje nas páginas das belas obras literárias de Machado de Assis e João do Rio. Estes são autores fundamentais para se entender a sociedade da época e o cenário em que o turismo começou a se desenvolver. Escolha os títulos de sua preferência e boa viagem!
- O premiado trabalho A modernidade no Rio de Janeiro: construção de um cenário para o turismo, do professor Marcello Tomé, do nosso curso do CEDERJ e da UFF, é uma referência fundamental para o aprofundamento desta aula, sendo indispensável não só para os estudantes de Turismo, mas para todos aqueles que se interessam em conhecer a história de seu país e apreciam uma boa leitura.

Resumo

O período compreendido entre a proclamação da República e o ano de 1930 (que marca a chegada de Getúlio Vargas ao poder) foi por muito tempo considerado pela historiografia como um retrocesso na história do país. Não por acaso, foi batizado, ainda na era Vargas, de “República Velha”, em que predominava o mandonismo das oligarquias agrárias, com seus ranços políticos. Procuramos ressaltar nesta aula que esse período coincide com o advento da modernidade, caracterizado pelas inovações técnico-científicas e pela sede de civilização. É nesse contexto que as cidades urbanas irão se desenvolver com todas as suas contradições, abrindo espaço também para o desenvolvimento da atividade turística que, no Brasil, encontra na capital da República, agora remodelada, um cenário ideal.

Informações sobre a próxima aula

A era Vargas é um dos assuntos que atraem os pesquisadores das mais variadas áreas de conhecimento, dada a sua complexidade e singularidade. Quanto mais se escreve a respeito, mais se descobre que ainda há muito que ser pesquisado, especialmente no tocante às relações com o turismo. Existe um grande hiato que procuramos ajudar a preencher na aula seguinte, estimulando a pesquisa sobre turismo, cultura e história na era Vargas.

21

Cultura e sociedade na Era Vargas (1930-1945)

Meta da aula

Apresentar o panorama político-cultural brasileiro durante a Era Vargas, relacionando-o ao contexto internacional e ao turismo.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- 1** identificar as principais transformações ocorridas no Brasil durante a Era Vargas, com destaque para a política do Estado Novo, seus impactos na sociedade e suas relações com os movimentos políticos e culturais ocorridos na Europa e nos Estados Unidos;
- 2** relacionar o legado histórico-cultural do período ao turismo;
- 3** destacar a importância do samba no contexto da Era Vargas e sua apropriação pelo turismo.

Pré-requisito

Para melhor acompanhar esta aula, é necessário que você tenha em mente os conteúdos estudados na Aula 20.

Introdução

A década de 1930 é marcada por uma difícil conjuntura econômica, política e social. A crise de 1929 representou, nas palavras do renomado historiador Eric Hobsbawm, “o mais trágico episódio na história do capitalismo”. Houve o empobrecimento geral da população da maior parte dos países ocidentais e uma descrença generalizada no liberalismo. A alta burguesia européia, ligada ao grande capital financeiro, abalada com os efeitos da crise econômica, com as pesadas punições impostas principalmente à Alemanha no final da Primeira Guerra e com o avanço internacional do comunismo, patrocina a instalação de regimes totalitários que representaram um verdadeiro genocídio em várias partes do mundo.

Hitler, o *Führer* alemão, imbuído da ideologia da superioridade da raça ariana, invade diversos países em busca da criação do que chamava “espaço vital” para a reprodução dessa suposta raça “pura”, ao mesmo tempo que inicia uma terrível perseguição e massacre às minorias que considerava inimigas de seu regime: comunistas, judeus, deficientes físicos e mentais, negros, ciganos, testemunhas de Jeová, homossexuais; vários foram os grupos perseguidos e exterminados nos campos de concentração nazistas.

Em resposta à política expansionista de Hitler, França, Grã-Bretanha e Estados Unidos aliam-se contra a Alemanha, a Itália e o Japão, que compunham as forças do Eixo. A Segunda Guerra Mundial representou o mais sangrento episódio da história da humanidade, contabilizando mais de 50 milhões de mortos. A guerra mudou radicalmente os hábitos de vários povos do mundo, gerando a escassez de matérias-primas, alimentos e produtos de consumo. A moda, por exemplo, optava por tecidos mais baratos e evitava o luxo e a sofisticação. Paralelamente, a indústria cultural ganhou um grande espaço, levando entretenimento, mas também a ideologia política de seus produtores às massas, especialmente por intermédio do cinema, da televisão e do rádio, num momento de grande mal-estar mundial.

No Brasil, a década de 1930 começa com um golpe de Estado

que levou Getúlio Vargas, candidato derrotado nas eleições presidenciais, ao poder. Vargas preparou terreno para a transição das forças hegemônicas, substituindo as oligarquias agrárias, que dominavam o país desde a República Velha (1889-1930), pela força do capital da burguesia industrial, que começava a ganhar importância no país. Com a crise de 1929 e o desinteresse dos países na compra do café brasileiro (o carro-chefe da economia até então), Vargas passou a investir o dinheiro público na compra do café “encalhado”, que era queimado no Porto de Santos. Diversos cafezais foram destruídos e o dinheiro do Estado investido na compra do café passava a ser empregado na industrialização.

O Brasil deixava de ser predominantemente agrário, e a expansão dos grandes centros urbanos e o investimento na infra-estrutura acompanhavam o ritmo da crescente indústria nacional, impulsionada em maior parte no Sudeste. A população das grandes cidades da região aumentou consideravelmente, concentrando a riqueza e aumentando também os contrastes regionais.

Em 1937, inspirado nos regimes totalitários europeus, Vargas implantou o Estado Novo, estabelecendo uma ditadura no país que se estendeu até 1945, mesmo ano em que terminou a Segunda Guerra, com a derrota das forças do Eixo. Foram anos muito difíceis, de crise econômica e escassez de produtos, perseguições políticas e grande violência do aparato estatal. Como forma de compensação, Vargas concedeu diversos benefícios aos trabalhadores, inaugurando uma avançada legislação trabalhista que incluía a instituição do salário mínimo, do direito a férias e décimo terceiro salário, a regulamentação de várias profissões, sem, contudo, permitir que os trabalhadores se organizassem na forma de sindicatos, associações de classe e entidades que buscassem defender os seus interesses.

É também no governo Vargas que surgem as primeiras preocupações com uma legislação e propaganda turísticas, ainda que a atividade turística tenha sentido os impactos da crise econômica e da difícil conjuntura internacional. A reinvenção ideológica da nacionalidade brasileira e a valorização da cultura popular e

regional serão importantes trunfos para a incipiente indústria turística, assunto a que procuramos dar grande ênfase em nossa aula, com maior destaque para o Rio de Janeiro. Oferecemos, ao final desta aula, dois textos especiais, que extrapolam a temporalidade proposta e apontam os desdobramentos da relação entre a música brasileira e o turismo, ampliando a nossa visão dos fenômenos estudados.

Bons estudos!

Um mundo em movimento

A seguir, organizamos uma cronologia comentada de alguns dos acontecimentos que marcaram a história do período compreendido entre 1930 e 1945 e dos fatos relevantes para a cultura nacional e para o turismo.

1930 - Revolução que conduziu Getúlio Vargas ao poder.

1931 - Inauguração do Cristo Redentor em cerimônia presidida pelo cardeal Dom Sebastião Leme e por Getúlio Vargas.

1932 - Por decreto, Vargas cria o Código Eleitoral, permitindo às mulheres o direito ao voto e garantindo o voto secreto.

1932 - Fundação da Aliança Integralista Brasileira (AIB), tendo à frente Plínio Salgado e Gustavo Barroso. O movimento inspirava-se na ideologia nazifascista e defendia o autoritarismo e o respeito à hierarquia como formas de controle social. Teve grande força nos primeiros anos do governo Vargas. Plínio Salgado ocupou o cargo de ministro da Educação.

1932 - Revolução Constitucionalista (SP). O dia 9 de julho marca o início do movimento que visava depor Vargas e promulgar uma nova Constituição. Atualmente, é a data cívica mais im-

portante do estado, sendo, inclusive, feriado.

1932 - Vargas assina um decreto que cria a obrigatoriedade de exibição de filmes nacionais nos cinemas.

1933 - Fundação da Viação Aérea São Paulo – VASP.

1934 - A nova Constituição brasileira foi promulgada, destacando-se a instituição do voto secreto, o direito ao voto feminino, a obrigatoriedade do voto aos maiores de 18 anos, a criação da Justiça Eleitoral e da Justiça do Trabalho, a proibição do trabalho infantil, entre outros princípios.

1934 - Criação do programa de rádio *A Hora do Brasil*, que foi um importante instrumento de veiculação da propaganda varguista.

1934 - O catolicismo volta a ser a religião oficial do país.

1935 - Luiz Carlos Prestes e Olga Benário entram no Brasil com passaportes e vistos falsos, passando-se por turistas portugueses com os nomes de Antônio Vilar e Maria Bergner Vilar.



Figura 21.1: Passaportes apreendidos pela polícia de Vargas.

1935 - É criada a Aliança Nacional Libertadora (ANL), uma

organização formada por vários setores representativos da sociedade, que tinha como principais bandeiras: lutar contra a expansão do nazifascismo no mundo; combater o integralismo e a concentração de terras (latifúndios) no Brasil; lutar contra o domínio imperialista; não pagar a dívida externa. É posta na ilegalidade por Vargas neste mesmo ano.

1935 - Termina o levante (Intentona) comunista com a desarticulação do movimento e a prisão de seus membros.

1936 - Prestes e Olga Benário são presos, e esta (grávida de 8 meses) é entregue aos nazistas por Vargas, sendo eliminada num campo de concentração na Alemanha. Sua filha, Anita Prestes, foi salva graças a um movimento internacional liderado pela avó paterna.

1937 - É criado o Estado Novo, que impôs ao Brasil um regime autoritário até 1945, com o fechamento do Congresso, a extinção dos partidos políticos e a imposição (outorga) de uma nova Constituição, inspirada nos princípios fascistas. Essa Constituição recebeu o apelido de “Polaca” por ter semelhanças com a Carta fascista polonesa. Vargas passaria a governar por decreto. Todos os direitos civis foram cassados, incluindo a liberdade de expressão.

1937 - Criação, no início do Estado Novo, por decreto, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN, atual IPHAN), destinado à preservação e proteção dos bens culturais brasileiros. A tarefa foi entregue aos intelectuais e artistas que participaram do movimento modernista, com destaque para Mário de Andrade.

1937 - É criado, por Vargas, o Serviço Nacional do Teatro

(SNT), concentrando a produção teatral nas comédias que levavam diversão e entretenimento ao público.

1938 - Pela primeira vez, é feita menção legal à atividade turística no Brasil, por meio do Decreto-lei número 406, de 4 de maio de 1938, que dispunha sobre a entrada de estrangeiros no país. Cabe ressaltar que esse decreto está inserido no conjunto das chamadas leis nacionalizadoras, criadas pelo regime autoritário varguista e, entre outras coisas, proibia a entrada de ciganos, aleijados, mutilados, indigentes e vagabundos no país (ver Atividade 1).

1939 - Vargas declara a neutralidade do Brasil na Segunda Guerra Mundial, uma vez que tinha interesses políticos com as potências envolvidas nos dois lados do conflito.

1939 - Criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), responsável pela censura aos meios de comunicação. Por meio do Decreto-lei nº 1915, de 27 de dezembro de 1939, é criada uma Divisão de Turismo dentro do DIP.

1939 - É realizada a Feira de Amostras, no Rio de Janeiro, onde ocorreu a primeira demonstração oficial da TV na América Latina. O lançamento foi realizado em parceria com o governo alemão (nazista), de onde veio a aparelhagem utilizada no evento.

1942 e 1943 - Vários navios brasileiros são bombardeados pelos alemães, servindo de pretexto para o Brasil participar da Segunda Guerra Mundial, enviando tropas da recém-criada Força Expedicionária Brasileira (FEB) para lutar contra a Alemanha e a Itália. A motivação principal foi o investimento financeiro dos Estados Unidos na indústria de base brasileira, com especial destaque para a liberação de recursos para a construção da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), em Volta Redonda, RJ.

1943 - É criada a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

1944 - Criação do Dia do Índio e inauguração do Aeroporto Santos Dumont (RJ).

1945 - Vitória dos Aliados contra as forças do Eixo. Fim da Segunda Guerra Mundial. Criação da Organização das Nações Unidas (ONU), organismo supranacional que tem como objetivo a mediação de conflitos internacionais.

1945 - Prestes é anistiado por Vargas e reúne 100.000 pessoas num comício do Partido Comunista no estádio São Januário, no Rio de Janeiro.

1945 - Getúlio Vargas é deposto.

1945 - Eurico Gaspar Dutra é eleito presidente da República.

1945 - Fundação do Jardim Zoológico do Rio de Janeiro.

O Estado Novo e a invenção da brasilidade

O Estado Novo, implementado com o golpe de Estado em 1937, capitaneado pelo próprio Getúlio Vargas, então presidente da República, tinha como um de seus principais projetos o redescobrimento do Brasil. Para esse regime, que se autoproclamava uma democracia social, era preciso voltar-se para o país de forma a incitar o orgulho nacional. A República Velha, criticada pela sua política que atendia aos restritos interesses das oligarquias que se revezavam no poder, recebeu o rótulo de excessivamente liberal, o que teria permitido todos os desajustes que o Estado Novo se dispunha agora a consertar. Desse modo, o liberalismo, que até então tinha sido a grande vedete dos principais movimentos políticos da segunda metade do século XIX em diante, recebe do Estado Novo uma interpretação bastante negativa, sendo apontado como um dos responsáveis pela desordem provocada no país.

O Estado Novo, como se sabe, amparou-se numa ditadu-

ra, que restringiu sensivelmente os poucos direitos dos cidadãos, fechou o Congresso, criou o sistema de intervenção federal nos estados, privou os partidos políticos de seu funcionamento, controlou os sindicatos, realizou perseguições políticas, utilizou-se da prática da tortura e outorgou uma nova Constituição.

A matriz ideológica que oferecia a via autoritária como única alternativa para a construção de um Estado distante do que fora a República Velha, com todas as suas mazelas, clientelismo, pacto oligárquico etc., foi extraída do pensamento de alguns intelectuais radicais, como Oliveira Vianna e Alberto Torres. Estes ideólogos se tornaram bastante influentes no pensamento social da época, conquistando a adesão de grande parte da elite política. A base do pensamento autoritário brasileiro era construir um Estado forte, centralizador e interventor, que pudesse organizar a massa, “bastante desarticulada em função da incapacidade inata dos mestiços”, rumo ao desenvolvimento nacional. As teorias de inferioridade racial e as teses de branqueamento, bastante em voga desde o século XIX, apareciam aqui organizadas sob a forma da ditadura estadonovista.

Para a aproximação desse projeto autoritário das camadas populares, o Estado Novo contava com um precioso aliado: o Departamento de Imprensa e Propaganda, o DIP, que controlava todas as informações a serem veiculadas à população e se esmerava em construir a imagem do Estado Novo como o governo que se preocupava com o bem-estar das massas, ressaltando a figura do trabalhador como a mola propulsora desse projeto. O programa *A Hora do Brasil* passa a ser veiculado obrigatoriamente em todas as emissoras de rádio do país, anunciando diariamente os grandes feitos do regime, procurando conquistar a opinião pública. Por meio desse programa, Vargas se dirigia à população como um pai, uma das facetas do seu perfil populista.

O DIP ocupava-se da censura a todos os meios de comunicação e cultura – teatro, cinema, música, atividades esportivas e recreativas, imprensa –, a fim de controlar a vida cultural do Brasil. Também era da sua competência a organização de desfiles

cívicos e festas de exaltação ao patriotismo, além de exposições, concertos e conferências.



DIP / Empresa Bras. de Notícias

Figura 21.2: Famoso desfile cívico no estádio São Januário (1935).

Um desses eventos de maior notoriedade foi o concerto no estádio São Januário, organizado por Villa-Lobos, em 1935, onde cerca de 25 mil estudantes renderam homenagem a Vargas, cantando músicas de apelo nacionalista.

Villa-Lobos participou intensamente dos fervorosos debates intelectuais dos anos 20 e 30, que tinham como preocupação conhecer a identidade cultural do Brasil. O compositor representava, naquele momento, a vanguarda da música no país, fortemente influenciada pelo Modernismo de 22, esforçando-se em apreender a essência musical do povo brasileiro.

Em busca da valorização e do resgate dos ritmos nacionais que comporiam a “cultura brasileira”, Villa-Lobos dedicava-se

a estudar os temas nacionais, numa perspectiva romântica (incluindo os conservadores debates em torno das idéias de Nação e de natureza). A “música brasileira”, que procurava ser a transcrição para a pauta das modinhas, da ciranda, do sertanejo, do maxixe, do samba; enfim, dos ritmos musicais apreciados pelo povo, visava a aproximar a música clássica – que privilegiava a música européia, especialmente alemã e francesa – do que se considerava serem as “raízes folclóricas autênticas”. Esse esforço objetivava colaborar, no plano musical, com a valorização daquilo que os nacionalistas do período preconizavam: a descoberta da brasilidade por meio da unificação da pátria no aspecto cultural. Uma brasilidade construída, que conservava padrões estéticos previamente estabelecidos, oriundos de uma cultura de elite, como modelo que passaria a receber a incorporação artificial de elementos selecionados da cultura popular (das suas mitológicas “origens”), no esforço de fundi-los para a edificação de uma suposta identidade nacional, como almejavam intelectuais nacionalistas como Sílvio Romero, Alberto Torres e Afonso Arinos, por exemplo.

No campo das letras, o debate fervilhava. Surgem teses consideradas revolucionárias para a época; faz-se uma revisão da História do Brasil de forma jamais vista. Ao lado de Roberto Simonsen e Caio Prado Júnior, que procuravam compreender os processos político-econômicos brasileiros, destacaram-se Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda, dois autores imprescindíveis para a compreensão da idéia de identidade nacional e que se inscrevem num contexto nacionalizante, de padronização e uniformização dos aspectos políticos e culturais do país.

Casa-Grande e Senzala, escrita em 1933, a obra mais famosa de Gilberto Freyre, notabiliza-se por, diferentemente do pensamento conservador, valorizar a mestiçagem como uma potencialidade brasileira rumo ao desenvolvimento da nação. Para ele, o carácter multirracial da sociedade brasileira é capaz de gerar uma “civilização” original e criativa, oferecendo uma reinterpretação

democratizante do processo de formação da cultura brasileira.

Ao lado de Freyre, Sérgio Buarque também interpretará a cultura brasileira por uma via democratizante, igualmente valorizando a miscigenação e apontando para o fato de que as raízes do Brasil, expressão que dá título à sua obra, de 1936, sofreram transformações constantes.

O Estado Novo deu grande impulso às artes, visando à construção de uma identidade nacional. Na pintura, destacaram-se as obras de Portinari como porta-vozes da ideologia do regime, com importantes pinturas murais retratando o trabalhador brasileiro. Na arquitetura, de inspiração nazifascista, foram realizadas obras monumentais, representando a grandiosidade do poder. O prédio da Central do Brasil é um dos mais conhecidos exemplos. Também houve a popularização do rádio e do cinema e a sua utilização para fins políticos, tema de que trataremos mais adiante.

A ascensão do samba à condição de símbolo nacional

Ary Barroso, em sua consagrada “Aquarela do Brasil”, considerada por muitos a melhor música brasileira de todos os tempos (e que qualquer turista sabe cantarolar, realizando a conhecida coreografia com os dedos indicadores), é quem melhor resume essa nova responsabilidade que o samba tem de assumir para manter o Brasil brasileiro:

(...) Oi, abre a cortina do passado
Tira a mãe preta do cerrado
Bota o rei Congo no congado
Brasil, Brasil
Oi, este Brasil lindo e trigueiro
É o meu Brasil brasileiro
Terra de samba e pandeiro... (...)

Antes, porém, dos sambas ufanistas, era necessário dar um

jeito numa figura bastante conhecida nas décadas de 20 e 30 e que produzia um tipo de samba nada conveniente às pretensões do Estado Novo. O malandro era uma figura irreverente que freqüentava a região da boemia, como a Lapa e os arredores, e identificava-se muito com o samba, sendo várias vezes mencionado em suas letras. Algumas delas, bastante conhecidas por nós, pregavam o elogio à malandragem, ressaltando o não-trabalho, ter muitas mulheres, derrubar os adversários na “pernada” (um derivado da capoeira), ser o mestre do jogo de chapinhas, carteadado, bilhar etc. como formas de se viver com prazer. Sinhô, Bide, Buci Moreira e, mais tarde, Moreira da Silva e Wilson Batista eram os mais conhecidos e orgulhavam-se em ostentar o título de malandros. Suas vestimentas características – chapéu de palha, tipo panamá, terno sempre branco, calça larga, lenço no pescoço, sapato de bico fino muito bem engraxado – e seu jeito gingado de andar eram inconfundíveis e conferiam-lhes identidade. Cláudia Matos, no interessante livro *Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio* (2004), classifica a elegância do malandro como paródia do estilo burguês, pelo exagero e pela deformação com que se apresenta, despertando mais facilmente o interesse da polícia e afastando-o do aburguesamento. É de Wilson Batista (1933) um dos sambas mais conhecidos que envolvem a temática da malandragem:

Meu chapéu de lado
Tamanco arrastando
Lenço no pescoço
Navalha no bolso
Eu passo gingando
Provoco desafio
Eu tenho orgulho
Em ser tão vadio.

A malandragem, cantada em divertidos sambas, grande sucesso nas rádios, não escaparia ilesa ao controle do Estado Novo, que a identificava como signo da vadiagem (uma infração grave no Código Penal da época), um elemento dado ao ócio e

à perturbação da ordem. O DIP dedicava atenção especial aos sambas que lhes eram apresentados para censura prévia, tendo proibido, até o ano de 1940, cerca de 400 sambas. O próprio Wilson Batista teve de prestar esclarecimentos aos censores por conta de seu sucesso, proibido pela comissão de censura criada pela Confederação Brasileira de Radiodifusão.

A malandragem, entretanto, não deveria ser para sempre abandonada em função das restrições do regime, que também se desagradava das letras de samba em que o malandro reclamava do alto custo de vida e da falta de melhores condições sociais. Ao contrário, o malandro poderia tornar-se bastante útil, um importante trunfo para as pretensões de Vargas, servindo como porta-voz daquele regime ao se declarar regenerado do vício da malandragem e incorporado ao trabalho, principal artifício de Vargas para o controle das massas. Só o trabalho dignificava o homem. O próprio Wilson Batista aderiu a esse comportamento de bom moço, astuciosamente, para fugir das amarras da censura, e ao lado de Ataulfo Alves compôs a mais famosa ode ao Estado Novo:

Quem trabalha é quem tem razão
Eu digo e não tenho medo de errar
O bonde São Januário
Leva mais um operário
Sou eu que vou trabalhar
Antigamente eu não tinha juízo
Mas resolvi garantir meu futuro
Vejam vocês
Sou feliz, vivo muito bem
A boemia não dá camisa a ninguém.

Se o Estado Novo pretendia incorporar a malandragem ao seu discurso, convertendo o ex-malandro em trabalhador e divulgador de seu projeto, também estava em seus planos a aproximação de um outro elemento, em franca ascensão, que levaria diretamente às massas o seu projeto, educando-as e garantindo

a manutenção de seu controle: as escolas de samba.

As escolas de samba, àquela altura instituições bastante recentes, compostas em sua maioria por negros operários, começavam a atrair a atenção do Estado Novo, ganhando o seu prestígio e reconhecimento. Essa instituição congregava os mais perfeitos atributos que a cultura nacional deveria ter: samba, festa, mestiçagem, trabalhadores... Ali estavam presentes todos os elementos da “verdadeira” cultura nacional e, como tal, precisavam ser resguardadas do perigo da contaminação, da diluição das raízes tão bem preservadas naquele espaço. Surge então a preocupação de se preservar essa recém-descoberta pureza, repudiando todo tipo de modificação que viesse a ser experimentada no samba.

Vargas, por intermédio de Villa-Lobos, convidou as escolas de samba a participarem da Exposição do Estado Novo, na famosa Feira de Amostras de 1939, junto com outros grupos de danças “folclóricas”, como jongo, chagança, cateretê, entre outras manifestações culturais brasileiras.

Além de sua importância cultural, as escolas de samba tinham um papel estratégico no Estado Novo. Por serem agremiações populares, serviriam como veículo de massificação dos ideais estadonovistas, positivando a imagem “democrática” do regime junto às camadas populares. Cada vez mais Vargas investia no seu projeto de amoldar as escolas de samba a seus interesses, subvencionando o carnaval, interferindo na organização dos concursos e abrindo espaço para as escolas de samba no rádio, que se encontrava no auge da popularidade, tornando-se elemento fundamental para a propaganda getulista.

O DIP fiscalizava as escolas de samba e seus sambistas, procurando verificar, por exemplo, se todas elas haviam adotado enredos com temáticas nacionais e isentos de conteúdo crítico. As escolas que desrespeitassem as regras seriam eliminadas do certame. Isso aconteceu com a Vizinha Faladeira, bastante popular à época, que levou para a avenida, em 1939, o enredo “Branca

de Neve e os Sete Anões”, um conto de fadas internacional, contrariando todo o discurso nacionalista do período.

O Estado Novo, com seu apelo à positividade da mestiçagem como símbolo da fusão democrática das raças, a construção do samba como ritmo nacional, representante dessa harmonia racial e o esforço de transformação do malandro em trabalhador, ao lado da realização de maciços investimentos na indústria e organismos que fomentam a cultura, a pesquisa estatística e a assistência social, colabora com a introjeção desses novos valores nacionais, totalmente enraizados no imaginário da modernizada sociedade brasileira.

O samba, promovido a ritmo nacional, junto com as recém-criadas escolas de samba, que aos olhos de Vargas deveriam ser encaradas como verdadeiras corporações do samba, torna-se um símbolo oficial do Estado Novo, uma das suas mais nobres construções, com reconhecimento mundial, funcionando, inclusive, como moeda de troca nas relações diplomáticas com outros países.

Carmen Miranda se torna um emblema dessa construção. Sua vestimenta e seus trejeitos, “à baiana”, procuravam torná-la “brasileira”, ajudando-a a representar com sucesso o país no exterior, em especial na terra do Tio Sam que, em troca, nos oferecia a sua igualmente “autêntica” descoberta, traço de unificação nacional e até hoje símbolo dos Estados Unidos da América: Mickey Mouse.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Assista ao episódio que conta a visita do Pato Donald ao Rio de Janeiro no imperdível filme *Alô, Amigos*, produzido pela Disney em 1943. O desajeitado “gringo” norte-americano é recebido por Zé Carioca, o célebre papagaio que representa a ginga, a malandragem e o tropicalismo do Rio de Janeiro, percebido como a síntese do Brasil.

a) Pesquise o contexto em que a obra é produzida e a importância

estratégica do Brasil para os objetivos americanos no período.

b) Diga quais são as características mais marcantes do Rio de Janeiro turístico, segundo os produtores do filme.

c) Faça um comentário sobre o filme.

Você encontrará o filme *Alô, Amigos* acessando: <http://br.youtube.com/watch?v=xa1v5jBz8e8>

Comentário

O curta é uma divertida forma de entretenimento das massas e, sobretudo, um poderoso instrumento de veiculação dos ideais da política da boa vizinhança, que representou o interesse norte-americano em aproximar-se da América Latina, no sentido de garantir, através da colaboração entre os países, a hegemonia dos Estados Unidos no continente. O filme é também um interessante meio de se conhecer alguns aspectos do turismo no período. Boa diversão!

A era do rádio

Nós somos as cantoras do rádio
Levamos a vida a cantar
De noite embalamos teu sono,
De manhã nós vamos te acordar.
Nós somos as cantoras do rádio.
Nossas canções, cruzando o espaço azul
Vão reunindo, num grande abraço
Corações de Norte a Sul (...).

O rádio, sem dúvida, foi um dos mais importantes traços de união de um país de dimensões continentais e tão diversificado culturalmente como o nosso. As irmãs Miranda (Aurora e Carmen), na inesquecível canção de João de Barro, o Braguinha, nos dão pistas do impacto desse popular veículo de comunicação e entretenimento, habilmente utilizado por Vargas para a sua propaganda ideológica e seu projeto de unificação do país. O programa *A Hora do Brasil* fazia a divulgação dos feitos do Estado Novo, e Vargas falava diretamente às massas, dizendo-se o “pai dos pobres”, numa demonstração clara de seu perfil populista.

Em 1940, Vargas encampou a Rádio Nacional, a mais importante das rádios brasileiras no período.

Antes da década de 1930, o rádio era restrito às elites, com uma programação que se resumia à música clássica e aos programas eruditos. A inserção da propaganda no rádio e os lucros que ela proporcionava deram uma nova dimensão a esse veículo, que agora passava a chegar também às camadas populares, levando a todos os lugares os anúncios dos bens de consumo produzidos pela crescente indústria.

Um anúncio de 1945 do novo rádio da General Electric, modelo Tom Natural, cuja garota-propaganda era Carmen Miranda, trajando seu habitual turbante e seus balangandãs, é uma interessante síntese da sua época. Ao lado da imagem da *bombshell*, uma pequena indicação: “Veja ‘La Miranda’ na technicolor da Fox ‘Alegria, rapazes’” e, em letras miúdas abaixo da logomarca do rádio, os seguintes dizeres: “Na vanguarda em rádio – FM-AM – televisão – eletrônica.”

Por meio do anúncio podemos perceber o avanço da técnica, o poder da indústria cultural e a popularização da cultura de massas no Brasil (rádio, cinema e TV), a força do capitalismo americano no pós-guerra e o olhar estereotipado sobre o Brasil. Acompanhe:

A excêntrica Carmen Miranda pretende adquirir
um novo Rádio G.E. Tom Natural

Os novos receptores G.E. Tom Natural, pela inigualável pureza e surpreendente fidelidade do seu som, farão com que V.S. sinta os seus astros favoritos cantando ao seu lado.

Após a Vitória Total [*referência à vitória dos aliados, culminando no final da Segunda Guerra*], os vastos recursos construtivos e experiência da General Electric levarão ao seu alcance este maravilhoso rádio, **construído à prova de clima tropical** que, além de sua esmerada construção técnica, é apresentado sob a forma de um elegante móvel, **expressamente desenhado ao gosto latino**.

Como a pequena notável, prepare-se para adquirir um receptor G.E. Tom Natural. (grifos e comentários nossos)

No tempo da Rádio Nacional, eram populares também a

Rádio Mayrink Veiga (ambas do Rio de Janeiro), a Record, a Educadora e a Tupi, estas últimas sediadas em São Paulo. Os programas de auditório projetaram uma geração de consagrados artistas, os “cantores do rádio”, verdadeiros fenômenos da indústria cultural. O radiojornalismo (com destaque para o *Repórter Esso*), as radionovelas e as transmissões de jogos de futebol (que, àquela altura, já eram um fenômeno de massa) eram as atrações de maior audiência, sem falar em *A Hora do Brasil*.



Figura 21.3: A Rádio Nacional no auge da sua popularidade. As caravanas vinham de toda parte do Brasil para assistir ao vivo aos concorridos programas.

Fonte: Radiobras.

Carmen e Aurora Miranda, Francisco Alves e Mário Reis (os cantores galãs), entre outros, foram sucesso também no cinema, que ganhava impulso no governo Vargas com o incentivo à produção e veiculação de filmes nacionais. O público fazia fila para ver “em carne e osso” os seus ídolos do rádio. O Rio de Janeiro concentrava a maior parte das produtoras de cinema, entre elas a Cinédia, a Atlântida, a Vera Cruz e a Brasil Vita, que se popularizaram com as chanchadas, paródias dos musicais de Hollywood que, na época, faziam muito sucesso no Brasil. Os filmes carnavalescos produzidos pela Atlântida, principalmente, foram grandes responsáveis pela veiculação da imagem do Rio de Janeiro e do Brasil no exterior e até hoje figuram no imaginário de muitos

turistas que visitam o país.

Conheça mais sobre a relação entre o rádio e o cinema no período em



questão no interessante artigo “A música popular, a chanchada e a identidade nacional na Era Vargas (1930-1945)”, da professora Lisa Shaw, disponível em: http://books.google.com.br/books?id=FSi_gQINAEQC&pg=PA105&lpg=PA105&dq=chanchada+cantores&source=bl&ots=-QzuSq2gRt&sig=Gyf769XklAZxo-nDMLrdq9GQavg&hl=pt-BR&sa=X&oi=book_result&resnum=4&ct=result#PPA105,M1

Vargas e o turismo

O pesquisador João dos Santos Filho é um dos maiores colaboradores para a produção de uma historiografia do turismo no Brasil. Ainda que possam ser passíveis de crítica, em face dos juízos que tece ao longo de seus textos, é necessário reconhecermos a sua contribuição, destacando-se um interessante artigo a respeito da importância estratégica do turismo para o regime estadonovista.

Utilizando como fontes principais a revista *Cultura Política*, material de divulgação do DIP e os escritos de Alzira Vargas, filha e auxiliar de gabinete de Getúlio, o autor percebe que o turismo desempenhava um importante papel no governo Vargas pelas seguintes razões:

- era um instrumento de controle social a serviço do Estado, servindo como veículo de propaganda varguista, ao ressaltar as belezas cênicas e os valores culturais do país;
- era percebido como uma importante fonte de receita em potencial para o Estado, uma vez que a atividade turística ainda não havia sido organizada;

- o turismo era considerado um instrumento para o desenvolvimento interno econômico, social e político do Brasil.

Nesse sentido, o turismo adquiria uma dimensão estratégica, sofrendo o controle político da Divisão de Turismo, criada dentro do próprio DIP. Cabia a essa a produção de uma folheteria turística compatível com os interesses do regime, ressaltando a “brasilidade” e o “paraíso tropical”; a censura dos folhetos, filtrando o que não fosse conveniente ao regime; a organização de eventos cívicos voltados para a educação política das massas, como os comícios e festas realizados no estádio São Januário; a promoção da visita de personalidades estrangeiras ao Brasil (políticos de vulto, atrizes famosas de Hollywood, jornalistas e escritores, entre outros); a disponibilização de informações sobre “a atualidade nacional” para os turistas, nos idiomas inglês, francês e espanhol, entre outras atribuições.

O autor ressalta a importância do Rio de Janeiro no cenário turístico internacional já nessa época e destaca a imagem do Cristo Redentor, inaugurado em 1931 no governo Vargas e tombado em 1937 pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, o SPHAN, como um instrumento de propaganda varguista sobre o Brasil.

E, por falar no SPHAN, o órgão também foi criado no contexto do Estado Novo, em 1937, com a finalidade de proteger os bens culturais brasileiros, notadamente aqueles vinculados às elites políticas, contribuindo para a preservação da memória dos grupos dominantes.



Atividade

Atende aos Objetivos 1 e 2

2. Leia os artigos que selecionamos do Decreto-lei nº. 3.010, de 20 de agosto de 1938, que regulamenta o Decreto-lei nº406, de 4 de maio de 1938, que dispõe sobre a entrada de estrangeiros no território nacional, disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov>.

br/files/leis/Legislacao_agroambiental_antiga/Republica/Legislacao_Federal_antiga/Dec.3.010-1948.doc

CLASSIFICAÇÃO

Art. 23. Os estrangeiros que desejarem entrar em território nacional serão classificados em duas categorias, conforme pretendam vir em caráter permanente (permanentes) ou temporário (temporários).

Art. 24. Consideram-se permanentes os que tencionam fixar-se no território nacional, ou seja, nele permanecer por mais de seis (6) meses.

Art. 25. Os temporários compreendem as seguintes categorias:

- a) turistas, visitantes em geral, viajantes em trânsito; cientistas, professores, homens de letras e conferencistas;
- b) representantes de firmas comerciais e os que vierem em viagem de negócios;
- c) artistas, desportistas e congêneres.

(...)

Art. 31. Os temporários (art. 25) deverão apresentar:

§ 1º Os turistas e visitantes em geral, cientistas, professores, homens de letras e conferencistas:

1º - passaporte autenticado pelas autoridades competentes do país a que pertença o seu portador;

2º - prova de idoneidade, por qualquer dos seguintes meios, a critério da autoridade consular:

- a) atestado policial negativo de antecedentes penais;
- b) atestado de empresas industriais, comerciais ou agrícolas, jornais, companhias de navegação ou sociedades de turismo, cartas de referência ou qualquer documento da mesma natureza;

3º - atestado de saúde, passado por médico da confiança da autoridade consular (modelo nº. 4);

4º - atestado de vacina antivariólica passado por médico da confiança da autoridade consular ou repartição oficial.

§ 2º Os estrangeiros em trânsito (demora até 30 dias em território nacional):

1º - passaporte autenticado pelas autoridades competentes do país a que pertença o seu portador e visado pela autoridade consular do país a que se destine;

2º - atestado de saúde e de vacina antivariólica nas mesmas condições das exigidas para os turistas (modelo nº. 4).

§ 3º Os representantes de firmas comerciais estrangeiras e os que vierem em viagem de negócios:

1º - passaporte autenticado pelas autoridades competentes do país a que pertença o seu portador;

2º - atestados:

a) negativo de antecedentes penais, passado por autoridade policial competente;

b) de não ser de conduta nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições passado por autoridade policial, ou por duas pessoas idôneas, a critério da autoridade consular;

3º - atestados de saúde e de vacina antivariólica nas mesmas condições das exigidas para o turista (modelo nº. 4):

4º - prova da qualidade de comerciante, industrial, banqueiro ou interessado em realizações concernentes aos ramos de atividade dessas classes, a critério da autoridade consular.

§ 4º Os artistas, desportistas e congêneres:

1º - passaporte autenticado pelas autoridades competentes do país a que pertença o seu portador;

2º - atestados:

a) negativo de antecedentes penais, passado por autoridade policial competente;

b) de não ser de conduta nociva à ordem pública, à segurança nacional ou à estrutura das instituições, passado por

autoridade policial ou por duas pessoas idôneas, a critério da autoridade consular;

3º - atestados de saúde e de vacina antivariólica nas mesmas condições das exigidas para o turista (modelo nº. 4);

4º - prova de profissão lícita;

5º - prova de possuir contrato, visado por autoridade policial brasileira, com firma devidamente reconhecida.

Essa prova feita junto às autoridades consulares pela apresentação do contrato ou por autorização telegráfica do Ministério das Relações Exteriores, paga pelo interessado a taxa de correspondência.

(...)

Art. 113. Serão impedidos de desembarcar, mesmo com o visto consular em ordem, os estrangeiros:

I - indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres;

II - doentes ou apresentando manifestações de moléstias infecto-contagiosas graves, lepra, tuberculose, tracoma, elefantíase, câncer, doenças venéreas em período contagiante;

III - anarquistas, terroristas, extremistas e congêneres;

IV - anteriormente expulsos do país, salvo se o ato de expulsão tiver sido revogado;

V - condenado em outro país por crime de natureza que determine sua extradição, segundo a lei brasileira;

VI - que se entreguem à prostituição, a explorem ou tenham costumes manifestamente imorais;

VII - alcoolistas ou toxicômanos;

VIII - que apresentem documentação viciada ou falsificada.

Parágrafo único. Os impedimentos referidos nos nº. I, III, IV, V, VI serão opostos pela Polícia Marítima; o de n. II pela Saúde; e por uma ou por outra o de nºVII. O de nºVIII será oposto por qualquer das autoridades em serviço a bordo.

Art. 114. Serão também impedidos de desembarcar, ainda que com o visto consular em ordem, os estrangeiros vindos como permanentes:

I - aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos;

II - atingidos de afecção mental;

III - que apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional, que os invalide e para o trabalho.

Parágrafo único. Os impedimentos referidos neste artigo serão opostos pela Saúde.

Art. 115. As autoridades, nos impedimentos que opuserem, terão em vista as exceções estabelecidas para os estrangeiros vindos ao país em caráter temporário, para os quais não constituem motivos de embarço no desembarque as seguintes condições:

I - aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos;

II – que apresentem lesões orgânicas com insuficiência funcional.

Com base na leitura do decreto-lei, desenvolva as questões propostas:

a. Por que os artistas e desportistas, além das mesmas exigências feitas aos turistas, deveriam comprovar que tinham “trabalho lícito” para entrarem no Brasil?

b. Qual a postura do governo Vargas em relação aos portadores de deficiência que desejassem entrar no Brasil como “permanentes” e como “temporários”?

c. Apresente duas características do decreto-lei que comprovam a inspiração fascista da legislação criada no Estado Novo.

d. Pesquise as atuais condições para a entrada de estrangeiros no Brasil (residentes e temporários) e compare as diferenças e semelhanças entre a atual legislação e o decreto-lei estadonovista.

Comentário

O objetivo das questões é trazer à tona uma documentação muito pouco trabalhada, tanto pelos historiadores quanto pelos turismólogos, a respeito da entrada de estrangeiros no país. Trata-se da primeira legislação turística do Brasil. É necessário, antes de julgá-la, posicioná-la em seu contexto, entendendo as características do Estado brasileiro à época da sua criação. Percebe-se claramente a influência dos regimes nazifascistas na elaboração do texto, que exclui diversas categorias

de pessoas consideradas “indesejáveis” ao Brasil, utilizando-se de critérios sociais, políticos, econômicos e eugenistas.

A comparação com a nova legislação que regula a entrada de estrangeiros no Brasil lhe dará um parâmetro das mudanças e permanências dos critérios de julgamento de quem deve ser “digno” de entrar no Brasil, seja com autorização temporária, seja com visto permanente.

Samba e turismo: tudo a ver

A importância cultural do samba é indiscutível. Por essa razão, dedicamos aqui este espaço para refletirmos sobre a sua relação com o turismo. Como vimos, nem sempre o valor do samba foi reconhecido. Ao contrário, já foi caso de polícia, e o percurso realizado entre o samba marginal até sua transformação na música mais representativa do Brasil, reconhecida no país e no exterior, se inicia no projeto de invenção da brasilidade no período do Estado Novo. O caminho não foi tão simples, e esse reconhecimento não se deu de uma hora para outra. Os baluartes da nossa cultura popular passaram (e ainda passam) por inúmeras dificuldades, excetuando-se aqueles que fazem parte do seleto grupo interessante à indústria cultural.

O dia 2 de dezembro foi consagrado como o Dia Nacional do Samba desde 1964. Nessa data, em todo o Brasil festeja-se o mais badalado dos ritmos da nação (sim, o samba também fincou raízes bastante profundas em vários estados da Federação, a partir da difusão do ritmo pelas ondas do rádio. Se você tiver curiosidade, pesquise a história do samba em estados como Santa Catarina ou Ceará, por exemplo, e surpreenda-se com o que irá descobrir).

Nesse dia, no Rio de Janeiro, são realizadas diversas comemorações: lançamento oficial do carnaval carioca; do CD das escolas de samba, que é realizado na Cidade do Samba, um dos mais novos e mais importantes atrativos turísticos da cidade; dá-se o início dos ensaios técnicos das escolas no Sambódromo e a realização do Trem do Samba, também conhecido como Pagode do Trem, festa popular de grandes proporções que ocorre den-

tro dos trens do subúrbio, cuja culminância se dá no bairro de Oswaldo Cruz, tradicional reduto do samba carioca. Recomendamos que você conheça essa festa singular, que tem um público estimado em 100.000 pessoas e conta com o apoio do Ministério do Turismo e da Riotur.

Cariocas e turistas lotam todos os eventos relacionados ao samba, além das quadras das escolas, abrindo a alta temporada turística e a pré-temporada carnavalesca, num período que coincide com as férias escolares, a proximidade da chegada do verão e das festas de fim de ano. Isso sem falar nos dias de carnaval, quando tradicionalmente o fluxo turístico é extraordinário e os turistas se divertem, seja no Sambódromo, seja nos blocos de rua das diversas cidades do estado e do país.

Durante todo o ano, as escolas de samba e os artistas ligados ao mundo do samba se apresentam em todo o Brasil e no exterior, levando a nossa cultura aos quatro cantos do mundo. As sementes do samba frutificaram, e países como Japão, Alemanha, Áustria, Estados Unidos, Espanha, Israel, México, Itália, Inglaterra, Suécia e Finlândia possuem as próprias escolas de samba. Isso é que é globalização cultural!



Atividade

Atende ao Objetivo 3

3. Pesquise no sítio do IPHAN as modalidades do samba baiano e do samba carioca incluídas recentemente no Livro de Registro das Formas de Expressão, como meio de reconhecimento do samba e de suas diversas matrizes como patrimônio imaterial brasileiro.

Comentário

Não apenas os bens móveis e imóveis, ou seja, materiais, são considerados patrimônio cultural. Formas de expressão como danças, músicas ou até mesmo a gastronomia são reunidas como patrimônio imaterial. Estes patrimônios culturais oficialmente tombados pela esfera federal estão listados no sítio eletrônico do IPHAN (www.iphan.gov.br). O samba tem diferentes modalidades que podem ser pesquisadas na internet ou em literatura especializada.

Música brasileira e turismo na atual visão da Embratur

Programas e planos do governo ligados ao turismo reconhecem que o poder de atração que o Brasil exerce sobre os turistas deve-se muito à riqueza cultural do país. Dentro desses costumes, a música está em destaque, sendo um dos itens mais fortes e significativos para essa atratividade, motivador de viagens de estrangeiros para a nação.

Dois são os principais estudos do governo que citam a música como atrativo turístico e estimulam a sua promoção no exterior. O primeiro é o Plano Aquarela, realizado em 2005, que foi elaborado a partir de pesquisa com entrevistas de seis mil estrangeiros em 18 mercados e estuda os atrativos turísticos do Brasil. O segundo são as Propostas da Câmara Setorial de Música (2005/2006) para o Plano Nacional de Cultura, que tem diretrizes que estimulam a exportação da música brasileira.

Nas pesquisas realizadas para o Plano Aquarela (Plano de Marketing Turístico Internacional do Brasil – 2005), são abordados os fatores que motivam o viajante a escolher o Brasil como um destino turístico. Dentre os diversos fatores, é enfatizada a importância da nossa multiplicidade cultural. É dessa mistura de culturas advinda da miscigenação que surgem os traços da “‘brasilidade’ - a amabilidade, a hospitalidade, a alegria e o jeito de ser do brasileiro” (BRASIL. EMBRATUR, 2005, p. 38). Essa característica proporciona a diversidade da música, da dança e do patrimônio popular.

O Plano Aquarela, ao abordar a brasilidade no patrimônio popular, cita a participação da música na promoção da imagem do Brasil no exterior e afirma que ela é resultado de influências e miscigenações.

A música no Brasil desenvolve-se claramente entre a tradição erudita e as múltiplas formas da música popular. Ainda que mantendo trajetórias próprias, elas se cruzam em vários momen-

tos, e são essas “influências” e encontros que dão vitalidade à produção musical do país.

É interessante como a criatividade e o talento do artista brasileiro confirmam a nossa formação histórico-cultural. A produção musical do Brasil é o resultado permanente da miscigenação, da fusão, da assimilação de novas influências e sonoridades (BRASIL. EMBRATUR, p. 39).

Resumo

Esta aula representou um passeio pela Era Vargas, e foram destacadas as características mais relevantes do período em consonância com a conjuntura internacional e foi dada especial ênfase à questão cultural e às primeiras políticas públicas de turismo. A construção histórica de um discurso sobre a brasilidade, tão repetido e valorizado pela indústria do turismo, elegendo o samba como um de seus principais ícones, foi o principal aspecto ressaltado em nossa aula. Também o espaço ocupado pela indústria cultural – notadamente pelo rádio, pelo cinema e pela incipiente televisão nesse período – mereceu a nossa atenção, uma vez que foram importantes instrumentos de propaganda dos regimes políticos em vigor e ajudaram a conformar uma determinada imagem do Rio de Janeiro e do país.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, discutiremos as aceleradas transformações ocorridas após a Segunda Guerra Mundial e seus impactos no turismo, destacando o desenvolvimento da atividade turística, especialmente no Brasil.

22

As transformações após a II Guerra e seus impactos no turismo brasileiro

Meta da aula

Apresentar o grande desenvolvimento do turismo brasileiro após a Segunda Guerra Mundial até o fim do regime militar (1964-1985), a partir da análise crítica da história do país no período em questão.

Objetivo

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- 1** relacionar os principais fatos históricos ocorridos no período compreendido entre 1945 e 1985, com o desenvolvimento do turismo, especialmente no Brasil.

Introdução

Nesta aula, propomos um passeio pelos principais acontecimentos da história do Brasil do período pós-guerra até o fim da ditadura militar, em 1985, visitando também alguns fatos importantes que compunham a conjuntura internacional. Esse foi um momento central para o turismo no Brasil, que àquela altura passava a dispor de uma melhor infra-estrutura básica, começava a ter mais espaço na agenda pública e motivava a criação de vários cursos de nível médio e superior. Essa história, contaremos na viagem que agora se inicia. Embarque conosco!

Depois do grande trauma

Se a Primeira Guerra causou um grande mal-estar pela brutal violência, com um saldo de 10 milhões de mortos, sem contar os mutilados e os terríveis traumas psíquicos, o que dizer da Segunda Guerra, que sextuplicou esses números, num conflito que envolveu 72 nações de todos os continentes, direta ou indiretamente? E qual a justificativa para o gasto de um trilhão e meio de dólares nesse terrível conflito bélico? O que poderia ter sido feito com essa absurda cifra em prol da humanidade?

O maior massacre da História está diretamente relacionado às seqüelas da Primeira Guerra. O desrespeito do governo alemão ao Tratado de Versalhes, o desejo expansionista dos países industrializados, principalmente daqueles que levaram ao poder líderes totalitários, a disputa por novos territórios, tudo isso agravado pelos efeitos da crise de 1929, foram as principais razões que motivaram a deflagração da guerra. A invasão alemã à Polônia, em 1939, na tentativa de construção do “*espaço vital*” de Hitler, provocou a reação imediata da França e da Inglaterra. A essas duas nações se juntaram a União Soviética, e mais tarde (em 1941) os Estados Unidos, formando o grupo dos Aliados, que se opunha às forças do Eixo (Alemanha, Itália e Japão).

■ Espaço vital

No pensamento de Hitler, descrito em seu livro *Mein Kampf* (“Minha Luta”), em 1924, este seria um lugar que uniria todo o povo alemão (a “raça ariana”, que para ele seria superior aos demais povos) em torno de si, sob um único território expandido e livre da presença de outros povos. Nesse projeto, também os interesses econômicos eram evidentes. Para formar o “espaço vital”, Hitler anexou em 1938 a Áustria e os Sudetos – região montanhosa da antiga Tchecoslováquia – e em 1939 invadiu todo o restante da Tchecoslováquia e da Polônia.

Nos dois primeiros anos do conflito, as potências do Eixo obtiveram inúmeras vitórias, conquistando vários territórios na Europa, na África e na Ásia. Em dezembro de 1941, com a entrada dos Estados Unidos na guerra, a pretexto do ataque japonês à base americana de Pearl Harbor, no Havaí, os Aliados ganharam o reforço do país que já era o mais rico do mundo, impondo ao Eixo sucessivas derrotas até o final da guerra, em 1945.

Os dois lados do conflito foram responsáveis por vários genocídios, atingindo a população civil. O espaço vital de Hitler, transformado em política de Estado, levou à aniquilação de milhões de pessoas, entre elas judeus, negros, ciganos, portadores de deficiência física ou mental, homossexuais, comunistas e outras minorias étnicas, políticas e religiosas, provocando o Holocausto e a guerra mais sangrenta da História. Os norte-americanos, por sua vez, lançaram bombas atômicas sobre as cidades de Hiroshima e Nagasaki em agosto de 1945, num momento em que o conflito já estava bem próximo de seu fim.

Sob o pretexto de vingança contra a ação de submarinos alemães que provocou o afundamento de seis navios brasileiros no litoral baiano, o Brasil, que se mantinha neutro por conta dos interesses de Vargas com os dois lados do conflito, entrou na guerra do lado dos Aliados, enviando cerca de 25.000 soldados para os campos de batalha na Itália. A campanha brasileira foi muito bem-sucedida. Os soldados da Força Expedicionária Brasileira e da Força Aérea Brasileira derrotaram os nazifascistas em várias batalhas e foram recebidos como heróis no Brasil. A maioria dos soldados era de origem humilde, recrutados nas favelas cariocas.

Ao final da guerra, a Europa estava arrasada e a geopolítica mundial se organizava a partir de dois blocos: o capitalista, sob hegemonia dos Estados Unidos, e o socialista, sob controle da União Soviética. Inicia-se a Guerra Fria, caracterizada pela disputa armamentista, pela corrida espacial e científica, pela espionagem e pela tensão constante entre os dois blocos rivais.

A criação da Organização das Nações Unidas (ONU), fundada por 51 países, dentre eles o Brasil, deu-se logo após o fim da guerra. Trata-se de um organismo supranacional, que reúne atualmente 192 países, com o objetivo de promover a paz entre os povos, a solidariedade internacional e o respeito aos direitos humanos, embora muitas vezes os interesses dos países hegemônicos, notadamente dos Estados Unidos, se sobreponham, na prática, aos ideais altruístas da ONU. A ela estão vinculadas diversas agências, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), a Organização Internacional do Trabalho (OIT), o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e a Organização Mundial do Turismo (OMT).



Cinema e História: a Segunda Guerra na grande tela

A Segunda Guerra Mundial é um tema recorrente nas produções cinematográficas, sobretudo em Hollywood. O nosso cinema também tem ótimas obras sobre a participação brasileira no conflito e sobre a vida cotidiana nos tempos da guerra.

Confira um listão da produção fílmica sobre a Segunda Guerra Mundial e escolha o seu filme preferido, acessando:

<http://pordosol.tripod.com/MEGALISTA.html>



Museus do Holocausto e turismo

Você sabia que em todo o mundo existem hoje 61 museus temáticos que relembram a tragédia do Holocausto e são visitados por milhões de turistas anualmente? Questões polêmicas envolvem a criação e manutenção desses museus, entre elas o apelo à violência como forma de atrair o turista e o predomínio de uma memória do extermínio dos judeus, em detrimento do esquecimento dos outros grupos vitimados pelos nazistas.

Destacamos a Casa-Museu de Anne Frank, pela sua delicada concepção que procura preservar a estrutura do anexo secreto (o esconderijo da mais famosa vítima do Holocausto), por si só

bastante tocante, sem expor cenas do horror provocado pelo nazismo. Localiza-se em Amsterdã, na Holanda, e é um dos pontos turísticos mais visitados no país, chegando a mais de um milhão de visitantes por ano.

No material complementar, disponibilizamos um trecho da excelente monografia *Museus do Holocausto: recortes da História na visão do turista*, de Sara Dantas, que obteve o grau de bacharel em Turismo pela Universidade Federal Fluminense em 2008 com esse belo trabalho.

O Brasil após a Segunda Guerra Mundial

A ditadura do Estado Novo se mostrara desgastada com o fim da segunda Guerra e as pressões políticas internas pela redemocratização do país. Diversas questões estavam na ordem do dia, como o futuro do processo de industrialização brasileiro e o modelo de desenvolvimento econômico e social a ser seguido no país. Várias correntes políticas dividiam a opinião da sociedade: comunistas, nacionalistas e liberais que eram partidários do alinhamento do Brasil ao capital internacional propunham alternativas diversas para o desenvolvimento do país.

Vargas foi deposto em 1945. Realizadas eleições presidenciais, o general Eurico Gaspar Dutra saiu vitorioso, acenando para um período de abertura democrática, com o fim das restrições dos direitos políticos e civis. Foi convocada a Assembléia Constituinte, encarregada de elaborar uma nova Carta Constitucional para o país, que teve como princípios básicos: a livre manifestação de pensamento, a liberdade de associação, a ampla garantia de defesa do acusado e o voto obrigatório para maiores de 18 anos (até então, a idade eleitoral era de 21 anos).

Porém, houve uma democratização relativa, na medida em que a Constituição manteve a exclusão dos analfabetos do direito ao voto, restringiu o direito de greve aos trabalhadores, classificando como "atividades essenciais" a maior parte das ocupações, o que impedia que os trabalhadores paralisassem as suas atividades. Além disso, alinhando-se aos Estados Unidos no contexto

da Guerra Fria, o governo Dutra cortou relações com a União Soviética e cassou o direito de funcionamento do Partido Comunista Brasileiro e mais tarde o mandato de todos os políticos eleitos pelo Partido. Também decretou o fechamento dos cassinos, “em nome da moral e dos bons costumes”, pondo em xeque a frágil democracia que se instalava no país.

O alinhamento aos Estados Unidos no jogo político da Guerra Fria rendeu ao Brasil um grande fluxo de capitais norte-americanos. A política econômica do governo Dutra consistia na importação de itens essenciais para a produção industrial e na restrição da importação de bens de consumo, estimulando um intenso crescimento da indústria nacional, sem, no entanto, reduzir as desigualdades sociais.

Nesse período, houve um considerável desenvolvimento dos meios de comunicação brasileiros, inclusive com a inauguração das transmissões televisivas, a partir de 1950, por iniciativa do magnata das comunicações Assis Chateaubriand.

O fechamento dos cassinos e sua consequência para o turismo brasileiro

Que saudades
Do Cassino da Urca
Da orquestra e do Night and Day
Grandes noites eu passei
(G.R.E.S Estação Primeira de Mangueira. Trinca de Reis. Carnaval de 1989)

Os cantores e cantoras do rádio faziam grande sucesso, apresentando-se também nos glamurosos cassinos brasileiros. Os populares artistas do cinema nacional e estrangeiro também pisaram nos palcos dos cassinos. Emilinha Borba, Marlene, Linda Batista, Dircinha Batista, Virginia Lane, Dalva de Oliveira, Ângela Maria, Grande Otelo, Oscarito, Ankito, Dick Farney e a estrelamaior, Carmen Miranda, foram algumas das grandes atrações do Cassino da Urca.

Os cassinos eram importantes centros de lazer e entretenimento, e atraíam turistas interessados nas atrações, mas que também eram motivados pela combinação balneário e saúde. A maior parte desses cassinos, geralmente localizados nos hotéis, estava ou próxima ao mar ou em estâncias. Entre os mais importantes, podemos citar o Hotel Copacabana Palace, inaugurado em 1923, que foi o primeiro a possuir um cassino no Brasil (e onde foi realizado o último jogo no dia de sua proibição); o Cassino Beira-Mar, no atual Passeio Público (na cidade do Rio de Janeiro), o famoso Hotel Brasil, o Cassino Balneário da Urca, em São Lourenço, e o Hotel-cassino Quitandinha, em Petrópolis. Os dois últimos, além do Hotel-cassino Icaraí, em Niterói (atual prédio da Reitoria da Universidade Federal Fluminense), do Cassino de Poços de Caldas, do Cassino da Pampulha e do de Araxá, em Minas Gerais, eram de propriedade do empresário Joaquim Rolla, que sofreu grande prejuízo com o fechamento dos cassinos em 1946.

Foi na Era Vargas que os cassinos voltaram a ser liberados e atingiram o seu esplendor. As elites políticas e econômicas do Brasil movimentavam verdadeiras fortunas nas mesas de jogos dos cassinos situados em diversos estados brasileiros, principalmente na região Sudeste. Luxuosas festas eram promovidas para a nata da sociedade e para os endinheirados turistas que arriscavam a sorte na roleta, no bazar e no cartado e divertiam-se com as vedetes e os artistas famosos. Várias rotas aéreas foram criadas para facilitar o acesso aos balneários e cassinos.



Figura 22.1: Fachada em estilo normando do antigo Hotel-cassino Quitandinha, o maior e mais suntuoso da América do Sul até o fechamento, em 1946.

Fonte: www.inepac.rj.gov.br

O fechamento definitivo dos cassinos e a proibição de todo tipo de jogo de azar no Brasil se deu pelo decreto-lei 9.215, de 30 de abril de 1946, assinado pelo presidente Dutra, em nome da moral e dos bons costumes. Essa medida provocou uma profunda crise nas cidades turísticas que tinham nos cassinos uma grande fonte de receita.

A maior parte dos jornais de grande circulação da época apoiou a ação do governo, saudando o decreto-lei e execrando o jogo no Brasil, como é o caso do *Diário de Notícias*, edição de 1º de maio de 1946:

É com verdadeira emoção e sem reservas nos aplausos devidos que, hoje, nestas colunas, onde tantas vezes profligamos a jogatina e outras tantas vezes nos vimos privados de combater-la, registramos o ato do Governo da República determinando a pura e simples vigência do dispositivo das leis penais proibitivo da exploração dos jogos de azar, que havia sido suspenso por um ato típico da ditadura estadonovista. Não hesitamos em trazer as mais calorosas congratulações ao presidente, que o assinou, num assomo de dignificação do poder, verdadeiramente restaurados de linhas essenciais da moral pública do país, e penetrado de corajoso ânimo saneador e, em essência, coerente com o pensamento do ministro da Guerra signatário de serena e enérgica recomendação aos seus comandados ao tempo em que a indústria do pano verde era uma das colunas basilares do regime. (...) Maior é, pois, o entusiasmo com que assinalamos a medida ontem decretada, pois contém ela um inegável sentido afirmativo contra certos entorpecentes da ação moralizadora atribuída ao Estado. Vem ela ao cabo de anos e anos de campanha tenaz, que este jornal sustentou, sozinho, seja recusando não só a publicidade ostensiva dos cassinos, como de suas roupagens artísticas e turísticas, seja profligando doutrinariamente o vício, seja provocando pronunciamentos de vozes autorizadas, muitas vezes sofrendo vedações e castigos. (...)" (grifo nosso)

Um dos poucos vespertinos que se pronunciaram contra o fechamento dos cassinos foi *A Resistência*, que, a 5 de maio de 1946, apontava a perda de postos de trabalho e o desprestígio da classe artística no país:

Não seria exagero acentuar que realmente existiu de parte do Governo indesculpável inadvertência. As condições objetivas do meio social brasileiro não apresentam, como acontece na Inglaterra, por exemplo, condições próprias no incentivo do setor artístico do povo. Por isso julgamos inadvertido o Governo, atingindo exabrutamente os profissionais que, trabalhando nos cassinos se encontram, da noite para o dia, ao desemprego e, – o que é catastrófico – se viram desempregados: atores, cantores, bailarinos, músicos, enfim, um verdadeiro mundo onde o ingresso independe de simples desejo de ganhar a vida mas, exige, ao contrário, vocação, estudo, perseverança e talento. (...)

Coerente com as suas diretivas, *A Resistência* inicia um movimento de apoio às reivindicações de todos aqueles que, por força do decreto-lei que extinguiu o jogo, se viram em situação de inesperado desajustamento em sua atividade laboriosa. (Fonte: FECHAMENTO dos cassinos. UOL. O Rio de Janeiro através dos jornais. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/rionos-jornais/rj41.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2009.)

As consequências do fechamento dos cassinos, obviamente, estenderam-se também para o setor turístico.

De acordo com o ex-deputado Dércio Knop, autor do Projeto de Lei 91/96, “antes da proibição, existiam no país 71 cassinos que empregavam 60.000 trabalhadores direta e indiretamente”. O município mineiro de São Lourenço, segundo o ex-parlamentar, foi criado em 1927 e era o menor de todos os municípios do estado. Assim mesmo, possuía 8 cassinos no total, seguindo o exemplo de muitas estações termais e de férias da Europa. Naquela época, surgiram 40 hotéis ao redor dos cassinos por iniciativa da empresa privada, que atraía visitantes da classe média alta de São Paulo e Rio de Janeiro, além de argentinos, uruguaios e paraguaios, que chegavam em linhas aéreas regulares e diárias (CONGRESSO NACIONAL, 1996 apud PAIXÃO, 2009).

Diversos projetos foram enviados à Câmara dos Deputados visando à legalização dos jogos de azar no Brasil. Passados mais de 60 anos da proibição (que também condena o popular jogo do

bicho à contravenção), o *trade* turístico cada vez mais registra a saída de brasileiros que se juntam a outros turistas de diversas procedências para se divertirem em países onde o jogo é permitido. A classe artística, sobretudo os remanescentes da época de ouro do rádio e dos programas de auditório, se ressentia da perda irrecuperável de um importante espaço de atuação na cena cultural brasileira. Na internet, páginas nostálgicas sobre a época dos cassinos no Brasil atraem um público cada vez maior, formado por quem freqüentou ou mesmo por quem sequer viveu o período, mas ouviu histórias pitorescas e românticas sobre o que se passava ao redor das mesas e roletas de jogo.

A Copa do Mundo é nossa

Em 1950, o Brasil sediou a 4ª Copa do Mundo de Futebol. As anteriores foram realizadas em 1930, no Uruguai; em 1934, na Itália e, em 1938, na França. Entre 1938 e 1950, o evento esteve suspenso por causa da guerra. A Europa estava devastada e muitos países desistiram de participar. O Brasil foi o único candidato a sediar o mundial e já havia sinalizado essa intenção para a Copa de 1942 (que não houve). A candidatura foi aprovada e o evento retornou à América do Sul, sendo os jogos distribuídos entre as cidades de Curitiba, São Paulo, Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife e Rio de Janeiro.



Figura 22.2: Cartaz da Copa do Mundo sediada no Brasil em 1950, tendo o Pão de Açúcar estilizado ao fundo, sugerindo uma harmoniosa combinação entre o céu, o mar e o relevo cariocas.

O Maracanã teve suas obras iniciadas em 1948 e só concluídas em 1965. Acusado por muitos políticos (principalmente Carlos Lacerda) e por alguns veículos da imprensa de “obra faraônica”, foi inaugurado ainda sem estar pronto para os jogos oficiais da Copa do Mundo de 1950, tornando-se o maior estádio do mundo. A fatídica partida final contra o Uruguai, assistida por quase 200.000 pessoas no estádio, representou um grande trauma para os brasileiros, que àquela altura somavam “50 milhões em ação”



No premiado curta-metragem *Barbosa* (direção de Jorge Furtado, 1988), um homem, vivido por Antônio Fagundes, volta no tempo e tenta interferir no resultado da partida, inocentando o goleiro Barbosa, que foi responsabilizado por boa parte da crônica esportiva brasileira da época pela derrota na Copa, considerada por muitos uma “barbada”.

Sobre a Copa do Mundo de 1950 e aspectos da sociedade brasileira e do Rio de Janeiro da época, recomendamos alguns excelentes materiais multimídias.

O primeiro deles é o documentário *El día en que Brasil lloró – Uruguay campeón del mundo* (1950), que começa apresentando a cultura da cidade do Rio de Janeiro “*la capital de la fiesta, por definición*”, o carnaval carioca e os detalhes da construção e inauguração do Maracanã. Narrado em espanhol (num ritmo bastante fácil para os brasileiros acompanharem), o curta é um verdadeiro documento da história social do Brasil de 1950, inserindo as relações entre futebol, política e carnaval e o fenômeno de massas que o esporte se tornou no Brasil. Pode ser encontrado em: <http://www.youtube.com/watch?v=6pMmRfKKZfk&feature=related>

Outra sugestão é o curta *Final 1950*, que traz imagens do clima que cercou a partida antes e depois do resultado e a participação de jogadores e comentaristas brasileiros. O filme é espetacular, e sua mensagem pode ser captada mesmo que você não seja um *expert* no idioma de Shakespeare. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=wYKzZRN0U6o&NR=1>

Para assistir ao curta de ficção *Barbosa* (em português), clique em: <http://www.portacurtas.com.br/busca.asp#>. Digite no campo “Ache um curta” a palavra *Barbosa* e bom divertimento!

Sugerimos também uma espiadinha no Laboratório de História do Esporte e do Lazer, do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Acesse <http://www.sport.ifcs.ufrj.br/> e surpreenda-se com a abordagem multidisciplinar dos estudos sobre os esportes, eventos esportivos e sobre o lazer.

A volta de Vargas ao poder

Em 1950, Vargas venceu as eleições presidenciais, confirmando o prestígio de que ainda gozava junto à opinião pública nacional. Manteve a sua política nacionalista e intervencionista, restringiu os investimentos estrangeiros e estimulou o desenvolvimento do país por meio do estímulo à produção nacional. Assim, criou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) e a Petrobras, com o fim de deter o monopólio estatal da produção e refino do petróleo brasileiro, setor estratégico da economia. Também promoveu consideráveis reajustes no salário mínimo, conquistando amplo apoio popular.

No seu segundo governo foi sancionada pelo presidente Vargas a Lei Afonso Arinos, que torna contravenção todos os atos de discriminação racial. Dentre os artigos previstos na lei (que foi modificada em 1985), destacamos:

Art 2º Recusar a alguém hospedagem em hotel, pensão, estalagem ou estabelecimento da mesma finalidade, por preconceito de raça ou de côr. Pena: prisão simples de três meses a um ano e multa de Cr\$5.000,00 (cinco mil cruzeiros) a Cr\$20.000,00 (vinte mil cruzeiros).

O presidente sofreu dura oposição dos empresários ligados à União Democrática Nacional (UDN), interessados nos investimentos do capital estrangeiro no país e era fortemente combatido pelo jornalista Carlos Lacerda, da *Tribuna da Imprensa*, que foi vítima de um atentado praticado pelo chefe da guarda pessoal de Vargas, desencadeando uma profunda crise política e fortes pressões que culminaram no suicídio do presidente no Palácio do Catete.



“Mais uma vez as forças e os interesses contra o povo coordenaram-se e novamente se desencadeiam sobre mim. Não me acusam, insultam; não me combatem, caluniam, e não me dão o direito de defesa. Precisam sufocar a minha voz e impedir a minha ação, para que eu não continue a defender, como sempre defendi, o povo e principalmente os humildes. (...)”
(Trecho da carta-testamento atribuída a Getúlio Vargas, 23/8/1954.)

O Brasil dos anos dourados

Após o suicídio de Vargas e a rápida passagem de Café Filho, presidente da Câmara, pelo poder, o mineiro Juscelino Kubitschek foi eleito presidente da República, com o seu famoso slogan “50 anos em 5”. JK conduziu uma política conhecida como desenvolvimentismo, por meio de seu Plano de Metas, buscando desenvolver o Brasil em tempo recorde. Priorizou os setores essenciais como energia, indústria, siderurgia, transporte e alimentos. Houve um grande impulso para a indústria automobilística e a abertura de muitas estradas, unindo o país de Norte a Sul, através de uma mentalidade rodoviarista (isso nos ajuda a compreender a força do turismo rodoviário e o declínio do transporte ferroviário no país). Diferentemente da política varguista, o financiamento do projeto de desenvolvimento para o país nos anos JK foi proveniente do capital estrangeiro, com a presença no Brasil de empresas internacionais, remetendo consideráveis margens de lucro para o exterior e com volumosos empréstimos obtidos no estrangeiro, o que provocou uma inflação alarmante, chegando a 25% ao ano.

Em 1960, Juscelino Kubitschek inaugurava a nova Capital Federal, que foi mudada do Rio de Janeiro, palco histórico de importantes acontecimentos políticos e sociais e tradicional centro de manifestações populares, para o deserto do Planalto Central.

Aliás, desde o Império já havia o desejo de mudança da capital para o interior do país.

O Plano Piloto, assinado pelo arquiteto Oscar Niemayer e pelo urbanista Lúcio Costa, mundialmente reconhecidos, foi incluído em 1987, pela Unesco, na lista dos Patrimônios Culturais da Humanidade, tendo como justificativa a aplicação dos modernos princípios do urbanismo numa capital planejada, o que é raro no mundo.

O paisagismo do Plano Piloto, especificamente o do Eixo Monumental (área verde próxima aos principais prédios do Governo Federal), é assinado pelo também mundialmente famoso Roberto Burle Marx. Ainda em 1960 foi finalizada a obra que deu origem ao Aterro do Flamengo, com 1.200.000 metros quadrados, cujo projeto paisagístico também é de autoria de Burle Marx.

Nesse período, a classe média brasileira experimentava um clima de euforia e satisfação, tendo acesso aos bens de consumo duráveis, principalmente automóveis e eletrodomésticos (não por acaso, os supermercados surgiram em 1957), o que ajudou na construção de uma visão romântica de que esta foi uma década dourada, de grande melhoria na qualidade de vida dos brasileiros, embora existissem inúmeras contradições sociais, como o crescimento da pobreza nos grandes centros urbanos, por exemplo.

O movimento da bossa nova, que em 2008 completou 50 anos, ilustrou o pensamento burguês do Brasil que dava certo. Jovens de classe média da Zona Sul do Rio de Janeiro reuniam-se em casas noturnas, universidades, bares e apartamentos da região para cantar e tocar samba numa batida diferente, encantados com as invenções do baiano João Gilberto. As letras falavam da satisfação em ver o mar, o céu, o sol ou simplesmente eram barulhinhos onomatopéicos do tipo *blim blom* ou *pa da ba da ba da*, por exemplo. A bossa nova ganhou o reconhecimento internacional, consagrando mundialmente o seu criador e outros notáveis talentos, como o maestro Tom Jobim, Vinicius de Moraes, Baden Powell, Carlinhos Lyra, Ronaldo Bôscoli, Roberto Me-

nescal, Sérgio Mendes e tantos outros. Até hoje "Garota de Ipanema", de Tom e Vinícius, é considerada a segunda música mais gravada em todo o mundo. Como visto na aula anterior, a música do Brasil, especialmente o samba e a bossa nova, são importantes atrativos turísticos do país e foram inseridos nas ações do poder público no sentido de promover o turismo brasileiro.



O outro lado do Rio

Em oposição ao clima de euforia experimentado pelas camadas burguesas da sociedade, cresciam as desigualdades sociais. Isso pode ser percebido, por exemplo, no movimento estético-cultural denominado Cinema Novo, que expunha as mazelas sociais no campo e nas cidades através das telas de cinema. Um dos mais badalados filmes de todos os tempos no Brasil é *Rio, 40 graus*, de Nelson Pereira dos Santos (1955), considerado também um dos fundadores do Cinema Novo. O filme conta a história de cinco meninos, vendedores de amendoim na escaldante cidade, marcada por fortes contrastes sociais. *Rio, 40 graus* traz uma particularidade muito interessante para os estudantes de Turismo: várias cenas foram gravadas nos principais pontos turísticos da cidade à época: Pão de Açúcar, Corcovado, Praia de Copacabana, Quinta da Boa Vista e estádio do Maracanã. Vale a pena conferir essa obra-prima do cinema nacional!

Outra relação interessante entre o turismo e os problemas sociais na década de 1950 é o artigo da escritora Rachel de Queiroz que, em sua coluna na famosa revista *O Cruzeiro*, em 31/10/1959, legou-nos uma impressionante visão sobre o turismo como vetor de desenvolvimento social. Apesar de seu meio século, o texto se mantém bastante atual, pois já se voltou a falar recentemente na pintura das favelas para não degradar a paisagem cênica da cidade, e, de fato, hoje as favelas foram transformadas em atrativo turístico, que em muitos casos beira o pitoresco, como previu a escritora. Definitivamente, Rachel de Queiroz era uma mulher à frente de seu tempo! Observe o puxão de orelha que ela dá no poder público municipal e sua percepção acerca da importância do turismo – que na época era percebido como uma indústria – para a sociedade:

As côres

Falar em D. Helder lembra favela, e falar em favela lembra logo a onda de demagogia que se anda fazendo porque o Sr. Mário Saladini, diretor do Turismo, se propôs a dar tinta aos favelados para que pintassem os seus barracos. Acho que nessa história está havendo é muita falta de compreensão. Afinal o homem

não é diretor da Sursan, nem da Saúde Pública, nem da Casa Popular, nem da Reabilitação das Favelas. É diretor do Turismo, só. A função dêle consiste, apenas, em procurar fazer a Cidade atraente aos olhos dos estranhos que nos visitam. Todo o mundo sabe e deplora – as favelas são uma chaga social, uma vergonha, uma tragédia. Mas o diretor do Turismo não é culpado disso, nem tem autoridade para interferir no problema. Êle é unicamente uma espécie de maquilador da Cidade – encarregado de tapar cicatrizes e espinhas, apresentar uma face bonita em cima da velha cara escavacada. Tratar da saúde do doente é com os outros – o papel dêle é só mesmo o de pintar. Poder-se-á alegar então que cuidar de turismo num tempo em que todo mundo passa fome é uma futilidade. Mas isso são outros quinhentos mil-réis. Mesmo porque, turismo já não é mais brincadeira, é indústria, e por tôda parte rende dólares aos milhões. O daqui não rende porque ainda não há; turismo houvesse, dando dinheiro, quem sabe se poderia com êle urbanizar as favelas? Embora eu duvide que, depois de apanhar o cobre, a turma fôsse se lembrar de favelado. Diriam logo que era pitoresco, que as favelas são uma tradição da Cidade (QUEIROZ, 1959).

Qualquer semelhança ou mera coincidência com a transformação das favelas em atrativo turístico, para que o visitante perceba os nossos “contrastes”, não é mera coincidência... Rachel de Queiroz “cantou essa pedra” há 50 anos...



Atividade

1.

a) Visite algum *site* de agência de turismo que ofereça pacotes para Brasília e conheça os patrimônios edificados do Plano Piloto que fazem parte dos roteiros turísticos tradicionais da região. Procure conhecer a importância de cada um dos atrativos, analisando também o discurso do marketing turístico para oferecê-los aos clientes em potencial.

b) Leia a matéria “Bossa Nova é garota propaganda do turismo brasileiro” e apresente duas outras idéias que possam ajudar a valorizar e divulgar o patrimônio brasileiro (em geral) por meio do turismo. Você encontrará a matéria acessando: <http://www.ideias.org.br/clipping/913.html>.

Comentário

O objetivo desta atividade é observar a relação entre dois importantes patrimônios culturais brasileiros, reconhecidos em todo o mundo, e o marketing turístico numa atividade interdisciplinar.

No primeiro item, destacamos a promoção e comercialização do Plano Piloto pela iniciativa privada. No segundo, o marketing do destino Brasil por meio da bossa nova, com foco nas políticas públicas de turismo.

Do breve governo Jânio Quadros ao regime militar

Os enormes gastos públicos realizados no governo de JK deixaram uma pesada herança para o seu sucessor, que assumiu a presidência da República em janeiro de 1961. Jânio Quadros se tornou muito impopular, principalmente pela sua política austera de enxugamento da máquina estatal e do congelamento dos salários, freando o impulso consumista da classe média. Outra medida polêmica foi o restabelecimento das relações com os países socialistas, procurando dialogar com os dois blocos em disputa durante a Guerra Fria e, com isso, reduzir a dependência brasileira em relação aos países capitalistas (Che Guevara, então ministro da Economia de Cuba, foi, inclusive, condecorado com a Ordem do Cruzeiro do Sul).

Jânio renunciou em 1961, com apenas sete meses de governo. Ele próprio admitiu, em 1992, que a renúncia foi um blefe, uma tentativa de golpe no Congresso para obter mais apoio para governar, utilizando como argumento o perigo de um comunista assumir o poder ou de haver um golpe militar. Entretanto, o Congresso aceitou o seu pedido de renúncia e seu governo se encerrou de forma prematura. Nesse curto tempo no poder, o polêmico presidente, que utilizava uma vassoura como símbolo “para varrer a corrupção”, tomou diversas medidas: proibiu o uso do biquíni em concursos de misse televisionados, a briga de galos e o lança-perfume. Ficou conhecido pela sua personalidade excêntrica, pelo estilo desalinhado, pela postura populista (carregava sanduíches de mortadela no bolso para impressionar as camadas populares durante as campanhas eleitorais) e por beber demais: “Bebo porque é líquido. Se sólido fosse, comê-lo-ia.” é uma de suas “pérolas”

Com a renúncia, assumiria a presidência o seu vice, João Goulart, mas este foi impedido por um grupo influente de políticos ligados aos militares e às oligarquias agrárias. A condição para que assumisse o poder seria a transformação do regime político brasileiro de presidencialismo em parlamentarismo, o que ampliaria os poderes de um primeiro-ministro e reduziria a influência do presidente João Goulart. Tudo isso com a aprovação do Congresso por meio de um Ato Adicional. Como você percebeu, foi um golpe político que, no entanto, não teve respaldo popular. Em 1963, por meio de um plebiscito, o povo brasileiro votou em defesa do presidencialismo, restaurando o regime anterior.

O governo de João Goulart foi extremamente instável, ameaçado por diversas forças de oposição que temiam a instauração do comunismo no país. Ao lançar uma série de medidas, conhecidas como Reformas de Base, visando a equilibrar a difícil situação econômica e reduzir as desigualdades sociais, Jango captou a ira de setores conservadores, contrários à reforma agrária por ele empreendida e à redução da remessa de lucros das empresas estrangeiras para os países de origem.

Em 31 de março de 1964, João Goulart foi derrubado do poder pelo Exército, partindo no dia seguinte para o exílio no Uruguai. Começava aí um dos capítulos mais nebulosos da história do Brasil, com a implantação de uma ditadura militar por longos 21 anos. As principais características do governo militar nos “anos de chumbo”, como ficou conhecido esse período, foram: ausência da liberdade de pensamento e de expressão, suspensão dos direitos constitucionais e civis, cassação dos partidos políticos e dos mandatos dos parlamentares oposicionistas, fechamento do Congresso, funcionamento da censura às produções artísticas e intelectuais, fim das eleições diretas, intervenção na política dos sindicatos, perseguição política e violenta repressão (incluindo tortura e morte) aos que eram contra o regime militar. Foram permitidos apenas dois partidos políticos: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e a Aliança Renovadora Nacional (Arena), ambos controlados pelo regime militar.

O movimento estudantil foi o que mais se destacou na oposição ao governo militar, através da União Nacional dos Estudantes. O estopim para os protestos foi a morte do estudante Edson Luís, de 17 anos, dentro de um restaurante universitário invadido pelos militares. Houve uma grande comoção nacional e mais de 50 mil pessoas foram ao enterro do jovem, começando aí uma forte corrente de oposição ao regime militar, que ganhou a adesão da classe artística e dos intelectuais de esquerda.

A famosa Passeata dos Cem Mil, em junho de 1968, representou um grito de diversos setores da sociedade brasileira contra o autoritarismo e a violência do novo regime e deve ser compreendida no conjunto dos movimentos sociais que ocorreram naquele período também na Europa e na América Latina no contexto da Guerra Fria (exemplos: Primavera de Praga, movimentos estudantis na Alemanha, França, Itália e México).

Com o Ato Institucional número 5 (AI-5), o regime militar recrudescceu. O Congresso foi fechado, os políticos, cassados, foi proibida qualquer forma de reunião política, foram instituídos a liberdade vigiada e o aumento da censura, da vigilância e da repressão policial, banindo do país qualquer esperança de democracia e, com ela, os principais formadores de opinião que eram contrários ao regime. Políticos, intelectuais e artistas que incomodavam o regime militar foram forçados ao exílio na Europa e na América Latina. Muitos que permaneceram e faziam oposição, atuando na clandestinidade, foram perseguidos e torturados. A luta armada se instaurou no país, com a guerrilha urbana e também no campo.

O período mais difícil do regime militar foram os anos do governo Médici, entre 1969 e 1974, quando se intensificaram a repressão e a violência contra os grupos oposicionistas, aumentando os assassinatos, torturas e desaparecimentos de presos políticos, a censura à imprensa e às diversas manifestações culturais. Sob a euforia da vitória do Brasil na Copa de 1970 e o crescimento econômico do país, a maior parte da sociedade parecia não se dar conta da suspensão dos direitos civis e sociais,

da instalação da censura, da tortura e do medo impostos pela ditadura militar.



Figura 22.3: Uma das muitas charges do cartunista Henfil, do jornal *O Pasquim*, vetadas pela censura militar.
Fonte: Instituto Ciência Hoje.



Conheça um pouco mais do clima que se abateu sobre a produção cultural brasileira no período da repressão militar assistindo às cenas antológicas da apresentação de Chico Buarque e Gilberto Gil no show *Phono 73*, realizado no Anhembi, em São Paulo. A censurada “Cálice” (trocadilho com “cale-se”, como se pode notar pelo contexto da época e da própria música) foi cantada com palavras absolutamente inverossímeis, numa estratégia dos dois artistas de burlar a censura. A produção do show tomou as suas providências e os artistas reagiram. Veja o desfecho dessa história acessando um dos campeões de audiência do YouTube, com quase 300.000 visitas: <http://www.youtube.com/watch?v=oXGDIMMOEWg>
Aproveite e dê uma olhadinha nos outros muitos vídeos relacionados ao tema da ditadura militar. A maioria são clipes preparados com músicas e fotografias dos momentos mais impactantes da repressão militar e das manifestações políticas contra o regime, que sintetizam e ilustram os conteúdos abordados nesta seção da nossa aula.

Uma das formas de compensação do regime que anulou a democracia e as liberdades individuais dos brasileiros era o aumento do poder de compra das camadas médias da população, com o restabelecimento do crédito, e a melhoria da infraestrutura do país. A Rodovia Transamazônica, a Ponte Rio–Niterói e a Usina Hidrelétrica de Itaipu são produtos dessa política, todas consideradas “obras faraônicas”, com grande desperdício de capitais, desvio de verbas e responsáveis pelo aumento da dívida externa. Esse período, que contou com grande volume de capitais obtidos de empréstimos no exterior que proporcionaram o desenvolvimento interno e a geração de milhares de empregos, ficou conhecido como “milagre econômico”. A inflação beirava os 18% e os empréstimos internacionais fizeram crescer enormemente a dívida externa brasileira. Entretanto, havia uma sensação generalizada de desenvolvimento e progresso. O senso comum costuma atribuir ao período militar o mérito de promover grande prosperidade para o país e proporcionar a aquisição de bens de consumo duráveis para a classe média, como automóveis, geladeiras, televisores e outros aparelhos eletrodomésticos.

O turismo no período após a Segunda Guerra

No intervalo entre as duas grandes guerras, verificou-se um próspero desenvolvimento do turismo, inclusive no Brasil.

A partir da década de 1950, com a recuperação das economias arrasadas pela guerra, ocorreu um grande desenvolvimento econômico dos países industrializados, com o conseqüente crescimento da classe média européia e da norte-americana.

Ao mesmo tempo, o restabelecimento da paz mundial – ainda que relativa – ao lado da conquista de diversos direitos civis (redução da jornada de trabalho, férias, direito ao descanso remunerado como recompensa do desgaste provocado pelo trabalho), das melhorias nos setores de comunicação e transporte (consolidação e modernização da aviação civil, trens de alta velocidade, o incremento da indústria automobilística), proporcionaram um considerável crescimento do turismo, com

tendência à massificação. Foram criados pacotes padronizados para dar conta da volumosa demanda de turistas.

No Brasil, houve um grande impulso no desenvolvimento da atividade turística, proporcionado principalmente pela melhoria da infra-estrutura de base do país. A aviação civil se expandiu consideravelmente, novas estradas ligando grandes distâncias do país foram abertas, proporcionando o advento do turismo rodoviário, que foi largamente favorecido pelo *boom* da indústria automobilística a partir dos anos 1950. A rodovia Presidente Dutra, por exemplo, com 405 quilômetros, ligando o Rio de Janeiro a São Paulo, data de 1951.

Em 1957 operavam no Brasil 17 empresas aéreas, dentre elas a Varig, a Vasp e a lendária Panair. O pesquisador Luiz Trigo alerta para o fato de que em 1948 operavam no Brasil 65 empresas aéreas, que foram encerrando suas atividades ou sendo incorporadas por empresas maiores e mais bem organizadas. Esse registro nos chama a atenção do grande impulso da aviação brasileira no pós-guerra, beneficiando diretamente o turismo.

Também data da década de 1950 a criação de uma série de associações de classe ligadas às atividades turísticas. Para você ter uma idéia da importância do setor, em 1953 foi criada na sede da Confederação Nacional do Comércio, no Rio de Janeiro, então Distrito Federal, a Associação Brasileira das Agências de Viagem (ABAV), e o seu primeiro congresso foi realizado em 1959; em 1957 surgia a Associação Brasileira dos Jornalistas Especializados em Turismo (Abrajet) e o Brasil já era filiado à Associação Interparlamentar de Turismo, com sede em Gênova, na Itália.



Para ilustrar ainda mais a importância do turismo na década de 1950, sugerimos a leitura do artigo “Plano turístico para São Paulo”, escrito por Helio Damante, em 1951. Trata-se de um documento histórico que revela as preocupações bastante pertinentes do autor com a estruturação do turismo na “terra da garoa”, que àquela altura já era uma das maiores cidades da América Latina (DAMANTE, 1951).

A Copa do Mundo de 1950 proporcionou um legado de diversos equipamentos turísticos na cidade do Rio de Janeiro. Para esse fim, foram inaugurados vários hotéis, entre eles o Miramar Palace, o Hotel Novo Mundo e o anexo do Copacabana Palace.

No período militar, especialmente nos anos do “milagre econômico”, o turismo teve um grande desenvolvimento no Brasil. Em 1966, o Decreto-lei 55, de 18 de novembro, definia a Política Nacional de Turismo, criava o Conselho Nacional de Turismo (CN-Tur) e a Empresa Brasileira de Turismo (Embratur, hoje Instituto Brasileiro de Turismo). Nesse mesmo ano, as agências de viagem e turismo foram regulamentadas (decreto número 58.483). No ano seguinte, a Embratur realizava o I Encontro Oficial do Turismo Nacional. Foi na década de 1970 que surgiram os primeiros cursos superiores de turismo do país, sendo o mais antigo o da Faculdade de Turismo do Morumbi (SP), criada em 1971. O presidente Médici, em 1973, instituiu por decreto o Ano Internacional do Turismo, que seria reeditado em 1987.



Atividade

2. Pesquise sobre o desenvolvimento do turismo no período da ditadura militar no Brasil, abordando os seguintes assuntos: a) abertura de estradas e rodovias; b) surgimento dos primeiros cursos superiores de Turismo; c) criação da Embratur e sua estratégia de promoção do destino Brasil.

Comentário

Faça uma consulta à bibliografia sobre a história do turismo no Brasil ou uma busca na internet sobre os assuntos propostos. Em seguida, procure desenvolver um pequeno texto relacionando todos os itens e perceba que, no seu conjunto, eles sinalizam que o turismo era uma atividade de grande importância estratégica durante o regime militar no Brasil.

A ditadura com os dias contados: o longo início do fim

Quando assumiu o poder em 1974, o general Ernesto Geisel encontrou uma grave crise econômica, alta inflação e grande insatisfação popular. Chegava ao fim o “milagre econômico”. A economia mundial, em recessão, empurrava para o fosso a economia brasileira, totalmente dependente do capital internacional.

Diante das pressões de diversos grupos sociais, da crise econômica que se abateu, colocando em xeque o eldorado do “milagre econômico”, e da política norte-americana favorável ao fim das ditaduras no Cone Sul da América do Sul, Geisel dá início à abertura política “lenta, gradual e segura”, liberando aos poucos alguns direitos civis. Os chamados militares “linha-dura” resistiram à transição para a democracia, aumentando a violência contra os opositores do regime. O jornalista Vladimir Herzog, em 1975, e o operário Manuel Fiel Filho, em 1976, foram duas das vítimas assassinadas dentro das dependências do DOI-CODI (o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna), órgão de repressão dos militares. A suspensão do AI-5 se deu em 1978, abrindo as portas para a reconstrução da democracia no Brasil.

No governo de João Baptista Figueiredo (1979-1985), a abertura política teve novos avanços, buscando a redemocratização. Foi decretada a Lei da Anistia, possibilitando que os brasileiros que se encontravam no exílio tivessem o direito de retornar ao país, como aconteceu com Luís Carlos Prestes, Leonel Brizola, Miguel Arraes, Márcio Moreira Alves, Fernando Gabeira, Fernando Henrique Cardoso, José Serra, Caetano Veloso, Gilberto Gil e Herbert de Souza. A Lei beneficiou também os algozes do regime militar, anistiando os agentes da repressão.

Apesar desse esforço para a transição em direção à democracia, os militares “linha-dura” ainda reprimiam e torturavam os cidadãos, provocando diversos atentados, como o do Riocentro, em 1981, quando uma bomba que seria colocada no

local onde se realizava uma grande festa em homenagem ao dia do trabalho, explodiu antes do previsto, matando um e ferindo o outro ocupante do veículo que a transportava. Afirma-se que a intenção era fazer um grande número de vítimas no evento e responsabilizar os comunistas pelo atentado. Também foram enviadas cartas-bomba a veículos da imprensa e à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Em 1979, foi aprovada a lei que assegurava o pluripartidarismo no país, permitindo que os partidos políticos cassados voltassem à legalidade e novos partidos fossem criados, entre eles o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT). A Arena passa a se chamar PDS (mais tarde PFL e atualmente DEM) e o MDB passou a ser PMDB.

A redemocratização e a campanha pelas “Diretas Já”

As pressões vindas dos sindicatos, partidos políticos, movimento estudantil, meios de comunicação de esquerda, classe artística e de vários setores organizados da sociedade resultaram na formação de um grande movimento conhecido como “Diretas Já”, que defendia a aprovação da Emenda Dante de Oliveira, garantindo aos brasileiros o direito de votar diretamente para presidente. A Câmara rejeitou a Emenda. Os brasileiros teriam ainda que esperar mais alguns anos para exercerem um de seus principais papéis no regime democrático.

Em 1985, Tancredo Neves, candidato da Aliança Liberal (formada pelo PMDB e pela Frente Liberal), foi escolhido pelo Colégio Eleitoral para governar o país. Entretanto, uma grave doença o afastou da cena política, levando-o à morte, antes mesmo de assumir a presidência da República. Seu vice, José Sarney, assumiu o poder, encerrando um período que ficou conhecido como os “anos de chumbo” no Brasil.



Atividade

3. Dois fenômenos do século XX até hoje são responsáveis pela divulgação do Brasil no exterior. Ambos encantaram o mundo. Para vê-los, guerras foram paralisadas, multidões se aglomeravam, seja nos teatros, nas telas de cinema ou nos campos de futebol. Cada um com sua arte, são lembrados como uma das primeiras imagens que vêm à cabeça dos estrangeiros ao ouvirem a palavra “Brasil”.

Faça uma pesquisa sobre as biografias de Carmen Miranda e Pelé e disserte a respeito da importância desses dois ícones para o turismo brasileiro.

Comentário

A intenção desta atividade é reconhecer o papel preponderante de Carmen e Pelé na divulgação do país no exterior, considerando a sua grande contribuição para o turismo nacional.

Resumo

Acabamos de realizar um longo passeio por meio século de História, revisitando fatos dos quais muitos de nós foram testemunhas e que ainda estão presentes em nossas lembranças. Para aqueles que têm menos de 35 anos, os resultados da história política e social do período em questão podem ser percebidos por inúmeros indícios que estão presentes em nossas vidas. Destacamos o grande desenvolvimento ocorrido no turismo brasileiro nesse período, acompanhando o desenvolvimento econômico e social do país e as lutas políticas e sociais pela reconstrução da democracia de direito e de fato, tarefa que ainda está para ser concluída.

Informações sobre a próxima aula

Na próxima aula, falaremos sobre a pós-modernidade, as recentes políticas de turismo no Brasil, identificando novas tendências do turista no século XXI, novas motivações e modalidades de turismo, especialmente as que estabelecem ligações com a história e a cultura.

23

A sociedade pós-moderna e o turismo

Metas da aula

Apresentar um panorama dos principais temas relacionados à sociedade pós-moderna, relacionando-os com a atividade e o fenômeno turístico, e identificar o perfil e as tendências do novo turista, fornecendo subsídios para a reflexão de temas contemporâneos ligados ao turismo, como o turismo virtual e o “turismo sem pressa”.

Objetivos

Ao final desta aula, você deverá ser capaz de:

- 1 identificar, nas novas tendências do turista do século XXI, relações com o turismo histórico-cultural;
- 2 conhecer e refletir sobre as recentes políticas de turismo no Brasil;
- 3 pesquisar novas motivações e modalidades de turismo, em especial aquelas que estabelecem ligações com a História e a cultura.

Introdução

A pós-modernidade costuma ser definida como a condição sociocultural e estética do capitalismo contemporâneo, também denominado capitalismo pós-industrial ou financeiro. Segundo Jean-François Lyotard, um dos pioneiros no emprego do termo, a “condição pós-moderna” se caracterizaria pelo descrédito aos grandes esquemas explicativos e pela queda das “garantias”, até mesmo a ciência não poderia ser considerada como fonte da verdade. Alguns autores preferem evitar o termo “pós-moderno”, substituindo-o por outros como “modernidade líquida” ou “hipermodernidade”.

Os conceitos pós-modernos buscaram superar os de modernidade, que foram constituídos no século XV e consolidados no século XVIII. Dessa forma, na segunda metade do século XX, assistiu-se a um processo sem precedentes de mudanças na história do pensamento e da técnica. Ao lado da aceleração avassaladora das tecnologias de comunicação, das artes, dos materiais e da genética, ocorreram mudanças paradigmáticas no modo de se pensar a sociedade e suas instituições.

Nesta nossa última aula de História e Turismo, convidamos você a refletir sobre algumas das transformações ocorridas em meados do século XX, associadas à constituição da sociedade pós-moderna, e a conhecer os recentes – e os novos – caminhos do turismo nesta contemporaneidade.

“Alguma coisa está fora da nova ordem mundial...”

A Guerra Fria (que dividiu o mundo em dois blocos: o socialista e o capitalista) teve o seu término na última década do século XX, com a derrubada do Muro de Berlim e o fim da União Soviética, dizimando o sistema socialista. Dentre os fatores explicativos para o fim do chamado “socialismo real” da União

Soviética, destacam-se a incapacidade do país de acompanhar a revolução tecnológica contemporânea (a chamada Terceira Revolução Industrial, especialmente na área da informática) e a frustração das expectativas de progresso material da população. O mesmo se verificou no restante dos países socialistas do Leste Europeu, guardadas as devidas especificidades.

Com o fim da Guerra Fria, o mundo sofreu uma nova divisão, pautada em critérios econômicos e políticos. É a chamada “nova ordem mundial” ou “globalização”, com as relações internacionais sendo regidas pelos países com maior capital, agrupados em grandes blocos supranacionais, dentre os mais importantes: o NAFTA, formado pelos países da América do Norte, com a liderança dos Estados Unidos; a União Européia, liderada por França, Alemanha e Inglaterra; e a região do Pacífico, sob liderança do Japão. Na América Latina foram criados alguns blocos regionais, como o Mercado Comum do Sul (Mercosul), a Comunidade Andina e o Mercado Comum Centro-Americano (Caricom). Superadas as ditaduras militares em todo o Cone Sul da América do Sul e controlada a inflação galopante, característica desse período, os países latino-americanos buscam posicionar-se na economia de mercado, tentando se inserir no mundo globalizado.

A nova ordem mundial trouxe consigo o neoliberalismo, uma política econômica que propõe a redução da interferência do Estado sobre a sociedade, ampliando a participação das empresas no controle da economia, da política e da cultura, imprimindo a lógica do consumo como forma de organização da vida em sociedade. Dentro da ótica neoliberal, o papel do Estado é redimensionado, passando do Estado de bem-estar social (onde o Estado é provedor da educação, da saúde e dos direitos sociais) para o Estado mínimo, sendo enxugada a máquina estatal, principalmente com a retirada do Estado das questões sociais e a transferência de uma série de empresas estatais para o controle da iniciativa privada (política de privatizações). Outras características do neoliberalismo são: novo modelo de gestão das empresas, que propõe a redução de custos operacionais,

incluindo o corte de pessoal, a especialização e o acúmulo de funções pelos empregados; o uso de tecnologia avançada (resultante da Terceira Revolução Industrial, ocorrida a partir da década de 1970), que dispensa o uso de grandes efetivos para a produção; a flexibilização da legislação trabalhista, permitindo a substituição da lei pela livre negociação e por acordos coletivos entre patrões e empregados; e o barateamento da produção com a instalação de fábricas em países que atraem as grandes empresas transnacionais pela baixa remuneração de mão-de-obra, pelo baixo custo de produção e por incentivos fiscais. (Faça uma experiência: observe ao seu redor quantos produtos fabricados na China o cercam no exato momento em que você lê esta aula. O resultado é surpreendente!)

A temida padronização cultural por meio da globalização dos valores culturais dos países hegemônicos, disseminada principalmente pelas mídias instantâneas, deve ser relativizada. Se por um lado se verifica uma tendência à uniformização de hábitos de consumo e de produtos culturais, especialmente entre os mais jovens, por outro não se pode deixar de considerar a emergência de vários grupos que reivindicam a construção ou o fortalecimento de suas identidades locais. Isso pode ser percebido, inclusive, no próprio turismo, com a crescente demanda por atrativos que valorizam as particularidades e os patrimônios das culturas locais, como veremos mais adiante no decorrer desta aula.

A globalização sugere a integração harmoniosa entre os países, reduzindo as desigualdades econômicas e sociais em todo o mundo. Entretanto, como cantou Caetano Veloso, ficaram de fora da nova ordem mundial os países mais pobres, aumentando as contradições sociais, o desemprego, a desigualdade na distribuição da riqueza e o abandono à infância. Os mais pobres, sem qualificação, e as minorias (imigrantes, minorias étnicas, refugiados políticos e outras) que se concentram nos países ricos também foram excluídos da nova ordem mundial, sem falar no acirramento das particularidades locais, com os conflitos entre etnias diferentes, patrocinados em muitos casos pelos países desenvolvidos.

Uma das conseqüências mais imediatas desse modelo econômico das nações mais ricas (copiada pelos países em desenvolvimento, como o Brasil) é o desemprego estrutural, que independe da variação dos ciclos econômicos (desemprego conjuntural) e está relacionado à mudança no processo produtivo, trazida, principalmente, pelo avanço tecnológico. Os mais afetados pelo desemprego estrutural são aqueles trabalhadores que não possuem especialização e não se enquadram dentro das novas exigências do mercado, com capacitação continuada, mantendo rede de relacionamento e de conhecimento, enfim, preparando-se para ser imprescindível num sistema produtivo que requer cada vez menos profissionais.

Vimos, portanto, que a globalização se tornou a “nova ordem mundial”. Que influência o processo de globalização do planeta tem no turismo? É o que veremos a seguir.

A globalização e o turismo

A globalização também teve como conseqüência a construção de uma cultura global. Já nos acostumamos a dizer que vivemos em um mundo globalizado. Mas vamos especular mais sobre esse termo.

Ampliando mais o conceito de globalização visto anteriormente, podemos dizer que esse é um fenômeno capitalista, que teve início na época dos Descobrimentos, durante o período mercantilista iniciado no século XV, quando aumentou a complexidade das relações políticas européias e a força de trabalho entre os países e continentes, particularmente nas novas colônias européias. Como vimos, muitos economistas analisam a globalização como um resultado do pós-Segunda Guerra ou como o resultado da Revolução Tecnológica (ou a Terceira Revolução Industrial). Contudo, outros estudiosos afirmam que esse fenômeno, que tem como resultado o aprofundamento da integração econômica, social, cultural e política, se desenvolveu a partir da Revolução Industrial.

Um dos primeiros sintomas da globalização pode ser pontuado em 1941, quando edições diárias do *Repórter Esso* no rádio eram transmitidas em caráter global. O *Repórter Esso* era uma síntese noticiosa de cinco minutos, seguindo um pacote cultural-ideológico dos Estados Unidos, transmitida para 14 países do continente americano por 59 estações de rádio.

Com o fim da Segunda Guerra Mundial, as nações vitoriosas e as devastadas potências do Eixo, chegaram à conclusão de que era de suma importância para o futuro da humanidade a criação de mecanismos diplomáticos e comerciais para aproximar cada vez mais as nações umas das outras. Deste consenso nasceu, por exemplo, a ONU – Organização das Nações Unidas – e começou, também, a surgir o conceito de bloco econômico, com a fundação da CECA – Comunidade Européia do Carvão e do Aço.

A necessidade de expandir mercados levou as nações a começarem a se abrir para produtos de outros países, marcando o crescimento da ideologia econômica do liberalismo. Dessa forma, a dinâmica do capitalismo necessitou que se formasse uma aldeia global que permitiria maiores mercados para os países centrais (ditos desenvolvidos) cujos mercados internos já estavam saturados.

O processo de globalização diz respeito à forma como os países interagem e aproximam pessoas, ou seja, interliga o mundo, levando em consideração aspectos econômicos, sociais, culturais e políticos e gerando, com isso, uma fase da expansão capitalista na qual é possível, por exemplo, realizar transações financeiras, expandir negócios que até então estavam restritos ao seu mercado de atuação para mercados distantes e emergentes, sem ter a necessidade de um investimento alto de capital financeiro. A comunicação no mundo globalizado permitiria tal expansão. Assim, podemos observar hoje que a globalização afeta todas as áreas da sociedade, principalmente a comunicação, o comércio internacional e a liberdade de movimentação, dependendo do nível de desenvolvimento e integração das nações ao redor do planeta. A característica mais notável da globalização é a presença de marcas mundiais.

A revolução causada pelo conglomerado de redes em escala mundial de milhões de computadores, interligadas pelo protocolo de internet, veio fortalecer o fenômeno da globalização em que mundialmente temos acesso a informações de todo tipo e à transferência de dados.

E como a globalização afetou o turismo? Algumas nações, em especial as emergentes, prosperaram com a globalização. Nelas, podemos observar um aumento da divisão do trabalho e a potencialização da informação via *web*. Houve crescimento econômico até a crise de 2008. Avanços tecnológicos puderam ser observados nos meios de transporte – essenciais para o deslocamento – e de comunicação, reduzindo tarifas e tornando as informações mais acessíveis para um público maior.

Um lugar que antes era isolado, pouco conhecido e sem integração com grandes centros turísticos pode hoje ser observado e conhecido por todos até mesmo pela tela do computador (caso sejam instaladas câmeras)! Pode realizar suas transações com inúmeros clientes em potencial e até mesmo em ambiente virtual. Não é à toa que cresce o número de agências de viagens virtuais e de serviços de compra ou reserva pela internet, em que a pessoa do atendente é quase dispensável.

No espaço virtual os consumidores podem realizar o chamado *one stop shopping* de produtos turísticos, comprando diretamente. Sem intermediários. Desintermediação e rein-termediação são as tendências no mercado de agências de viagens. O agente consultor é o responsável pela customização e fidelização do cliente, não mais a marca ou o nome da agência (THEOBALD, 2002).

Todas essas transformações fizeram aparecer novas tendências do turismo. Segundo a OMT – Organização Mundial do Turismo –, os turistas de um futuro próximo virão de novos lugares. Há previsão, por exemplo, de um crescimento de turistas asiáticos, principalmente chineses, que estão gradativamente se integrando à economia global. Existe ainda uma tendência do

crescimento do turismo de aventura, do ecoturismo, do turismo cultural – que terá sede de “autenticidade local” e de temas históricos como forma de reencontro com a “tradição” que vai desaparecendo junto com o crescimento da globalização –, do turismo de estética, de saúde, de cruzeiros etc.

Ainda segundo a OMT, a China e o Japão se juntarão à Alemanha como os primeiros países emissores de turistas do mundo, e embora as viagens intercontinentais continuem a crescer, as viagens próximas do local de origem serão as mais numerosas. A China, inclusive, segundo previsões, se tornará, também, um dos principais destinos mundiais.

Existe ainda a crença de que, nas próximas décadas, na maioria dos países desenvolvidos, o turismo doméstico atinja seu ponto máximo e nos países emergentes cresça bastante.

É importante salientar que o conhecimento das tendências para o setor de turismo propicia a base de planejamentos locais, do marketing de destinos e da análise do produto turístico.

A OMT e o ITPF – International Tourism Policy Forum – re- viram e analisaram uma ampla quantidade de relatórios de pesquisa e artigos produzidos por diversas instituições qualificadas, operadoras turísticas e especialistas. Consideraram como ponto de partida as visões de mais de 90 especialistas do setor, de 21 países. O objetivo foi o de proporcionar uma visão dos fatores que afetam o desenvolvimento turístico de longo prazo no mundo todo. A intenção era fornecer uma série de cenários prováveis sobre os futuros padrões de desenvolvimento e estratégias alternativas para enfrentá-los.

Veja a seguir um resumo desse estudo que identificou as principais influências sobre o turismo no período entre 1995 e 2009, com estimativa até 2020.

Principais determinantes e influências externas sobre o turismo

Econômicos

- Taxas de crescimento econômico globais contínuas, de moderadas a boas.
- Desempenho econômico acima da média para as economias dos Tigres Asiáticos.
- Aumento das diferenças entre os países ricos e os pobres;
- Aumento da harmonização das moedas.
- Continuidade dos movimentos em direção à desregulamentação, à privatização, à integração econômica regional e a um papel maior das corporações transnacionais.

Tecnológicos

- A tecnologia continua a ter impacto sobre a experiência de viagem e sobre aqueles que a utilizam ou fornecem.
- Desenvolvimento de tecnologia de informação.
- Avanços nas tecnologias de transporte (aviões supersônicos, trens de alta velocidade etc.)
- O vínculo e a interdependência entre transporte, sistemas de distribuições turísticas e informação ao consumidor recebem cada vez mais atenção.
- Os avanços tecnológicos, por outro lado, podem provocar a diminuição da mão-de-obra e dos empregos e o aumento da exigência por profissionais mais especializados.
- Videoconferência: diminuição do turismo de negócios.

Políticos

- Remoção de barreiras para viagens internacionais.
- Desregulamentação de transportes e outros setores ligados ao turismo – agências de viagem e hospedagem.

Demográficos

- Envelhecimento da população e contratação de mão-de-obra em países industrializados, levando à migração sul-norte.

- Erosão da família ocidental tradicional.
- Três grupos bem definidos de viajantes, todos diferentes em suas preferências e padrões de consumo de viagem:

1. o grupo de pessoas de 18 a 34 anos é aquele que mais se destaca, com a maior representatividade no mercado. Eles viajam sozinhos ou em grupos;

2. segmentos populacionais acima dos cinquenta anos são um dos que mais crescem, sobretudo nos países ocidentais e no Japão. Muitos deles serão aposentados precoces, resultado das reestruturações no mercado nos últimos anos. Terão recursos financeiros (mesmo que baseados em padrões homogêneos) e tempo livre para viajar;

3. o mercado familiar também será importante, à medida que o número de famílias com menor número de filhos e domicílios com duas fontes de renda continuará a crescer;

- As estruturas familiares também vão mudar no mundo todo: aumento do número de mulheres que trabalham, domicílios de solteiros, casais sem filhos e famílias não tradicionais.

Globalização

- Poder cada vez maior das forças internacionais econômicas e de mercado e conseqüente redução no controle dos estados individuais e corporações não globais.

Localização

- Conflito em países em desenvolvimento, entre identidade e modernidade.
- Demanda de grupos definidos a partir de etnicidade, religião e das estruturas sociais pelo reconhecimento de seus próprios direitos.

Consciência socioambiental

- Aumento da consciência pública sobre questões socioculturais e ambientais.
- Maior cobertura da mídia de grandes problemas globais (falta de água, aquecimento global etc.).
- Desenvolvimento sustentável.
- A preocupação com o meio ambiente assumiu um lugar central no turismo.
- Com previsão de um bilhão de chegadas em 2010, o desgaste potencial dos recursos turísticos pode colocar sua existência e manutenção em risco. A implementação e aceitação de limites à expansão do turismo são formas de contra-atacar o uso excessivo e a exploração dos recursos naturais e culturais de um destino.
- O turismo terá que combinar desenvolvimento econômico com proteção dos recursos naturais: utilização de tecnologias limpas, combate ao desperdício de água e energia, redução do uso de produtos químicos, reciclagem.

Ambientes de moradia e trabalho

- Maior congestionamento urbano, tanto em países desenvolvidos quanto nos em desenvolvimento (em especial).

Passagem da economia de serviços para a economia de experiência

- Mudança de foco em relação ao consumidor, passando-se a oferecer experiências mais individualizadas e de caráter pessoal.

Marketing

- O uso de tecnologia eletrônica para identificar e comunicar-se com segmentos e nichos de mercado.

Segurança e saúde

- O turismo somente prosperará nos países e regiões onde estiverem afastados o terrorismo, os distúrbios sociais, as confrontações bélicas, os surtos epidêmicos, e naqueles sem riscos meteorológicos, abalos sísmicos e erupções vulcânicas.

Esse panorama vai influenciar as motivações dos turistas e as novas tendências do mercado turístico na contemporaneidade. Reinaldo Dias costuma listar os seguintes pontos considerados novas tendências do consumidor-turista:

- Aumento da consciência ecológica – aumento de consumo de tipos de turismo no ambiente natural.
- Interesse pela diversidade cultural – valorização cada vez mais do contato com as populações locais visitadas em busca de manifestações culturais tradicionais, autênticas.
- Diversificação de interesses – um mesmo turista apresentando diversas motivações.
- Maior flexibilidade dos períodos de férias – várias saídas ao longo do ano, por períodos mais curtos. Tendência ao crescimento do número de pessoas que decidem viajar fora dos períodos de alta temporada aproveitando os preços baixos.
- Aumento da exigência de qualidade na prestação dos serviços turísticos – busca de produtos padronizados, específicos, diferenciados.
- Aumento do interesse pelas práticas mais ativas de lazer – rotas gastronômicas, participação em eventos, festas etc.



Atividade

Atende ao Objetivo 1

1. Explique de que forma as novas tendências do turista podem impulsionar a valorização do turismo histórico-cultural.

Comentário

O interesse pela diversidade cultural, a maior flexibilidade dos períodos de férias e o aumento pelas práticas mais ativas de lazer podem ser usados como argumento para a explicação solicitada. O segundo pode também ser relacionado com o processo de globalização que, teoricamente, leva os turistas a buscar as diferenças culturais como atrativo de viagem. Neste contexto, encontra-se também o turismo histórico-cultural.



As manchetes de jornais e revistas consagraram a divisão entre “velha” e “nova” economia. Mas a distinção tende a desaparecer: simplesmente a nova economia penetra todos os setores da velha economia. Agricultura é coisa antiga? As plantações do futuro terão sementes e *chips* de controle. Fabricar panos ou toalhas é coisa de tecelão, trabalhador manual? O setor têxtil modernizou-se e hoje exhibe os mais sofisticados sistemas de *design* gráfico e automação industrial. O zelador do prédio era uma pessoa que, no máximo, consertava um cano ou cuidava dos faxineiros? Os prédios inteligentes exigem zeladores que mais parecem administradores de empresas ou prefeitos.

Enquanto isso, surgem novas profissões: coordenadores de projetos, gerentes de terceirização, programadores visuais multimídia, administradores de comunidades virtuais, engenheiros de redes.

Essa economia que está surgindo, totalmente nova ou renovando o que já existe, funciona com base em redes de conhecimento. Portanto, transformar-se num elo de uma cadeia de transmissão de conhecimento é a melhor forma de ficar próximo a um bom emprego.

“Cadeia de transmissão”: não basta já ter algum diploma pendurado na parede. Há quem diga que os diplomas deveriam ser dados com prazo de validade, como leite e outros produtos perecíveis. Para competir no mercado de trabalho, não basta ter uma competência, é preciso ser competitivo, ou seja, estar disposto a reformular e atualizar continuamente conhecimentos, habilidades e atitudes. O trabalhador do futuro, seja qual for a sua especialidade ou setor, precisa estar habituado à gestão do próprio conhecimento. E desde os primórdios da humanidade é evidente que sabedoria e conhecimento só se atualizam quando proliferam as relações entre pessoas que ensinam, debatem, experimentam, pesquisam e dialogam (SCHWARTZ, 2009).

Uma das conseqüências negativas das transformações políticas, econômicas e sociais da contemporaneidade é a violência. É freqüente, em muitos países desenvolvidos, a violência contra os imigrantes, por exemplo. Grupos de extrema direita, formados principalmente por jovens de classe média, atribuem aos estrangeiros a responsabilidade pelos problemas sociais crescentes em seu país, principalmente o desemprego e a violência.

Nos Estados Unidos, os brasileiros repensam o sonho do enriquecimento na Terra da Liberdade. Além da crise econômica que se iniciou nesse país e rapidamente se alastrou pelo mundo na segunda metade desta década, proliferam diversos movimentos racistas e xenófobos (que pregam o ódio ao imigrante), alguns deles responsabilizando os brasileiros e os latino-americanos em geral pela perda dos empregos dos jovens brancos norte-americanos e pelo pagamento dos baixos salários.

Na França, os violentos conflitos envolvendo os jovens imigrantes, principalmente de origem africana, e o governo francês tomaram conta das ruas de Paris em 2007. Nos arredores da badalada Cidade-Luz, a exclusão social é crescente, empurrando para os guetos o grande número de imigrantes que vive na capital francesa em busca de melhores condições de vida. A xenofobia

se faz perceber, inclusive, nos clubes de futebol, não apenas na França, como em toda a Europa, com agressões a vários atletas negros e mestiços (você se lembra do episódio envolvendo o jogador Zidane, de origem argelina, na final da Copa do Mundo de 2006?).



Figura 23.1: Propaganda eleitoral do Partido do Povo, a maior organização política da Suíça (2007).

Fonte: rodrigoconstantino.blogspot.com



Figura 23. 2: Propaganda do Partido Nacional Renovador português (2009), inspirado na campanha do partido neonazista suíço.

Fonte: alcacovas.blogs.sapo.pt

Outra questão que está na ordem do dia é o ônus trazido pelo grande aumento do consumo (desigual, como procuramos sempre frisar) em escala planetária, causando sérios danos ambientais. O desperdício dos bens de produção, principalmente pelos países mais ricos, o uso indiscriminado dos recursos naturais e a emissão de substâncias tóxicas no meio ambiente são uma realidade que põe em risco a biodiversidade do planeta e o futuro da própria espécie humana. Apesar de o mercado ter transformado o risco ambiental em vantagem competitiva (créditos de carbono e fidelização do consumidor que procura empresas que se dizem comprometidas com a causa ambiental, por exemplo), as iniciativas para reduzir os impactos ambientais provocados pela crescente produção e consumo não têm sido suficientes.

E no Brasil? Quais os fatos históricos relevantes das últimas décadas?

Para refrescar a memória: um pouco da história do Brasil recente

Após o período militar, a Nova República representou a reconstrução do processo democrático no país, com a convocação de uma Assembleia Constituinte para a elaboração de uma nova Carta, que ampliava os direitos civis dos cidadãos. Mesmo que se discuta que a democracia no Brasil é relativa e ainda está em construção, devemos reconhecer os importantes avanços trazidos pela Constituição de 1988, dentre eles: o fim da censura à cultura; o reconhecimento do direito de ocupação das terras pelos indígenas e remanescentes de quilombos; o direito de voto facultativo para jovens de 16 a 18 anos e para pessoas com mais de 70 anos de idade; o direito de voto para os analfabetos; a redução da jornada de trabalho de 48 para 44 horas semanais; o amplo reconhecimento do direito de greve; o aumento da licença-maternidade para 120 dias (hoje rediscutida e ampliada); e o reconhecimento da proteção do patrimônio ambiental e cultural.

Na memória dos brasileiros, uma das lembranças mais fortes do governo José Sarney (1985-1988) são os planos econômicos que procuravam frear a inflação. Em 1986 foi lançado o Plano Cruzado, com o congelamento dos preços dos produtos e os reajustes do salário-mínimo, como forma de compensar o crescimento da inflação. Com os preços congelados e o ganho real do salário-mínimo, aumentou consideravelmente o consumo. Conforme rege a lei da oferta e da procura, a corrida ao consumo provocou o aumento dos preços e o conseqüente retorno da inflação. Por toda parte se viam os “fiscais do Sarney”, populares que iam aos supermercados verificar se o congelamento dos preços estava sendo respeitado, por sugestão do próprio presidente da República.

Sarney procurou editar outros planos econômicos, todos fracassados: Plano Cruzado II, Plano Bresser e Plano Verão. Ao final de seu governo, os preços dos produtos chegaram a ter um aumento de até 85%.

As primeiras eleições diretas para presidente desde o golpe militar de 1964 foram finalmente realizadas em 1989, com a vitória do jovem candidato do recém-criado Partido da Renovação Nacional (PRN). Fernando Collor de Mello teve o apoio do empresariado, de boa parte da imprensa, dos partidos conservadores e da população mais pobre.

A década de 1980 foi marcada também pelo retorno do exílio dos intelectuais e artistas perseguidos durante a ditadura militar e pelo surgimento de uma nova geração, que fez grande sucesso na cena cultural brasileira, principalmente no campo da música, com o movimento Rock Brasil e com uma valiosa produção da chamada MPB. Não é à toa que nestes tempos de incertezas e crise de identidades proliferaram as festas, *sites*, blogs e outras formas de homenagens aos anos 80, vistos hoje com nostalgia e romantismo. A produção cultural foi intensa naquele período e os “filhos da revolução”, pertencentes à “geração Coca-Cola”, como cantava Renato Russo, deram o seu recado, num grito de rebeldia e contestação da história em que o país estivera mergulhado no período da ditadura militar.

A primeira edição do *Rock in Rio*, em 1985, foi, sem dúvida, um dos eventos culturais mais importantes já realizados no Brasil. A Cidade do Rock construída entre os bairros de Jacarepaguá e Barra da Tijuca, apesar de sua grande estrutura, apresentou alguns problemas que foram percebidos como uma experiência memorável para os participantes, com fortes chuvas de verão caindo sobre o público e a lama tomando conta de todo o chão, além da precariedade nos serviços essenciais como alimentação, banheiro, segurança etc., para atender a um público estimado em mais de 1 milhão de pessoas, distribuídas nos 9 dias do evento. O “Woodstock brasileiro”, como ficou conhecido o evento, foi um grande sucesso, misturando a música nacional de talentos já consagrados (Ney Matogrosso, Moraes Moreira, Gilberto Gil, Pepeu Gomes e Baby Consuelo) e jovens bandas estreantes (Blitz, Barão Vermelho, Titãs, Kid Abelha e os Abóbora Selvagens e Paralamas do Sucesso) com atrações internacionais de grande expressão, jamais vistas no Brasil (Queen, Iron Maiden, AC/DC).



Figura 23.3: O *Rock in Rio* representou uma atitude da juventude brasileira diante do novo momento que o país atravessava e abriu as portas para os grandes shows internacionais no Brasil, que movimentaram consideravelmente o turismo receptivo.

Fonte: <http://blogs.abril.com.br/anos80/2009/01/24-anos-historico-rock-in-rio.html>



O *Rock in Rio* teve mais três edições no Brasil e depois o evento foi levado para a Europa (Lisboa e Madri), servindo como propaganda turística do país. Uma nova edição brasileira está prevista para 2014, no conjunto das atividades culturais que serão realizadas com a Copa do Mundo.

Para conhecer mais sobre a história do *Rock in Rio* e ver imagens históricas do evento, acesse <http://blogs.abril.com.br/anos80/2009/01/24-anos-historico-rock-in-rio.html>

A década de 1990 se iniciou com o conturbado governo de Fernando Collor de Melo, caracterizado por um plano de combate à inflação, o Plano Collor, que estabeleceu o polêmico confisco dos depósitos bancários em conta corrente, poupança e em outras aplicações, congelou preços e salários e reduziu drasticamente as despesas públicas. Para preparar a inserção do país na nova ordem mundial, o governo criou um programa de privatização das empresas estatais e abriu o mercado brasileiro ao comércio internacional.

A exemplo do Plano Cruzado, a inflação foi controlada por um período, logo voltando a crescer. A escassez de capital em circulação, com o confisco dos investimentos dos brasileiros, a alta dos preços, a perda do poder de compra da população, a falência de muitas empresas, o desemprego e até mesmo atitudes extremas como o grande número de suicídios de pessoas que tiveram os seus investimentos bloqueados abalaram fortemente a credibilidade do governo Collor. A situação ficou insustentável com as denúncias de corrupção que envolviam o presidente e o tesoureiro de sua campanha, Paulo César Farias, acusados de receberem propina das empresas privadas em troca de favorecimentos.

A opinião pública pressionava pela saída definitiva do presidente por meio de seu *impeachment* (impedimento). A classe média, que se entusiasmara com o discurso do então candidato a presidente, que cultivava uma imagem jovial, amante das atividades

esportivas e que se declarava o “caçador de marajás”, foi às ruas em diversas cidades brasileiras, fazendo coro com os estudantes “cara-pintadas”, que gritavam, “Fora Collor!”. Depois de um penoso processo de apuração e confirmação das acusações e da mobilização de amplos setores da sociedade por todo o país, Collor renunciou ao cargo na tentativa de evitar um processo de *impeachment*. Embora tenha renunciado, Fernando Collor teve seus direitos cassados por oito anos por determinação do Senado Federal, e só foi eleito novamente para cargo público nas eleições de 2006, tomando posse como senador por Alagoas em 2007.

No governo Itamar Franco, o então ministro das Relações Exteriores, senador Fernando Henrique Cardoso, foi deslocado para o Ministério da Fazenda na tentativa de conter a inflação deixada pelo governo Collor.

Fernando Henrique consolidou a inserção do Brasil na nova ordem mundial, adotando uma política neoliberal. Ficou conhecido como o pai do Plano Real, que equiparou a nova moeda brasileira ao dólar e reduziu os gastos públicos. Isso lhe rendeu a vitória nas eleições presidenciais de 1994, e a continuidade de sua política econômica garantiu-lhe a reeleição em 1998.

A política de privatizações foi mantida, com a venda de empresas estatais nas áreas de energia, siderurgia e telecomunicações, reduzindo a responsabilidade do Estado nos setores estratégicos da sociedade; foram realizadas diversas reformas na Constituição para reduzir os direitos sociais e conseqüentemente os gastos do Estado na área social, principalmente na saúde e na previdência; a inflação foi controlada, mas registrou-se o aumento das desigualdades sociais e da concentração de renda no país, com o crescimento do desemprego e dos lucros dos bancos. Diversos movimentos sociais, no campo e nas cidades, contestavam o governo de Fernando Henrique e reivindicavam os seus interesses, com destaque para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) e para o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST).

O governo de Fernando Henrique Cardoso, especialmente em seu segundo mandato, ficou conhecido também pela criação de vários projetos sociais atrelados à terceirização e à atuação das empresas privadas (responsabilidade social corporativa). O mais famoso foi o Comunidade Solidária, idealizado pela antropóloga e primeira-dama da República Ruth Cardoso, com foco nas ações emergenciais em comunidades com elevado risco social. Também a política cultural abriu espaço para o capital privado, por meio da compensação fiscal garantida pela Lei Rouanet, aumentando o interesse das empresas em patrocinar a produção cultural brasileira e diminuindo as verbas públicas para o setor.

Em 2002, o candidato do governo, José Serra, foi derrotado no segundo turno nas eleições. “Nunca na história deste país” um candidato oriundo dos meios operários havia chegado à presidência da República. Luiz Inácio Lula da Silva assumiu o governo com a responsabilidade de manter a economia estável e ao mesmo tempo reduzir o *déficit* histórico com os mais pobres.

A política nacional conduzida pelo Partido dos Trabalhadores manteve o país na direção das políticas do neoliberalismo, guardando semelhanças e importantes diferenças em relação ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Foram criados novos projetos sociais de compensação econômica para os mais pobres, como o Bolsa-Família, o Bolsa-Escola e o Fome Zero; foi criado o Programa Universidade Para Todos (Prouni), que concede bolsas de estudos em universidades privadas para alunos oriundos de camadas populares; a política de privatizações foi suspensa; a economia se manteve estável com a redução de gastos do governo; os lucros dos bancos privados do país bateram novos recordes. Ao mesmo tempo, cresceram os índices de emprego com carteira assinada e melhoraram outros indicadores sociais, como a redução da desigualdade entre ricos e pobres, segundo as estatísticas dos institutos especializados, conferindo grande popularidade ao presidente Lula, reeleito em 2006. A credibilidade internacional do governo Lula tem conferido ao Brasil uma posição estratégica no mundo globalizado.

Entretanto, persistem os graves problemas que foram sendo construídos ao longo do processo histórico de formação da nação, conforme vimos no decorrer de nossas aulas, dentre eles: a violência do narcotráfico nas cidades; o trabalho e a exploração sexual infantil; o trabalho escravo; a corrupção; as altas taxas de juros praticadas; a destruição do meio ambiente; os conflitos no campo; a pobreza. Esses são alguns dos grandes desafios a serem enfrentados pela nossa e pelas gerações futuras.

Nessas últimas décadas, o turismo no Brasil também se movimentou.

A década de 1980 é considerada, por alguns autores, como uma década de estagnação para o turismo, em razão da crise do petróleo e das sucessivas crises econômicas pelas quais o país passou. Nesse período, a malha rodoviária e a ferroviária se apresentavam em estado precário e sem manutenção. Inexistiam – como até hoje – políticas de investimentos tanto para o setor do transporte ferroviário quanto para o setor do transporte fluvial. Porém, o transporte aéreo continuou a crescer. Em 1985, foi inaugurado o aeroporto de Cumbica, em São Paulo, e em 1986 criou-se o Código Brasileiro Aeronáutico com a coleta de dados sobre a venda de passagens aéreas nacionais: o Digitur.

Apesar disto, o turismo rodoviário predominava. Para atender a esta demanda, empresas operacionais deste setor – como a CVC, a Viagens Costa e a Soletur – cresceram na sua atuação.

É interessante pontuar que, neste momento, surge uma nova modalidade de meio de hospedagem no Brasil: os *flats* ou *apart-hotéis*, que crescem em profusão a partir de meados da década de 1990, oferecendo os serviços básicos de um hotel tradicional, aliados à característica de um condomínio residencial. Esta década de 1990, por sinal, é considerada como uma retomada do turismo brasileiro. O Brasil e a América Latina discutiram o turismo na Amfort – Associação Mundial para a Formação Profissional Turística – num seminário intitulado Turismo: o Grande Desafio dos Anos 90. Nesse evento, chegaram à seguinte conclusão:

(...) não há um levantamento sistemático das riquezas naturais, dos municípios, da oferta turística e do movimento de turistas. O IBGE e a Embratur deveriam ter um sistema de coleta de informações e de estatísticas completo e atualizado sobre o país. Não se consegue dados sobre os parques nacionais, sobre a capacidade da malha ferroviária e rodoviária, dos investimentos realizados pelo Estado no turismo, projetos e planejamentos, enfim, do panorama geral do turismo brasileiro (AMFORJ, 1991, p. 89 apud REJOWSKI, 2002, p. 141).

Até mesmo uma política clara e eficiente para o setor era inexistente. Havia dificuldade na criação de produtos turísticos que atendessem às novas expectativas do mercado e à nova filosofia da sustentabilidade. Como uma das formas de solucionar esses problemas, transformou-se a Embratur, que até então era uma empresa pública, pela Lei 8.181 de 28 de março de 1991, em autarquia especial. Dessa forma, de empresa transformou-se em Instituto Brasileiro de Turismo com a finalidade de “formular, coordenar e fazer executar a Política Nacional de Turismo”. Vale lembrar que a Política Nacional de Turismo foi instituída pelo Decreto-lei 55, de 18 de novembro de 1966. Porém, apenas em 1992 é que foram estabelecidas as diretrizes para esta política, criando-se, para operacionalizá-la, o Plantur – Plano Nacional de Turismo. A finalidade da Política Nacional de Turismo nesse momento era “o desenvolvimento do turismo e seu equacionamento como fonte de renda nacional”, e suas principais diretrizes eram a prática do turismo como forma de valorização e preservação do patrimônio natural e cultural do país; e a valorização do homem como destinatário final do desenvolvimento turístico. Infelizmente, com o *impeachment* do presidente Fernando Collor, a Política Nacional de Turismo não chegou a ser aplicada.

Em 1991, é implementado o Prodetur-NE, um programa de desenvolvimento turístico que instituiu a política de megaprojetos turísticos no Nordeste. Em 1994, no governo Itamar Franco, a Embratur criou o PNMT – Programa Nacional de Municipalização

do Turismo – numa iniciativa de realizar o planejamento participativo a partir da metodologia da OMT. O PNMT enfatizou a importância do papel das organizações parceiras – governamentais e do Terceiro Setor – para atingir seus objetivos e foi concebido na intenção de dinamizar as oportunidades de trabalho, emprego e renda, em âmbito municipal. Desde então, ressaltou-se a importância da participação da comunidade no desenvolvimento turístico. O PNMT começou a ser implantado em 1995 no município de Santos, em São Paulo.

É apenas no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (a partir de 1996) que a Política Nacional de Turismo passa a ser efetivamente implementada. Suas metas, de 1996 a 1999, eram:

- ordenar as ações do setor público, orientando o esforço do Estado e a utilização dos recursos públicos para o bem-estar social;
- definir os parâmetros para o planejamento e a execução das ações dos governos estaduais e municipais;
- orientar o setor privado.

É importante dizer que esta política foi concebida como uma política de correção de “desequilíbrios sociais” que, contudo, não levou em conta as políticas regionais. Em contrapartida,

(...) até 1996 [o turismo] era considerado uma atividade marginal, em que a inexistência de infra-estrutura, combinada com equipamentos e serviços precários e preços altos não permitiam competir no mercado internacional. A definição de uma política de turismo e os investimentos foram fatores fundamentais para alcançar esse crescimento do fluxo internacional de turistas, inclusive pela percepção dos novos mercados como o Mercosul (SOLHA apud REJOWSKI, 2002, p. 143).

Mesmo assim, em 1996 o turismo internacional praticado por brasileiros era maior que os deslocamentos internos, e a entrada de turistas estrangeiros decaía. O grande fluxo de brasileiros que preferiam as viagens internacionais só começou a decrescer a partir de 1999, quando se criaram condições para o desenvolvimento da infra-estrutura turística no país, além de iniciativas como o incentivo ao turismo doméstico, o barateamento das passagens aéreas e a melhoria e diversificação dos meios de hospedagem no país. Assim, o turismo interno passa a se consolidar e as viagens a se tornarem mais populares. Novos destinos turísticos se consolidam em função da melhoria dos equipamentos e da infra-estrutura. As empresas turísticas investem cada vez mais na segmentação do mercado, diversificando a oferta de equipamentos e serviços. Aumentam-se os investimentos para o turismo, e financiamentos como os do BNDES e do Sebrae são disponibilizados.

No setor dos transportes, apesar do crescimento da aviação, empresas tradicionais, como a Vasp e a Transbrasil, enfrentam dificuldades financeiras. Criam-se companhias aéreas que trabalham apenas com fretamentos e aumentam os vôos *charter*. O turismo rodoviário entra em decadência, falindo companhias como a Soletur, e o setor ferroviário continuou priorizando o transporte de carga. As exceções acabaram sendo os poucos trens turísticos existentes no país. Com a Emenda Constitucional nº 7, de 16 de agosto de 1995 – a Lei de Cabotagem –, que permitiu a navios estrangeiros levarem turistas pela costa brasileira, o mercado de cruzeiros internacionais, além de crescer, torna-se mais acessível. Contudo, a infra-estrutura dos portos continua, até hoje, precária.



A década de 1990 se destaca também pela construção e implantação dos *mega-resorts* no litoral nordestino. A inauguração do famoso Costa do Sauípe, em 2000, sinaliza uma continuidade dessa tendência. Também nesse período, desembarcam aqui no Brasil importantes cadeias hoteleiras internacionais como a Sol Meliá (espanhola), a Choice Atlântica e a Renaissance (norte-americanas) e a mexicana Posadas. Na área do entretenimento, cresce a construção de parques temáticos/aquáticos.

Pegando carona nessa revitalização do turismo no Brasil, explodem os cursos superiores. Em 1996, somavam-se 52 cursos, enquanto em 2002 contaram 330. Passou-se a buscar uma maior capacitação para os serviços do setor, maior orientação dos empresários por entidades responsáveis e uma maior valorização dos docentes e pesquisadores na área do turismo. Aumentaram-se as publicações científicas e especializadas e, com a criação do Ministério do Turismo, em 2003, pelo governo de Luiz Inácio Lula da Silva,

legitima-se a importância da atividade e do fenômeno turístico no país. O Ministério, hoje, é responsável por uma série de diferentes políticas de incentivo ao turismo nos seus diversos setores.



Atividade

Atende ao Objetivo 2

2. Acesse o sítio eletrônico do Ministério do Turismo (www.turismo.gov.br). Faça uma pesquisa sobre as mais recentes políticas de turismo desenvolvidas pelo Ministério. Compare-as com as diretrizes da Política Nacional de Turismo e desenvolva um texto crítico sobre as propostas do governo para o setor.

Comentário

Um dos programas de turismo desenvolvidos pelo Ministério desde a sua criação é o Programa de Regionalização do Turismo que, basicamente, substitui o PNMT. Contudo, o Ministério vem implementando programas de incentivo de viagem para diferentes segmentos, como o Programa Viaja Mais Melhor Idade ou o Viaja Brasil.

Como você já deve saber, as formas práticas de turismo se modificam ou se renovam com o tempo. Novos espaços são explorados, novas motivações, necessidades e modalidades de turismo surgem – ou são criadas –, levando a novos comportamentos por parte do turista. Para finalizar esta nossa aula e o nosso curso, apresentamos a seguir dois temas curiosos envolvendo o turismo: o turismo virtual e o turismo sem pressa.

Um turismo vagaroso

Pressa para quê? Percorrer distâncias menores, passar por menos lugares, mas saborear melhor uma jornada. Esta é uma das novas propostas de turismo que possui íntima relação com o turismo sustentável, o ecológico e o cultural.

“Caminhar é uma maneira saudável de conhecer uma região, sem estresse. Nunca o brasileiro viajou tanto para o estrangeiro. Mas, para aqueles que já percorreram suficiente milhagem, o turismo de massa, afobado, já não satisfaz. Faz mais sentido a viagem com objetivos culturais, rica em conteúdo – e sem pressa. Mesmo que o dólar tenha subido depois da crise financeira, a prosperidade dos últimos anos permitiu que um número crescente de brasileiros visitasse outros países. Em 2007, turistas brasileiros gastaram US\$ 8,2 bilhões no exterior, 42,5% mais que em 2006. Em geral, os marinheiros de primeira viagem passeiam pelos principais museus europeus, gastam nos *shoppings* americanos e fazem fila para visitar algum cartão-postal. A jornada, normalmente em grupo, abarca o máximo de lugares no mínimo de tempo. O turista neófito, que visita dez cidades (ou países!) em duas ou três semanas, regressa a casa mais estafado do que saiu.

Afinal, ele passou a maior parte de suas férias em aviões e aeroportos repletos, ônibus cansativos e saguões de hotéis à espera da próxima etapa.



Nos últimos anos, viajantes veteranos da Europa e dos Estados Unidos vão deixando de lado esse tipo de turismo apressado. A pressão no trabalho, o estresse urbano e a velocidade hipnotizante do cotidiano exigem um descanso verdadeiro. É o momento para uma trégua anual, não para uma via-crúcis internacional. A viagem entra na receita para recarregar baterias: deve trazer conhecimento, experiência de vida e prazer, jamais uma tensão adicional. Foi a necessidade de saborear mais a viagem que fez surgir o turismo sem pressa (em inglês, *slow travel*). Essa diminuição da velocidade acompanhou um movimento semelhante na culinária – o *slow-food* –, que contesta a trivialidade da comida rápida. Não passar demasiadas horas na logística da locomoção possibilita usar esse tempo para fazer algo mais gostoso. Conclusão: percorrer distâncias menores e passar por menos lugares significa viajar com mais qualidade.

O turismo sem pressa caminha de mãos dadas com seus primos, o turismo sustentável e o ecológico. A preocupação com o rastro ambiental é crucial. Quando disponíveis, os transportes de baixo impacto, como trem e barco, são preferidos aos que provocam maior emissão de gases de carbono, como o avião (18 vezes mais que o ferroviário) e o automóvel movido a gasolina (31 vezes). Uma vez no destino, as pernas devem substituir qualquer motor a combustão – o que os seres humanos sempre fizeram até dois séculos atrás. Realizar circuitos a cavalo também é uma forma de conhecer vagarosamente uma região, mas caminhar e andar de bicicleta traz uma vantagem adicional: são mais saudáveis. “Chego de viagem em perfeita forma física”, diz o escritor francês Clément Bosson. “Uma caminhada no Himalaia pode valer mais que um ano de ginástica em uma academia urbana.”

Este “turismo sem pressa” se contrapõe ao “turismo bolha” – em que o turista visita os lugares praticamente sem sair de dentro de um ônibus climatizado artificialmente – e àqueles pacotes de viagem cuja proposta é conhecer 15 países em uma semana (será mesmo possível isso?). Funciona, ainda, como

uma reação à dinâmica alucinante do mundo pós-moderno, disponibilizando um espaço maior, na viagem, para realmente se conhecer a cultura local.

“Um denominador comum às atividades do turismo sem pressa é o contato com os habitantes locais. O viajante que toma seu tempo não quer apenas comprar lembranças e eletrônicos ou trazer de volta uma foto, do tipo ‘estive lá’, em frente a um monumento. Ele quer mergulhar na cultura, ouvir histórias e interagir com especialistas. Aspira a ter aulas de culinária, aprender caligrafia chinesa, conhecer artistas plásticos ou discutir sobre o aquecimento global com ambientalistas. Ele dá à viagem um propósito definido e a transforma em uma experiência marcante”, reafirma Haroldo Castro.

Turismo virtual

A revolução tecnológica à qual estamos, inevitavelmente e a cada dia, mais atrelados, acabou alcançando o turismo. Atualmente, proliferam sítios eletrônicos em que é possível fazer reservas em meios de hospedagem ou comprar um pacote turístico. Alguns empolgados – e ousados – observadores desse fenômeno até mesmo arriscam dizer que não é mais necessário sair de casa para praticar o turismo: basta acessar a página, pela internet, da localidade desejada e visitar seus principais atrativos sem sair da cadeira.

Contudo, essa visão vai de encontro ao princípio básico da prática do turismo, que é o deslocamento, causando, assim, uma enorme polêmica sobre o que se passou a chamar de turismo virtual.

Nas suas disciplinas sobre a teoria do turismo, você já deve ter aprendido que a prática da atividade turística se baseia no tripé deslocamento-estada-retorno. A Organização Mundial de Turismo define que “turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadas em lugares diferentes ao seu entorno habitual”. Se tomarmos essa definição como premissa, a “viagem” feita pelo ambiente virtual

deixa de ser considerada “turismo”. No entanto, é importante especularmos um pouco sobre o tema tanto por ser inegável a influência do mundo virtual, hoje, nas nossas vidas quanto para formarmos nossas próprias opiniões.

Mesmo não substituindo a viagem real, a experiência virtual em conhecer outras localidades ou atrativos apresenta facilidades de acesso, democratizando a experiência do conhecimento. Se pensarmos na oferta do produto turístico – os bens e os serviços – vamos contemplar um grande número de empresas turísticas que difundem e divulgam sua infra-estrutura e oferecem seus serviços a todos aqueles que não são excluídos digitais. Quem, ao ouvir falar de certa pousada existente no destino que planeja visitar, não busca, na internet, imagens do prédio, das instalações, dos serviços oferecidos e até mesmo depoimentos de quem já esteve hospedado no lugar? E ainda, quem ao chegar até determinado meio de hospedagem, já percebeu que o quarto não era bem como estava na foto do sítio ou que a piscina é bem menor do que parecia na imagem divulgada no ambiente virtual? Porém isso é outra história. Está relacionado com as estratégias de marketing, não consideradas como propaganda enganosa, mas que iludem o consumidor na hora da compra. A partir daí já podemos afirmar: nada melhor que a viagem real para conhecer mesmo um local.

É importante dizer que a tecnologia virtual não cria produtos turísticos, mas os divulga e facilita o acesso às informações referentes a ele. A internet, se aliada ao turismo, pode funcionar como um guia virtual que provê informação em tempo real via imagem, voz e dados específicos. O ambiente virtual pode, ainda, ser utilizado para a apresentação de destinos, de programas instrucionais e educacionais e para o relacionamento comercial. Experiências virtuais podem ser vividas também num ambiente especialmente preparado e utilizando acessórios especiais para proporcionar a imersão, interação e envolvimento, além de utilizar-se de recursos, como câmeras de vídeo em tempo real, imagens em 3 dimensões, fotografias em 360°, vídeos e excursões virtuais humanizadas etc.

Na atualidade, já é possível, inclusive, reconstruir uma determinada época – roupas, edificações, detalhes decorativos – apenas usando a tecnologia virtual. Até mesmo a arqueologia adotou essas técnicas em seus estudos, batizando de “arqueologia virtual” uma ramificação da área tradicional, responsável por esse processo. A realidade virtual pode ser definida como uma técnica avançada de interface, em que o usuário pode realizar imersão, interação e navegação em um ambiente sintético tridimensional gerado por computador, utilizando canais multissensoriais. Esta realidade virtual, como vimos, pode ser aplicada nas mais variadas áreas do conhecimento e de maneira bastante diversificada.



Figura 23.4: Recriação em imagem virtual, computadorizada, da Sala dos Espelhos do Palácio de Versalhes, na França. Esta imagem é de um *game* de computador da empresa Cryo Interactive. Nele, é possível visitar virtualmente as áreas internas e externas de todo o palácio, da maneira como ele era no século XVII.

Fonte: <http://www.mrbillsadventureland.com/reviews/u-v-/versaillesR/hallmirrors.jpg>



Figura 23.5: Outra imagem do *game Versailles 1685*, da Cryo Interactive. Perceba o realismo possível de detalhes, até mesmo das pinturas do teto.

Fonte: <http://www.mrbillsadventureland.com/reviews/u-v-w/versaillesR/ceiling.jpg>

Dentro do turismo, a criação de mundos virtuais, onde o participante pode se movimentar e até mesmo ver, ouvir e manipular objetos como no mundo físico, pode tornar-se um importante recurso, já que os potenciais turistas, ou os turistas virtuais, podem conhecer, de forma ativa, detalhes sobre os destinos escolhidos ou dos serviços oferecidos.

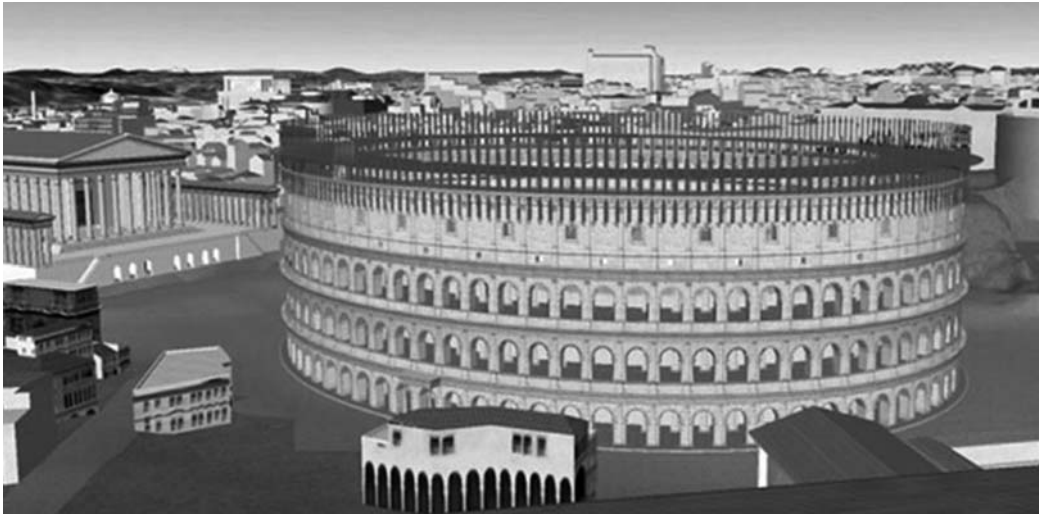


Figura 23.6: O Coliseu virtual, restaurado.

Até mesmo a Roma Antiga ganhou uma versão 3D no Google Earth. Nela, o usuário pode visitar o Coliseu e outros atrativos históricos do tempo do Império Romano. A cidade foi recriada por acadêmicos da Itália e dos Estados Unidos.

Fonte: <http://g1.globo.com/Noticias/Tecnologia/0,,MUL859553-6174,00-ROMA+ANTIGA+GANHA+VERSAO+D+NO+GOOGLE+EARTH.html>

W. Boloni defende o turismo virtual como um meio democrático, barato e acessível de um maior número de pessoas poder conhecer destinos turísticos que talvez sejam inacessíveis numa viagem real. Ele se apóia no artigo 7º, (§) 1º, do Código Mundial de Ética do Turismo, declarado na 13ª Assembléia Geral da OMT, que afirma que “a possibilidade de acessar, direta e pessoalmente as riquezas do planeta constitui-se num direito aberto a todos os habitantes do mundo”. Até hoje, a possibilidade de acesso real a qualquer destino do planeta se mostrou possível apenas a uma pequena parcela da população; aquela que possui recursos financeiros e saúde para tanto. Dessa forma, quem sabe o turismo virtual venha suprir uma carência e uma necessidade?



Acesse o endereço eletrônico <http://video.globo.com/Videos/Player/Noticias/0,,GIM911799-7823-UM+PASSEIO+VIRTUAL+PELA+ROMA+ANTIGA,00.html> e assista a um videorreportagem sobre o Google Earth que reconstrói virtualmente a cidade antiga de Roma.



Atividade

Atende ao Objetivo 3

3. Pesquise novas modalidades e motivações de turismo que estabeleçam relações com a História e a cultura. Escreva sobre, ao menos, duas delas fazendo sua apreciação crítica.

Comentário

Outra modalidade polêmica de turismo é o turismo em favelas. Mesmo sendo criticado, por poder se prestar a uma apologia à pobreza, pode também servir como encontro e apreciação cultural. Tendo em mente que o conceito de cultura é amplo e que tudo tem uma história, você pode encontrar relações desse tipo com várias modalidades de turismo que descobrir.

Resumo

A pós-modernidade trouxe transformações em diferentes áreas. A globalização e o neoliberalismo modificaram até mesmo o fenômeno e a atividade turística, mostrando as novas tendências do consumidor-turista e novas modalidades de deslocamento. O panorama do turismo nas décadas de 1980 e 1990 estabeleceram ligações diretas com as atuais políticas públicas do setor. Mas a história continua... Esperamos que você tenha conseguido, com as nossas aulas, lembrar um pouco dos principais fatos históricos que marcaram o Ocidente, especificamente o Brasil; conhecer fatos novos dessa história; conhecer um pouco da história do turismo e constatar que estas duas áreas podem andar juntas de variadas maneiras. Nossos votos de uma boa graduação!

História e Turismo

Referências

Aula 11

ALVES FILHO, Aluizio. *O homem da Ilha de Vera Cruz, na Carta de Caminha*. Disponível em: <http://www.achegas.net/numero/um/aluizio_alves.htm>. Acesso em: 1 jun. 2008.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lares burgueses*. São Paulo: Aleph, 2007.

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2001.

DA MATTA, Roberto. *O que faz o Brasil, Brasil?* Rio de Janeiro: Rocco, 2001.

LINHARES, Maria Yedda (Org.). *História geral do Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

OS OUTROS. Direção: Fernando Mozart. Intérpretes: Duda Mamberti; Caio Blat; Dora Vergueiro; Gabriela Alves; Cândido Damm. Roteiro: Fernando Mozart. Rio de Janeiro, 2000. 1 fita de vídeo. (15 min), VHS, son., color., 35mm.

PACHECO, Isabel Maria de Jesus. O imaginário da Carta de Caminha nas propagandas turísticas da Costa do Descobrimento. *Revista Espaço Acadêmico*, n. 37, jun. 2004. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/037/37epacheco.htm>>. Acesso em: 11 jun. 2008.

QUEM são eles?. Produção: Vídeo Nas Aldeias. Direção: Vincent Carelli. Roteiro: Henri Gervaiseau; Tutu Nunes; Vincent Carelli. Fotografia: Altair Paixão e Vincent Carelli. Apresentação e entrevistas: Ailton Krenak. Brasília: Ministério da Educação; TV Escola-2000, 1999. (Série Índios no Brasil). 1 videocassete (18 min), VHS, son., color. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=22224>. Acesso em: 1 jun. 2008.

Aula 12

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. *O livro de ouro da História do Brasil*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

ENCICLOPÉDIA BRITANNICA. Disponível em: <<http://www.britannica.com>>. Acesso em: 20 jun. 2008.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2006.

MEMORIAL PERNAMBUCO. *Turismo ecológico: engenhos e fazendas*. Disponível em <http://www.memorialpernambuco.com.br/memorial/paginas/turismo/turismo_engenhos.html>. Acesso em: 27 jun. 2008.

NEVES, Maria de Fátima Rodrigues. *Documentos sobre a escravidão no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1996.

PORTO, Rodrigo. Zona da Mata Norte para ver e viver. *Folha de Pernambuco*. Digital. Disponível em <http://www.folhape.com.br/folhape/materia.asp?data_edicao=01/12/2006&mat=21060>. Acesso em: 5 set. 2008.

Aula 13

ALBERNAZ, Maria Paul; LIMA, Cecília Modesto. *Dicionário Ilustrado de Arquitetura*. São Paulo: ProEditores, 2000.

ENCICLOPÉDIA BRITANNICA. Disponível em: <<http://www.britannica.com>>. Acesso em: 20 jun. 2008.

FUNCEB: Fundação Cultural: Exército Brasileiro: Sociedade Civil. Disponível em: <<http://www.funceb.org.br>>. Acesso em: 16 jun. 2009.

GOMIDE, Sergio Costa Raphael. Coronel recupera glamour de forte no Rio. *Folha on line*. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff1801200912.htm>>. Acesso em: 19 de jun. 2008.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1987.

INSTITUTO Estrada Real. Disponível em: <<http://www.estradareal.org.br>>. Acesso em: 16 jul. 2009.

LUPINACCI, Heloisa. Paraty espera título de patrimônio da humanidade da Unesco em 2009. *Folha on line*, 17 ago. 2008. (Caderno Turismo) Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/turismo/noticias/ult338u423247.shtml>>. Acesso em: 20 jun. 2008.

DA MATTA, Roberto. *A casa e a rua: espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

MENDES, Chico; VERÍSSIMO, Chico; BITTAR, William. *Arquitetura no Brasil: de Cabral a Dom João VI*. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2007.

OPORTAL.org: o guia da costa verde: Disponível em: <<http://www.oportal.org/>>. Acesso em: 16 jul. 2009.

REIS, Mauricio Campos Wanderley. Instituto Estrada Real: a estrada real. *Patrimônio: lazer & turismo: revista eletrônica: mestrado em gestão de negócios*. Disponível em: <<http://www.unisantos.br/pos/revistapatrimonio/painel.php?cod=918>>. Acesso em: 15 jul. 2008.

SOUZA, Sinvaldo do Nascimento. Caminho Imperial ou Estrada Real de Santa Cruz? *OPORTAL.org: guia da Costa Verde*. Disponível em: <<http://www.portalitaguai.com.br/article16.html>>. Acesso em: 20 de jun. 2008.

SUBPREFEITURA Campo Grande. *Monumentos*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/subzonaeste2/ativ_historicos3.htm>. Acesso em: 27 jun. 2008.

VERÍSSIMO, Francisco Salvador; BITTAR, William Seba Mallmann; ALVAREZ, José Maurício. *A evolução do cotidiano da cidade brasileira*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

Aula 14

ANCHIETA, José de. *Cartas, informações, fragmentos históricos e sermões*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1988. 219 p.

CAVALEIROS comemoram o mito de D. Sebastião na pedra do reino. *Turismo Sertanejo*. Disponível em: <<http://www.turismosertanejo.com.br/?target=materia&id=160>>. Acesso em: 25 set. 2008.

COMO era gostoso o meu francês. Direção: Nelson Pereira dos Santos. Produção: Nelson Pereira Santos. Intérpretes: Gabriel Araújo; Gabriel Archanjo; Ana Batista; João Amaro e outros. Roteiro: Nelson Pereira dos Santos. [s.l]: [s.n], 1970. Duração: 83 min., som, color.

DAHER, Andréa. No Brasil do século XVI. In: REUNIÃO ANUAL DA ANPED, 20., 1997, Caxambu. Disponível em: <http://www.anped.org.br/rbe/rbedigital/RBDE08/RBDE08_05_ANDREA_DAHHER.pdf>. Acesso em: 2 jul. 2008.

ENGENHO Camaragibe. Disponível em: <<http://www.engenhocamaragibe.com.br>>. Acesso em: 8 jul. 2008.

FOTOGRAFIAS do Centro Histórico de Recife. *Skyscrapercity Fórum*. Disponíveis em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=430332>>. Acesso em: 26 set. 2008.

HISTÓRIA VIVA. São Paulo: Ediouro-Segmento-Duetto Editorial, ano 5, n. 56, p. 9, jun. 2008.

PERNANBUCO (Estado). Assembléia Legislativa. *Indicação. No. 1095/2007*. Disponível Em: <<http://www.alepe.pe.gov.br/inicio.php?secao=277&numero=1095/2007&docid=645718>>. Acesso em: 2 jul. 2008.

TINHORÃO, José Ramos. *As festas no Brasil colonial*. São Paulo: Editora 34, 2000.

VAINFAS; Ronaldo. Sebastianismo. In: _____. *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000. p. 523-526.

VICELMO, Antônio. *Cavalgada à pedra do reino* (Vídeo). Disponível em: <<http://br.youtube.com/watch?v=ZbUtlurvKZU&feature=related>> Acesso em: 28 jun. 2008.

_____. Cavalgada à pedra do reino. *Diário do Nordeste*. Disponível em: <<http://diariodonordeste.globo.com/materia.asp?codigo=541013>> Acesso em: 2 jul 2008.

Aula 15

DEVOÇÃO E ESQUECIMENTO: PRESENÇA DO BARROCO NA BAIXADA FLUMINENSE. Catálogo da Exposição. Rio de Janeiro: Casa França-Brasil, 2001.

GUERRA, Adriano et. al. *Estrada Real*: análise crítica das políticas de exploração turística da Estrada Real adotadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais no período de 1999 a 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www.almg.gov.br/bancoconhecimento/Monografias/Estrada%20Real.pdf>>. Acesso em: 16 jul. 2008.

GUIMARÃES, Valeria Lima. *O que é que a Baixada tem?* um estudo sobre o potencial turístico da Baixada Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização) - Universidade Católica de Brasília, 2005.

INSTITUTO DE PESQUISAS E ANÁLISES HISTÓRICAS E DE CIÊNCIAS SOCIAIS DA BAIXADA FLUMINENSE (IPAHB). Disponível em: <<http://www.ipahb.com.br>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

INSTITUTO ESTRADA REAL. Disponível em: <<http://www.estradareal.org.br>>. Acesso em: 10 jul. 2008.

MELLO e SOUZA, Laura de. *Os desclassificados do ouro*: a pobreza mineira no século XVIII. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

TORRES, Gênesis Pereira. *Fragmentos da Memória Histórica da Baixada Fluminense*. São João de Meriti. Rio de Janeiro: IPAHB, 2001. (Coleção Memória; 14).

Aula 16

CATARIN, Cristiano. *Debret*: um artista a serviço da corte portuguesa no Brasil. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=688>>. Acesso em: 13 ago. 2008.

CAVALCANTI, Nireu Oliveira. *Crônicas Históricas do Rio Colonial*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira/FAPERJ, 2004.

FERNANDES, Aníbal de Almeida. *A Corte portuguesa no Brasil*. Disponível em: <<http://www.historianet.com.br/conteudo/default.aspx?codigo=444>>. Acesso em: 14 ago. 2008.

IGREJA do Carmo reabre com show de som e luz depois de 18 meses de restauração. O *Globo Online*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/mat/2008/3/08/igreja_do_carmo_reabre_com_show_de_som_luz_depois_de_18_meses_de_restauracao-426148397.asp>. Acesso em: 5 ago. 2008.

INÁCIO, Inês da Conceição; DE LUCA, Tânia Regina. *Documentos do Brasil Colonial*. São Paulo: Ática, 1993.

LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 4. ed. Campinas: Ed. Unicamp, 1996.

LIMA, Valeria. *Uma viagem com Debret*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004. (Coleção Descobrindo o Brasil).

MALERBA, Jurandir. *A corte no exílio*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

MIZHARI, Marcia Ester. *Jardim Botânico do Rio de Janeiro: a face oculta da história do Brasil*. 2007. Trabalho de conclusão de Curso (Graduação em Turismo) - Departamento de Turismo, Universidade Federal Fluminense, 2007. mimeografado.

MÚSICAS do período de D. João VI viram atração no Rio. *BOL Notícias*. 9 ago. 2008. Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/entretenimento/2008/8/09/ult3680u1169.jhtm>>. Acesso em: 10 ago. 2008.

PORTAL da antiga academia de belas artes. *V Rio: a alma do Rio em vídeo*. Disponível em: <<http://www.vrio.com.br/natureza/10/portal-da-antiga-academia-de-belas-artes>>. Acesso em: 14 ago. 2008.

REVISTA DE HISTÓRIA DA BIBLIOTECA NACIONAL. Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, ano 3, n. 28, jan. 2008.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Extraordinária de Promoção, Defesa, Desenvolvimento e Revitalização do Patrimônio e da Memória Histórico-Cultural (SEDREPAHC). *Igreja de Nossa Senhora do Carmo da Antiga Sé*. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/sedrepahc/proj_igreja_nscarmo.shtm>. Acesso em: 5 ago. 2008.

SCHWARCZ, Lilia. Eram os franceses missionários? *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 28, p. 67, jan. 2008.

VILLALTA, Luiz Carlos; BECHO, André Pedroso. Abaixo o João bobão. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, Rio de Janeiro, ano 3, n. 28, p. 79, jan. 2008.

Aula 17

ALBERNAZ, Kleris; BRETÁS, Marcos. *Rio de Janeiro em mapas*. Ilustrações J. Araújo. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2004.

ALMEIDA, Cida. *A travessia do sertão de Hugo de Carvalho Ramos*. Overmundo, Goiânia, 18 out. 2008. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/overblog/a-travessia-do-sertao-de-hugo-de-carvalho-ramos>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

CAMARGO, Haroldo Leitão. *Uma pré-história do turismo no Brasil: recreações aristocráticas e lazeres burgueses (1808-1850)*. São Paulo: ALEPH, 2007.

CAMINHO Farroupilha vira rota turística. Viagens e turismo: notícias. *Paraná Online*. Disponível em: <<http://www.parana-online.com.br/canal/viagem-e-turismo/news/61592>>. Acesso em: 24 nov. 2008.

ETUR. Chineses visitam o Caminho Farroupilha no Rio Grande do Sul: escala de transatlânticos no porto de Rio Grande favorece turismo na região. *Agência Sebrae de Notícias*, 12 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=11792>>. Acesso em: 30 set. de 2008.

GRAHAM, Maria. *Journal of a voyage to Brazil, and residence there, during part of the years 1821, 1822, 1823*. London: Longman, 2007. Disponível em: <<http://www.gutenberg.org/files/21201/21201-h/21201-h.htm#palace>>. Acesso em: 1 out. 2008.

MONTEIRO, Hamilton. Da independência à vitória da ordem. In: LINHARES, Maria Yedda L. (Coord.). *História geral do Brasil: (da colonização portuguesa à modernização autoritária)*. Rio Janeiro: Campus, 1990.

MOTA, Roosevelt Rodrigues; GOMES, Ricarte Linhares. *A Quinta da Boa Vista*. Rio de Janeiro: RIOTUR, 2007. (Patrimônio Turístico).

MUSEU NACIONAL. Disponível em: <<http://www.museunacional.ufrj.br/>>. Acesso em: 19 nov. 2008.

PESSOA, Fernando. *Vilegiatura*. Disponível em: <<http://www.pessoa.art.br/?p=453>>. Acesso em: 23 set. 2008.

PROJETO AQUARIUS. Disponível em: <<http://www.skyscrapercity.com/showthread.php?t=475842&page=7>>. Acesso em: 2 de out. 2008.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Especial do Turismo. Riotur. *Museu do Primeiro Reinado: o museu*. Disponível em: <<http://www.rio.rj.gov.br/riotur/pt/atracao/?CodAtr=3906>>. Acesso em: 30 set. 2008.

SEARA, Berenice. *Guia de roteiros do Rio Antigo*. Rio de Janeiro: O Globo, 2004.

Aula 18

ALEGRIA, Roberto; ANDRADE, Antonio. *O último e maior baile da realza brasileira*. Disponível em: <<http://www.slideshare.net/JRCordeiroPPS/ultimo-baile-ilha-fiscal>>. Acesso em: 30 ago. 2008.

BRASIL. Ministério da Defesa. Marinha do Brasil. *Ilha Fiscal*. Disponível em: <http://www.mar.mil.br/sdm/ilha/ilha_loc.htm>. Acesso em: 29 ago. 2008.

MUSEU IMPERIAL. Disponível em: <http://www.museuimperial.gov.br/someluz_principal.htm>. Acesso em: 18 ago. 2008.

PETRÓPOLIS. Fundação de Cultura e Turismo. Disponível em: <http://fctp.petropolis.rj.gov.br/fctp/modules/xt_conteudo/index.php?id=337>. Acesso em: 18 ago. 2008.

SCARRONE, Marcello. Doze horas em diligência: o primeiro guia de viagem feito no Brasil, com textos e imagens. *Revista de História da Biblioteca Nacional Online*, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.revistadehistoria.com.br/v2/home/?go=detalhe&id=1310>>. Acesso em: 22 ago. 2008.

SCHWARCZ, Lilia. *As barbas do Imperador*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.

ÚLTIMO baile. 21 jan. 2005. Disponível em <<http://rickipanema-rioantigo.buzznet.com/user/photos/?id=1963044>>. Acesso em: 30 ago. 2008.

Aula 19

ARTESANATO brasileiro é sucesso na feira das Américas. *Jornal Informe Sergipe*. Disponível em: <http://www.informesergipe.com.br/pagina_data.php?sec=9&&rec=10132&&aano=2005&&mmes=10>. Acesso em: 18 ago. 2008.

CAYMMI, Nana. Fazendas do Vale do Ciclo do Café: depoimento. In: ESSE Rio que eu amo. Rio de Janeiro: Turisrio/Sebrae, 2004. DVD.

CONSELHO de turismo da região do vale do ciclo do café (CONCICLO). Disponível em: <<http://www.valedocafe.com.br/conciclo.htm>>. Acesso em: 23 ago. 2008.

DE BIASI, Marília Coutinho. *Hotel Fazenda Villa Forte*: sua história e curiosidades. Disponível em: <http://www.villa-forte.com.br/historico_marilia2.htm>. Acesso em 20 de agosto de 2008.

FEITICEIRO Negro (vídeo). Disponível em: <<http://br.youtube.com/watch?v=TPwuTd5069I>>.

FILGUEIRAS, Mariana. O teatro da escravidão. *ETUR*. 23 abr. 2006. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=10583>>.

HOTEL Fazenda Arvoredo: história. Disponível em: <<http://www.hotelarvoredo.com.br/historia.html>>. Acesso em: 25 ago. 2008.

INSTITUTO DE PRESERVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO VALE DO PARAÍBA (PRESERVALE). Disponível em: <<http://www.preservale.com.br>>. Acesso em: 26 ago. 2008.

INVENTÁRIO das Fazendas do Vale do Paraíba Fluminense. Disponível em: <<http://www.institutocidadeviva.org.br/inventarios/>>. Acesso em: 25 ago. 2008.

JONGO do Quilombo São José. Rio de Janeiro: Brasil Mestiço/SESC, 2004.

KOTSCHO, Ricardo; MELLO, Hélio Campos. É muito forte ver isso, diz alemão após visitar a senzala. *O Globo*, p. 17, 7, maio 2006.

LERNER, Dina. (Coord.). *Projeto caminhos singulares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, 2004. Disponível em: <http://www.sebraerj.com.br/custom/pdf/cam/cafe/01_Introducao.pdf>. Acesso em: 27 ago. 2008.

MATTOS, Hebe Maria de. *Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista, Brasil século XIX*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

OBSERVATÓRIO Quilombola. Disponível em: <<http://www.koinonia.org.br/oq>>. Acesso em: 27 ago. 2008.

OLIVEIRA, Anelize; MARINHO, Marcelo. Comunidade Quilombola de Furnas do Dionísio: manifestações culturais, turismo e desenvolvimento local. *Caderno Virtual de Turismo*, v. 5, n. 1, 2005. Disponível em: <<http://www.ivt-rj.net>>. Acesso em: 26 set. 2008.

QUISSAMÃ (Prefeitura). <<http://www.quissama.rj.gov.br>>. Acesso em: 26 ago. 2008.

REVISTA BELLATOOUR: *roteiros do turismo rural no Rio de Janeiro*. Ano 3, n. 17, out. 2003.

TURISRIO. *Fazendas históricas*. Disponível em: <<http://www.valedocafe.com.br/fazendas.htm>>. Acesso em: 26 ago. 2008.

VALENÇA: uma vista que enche os olhos. *Veja Rio Online*, 1 jun. 2005. Especial Inverno. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/vejarj/010605/valenca.html>>. Acesso em: 26 set. 2008.

Aula 20

95 ANOS do bondinho. *O Globo*. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/fotogaleria/2008/4299/>>. Acesso em: 29 maio 2009.

CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

CASTRO, Celso. *Narrativas e imagens do turismo no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

FORTE, Ana Maria Siems. *Turismo cultural no Rio de Janeiro: um ponto de vista a partir do Theatro Municipal do Rio de Janeiro*. 2006. Dissertação (Mestrado em Turismo)-Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/dspace/handle/10438/2093>>. Acesso em: 29 maio 2009.

GASTÃO, Ana Maria. O estilo dos anos loucos chega ao Museu de Cintra. *Diário de Notícias*. 17 março 2007. Disponível em: <http://dn.sapo.pt/2007/03/17/artes/o_estilo_anos_loucos_chega_museu_sin.html>. Acesso em: 2. fev. 2009.

GOSTO salgado: o banho de mar agora é programa de gente sadia. *Veja*: na História Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/historia/republica/comportamento-banho-de-mar.shtml>>. Acesso em: 29 maio 2009.

MACHADO, Marcello Tomé de Barros. *A modernidade no Rio de Janeiro: construção de um cenário para o turismo*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal da Cultura, 2008. (Biblioteca Carioca).

MODERNISMO brasileiro. A semana. Disponível em: <<http://www.macvirtual.usp.br/mac/templates/projetos/seculoxx/modulo2/modernismo/semana/index.htm>>. Acesso em: 3 fev. 2009.

O CARNAVAL visto por Angelo Agostini. Centro de Pesquisa em História Social da Cultura. São Paulo: UNICAMP. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cecult/AngeloAgostini/index.html>>.

OLIVEIRA, Monique Barboza. *A Belle Époque e o turismo cultural nos monumentos históricos da cidade do Rio de Janeiro*. 2008. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Turismo)- Departamento de Turismo, Universidade Federal Fluminense, 2008.

SANTOS Dumont contornando a Torre Eiffel em 1901 com seu dirigível nº 6. Fotografia. Fundação Museu da Tecnologia de São Paulo - FMTSP: Centro Contemporâneo de Tecnologia (CCT). Disponível em: <<http://www.museutec.org.br>>. Acesso em: 3 fev. 2009.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritos e ritmos do Rio. In: _____. (Org.) *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 513-620.

TURISMO cultural no Rio de Janeiro: um ponto de vista a partir do Theatro Municipal do Rio de Janeiro. Fundação Getúlio Vargas. Disponível em: <<http://virtualbib.fgv.br/dspace/handle/10438/2093>>. Acesso em: 29 maio 2009.

VOANDO para o rio de Janeiro a bordo do Graf Zepelin. – vídeo 1932. 19 nov. 2008. Disponível em: <<http://diariodorio.com/category/rio-de-janeiro/page/7/>>. Acesso em: 29 maio 2009.

Aula 21

BRASIL. Ministério da Cultura. *IPHAN*. Disponível em: <<http://www.iphan.gov/>>. Acesso em: 19 maio 2009.

BRASIL. Ministério do Turismo. Embratur. *Plano Aquarela do Brasil: marketing turístico internacional*. Brasília, 2005.

BRASIL. Decreto n. 3.010, de 20 de agosto de 1938. *Dispõe sobre a entrada de estrangeiros no país*. Disponível em: <http://www.iterpa.pa.gov.br/files/leis/Legislacao_agroambiental_antiga/Republica/Legislacao_Federal_antiga/Dec.3.010-1948.doc>. Acesso em: 20 dez. 2008.

FERREIRA, Marina Gomes Castelo Branco. *A Influência dos ícones musicais na formação da imagem internacional do Brasil*. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) - Departamento de Turismo, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2007.

GUIMARÃES, Valeria Lima. *O trem do samba: uma festa da cultura popular carioca*. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: Secretaria Especial de Turismo, 2008.

MATTOS, Cláudia. *Acertei no milhar: samba e malandragem no tempo de Getúlio*. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

SANTOS FILHO, João. *O turismo na era Vargas e o Departamento de Imprensa e Propaganda*. Disponível em: <<http://www.efdeportes.com/efd114/o-turismo-na-era-vargas-e-o-departamento-de-imprensa-e-propaganda.htm>>. Acesso em: 5 jan. 2008.

SEVCENKO, Nicolau. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos do Rio. In: _____. (Org.). *História da vida privada no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. p. 514-619. v. 3.

SHAW, Lisa. *A música popular, a chanchada e a identidade nacional na era Vargas (1930-1945)*. Disponível em: <http://books.google.com.br/books?id=FSi_gQINAcQC&pg=PA105&lpq=PA105&dq=chanchada+cantores&source=bl&ots=-QzuSq2gRt&sig=GYf769XkIAZxo-nDMIrdq9GQavg&hl=pt-BR&sa=X&oi=book_result&resnum=4&ct=result#PPA105,M>. Acesso em: 15 dez. 2008.

VIANNA, Hermano. *O mistério do samba*. Rio de Janeiro: UFRJ: Jorge Zahar, 1995.

Aula 22

BOSSA Nova é garota-propaganda do turismo brasileiro no Chile. *Idéias*. Instituto para o desenvolvimento da economia, do indivíduo, do ambiente e da sociedade. Disponível em: <<http://www.ideias.org.br/clipping/913.html>>. Acesso em: 25 fev. 2009.

DAMANTE, Hélio. Plano turístico para São Paulo. Etur. *Revista de Estudos Turísticos*. Maio 2005. Disponível em: <<http://www.etur.com.br/conteudocompleto.asp?idconteudo=485>>. Acesso em: 20 maio 2009.

DANTAS, Sara Monteiro de Souza. *Museus do Holocausto: recortes da História na visão do turista*. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Turismo) - Departamento de Turismo, Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2008.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1994.

FECHAMENTO dos cassinos. UOL. O Rio de Janeiro através dos jornais. Disponível em: <<http://www1.uol.com.br/rionosjornais/rj41.htm>>. Acesso em: 10 jan. 2009.

FILMES da segunda guerra. *Megalista Geral dos Títulos*. Disponível em: <<http://pordosol.tripod.com/MEGALISTA.html>>. Acesso em: 18 fev. 2009.

INEPAC. Instituto Estadual do Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/>>. Acesso em: 25 fev. 2009.

NASSIF, Luis. O Cassino da Urca. *Cultura: La insígnia*. Disponível em: <http://www.lainsignia.org/2005/diciembre/cul_019.htm>. Acesso em: 20 fev. 2009.

PAIXÃO, Dario. *A legalização dos cassinos no Brasil e na América Latina*. Disponível em: <http://www.estig.ipbeja.pt/-ac_direito/Cassinos.pdf>. Acesso em: 21 fev. 2009.

PORTA Curtas: Petrobras. Disponível em: <<http://www.portacurtas.com.br/busca.asp#>>. Acesso em: 20 maio 2009.

QUEIROZ, Raquel. Três assuntos cariocas: o banco. *O Cruzeiro*. 31 out. 1959. Disponível em: <http://www.memoriaviva.com.br/ocruzeiro/31101959/311059_7.htm>. Acesso em: 20 maio 2009.

SCHILING, Voltaire. II Guerra Mundial. *História: mundo*. Disponível em: <http://educaterra.terra.com.br/voltaire/mundo/segunda_guerra.htm>. Acesso em: 19 fev. 2009.

SPORT. *Laboratório do Esporte e do Lazer*. Disponível em: <<http://www.sport.ifcs.ufrrj.br/>>. Acesso em: 20 maio 2009.

Aula 23

ANOS 80. *24 anos do histórico Rock in Rio*. Disponível em: <<http://blogs.abril.com.br/anos80/2009/01/24-anos-historico-rock-in-rio.html>>. Acesso em: 22 fev. 2009.

CASTRO, Haroldo. Pressa pra quê?. *Época*, São Paulo, out. 2008. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EMI15476-15245-1,00-PRESSA+PARA+QUE.html>>. Acesso em: 17 fev. 2009.

CONSTANTINO, Rodrigo. *Nacionalismo xenófobo*. Disponível em: <<http://rodrigoconstantino.blogspot.com/>>. Acesso em: 25 fev. 2009.

DIAS, Reinaldo; CASSAR, Maurício. *Fundamentos do Marketing Turístico*. São Paulo: Pearson/Prentice Hall, 2005.

GHISI, Ligia; SANDRÊ, G. Macedo. *Turismo virtual online: um estudo de sites brasileiros que divulgam o turismo*. Disponível em <http://www.convibra.com.br/2006/artigos/128_pdf.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2009.

REJOWSKI, Mirian (Org.). *Turismo no percurso do tempo*. São Paulo: Aleph, 2002.

SCHWARTZ, Gilson. *As profissões do futuro*. São Paulo: Publifolha, 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/publifolha/ult10037u351846.shtml>>. Acesso em: 24 fev. 2009.

SILVA, Antonio Costa da. *Este partido mete-me nojo*. 30 set. 2008. Disponível em: <<http://alcacovas.blogs.sapo.pt/>>. Acesso em: 20 fev. 2009.

THEOBALD, William F. (Org.) *Turismo Global*. São Paulo: SENAC, 2002.

ISBN 978-85-7648-598-8



9 788576 485988



UENF
Universidade Estadual
do Norte Fluminense



Universidade Federal Fluminense

uff



UNIRIO



FAPERJ
Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo
à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro



**GOVERNO DO
Rio de Janeiro**

SECRETARIA DE
CIÊNCIA E TECNOLOGIA



**Ministério
da Educação**

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL